

**JOÃO RAFAEL MORAES DE OLIVEIRA**

**NATUREZA APROPRIADA: A EXPLORAÇÃO DOS  
RECURSOS NATURAIS NA CAPITANIA DE  
SANTA CATARINA (1738-1808)**

**Assis  
2007**

**JOÃO RAFAEL MORAES DE OLIVEIRA**

**NATUREZA APROPRIADA: A EXPLORAÇÃO DOS  
RECURSOS NATURAIS NA CAPITANIA DE  
SANTA CATARINA (1738-1808)**

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP - Universidade Estadual Paulista para a obtenção do título de Mestre em História (Área de Conhecimento: História e Sociedade).

**Orientador: Dr. Paulo Henrique Martinez**

**Assis  
2007**

**JOÃO RAFAEL MORAES DE OLIVEIRA**

**NATUREZA APROPRIADA: A EXPLORAÇÃO DOS RECURSOS  
NATURAIS NA CAPITANIA DE SANTA CATARINA (1738-1808)**

COMISSÃO JULGADORA

DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE

Titulares

Presidente e Orientador: Dr. Paulo Henrique Martinez

Prof. Dr. José Ribeiro Júnior

Dr. Enezila de Lima.

Suplentes

Dr. Claudinei Magno Magre Mendes

Dr. Janes Jorge

Assis, 02/03/2007

Dedico este trabalho a minha família.

## **Agradecimentos**

Devo agradecer várias pessoas e instituições que participaram direta ou indiretamente na consecução deste trabalho. Porém, algumas merecem aqui especial recordação. São elas: minha família, meus pais Mário e Irene e meus irmãos José Mário, Paulo Emílio e Luis Rodolfo, sempre presentes desde o início da caminhada. Dedico especial agradecimento ao meu pai, Mário Antunes de Oliveira, porque sem a sua força e seu completo apoio, inclusive intelectual, não seria possível atingir este grau. A minha noiva, Viviane do Amaral Ferini, companheira, fortaleza e distinta revisora dos meus textos, por todo o apoio. A uma série de amigos, particularmente, aqueles das duas “repúblicas” em Assis, minhas casas durante a passagem pela faculdade; ao conterrâneo e companheiro de Itatinga Luis Ernesto Barnabé, que me ajudou na adaptação à vida em Assis; ao pessoal do grupo de estudos do *Laboratório de História e Meio Ambiente* da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/Assis e aos meus amigos itatinguenses que me acompanham sempre. Um especial afeto dedico à Glades (*in memoriam*), pelas palavras de força e fé no momento preciso.

Agradeço ao apoio financeiro fornecido pela FUNDUNESP – Prograd, pelo trabalho desenvolvido durante os anos de 2002, 2003 e 2004, no projeto “*História e meio ambiente: estudo das formas de viver, sentir e pensar o mundo natural na América portuguesa e no Império do Brasil (1500-1889)*”; à FAPESP, pela bolsa de mestrado durante um ano de pesquisa, de 2005 a 2006, e à Secretaria de Estado da Educação de São Paulo pela bolsa fornecida via projeto BOLSA MESTRADO de abril de 2006 a março de 2007, notadamente, todo o pessoal da Diretoria de Ensino Norte 1 que me acolheu com distinção.

Sou grato também a todos os funcionários e professores da FCL-UNESP/Assis, que de uma maneira ou de outra contribuíram para minha formação. Aos diversos pesquisadores do Projeto Temático “*A formação do Estado e nação brasileiros (c.1780 - c.1850)*”, em especial,

o seu coordenador geral o Professor Livre docente István Jancsó do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB)-USP, pelo apoio e por aceitar-me como membro deste grupo de pesquisa.

Aos componentes da Banca do Exame de Qualificação, Professor Doutor Claudinei Magno Magre Mendes e Professora Livre docente Cecília Helena de Salles Oliveira e aos componentes da Banca de Defesa, Professor Livre docente José Ribeiro Júnior e Professora Doutora Enezila de Lima, pelas correções, apontamentos e direcionamentos, com palavras de sabedoria e inteligência ímpares.

Muito especialmente devo agradecimentos ao meu amigo, companheiro, formador e orientador Paulo Henrique Martinez: por seus projetos, sua paciência e perseverança, suas idéias e, principalmente, por confiar em meu trabalho.

Enfim, peço desculpas aos que aqui não foram citados nominalmente ou àqueles que por ora não me recordo. Recebam todos meus sinceros agradecimentos.

OLIVEIRA, João Rafael Moraes de. NATUREZA APROPRIADA: A EXPLORAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS NA CAPITANIA DE SANTA CATARINA – 1738/1808. Dissertação de mestrado apresentada ao programa de Pós-Graduação em História e Sociedade da UNESP, campus de Assis, 2007.

### **Resumo**

O objeto de análise constituiu na apropriação dos recursos naturais na capitania de Santa Catarina entre os anos de 1738 e 1808. Buscou-se interrogar as formas de exploração e uso da natureza, bem como os interesses econômicos envolvidos. A análise do modelo político-administrativo adotado nessa capitania evidenciou as relações estabelecidas entre o poder decisório nos níveis local e central e as alterações processadas ao longo da formação histórica da capitania. A colonização da capitania foi marcada por um viés militar e também econômico; militar devido à posição estratégica da ilha de Santa Catarina, e econômico porque as potencialidades naturais nutriam interesses mercantis, desde o momento da criação da capitania e mais fortemente no momento da “crise” do sistema colonial luso-brasileiro da segunda metade do século XVIII. As fontes consultadas foram documentos oficiais avulsos e informações coletadas na literatura de viajantes e naturalistas.

**Palavras-chave:** capitania de Santa Catarina, apropriação, recursos naturais, fomentismo.

OLIVEIRA, João Rafael Moraes de. APPROPRIATE NATURE: THE EXPLORATION OF NATURAL RESOURCES IN THE CAPTAINSHIP OF SANTA CATARINA-1738/1808. Master thesis presented to the Post-Graduation Program in History and Society Studies of UNESP, campus of Assis, 2007.

### **Abstract**

The present work aimed to analyze the appropriation of natural resources in the captainship of Santa Catarina between the years 1738 and 1808. We tried to interrogate the ways of exploration and use of the nature, as well as the involved economic interests. The analysis of the adopted political-administrative model in this captainship evidenced the relations between the decisive power at the local and central levels and the occurred alterations throughout the historical formation of the captainship. The colonization of the captainship was marked by a military and also an economic feature; military due to the strategical position of the island of Santa Catarina and economic because of the natural potentialities that sustained mercantile interests, since the creation of the captainship and even more at the period of "crisis" of the Luso-Brazilian colonial system in the second half of the XVIII century. The consulted sources consisted of official documents and literature from travellers and naturalists.

**Key-words:** captainship of Santa Catarina, appropriation, natural resources, "fomentismo"



## SUMÁRIO

Índice das tabelas .....	10
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>CAPÍTULO 1: A FORMAÇÃO HISTÓRICA DA CAPITANIA DE SANTA CATARINA (1738 – 1808)</b> .....	18
1. A ocupação territorial da América meridional e a ilha de Santa Catarina.....	19
2. O arcabouço político-administrativo.....	39
2.1. As bases gerais do sistema administrativo.....	39
2.2. A política e a administração.....	47
<b>CAPÍTULO 2: COLONIZAÇÃO EM SANTA CATARINA: SOCIEDADE E NATUREZA</b> .....	65
1. As variáveis ambientais nos estudos históricos: alguns elementos metodológicos.....	67
2. Natureza apropriada: a exploração dos recursos naturais .....	73
2.1. O povoamento “oficial” da capitania de Santa Catarina.....	73
2.2. Colonialismo português e apropriação dos recursos naturais .....	86
2.2.1. A exploração econômica dos recursos naturais .....	90
2.2.1.1. <i>Produção agrícola</i> .....	97
2.2.1.2. <i>A indústria da pesca da baleia</i> .....	111
2.2.1.3. <i>Extração de madeira</i> .....	117
2.2.1.4. <i>Criação de gado</i> .....	121
3. Considerações acerca da economia da capitania de Santa Catarina .....	123
<b>CAPÍTULO 3: O REFORMISMO ILUSTRADO LUSO-BRASILEIRO E A APROPRIAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS EM SANTA CATARINA</b> .....	146
1. Reformismo ilustrado luso-brasileiro, cultura e ciência Modernas (1750-1808).....	147
2. O fomentismo português no final do século XVIII: o exemplo catarinense.....	158
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	180
<b>FONTES</b> .....	184
<b>BIBLIOGRAFIA</b> .....	186
<b>ANEXOS</b> .....	193
<b>1:</b> Documentos avulsos referentes à capitania de Santa Catarina.....	194
<b>2:</b> Planta hidrotopográfica de parte da capitania de Santa Catarina por Paulo José Miguel de Brito, tenente coronel ajudante de ordens do governo da sobredita capitania, 1816.....	246

## ÍNDICE DAS TABELAS

### **Tabelas**

1. Relação de engenhos e fábricas em Santa Catarina no ano de 1797 .....106
2. Relação dos panos de linho e de algodão fabricados nos teares dos sítios  
das freguesias da capitania de Santa Catarina em 1755 .....108
3. Relação da quantidade de gado de cada morador de Laguna no ano de 1734 .....122
4. Produtos exportados do Brasil para Portugal em 1777 .....132
5. Carga transportada de Santa Catarina e do Rio Grande de São Pedro para Lisboa  
pela corveta Nossa Senhora do Livramento e Santo António em 1791 .....134
6. Gêneros que saíram da capitania de Santa Catarina com destino à capitania do  
Rio Grande de São Pedro no ano de 1802 .....135
7. Gêneros que entraram na capitania de Santa Catarina vindos da capitania do  
Rio Grande de São Pedro no ano de 1802 .....135
8. Relação do número de embarcações na ilha de Santa Catarina, Rio de São Francisco  
e Laguna em 1797 .....138
9. Produção, consumo e exportação da capitania de Santa Catarina no ano de 1804 .....139
10. Quantidade, produção e exportação da capitania de Santa Catarina no ano de 1819 ....139
11. Produções dos distritos pertencentes à ilha de Santa Catarina, Laguna e  
Rio de São Francisco, especificando o consumo e exportação em 1819 .....140

## INTRODUÇÃO

O interesse para a realização deste trabalho surgiu de dois momentos diferentes de estudos. Durante o segundo ano (2002) do curso de Graduação em História, na Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista, UNESP, campus de Assis, concluí créditos na disciplina de *História das Doutrinas Políticas*, ministrada pelo professor Paulo Henrique Martinez. Naquela oportunidade, foi analisada e discutida a historiografia referente à formação dos Estados Nacionais da época Moderna, incluindo o brasileiro. A leitura dos textos propostos mostrou que, *grosso modo*, a formação do Estado, no Brasil, além de complexa, esteve marcada por uma orientação de garantia da soberania e da integridade territorial, sendo o valor contido na natureza das terras um forte estímulo à ação política.

Num segundo momento de estudos, no decorrer dos anos de 2002 e 2003, participei como bolsista no projeto *História e meio ambiente: estudo das formas de viver, sentir e pensar o mundo natural na América portuguesa e no Império do Brasil (1500-1889)*, sob coordenação e orientação do mesmo professor Paulo Henrique Martinez. Como resultado do primeiro ano de pesquisa foi organizado um Banco de Dados, contendo fragmentos de cerca de 30 obras de cronistas e viajantes que estiveram em terras da América portuguesa e do Império do Brasil, referentes às diversas formas de viver, sentir e pensar o mundo natural. No decorrer dessa pesquisa, desenvolvi um estudo específico sobre a pesca da baleia no período colonial, sobretudo na capitania de Santa Catarina, foco das minhas observações durante a realização do trabalho. Também pude ler e coletar dados dos relatos das viagens do botânico francês Auguste de Saint-Hilaire, que esteve nas diversas partes da América portuguesa entre os anos de 1816 e 1822, e em Santa Catarina (1820). Este estudo ressaltou a relevância histórica das diversas práticas de exploração dos recursos naturais nas diferentes áreas coloniais, inclusive naquelas que geralmente não mereceram destaque na historiografia.

O interesse em aprofundar o conhecimento sobre a capitania de Santa Catarina surgiu desta experiência de pesquisa e da hipótese de que eram e ainda são poucos os trabalhos de história que se dedicaram ao estudo da temática ambiental e, especificamente, dessa região.

Nas últimas décadas as questões ambientais ganharam maior destaque no debate sobre os destinos da sociedade e a gestão de novas formas de relacionamento homem-natureza começou a impor-se como um grande desafio à contemporaneidade<sup>1</sup>. Como também constatou Laura de Mello e Souza em trabalho recente, “há muito que fazer quanto à análise da política e da administração nos tempos coloniais”<sup>2</sup>.

Este trabalho, longe de pretender superar as lacunas historiográficas dessa temática, visou, antes e somente, problematizar as práticas de apropriação e uso dos recursos naturais na capitania de Santa Catarina entre os de 1738 e 1808. Constitui-se, portanto, numa tentativa de compreender um elemento específico da política e da administração luso-brasileira à luz do contexto de crise do sistema colonial e do plano de reformas apresentado para superá-la. Aqui pensamos de perto com a “imagem” criada por Laura de Melo e Souza para se pensar a política e a administração na América portuguesa do século XVIII, qual seja, a do “Sol e a Sombra”. Em síntese, de acordo com a própria autora:

Se em princípio as diretrizes metropolitanas deviam ser seguidas, a distância distendia-lhes as malhas, as situações específicas coloriam-nas com tons locais. Nessas zonas de sombra, por outro lado, os interesses metropolitanos se combinavam aos regionais e acabavam produzindo alternativas peculiares<sup>3</sup>.

---

<sup>1</sup> Lúcia Helena de Oliveira Cunha, “Desenvolvimento *versus* Conservação da Natureza: notas gerais sobre o tema”, 2000, p. 115.

<sup>2</sup> Laura de Mello e Souza, *O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII*, 2006, p. 70.

<sup>3</sup> *Ibidem*, p. 11-12.

Nesta perspectiva, convém destacar que às decisões metropolitanas misturaram-se as características regionais da colônia, o que significa dizer que surgiram especificidades bastante peculiares no processo de formação histórica de cada região da colônia, seja do ponto de vista político-administrativo, sócio-econômico ou geopolítico, as quais precisam ser melhor conhecidas.

A respeito da formação histórica da capitania de Santa Catarina em relação ao contexto mais amplo, do restante da colônia e da metrópole, dividiu-se, *grosso modo*, o período estudado em três fases distintas:

1) de 1738 a 1750 – Este período foi caracterizado pelo início do processo colonizador da região meridional da colônia e criação, em 1738, das capitanias de Santa Catarina e Rio Grande de São Pedro, subordinadas à capitania do Rio de Janeiro.

Particularmente, esta fase foi caracterizada na capitania de Santa Catarina pela instalação do seu arcabouço político-administrativo, do “povoamento oficial” com a imigração de casais açorianos e madeirenses (que ocorreu maciçamente entre os anos de 1748 e 1756), distribuição de terras e construção de edifícios, para abrigar a população, e os prédios públicos necessários à sua administração. Os governadores da capitania nesse momento estiveram ocupados, principalmente, em defender a ilha de Santa Catarina, preparar o terreno para a chegada dos casais-povoadores e em recrutar homens para o serviço militar, dando continuidade à primeira guarnição militar instalada em 1732.

Até 1742 a capitania de Santa Catarina era composta apenas pela ilha e seus territórios adjacentes. A partir dessa data a capitania tomaria o seu corpo territorial, ou seja, estaria composta pelas três vilas principais: além de Desterro (1738), foram anexadas Laguna (1742), que se localiza ao sul da ilha de Santa Catarina e São Francisco (1750), ao norte.

A incorporação da região de Santa Catarina ao império colonial português, em meados do século XVIII, foi resultado do esforço conflituoso entre Portugal e Espanha pela

conformação das fronteiras meridionais americanas e a expansão geográfica da América lusa. Alguns fatores fizeram com que Portugal, e não a Espanha criasse um governo regional na ilha de Santa Catarina. Tais fatores estiveram diretamente relacionados com a expansão bandeirante em direção as áreas mais ao sul de São Vicente e com as potencialidades econômicas da região.

Os esforços da colonização no Brasil meridional foram intensos durante a primeira metade do século XVIII, pois tanto a cata do gado no sul quanto à agricultura, estiveram diretamente ligadas à atividade de mineração na região central da colônia.

Destaque-se que desde a criação da capitania de Santa Catarina as suas principais atividades econômicas foram: a produção da farinha de mandioca, que juntamente com o peixe, constituíam-se no alimento básico da maior parte da população; a pesca da baleia, para extração e fornecimento do seu óleo, além de outros derivados que eram utilizados; e a agricultura de subsistência, com alguns produtos destinados à exportação.

2) de 1750 a 1777, coincide com o período do governo pombalino. Estes anos foram marcados pelo acirramento dos confrontos militares nas fronteiras da colônia, principalmente no sul e na Amazônia e, por conseguinte, pelas negociações para definição dos limites territoriais com a Espanha. Os reflexos desse conflito bem como da nova política administrativa e econômica adotada na colônia foram sentidos na capitania de Santa Catarina. Começa-se a sentir as medidas do reformismo ilustrado. Destaca-se, por exemplo, o deslocamento, a partir de 1763, do centro de poder da colônia da região nordeste (Pernambuco e Bahia) para o centro-sul (Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Mato-Grosso e Sul). O projeto geral metropolitano era de sedimentação dos territórios meridionais, visando deixar debaixo de um mesmo governo, centralizado no Rio de Janeiro a partir desta data todos os portos estratégicos. Vale ressaltar que, de acordo com José Ribeiro Jr., a transferência da capital em 1763 – da Bahia para o Rio de Janeiro – visava também uma

“maior integração agrícola e comercial da área geográfica que o porto do Rio de Janeiro servia”<sup>4</sup>. Nos territórios mais ao sul, era fundamental aos interesses da Coroa portuguesa proteger a ilha de Santa Catarina. Esta consistia em parada obrigatória aos navegadores que se destinavam à região meridional, pois situava-se a meio caminho entre o Rio de Janeiro e a baía do Prata e por ser, também, o último porto apropriado para reparo das avarias e abastecimento de água dos seus navios.

Esta transferência do centro de poder fez com que os governadores de Santa Catarina passassem a enviar suas contas diretamente para o Rio de Janeiro, o que até então era feito diretamente com Lisboa. Aumentou-se significativamente a fiscalização sobre o corte de madeira e definiu-se uma política agrícola, com destaque à produção de mandioca, trigo, algodão, arroz, feijão e milho.

**3)** de 1777 a 1808. Em 1777 ocorreu a invasão espanhola na ilha de Santa Catarina, o que trouxe significativas implicações para a administração da capitania, sobretudo em relação à sua defesa e fomento agrícola.

Neste terceiro e último momento abarcado pela pesquisa, a colônia reviveu o apogeu da agricultura devido à queda na extração do ouro das Minas Gerais. A administração portuguesa no Brasil teve que enfrentar problemas de ordem estrutural, agravados pela conjuntura de crise econômica e, ao mesmo tempo, pelos persistentes choques de fronteira. Havia uma extrema falta de recursos para a gestão do Estado. Com os vultosos gastos realizados nas guerras do sul e o declínio da mineração, os cofres públicos estavam escassos, sendo necessário a elaboração de planos de recuperação econômica.

Diante disso, na capitania de Santa Catarina intensificaram-se a exploração e o uso dos bens da natureza, com o incentivo à cultura de novos produtos como o anil, a cochonilha, o linho, entre outros; destaca-se, ainda, nessa fase, a função da capitania como abastecedora de

---

<sup>4</sup> In: *Colonização e monopólio no Nordeste brasileiro: a Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba (1759-1780)*, 1976, p 47.

gêneros alimentícios da praça do Rio de Janeiro, principalmente de farinha de mandioca. Outros produtos agrícolas eram exportados: alho, café, arroz, feijão, trigo e milho e a produção da pequena indústria: algodão, açúcar, aguardente, panos de linho, para citar alguns.

Visando explorar todas as características relacionadas acima, esta dissertação encontra-se dividida em três capítulos.

No primeiro capítulo, apresenta-se um quadro geral do sistema político-administrativo adotado para o governo da capitania de Santa Catarina entre os anos de 1738 e 1808. Buscou-se compreender “o sentido da colonização”, ou seja, os objetivos e interesses da metrópole e também de “empresários” particulares na ocupação das terras meridionais.

No capítulo seguinte, analisa-se a colonização da capitania por meio do estudo das relações estabelecidas entre a sociedade e a natureza. A inserção da capitania de Santa Catarina no âmbito do mercado interno atrelou sua existência, enquanto parte da colônia, ao processo histórico de formação da região colonial chamada de centro-sul e permitiu identificar as relações estabelecidas entre o poder decisório nos níveis local e central.

Por fim, o terceiro capítulo procurou dar conta da análise dos resultados alcançados nos dois primeiros capítulos. Buscou-se interpretar as práticas de apropriação dos recursos naturais na capitania de Santa Catarina à luz do reformismo ilustrado luso-brasileiro, isto é, das medidas criadas no âmbito metropolitano para revitalizar a economia colonial e assim enfrentar a crise porque passava. Os efeitos e as medidas criadas para conter a crise foram sentidos na região meridional, sobretudo em relação à exploração econômica da pesca da baleia, com a concessão de monopólio e ao fomento agrário.

As fontes consultadas na pesquisa foram, fundamentalmente, documentos oficiais avulsos e informações coletadas na literatura de viajantes e naturalistas.

O *corpus* de documentos oficiais avulsos e manuscritos foi originalmente preparado, organizado e indexado em verbetes/sumários e depois publicado no “*Catálogo de documentos*



*avulsos manuscritos referentes à Capitania de Santa Catarina – 1717-1827*”, no ano de 2000, pela Editora da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, juntamente com um CD-ROM, contendo a coleção de documentos na sua íntegra. Tanto o livro/catálogo quanto o CD-ROM, constituem o resultado do trabalho de pesquisa realizado no Arquivo Histórico Ultramarino Português pelos historiadores Élio Serpa e Maria Bernardete Ramos Flores. A sua publicação foi também um esforço de ações integradas do “Projeto Resgate de documentação histórica – Barão do Rio Branco”, com o apoio do Ministério da Cultura, da UFSC/Departamento de História e da Assembléia Legislativa catarinense.

A análise desse conjunto documental permitiu apreender os trâmites burocráticos e também o modo como as pretensões do poder central eram integral ou parcialmente atingidas na capitania, bem como compreender as dificuldades na execução daqueles projetos no âmbito local. Ressalta-se, por fim, que por se tratar de documentos avulsos, muitos assuntos desta coleção não puderam ser analisados de forma completa, seja por falta de parte do próprio documento ou de sua seqüência. No entanto, não acreditamos que este fato tenha prejudicado de forma substancial e decisiva a análise do objeto desta pesquisa, pois a qualidade das informações encontradas no *corpus* permitiu conhecer de perto a tomada de decisões a respeito da apropriação e uso dos recursos naturais na capitania de Santa Catarina.

## **CAPÍTULO 1**

### **A FORMAÇÃO HISTÓRICA DA CAPITANIA DE SANTA CATARINA**

**(1738 – 1808)**

Buscou-se analisar, neste primeiro capítulo, com base em alguns elementos do arcabouço político e administrativo da capitania de Santa Catarina, o processo através do qual o seu território foi apropriado pela Coroa portuguesa. Como formação histórica, entendemos o resultado do processo que caracterizou a inserção desta capitania no conjunto maior de capitanias que compunham a colônia portuguesa na América no início do século XVIII.

Este capítulo aborda o contexto de criação da capitania de Santa Catarina em 1738 e acompanha o seu processo de formação histórica até 1808. O texto encontra-se dividido em duas partes. Na primeira, apresenta-se o contexto histórico da ocupação do território meridional da América, que resultou na criação da capitania da ilha de Santa Catarina por Portugal. Na segunda parte, mapearam-se os principais acontecimentos que marcaram a vida política e administrativa da capitania desde a sua criação até 1808. A ênfase desse segundo item recai sobre o caráter político-administrativo, pois essa abordagem nos permite compreender mais de perto a malha de poderes e de decisões, inclusive quanto à exploração e uso dos recursos naturais na capitania. Assim, esperamos ter montado um quadro geral da formação histórica da capitania de Santa Catarina entre os anos de 1738 e 1808.

Trabalhos historiográficos recentes, que têm se ocupado do estudo da complexa vida interna da colônia portuguesa na América e sua relação com o centro decisório metropolitano, demonstram que, na prática, o conjunto de capitanias não significava um todo com uma unidade político-administrativa. Além disso, como observou Arno Wehling para o século XVIII, muito embora “existisse certa unidade da política administrativa, retratada nas

instruções semelhantes aos vice-reis e governadores, estas eram aplicadas a condições regionais diversas, com resultados diversos”<sup>5</sup>.

Desde a instituição do regime de capitanias hereditárias e a instalação do Governo Geral no século XVI, o território colonial português na América foi marcado por diversos focos de poder e autoridades locais e regionais, praticamente autônomas entre si. Em consequência dessa dispersão administrativa e, portanto, da relativa descentralização do poder da Coroa portuguesa na América, podem ser encontradas peculiaridades no processo de formação de cada capitania em relação ao seu conjunto maior. No máximo, podemos dizer que a partir de meados do século XVIII, formaram-se “blocos regionais” de capitanias, sendo que algumas estiveram subordinadas a outras do ponto de vista político-administrativo e econômico, resultado da estratégia geopolítica da Metrópole<sup>6</sup>.

## **1. A ocupação territorial da América meridional e a ilha de Santa Catarina**

Caio Prado Jr. caracterizou o processo de ocupação e definição territorial da América do Sul por um intenso conflito entre Portugal e Espanha. A respeito da fixação das fronteiras luso-espanholas o autor escreveu:

As fronteiras luso-espanholas da América, como todas as fronteiras, resultarão do entrelaço de forças contrárias, condicionadas por fatores geográficos e econômicos, e fixando-se afinal, depois de muitas oscilações, numa linha que representa o justo equilíbrio entre os esforços colonizadores de ambas as potências em choque<sup>7</sup>.

---

<sup>5</sup> Arno Wehling, *Administração Portuguesa no Brasil de Pombal a D. João (1777-1808)*, 1986, p. 46.

<sup>6</sup> A idéia de “blocos regionais” de capitanias que servirá de base de análise neste trabalho foi emprestada de Paulo Pedro Perides que afirma ainda: “esses blocos podem ser encarados como uma das facetas do próprio processo de formação do território colonial. Nesse sentido eles guardam fortes vinculações com os processos de valorização e estruturação econômica do território colonial, como também com as diferentes estratégias geopolíticas adotadas pelo governo metropolitano no Brasil”. In: “A organização político-administrativa e o processo de regionalização do território colonial brasileiro”, 1995, p. 87.

<sup>7</sup> Caio Prado Jr., *Evolução política do Brasil e outros estudos*, 1966, p. 140.

A definição dos limites da região meridional da América ocorreu somente no final do século XVII e decorrer do XVIII, e foi o resultado da expansão colonial luso-espanhola naquela direção. Os países ibéricos lançaram-se definitivamente nessa imensa área, compreendida entre a bacia do rio da Prata e as terras ao sul da capitania de São Vicente, apenas nessa época porque existiam sérias dificuldades diplomáticas e pouca disponibilidade de recursos financeiros nos cofres reais. Dessa forma, o encontro não ocorreu sem conflitos.

Como não poderia ser diferente, dada a circunstância do conflito ibérico pelo domínio do território, o impulso colonizador caracterizou-se fortemente por um viés militar, mas também econômico, pois Portugal e Espanha estavam em busca de recursos naturais que pudessem alimentar os mercados europeus com produtos tropicais e gerar riquezas, como em todo sistema colonial da época Moderna. Podemos assim dizer, de acordo com Caio Prado Jr., que a história da fixação dos limites territoriais meridionais da América luso-castelhana foi marcada, sobretudo, pela complexidade dos fatores geográficos e econômicos que nela intervieram.

Desde o início da ocupação da América pelos portugueses e espanhóis, a vasta área intermediária entre os pontos limites da colonização portuguesa ao sul – Cananéia – e a espanhola – margem direita do Prata –, ficou fora do alcance do domínio efetivo dos europeus até o final dos seiscentos, predominando-se no local tribos indígenas. De acordo com Silvio Coelho dos Santos, o litoral catarinense era habitado por populações de índios Carijó, de raiz Tupi-Guarani, e a região das florestas e campos pelos grupos chamados de Xokleng e Kaingang, que pertenciam ao tronco Jê. Estes últimos foram chamados pelos europeus de Tapuias<sup>8</sup>.

Do lado espanhol, inicialmente, todos os esforços da Metrópole estiveram concentrados na extração de metais preciosos no Peru e, embora tenham fundado a povoação

---

<sup>8</sup> In: *Nova História de Santa Catarina*, 2004, p. 22, 24 e 26.

de Buenos Aires em 1536 na região do rio do Prata, praticamente a abandonaram. Já do lado português, até a descoberta do ouro em Minas Gerais no século XVIII, a Coroa empenhava-se, sobretudo, no tráfico de escravos e nas lavouras canavieiras das capitânicas da região nordeste do Brasil. Estas eram as suas fontes fundamentais de acumulação de riquezas.

A efetiva colonização da parte meridional do território sul-americano ocorreu tardiamente em relação a outras áreas, como Bahia e Pernambuco, por exemplo. Esse pode ter sido um dos motivos porque praticamente toda a região e as relações sociais que se desenvolveram nela ficaram à margem dos principais estudos históricos brasileiros. Constatam, sobre o assunto, apenas alguns trabalhos esparsos cujo tema central sempre esteve ligado às aventuras bandeirantes ou militares na região.

Vale destacar que Caio Prado Jr. já havia descrito a predileção dos historiadores que se ocuparam do estudo dos limites territoriais brasileiros pelas “peripécias militares”, “diplomáticas” ou outras. Em contrapartida, o autor ressalta ainda, ao estudar o processo de formação das fronteiras meridionais no Brasil, a interação de fatores geográficos e históricos, questionando o estudo voltado apenas à face militar: “não haverá fatos mais gerais, mais profundos que condicionam a todos aqueles acontecimentos particulares, sucessos ou reveses diplomáticos ou militares? [...] Por que se localizaram as disputas num determinado ponto, de preferência a outro?”<sup>9</sup>.

Seguindo essa linha interrogativa, Célia Maria e Silva destaca que “muitos intelectuais que se dedicam ao estudo do processo colonizatório, em especial, do litoral catarinense”, têm-se negado a pensar as relações sócio-políticas conjuntamente, isto é, “suas observações ressaltam [somente] o caráter político-militar”<sup>10</sup>. É importante destacar, segundo a autora, que há uma simultaneidade na implementação do projeto colonizador de Santa Catarina e todas as

---

<sup>9</sup> Caio Prado Jr., *op. cit.*, p. 139.

<sup>10</sup> Célia Maria e Silva, *Ganchos (SC): ascensão e decadência da pequena produção mercantil pesqueira*, 1992, p. 70.

medidas adotadas neste sentido pela Coroa portuguesa “objetivavam alimentar o Estado e a intermediação comercial, a serviço da acumulação primitiva do capital na Europa”<sup>11</sup>.

Tal tendência historiográfica, no entanto, sofreu alterações significativas a partir da década de 1980, principalmente com o aumento da produção acadêmica<sup>12</sup>.

No plano diplomático, as disputas luso-espanholas, que duraram cerca de três séculos, deram ensejo a negociações e celebração de Tratados para fixação dos limites territoriais sul-americanos. Sobretudo no decorrer do século XVII e XVIII, encontramos uma série de Tratados, fruto das políticas de colonização das duas metrópoles, por meio das quais, empenhavam-se em manter a soberania na região em disputa, e desenvolver um plano efetivo de exploração econômica dos recursos naturais<sup>13</sup>.

Diante da expansão ativa de portugueses e espanhóis sobre a linha limite que separava suas possessões na região, as negociações entre ambos não cessavam, e as tensões também.

No decorrer dos setecentos, de acordo com Arno e Maria José Wehling, principalmente “nos últimos anos do reinado de D. João V (1706 – 1750), houve sensível melhora nas relações entre as duas cortes [ibéricas]”<sup>14</sup>. Conseqüentemente, havia um ambiente favorável para a resolução do impasse dos limites territoriais e da ocupação definitiva da região sul, a qual interessava às duas metrópoles. Do lado português, para manter as áreas conquistadas que “constituíam agora um campo de exploração econômica definida e necessária aos mercados coloniais e metropolitanos”<sup>15</sup>. Do lado espanhol, o interesse fundamental consistia em obter o controle da região platina, ainda sob o sonho do Eldorado.

---

<sup>11</sup> Ibidem, p. 71.

<sup>12</sup> Ver a respeito da historiografia catarinense os textos de Cristina S. Wolff, “Historiografia catarinense: uma introdução ao debate” em *Revista Catarinense de História*, nº. 2, 1994 e de Norberto Dallabrida, “A Historiografia catarinense e a obra de Américo da Costa Souto” em *Revista Catarinense de História*, nº. 4, 1996.

<sup>13</sup> Cf. Ronaldo Vainfas (org.), *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)*, 2001. Tratados de limites (p. 561-562).

<sup>14</sup> Arno Wehling e Maria José C. de M. Wehling, *Formação do Brasil Colonial*, 1994, p.182.

<sup>15</sup> Arthur C.F. Reis, “Os Tratados de Limites” In: Sérgio Buarque de Holanda (org.), *História Geral da civilização brasileira*, 1963, p. 365.

Merece destaque, nesse contexto, a diplomacia portuguesa que, aproveitando-se do momento favorável, firmou com a Espanha o Tratado de Madri, em 13 de Janeiro de 1750, definindo, *grosso modo*, os contornos do império português na América para além das linhas anteriormente estabelecidas pelo Tratado de Tordesilhas<sup>16</sup>. Como bem foi destacado por Arno e Maria José Wehling:

Aproveitando a situação, Alexandre de Gusmão, um dos principais auxiliares do monarca, sugeriu que fossem definitivamente resolvidas as questões de limites na América. Após alguns anos de marchas e contramarchas, pressões e contrapressões, Alexandre de Gusmão propôs ao governo espanhol, em 1748, o critério básico para a delimitação, [ou seja], as terras conquistadas ou colonizadas por um dos países ibéricos a ele passariam a pertencer, independentemente das disposições de tratados anteriores. Neste ponto a Espanha, de modo realista, reconhecia a expansão portuguesa e a impossibilidade de manter a linha de Tordesilhas<sup>17</sup>.

Assentado na base do *uti possidetis*, o Tratado de Madri praticamente homologou a conquista dos bandeirantes ao sul e a ocupação também efetuada ao norte e nordeste pelos criadores de gado e pelos missionários. Todavia, o Tratado de Madri foi declarado sem valor pelo Tratado de El-Pardo, em 1761, e este substituído, posteriormente, pelo de Santo Ildefonso, em 1777. Todavia, as linhas gerais firmadas em Madri permaneceram.

Daí podermos afirmar, de acordo com Caio Prado Jr., que a conformação das fronteiras meridionais da América resultaram do embate de duas forças contrárias, movidas tanto por fatores geopolíticos quanto econômicos. Esse processo cessou, afinal, depois de um

---

<sup>16</sup> Cf. Ricardo de Oliveira, “Política, diplomacia e o Império colonial português na primeira metade do século XVIII”, 2002.

<sup>17</sup> Arno Wehling e Maria José C. de M Wehling, *op. cit.*, p. 182.

ajuste entre os esforços colonizadores dos dois reinos ibéricos, que permitiu a Portugal estender suas terras americanas além do limite imposto pelo antigo Tratado de Tordesilhas<sup>18</sup>.

Não está no âmbito deste trabalho, porém, recuperar os acontecimentos que marcaram verdadeiras batalhas diplomáticas entre as duas coroas ibéricas pela posse dos territórios meridionais da América<sup>19</sup>. Por ora, interessa-nos considerar os desdobramentos e medidas relacionadas à expansão geográfica e colonial dos grupos portugueses em direção ao sul, ressaltando, sobretudo, a conformação da região colonial na qual se inseria Santa Catarina.

Nesse sentido, cabe a seguinte pergunta: como se processou a ocupação efetiva e, conseqüentemente, a conformação de uma *região colonial* nas terras ao sul da capitania de São Paulo no início do século XVIII?

Para respondermos esta questão, é preciso compreender três aspectos interligados do processo, isto é: primeiro, os interesses que levaram os luso-brasileiros à colonização daquele espaço; em segundo lugar, os meios pelos quais estes lançaram mão para efetivar a colonização e, por fim, o contexto vivenciado e que motivou a expansão geográfica na colônia americana.

Não nos parece adequado pensar que a expansão luso-brasileira em direção ao sul ocorreu seguindo apenas aspirações diplomáticas da Coroa portuguesa. Segundo Fernando Henrique Cardoso, a penetração luso-brasileira nos territórios meridionais da América foi motivada por duas ordens principais de interesse:

a necessidade de diferenciação de atividade econômica da Colônia e a política expansionista da Metrópole. Da realização destes interesses desincumbiram-se os portugueses; daqueles, os paulistas. Entretanto, a partir de um dado momento pelo menos, os resultados desses interesses

---

<sup>18</sup> Cf. Caio Prado Jr, *op. cit.*, p. 140.

<sup>19</sup> Ver a este respeito, por exemplo, a obra de Jaime Cortesão, *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri*, sobretudo os capítulos “conflito luso-espanhol no Prata”, p. 551-577 e “os objetivos portugueses e os espanhóis”, p. 750-788, e Basílio de Magalhães, *Expansão geográfica do Brasil colonial*.



distintos tornam-se coincidentes: os fortins defendem as pradarias que eram o celeiro do gado, e o apresador assegura, com a sua presença, a posse da terra disputada<sup>20</sup>.

Assim, concordamos também com Luís de Ferrand Almeida quando afirma que no processo de ocupação da região sul “aos motivos de natureza política e geográfica se associaram fortes impulsos de caráter econômico”, sobretudo, “a riqueza pecuária da região e o sonho das minas de prata”<sup>21</sup> e podemos acrescentar, de ouro.

Torna-se oportuno, aqui, definirmos o processo de colonização da região meridional, a fim de se compreender os interesses que o comandaram. Segundo Antonio Carlos Robert Moraes, “a colonização é, antes de tudo, uma relação sociedade-espço”<sup>22</sup>. É também um processo de expansão territorial que “implica a criação de uma nova estrutura nas terras incorporadas ao patrimônio da sociedade que se expande, uma estrutura articulada com os interesses da expansão”<sup>23</sup>. Num outro momento, este autor nos mostra que, do ponto de vista marxista, a relação entre a sociedade e o espaço deve ser investigada como intercâmbio material, “processo no qual o *trabalho humano* é a categoria central. A ótica, portanto, é eminentemente social, o que pressupõe, desde o início, uma relação permanente de *apropriação* da natureza pelo homem”<sup>24</sup>.

É certo que durante o processo de colonização da região meridional, Portugal estava mergulhado numa conjuntura europeia, que lhe exigiu uma nova postura em relação ao lado Atlântico do seu Império colonial. Segundo Ricardo de Oliveira:

Durante o século XVIII, a situação dos Estados Ibéricos no quadro da política europeia foi claramente desfavorável. A emergência de novas potências como Holanda, França e Inglaterra

---

<sup>20</sup> Fernando Henrique Cardoso, *O negro e a expansão portuguesa no Brasil Meridional*, 1958.

<sup>21</sup> Luís de Ferrand Almeida, *A diplomacia portuguesa e os limites meridionais do Brasil*, Vol. 1 (1493-1700), 1957, p. 79.

<sup>22</sup> Antonio Carlos Robert Moraes, *Território e História no Brasil*, 2002, p. 85.

<sup>23</sup> *Ibidem*, p. 78.

<sup>24</sup> *Ibidem*, p. 74.

modificou a bússola concorrencial mercantilista, transformando os países que haviam sido vanguarda na expansão marítima e comercial em Estados menores ou zonas semiperiféricas. A patente fragilidade de Portugal diante dessas potências tornava tarefa das mais difíceis garantir o Império - fundamentalmente, o complexo Atlântico<sup>25</sup>.

Ademais, ao iniciar o século XVIII, uma grave crise econômica se abatia sobre a colônia portuguesa na América, agravada, sobretudo, pela queda da exportação do açúcar devido à concorrência estrangeira e aos altos impostos pagos pelos produtores internos<sup>26</sup>. O enfrentamento dessa crise deveria ocorrer com a abertura de novas frentes de renda, o que de fato se verificou com o surto de exploração e exportação do ouro, principalmente de Minas Gerais. De acordo com Paulo Pedro Perides, essa crise no setor econômico fez com que Portugal aumentasse o seu interesse pelo Brasil:

no sentido de explorá-lo mais intensamente e de onde esperava obter recursos necessários para contornar a crise em que se encontrava. Isso sugeria uma presença mais efetiva da Coroa em seu território colonial, fiscalizando e controlando com maior rigor todas as atividades. Esse quadro geral fundamentou as novas políticas, tanto econômicas como de natureza político-administrativas, que foram sendo adotadas pela Coroa. Facetas do processo de fortalecimento do poder metropolitano na colônia<sup>27</sup>.

Junta-se a esse interesse pelas riquezas provenientes da colônia, o ideal do domínio territorial, que acalentava as esperanças nos estadistas portugueses quanto à grandeza do reino, tornando a questão das fronteiras com a Espanha de suma importância<sup>28</sup>.

---

<sup>25</sup> Ricardo de Oliveira. *op. cit.*, p. 255.

<sup>26</sup> Cf. Manuel Diegues Jr., "As companhias Privilegiadas no comércio colonial", 1950.

<sup>27</sup> Paulo P. Perides, *op. cit.*, p. 81.

<sup>28</sup> Ricardo de Oliveira, *op. cit.*, p. 275.

Portanto, a expansão colonial portuguesa no final do século XVII e início do XVIII, foi marcada pela adoção de uma nova política econômica e também de uma nova política administrativa. No campo econômico, destaca-se o estabelecimento de um sistema de monopólio comercial e o aumento do controle fiscal sob a produção colonial. Já a nova política administrativa visava dar suporte à conjuntura econômica e esteve voltada para o estabelecimento de um sistema fortemente centralizador<sup>29</sup>.

O sistema de capitanias hereditárias e depois o Governo Geral, havia criado diversos focos de poderes locais que deveriam, nesse novo contexto, ser subordinados a um poder central. Para Portugal era preciso, acima de tudo, tomar o controle da sua colônia americana, adotando uma nova política administrativa e aumentando a sua representação nas diversas regiões. A primeira medida adotada nesse sentido foi a compra das capitanias que pertenciam ainda aos antigos donatários. Posteriormente, o rei nomearia um governador para uma determinada capitania e este seguiria as instruções reais na sua administração. Dessa forma, esse processo de centralização “se traduziu, em termos político-administrativo, no fortalecimento do poder dos governadores de capitanias, e não na figura do governador Geral, em princípio seu principal representante hierárquico na Colônia”. Em outras palavras, o poder político-administrativo da colônia migrou “das mãos dos proprietários rurais, que se institucionalizava através das câmaras municipais, para as mãos dos representantes do poder metropolitano na Colônia, principalmente os governadores das capitanias”<sup>30</sup>. No entanto, esse processo não ocorreu de forma simples, nem tampouco de forma uniforme em todo o território colonial, mas existiram peculiaridades regionais.

Diante disso e seguindo o raciocínio de Robert Moraes, não podemos esquecer também, ao analisarmos esse processo de expansão colonial, que:

---

<sup>29</sup> Cf. Paulo P. Perides, *op. cit.*, p. 81-2.

<sup>30</sup> *Ibidem*, p. 83.

[...] o sentido da colonização em cada território se estabelece numa conjunção entre a geopolítica metropolitana e as condições locais defrontadas pelo colonizador, notadamente no que tange aos contingentes demográficos e aos recursos naturais existentes, num jogo comandado pela lucratividade do capital mercantil<sup>31</sup>.

Analisando, dessa forma, o processo de colonização da região meridional, e de Santa Catarina em especial, constatamos que de fato o conflito pela prevalência na região entre Portugal e Espanha imprimiu ao processo, necessariamente, uma característica militar. Visto, por exemplo, que tanto os espanhóis quanto os índios “bravios” ofereciam resistência à expansão territorial portuguesa. Desse modo, os portugueses iniciaram a colonização da região com a construção de uma base político-militar, visando garantir a ocupação e dar suporte a novas investidas sobre o território a ser conquistado. Entretanto, a esse processo, deve ser acrescido o resultado das ações metropolitanas sob influência dos interesses econômicos, expressos, sobretudo, na apropriação e mercantilização dos recursos naturais.

É verdade que a capitania de Santa Catarina não se situava entre as áreas onde se desenvolviam as principais atividades exportadoras da colônia, como a do açúcar e da mineração. Entretanto, revelava-se, a partir de meados do século XVIII, uma área de interesse onde a Coroa portuguesa passou a arrecadar, através da concessão de monopólio, os direitos referentes à pesca da baleia, à passagem de animais, ao corte de madeira, e ainda, à cobrança de dízimos reais. Assim, o processo de formação histórica da capitania de Santa Catarina pode ser compreendido a partir de um ponto de vista mais abrangente, que o considere fruto de anseios de uma sociedade sobre um determinado espaço<sup>32</sup>.

A área compreendida pelo litoral do que é hoje o Estado de Santa Catarina situava-se nos limites da capitania de Santo Amaro e terras de Sant'Anna. Esta capitania foi comprada

---

<sup>31</sup> Cf. Antonio Carlos R. Moraes, *op. cit.*, p. 84.

<sup>32</sup> *Ibidem*, p. 85.

pelo rei português D. João V junto aos seus antigos donatários pelo Alvará de 22 de outubro de 1709, e assim incorporada à Coroa e patrimônio real. Surgia, assim, a necessidade de ocupação e exploração sistemática da região para garantir à Portugal a sua posse. Todavia vale destacar que antes mesmo dessa medida da Coroa portuguesa não faltaram projetos e experiências de ocupação dos territórios meridionais da sua colônia americana.

Antes mesmo de ficar aos cuidados do Conselho Ultramarino, o que ocorreu a partir de 1738, inicialmente com a criação da capitania da ilha de Santa Catarina, já haviam sido fundados pequenos núcleos de povoamento pelos paulistas na região. Se recuarmos ao século XVII, encontraremos as áreas circundantes à ilha de Santa Catarina e as terras mais ao sul, habitadas em pequenos sítios e, a partir da segunda metade desse século, foram fundados três dos principais povoados localizados na costa meridional: São Francisco, Desterro e Laguna.

O primeiro núcleo teve início quando Manoel Lourenço de Andrade recebeu de um herdeiro de Pero Lopes de Souza uma procuração para estabelecer mais ao sul de São Vicente uma povoação que denominou de Nossa Senhora da Graça do Rio de São Francisco, em 1658.

Em 1672, após tal iniciativa, seguiu-se a fundação do povoado de Nossa Senhora do Desterro pelo bandeirante paulista Francisco Dias Velho, que estava acompanhado, além de seus familiares, de índios “domesticados”. Todavia, este povoamento não foi perene, pois com a morte de Dias Velho, houve uma dispersão de seus familiares e habitantes para outras áreas da colônia.

Por volta de 1684, consta que coube a Domingos de Brito Peixoto e seus homens a fundação de Laguna, depois de enfrentarem dura resistência das nações indígenas que habitavam a região<sup>33</sup>. A fundação da vila de Santo Antônio dos Anjos de Laguna, assim como o povoamento de seu litoral ao sul, teve como escopo apoiar a colonização portuguesa na região platina, principalmente a Colônia do Sacramento – fundada em 1680 – e estabelecer

---

<sup>33</sup> Cf. Paulo Joze Miguel de Brito, *Memória política sobre a capitania de Santa Catharina: escripta no Rio de Janeiro em o ano de 1816*, 1932, p. 7.

uma ligação entre a região litorânea e as estâncias de gado do interior. Foi depois da criação desse povoado que os portugueses se estabeleceram definitivamente nos territórios do sul.

Esses habitantes eram, em sua maioria, grupos de famílias paulistas praticantes do comércio com os navios que aportavam na ilha de Santa Catarina e que se destinavam ao rio da Prata. Com a morte de seu principal chefe-povoador, Dias Velho, sobrou nesta ilha apenas algum numerário de gente que ele havia levado consigo<sup>34</sup>. Essa situação perdurou até o início do século XVIII, quando a região começou definitivamente a ser ocupada e a fazer parte do patrimônio da coroa portuguesa.

Portanto, foram fundados, “espontaneamente”, alguns núcleos pelos povoadores ibéricos ainda no século XVII: por exemplo, as missões Jesuíticas, pelos espanhóis, a vila de Paranaguá, em 1648 e a de São Francisco, em 1658, pelos portugueses. De certa forma, podemos dizer que tais iniciativas foram condicionantes do processo de formação da capitania de Santa Catarina e da região meridional como um todo. Porém, é preciso destacar que o estabelecimento desses núcleos não significou definitivamente a configuração de núcleos de colonização; para que isso ocorresse era preciso inseri-los no Sistema Colonial. Significou antes, o desejo por parte de algumas famílias de colonos luso-espanhóis de se estabelecerem na região impulsionados por algum tipo de esperança ou patrocínio.

Não obstante essa ocupação prévia do território, o que se verifica na região da bacia platina já por volta do final do século XVII, sobretudo ao longo da costa banhada pelo Oceano Atlântico, é a entrada de uma espécie de negociantes-povoadores portugueses, movimentando um comércio contrabandista com os moradores espanhóis. Além disso, sempre aportavam nos vilarejos da região navegadores-mercadores e corsários, além de lusos, castelhanos, franceses, holandeses e ingleses. Tal parada tinha por fim o abastecimento de seus navios de gêneros de

---

<sup>34</sup> Cf. Paulo Joze Miguel de Brito, *op. cit*

primeira necessidade e água e o conserto de suas naus das avarias sofridas na longa viagem em direção ao rio do Prata.

Nessa rota em direção ao atlântico sul, o litoral catarinense sempre constituiu parada obrigatória. Caio Prado Jr. escreveu que “o litoral de Santa Catarina atraía desde longa data aventureiros espanhóis e portugueses; e isto pelo caminho que por aí se abria em demanda de territórios abundantes de riqueza”<sup>35</sup>. Antes de Caio Prado, muito outros viajantes estrangeiros já haviam descrito a importância desse litoral para os navegantes com destino aos mares do sul. De acordo com o viajante francês Augusto de Saint-Hilaire, que registrou diversos aspectos da história da capitania de Santa Catarina, até meados do século XVII, a ilha:

era coberta de densas florestas, sendo habitadas apenas por índios. [...] Não parece que até meados do século XVII os portugueses se tenham estabelecido de forma permanente do outro lado do porto de Cananéia; durante longo tempo a ilha de Santa Catarina serviu unicamente de asilo temporário para piratas, então muito numerosos, ou para os navios que por uma circunstância qualquer se viam forçados a ali arribar<sup>36</sup>.

A respeito do assédio dos navegadores franceses, José da Silva Pais, o primeiro governador da capitania de Santa Catarina, nos deixou um importante relato. Em carta endereçada a D. João V, Silva Pais mostrava-se preocupado com a constante presença de navios estrangeiros que aportavam na capitania e de como o rei procedia na defesa dos interesses da Coroa portuguesa ante esses navegadores.

No ano de 1747, uma série de navios franceses havia aportado na ilha de Santa Catarina em busca de abrigo e, mesmo de sobrevivência. Em 10 de fevereiro, ancorou, junto à Fortaleza de Registro, o navio “o Conde”, que pesava 550 toneladas. O motivo do

---

<sup>35</sup> Caio Prado Jr., *op. cit.*, p. 142.

<sup>36</sup> Augusto de Saint-Hilaire, *Viagem a Curitiba e Santa Catarina*, 1978, p. 120.

aportamento, segundo Silva Pais, era o de “se refazer de água e lenha de que vinham faltos, e algum refresco e vacas”<sup>37</sup>. O “Conde” ficou na ilha até o dia 20, quando foi obrigado a seguir sua rota. No dia 23 de junho, pedia licença para ficar na ilha outra nau francesa com pelo menos 70 doentes de escorbuto. Outras duas naus francesas entraram no porto da ilha dia 9 de julho, pedindo licença também para cuidar dos doentes em terra, tendo mandado o governador Silva Pais, nessa ocasião, vender oitenta reses e outros gêneros de subsistência de que necessitavam os tripulantes das duas naus<sup>38</sup>.

Não obstante as necessidades físicas dos tripulantes desses navios, Silva Pais não escondia sua preocupação quanto à troca de mercadorias que poderia haver entre os moradores da ilha e os possíveis piratas. Contudo, para recepcionar os navios estrangeiros que, com frequência buscavam o porto da ilha, Silva Pais mantinha um esquema de segurança para evitar, sobretudo, que os tripulantes praticassem contrabando com os moradores locais. Quando um navio se aproximava da costa, antes mesmo de atracar, o governador mandava a bordo um Sargento ou um Cabo com 4 soldados para conferir as suas reais intenções e necessidades. Na ocasião de dois navios aportarem simultaneamente, mandava-se apenas um guarda, pois havia na ilha toda, no tempo de Silva Pais, “apenas dois Sargentos e três Cabos”. Diante dessa situação, faltariam guardas para o que era preciso, além disso, era “conveniente mostrar aos estranhos – que nos julgam pelo que vêem – mais magnificência nestas defesas que as naturais”<sup>39</sup>.

A verdade é que, ao iniciar o século XVIII, a Coroa portuguesa começava a dar sinais de interesse em definir melhor a ocupação da região meridional e o conflito com a Espanha, a fim de administrar, de forma mais proveitosa, o processo de colonização daquelas terras.

---

<sup>37</sup> Arquivo Histórico Ultramarino (AHU)-Santa Catarina, cx. 1, doc. 39. O corpus de documentos oficiais usados na pesquisa são os *documentos avulsos manuscritos referentes à Capitania de Santa Catarina – 1717-1827* (CD-ROM) que se encontravam no Arquivo Histórico Ultramarino em Portugal e foram recentemente catalogados por capitania e trazidos para o Brasil pelo “Projeto Resgate de documentação histórica – Barão do Rio Branco”. Transcrevemos parte dessa documentação do CD-ROM que contém a documentação referente à Santa Catarina na íntegra.

<sup>38</sup> Idem.

<sup>39</sup> Idem.



Podemos definir, como marco de suas ações, a criação da capitania de Santa Catarina e a fundação do Presídio no Rio Grande, em 1738.

Vale ressaltar que para a criação da capitania de Santa Catarina em 1738 pesou favoravelmente algumas informações a respeito das potencialidades econômicas existentes na região. Dessa forma, partiram de São Paulo e Rio de Janeiro uma série de viagens de cunho investigativo com o fim de se averiguar e conhecer profundamente o território.

Uma visão singular desse processo de reconhecimento territorial do sul da colônia portuguesa está registrada em dois importantes documentos: os “autos de serviços do Sargento-Mór Manoel Gonçalves de Aguiar” e as “Notícias praticas da costa – Povoações do mar do sul e resposta que deu o sargento mor da Praça de Santos, Manoel Gonçalves de Aguiar, às perguntas que lhe fez o governador e capitão general do Estado do Rio de Janeiro e Capitánias do Sul, Antonio de Brito e Menezes, sobre a costa e povoamento do mesmo nome”. Essa importante documentação foi comentada e publicada por Afonso de Taunay<sup>40</sup>.

De acordo com Taunay, Gonçalves de Aguiar foi designado pelo governador do Rio de Janeiro para examinar a existência de condições adequadas para a instalação de povoamento na costa de Santa Catarina e para coletar informações sobre a possibilidade de se encontrar ali metais preciosos, e, “especialmente, para verificar se na Enseada das Garoupas existiam favoráveis condições que recomendassem a fundação de uma cidade”<sup>41</sup>. Sua primeira viagem teve início em fevereiro de 1711, outras a seguiram. Destas expedições escreveu Aguiar um relatório, o qual consta ter sido muito útil à Coroa portuguesa, e decisivo para dar início ao plano colonizador de Santa Catarina<sup>42</sup>.

Pela leitura destas “notícias práticas...”, uma espécie de “entrevista” do governador do Rio de Janeiro, Antonio de Brito e Menezes, com o Sargento-Mór Gonçalves de Aguiar,

---

<sup>40</sup> Afonso de E. Taunay, “Em Santa Catarina Colonial: capítulo da história do povoamento”, 1936, páginas de 596 a 651.

<sup>41</sup> Ibidem, p. 597-8.

<sup>42</sup> Ibidem, p. 635.

datadas de 26 de agosto de 1721, salta aos olhos o teor de suas perguntas<sup>43</sup>. Abaixo apresentamos trechos de perguntas que interessavam ao governador:

[...] Se os navios que estão ancorados no Porto da ilha estão seguros de todos os ventos, e de todo o mar? [...] Se há abundancia de peixe, e se tem capacidade para se fazerem nela pescarias de baleias? [...] Se fazendo-se uma fortaleza na terra firme, ou na ilha de Santa Catarina defenderá, e impedirá a entrada do seu porto a todas as embarcações? [...] Em que parte se pode fazer uma povoação conveniente assim para se aproveitar de toda a utilidade, como para o aumento da nova Colônia [...]?<sup>44</sup>.

O conteúdo destas informações torna-se mais relevante se compararmos esse documento com o expediente enviado por D. João V ao governador Brito de Menezes, em 1717. Com o intuito de melhor conhecer as possibilidades de exploração e qualidades ao redor da ilha de Santa Catarina e de defender a região, perguntou então o rei, buscando saber:

Se no porto estão de todo o tempo seguras as embarcações [...] se há abundância de peixe e se pode haver pescaria de baleias [...], se feita uma fortaleza em terra firme defenderá que entrem levantados em outras quaisquer embarcações e [...] se o povoasse dito distrito, poderá servir para aumento da nova colônia [...]?<sup>45</sup>.

Nota-se que o cerne das questões é o mesmo nos dois documentos, o que nos permite pensar que: a) aquela “entrevista” de Menezes com Aguiar tivera sido encomendada pelo próprio rei ao governador do Rio de Janeiro, em carta de 1717; b) os quatro anos que separam a publicação dos documentos (1717-1721), se não houve nenhuma falha na transcrição destes,

---

<sup>43</sup> *Ibidem*, p. 637.

<sup>44</sup> *Ibidem*, p. 649.

<sup>45</sup> *Apud.*, Célia Maria e. Silva, *op. cit* p. 31.

sugere que existia um interesse projetado e bem definido, daí a persistência nas perguntas, feitas, primeiramente pelo rei D. João V, em relação à região de Santa Catarina; c) naquele momento, tratava-se de um plano de sedimentação territorial e a primeira providência tomada pela Coroa portuguesa, no sentido de incorporar definitivamente a região de Santa Catarina ao seu império; d) o expediente do rei revela-nos que o projeto de colonização formulado para a região, visava, primeiramente, defender a região, permitindo que se fizesse o povoamento e a exploração dos recursos naturais (peixes, baleias, madeiras, etc.).

Junta-se a estes documentos, a descrição da ilha de Santa Catarina feita pelo Conselho Ultramarino. Nesse relato são realçadas as potencialidades econômicas da região e a necessidade de dar início àquele projeto colonizador e de sedimentação territorial, constatando que:

[...] nela há abundância de excelentes madeiras, muita abundância de peixe e outros frutos da terra [...] Fortificando-se a ilha, será logo brevemente povoada [...] por haver comodidade para se fazerem grandes fazendas de gados, engenhos de farinha e açúcar [...] Povoando-se esta ilha e o Rio de São Pedro, se fecha de todo pela costa, o continente que pertence à Coroa de Portugal [...] Finalmente, crescerão as Rendas de Sua Majestade com estas povoações porque haverá mais frutos na terra e estabelecer-se-ão contratos<sup>46</sup>.

Do exposto, quase que uma resposta às perguntas formuladas no expediente Real, vislumbramos os pontos fundamentais que nortearam o projeto formulado, visando à criação de um governo regional na ilha de Santa Catarina. São eles, especialmente, os recursos naturais existentes na região (“excelentes madeiras”, “abundância de peixe e outros frutos da terra”, “comodidade para se fazerem grandes fazendas de gados, engenhos de farinha e

---

<sup>46</sup> Descrição da ilha de Santa Catarina. Conselho Ultramarino. *Apud.* Célia Maria e Silva, *op.cit* p. 31. A autora não informa a data deste documento.

açúcar”), com que a Coroa aumentaria seus rendimentos e, sobre os quais, poderiam ser estabelecidos contratos; além de, feita a sua defesa e povoamento, garantir-se-ia a posse e o “fechamento” da costa sul da colônia<sup>47</sup>.

A instalação desses governos significava, assim, uma maior presença do poder central na região. Começava-se, então, a se definir um novo território colonial.

Esse “novo território colonial” que temos chamado genericamente de região meridional, pode ser caracterizado, basicamente, como o espaço geográfico da América do Sul, compreendido: pelo litoral, entre a bacia platina e os campos de Curitiba; pelo interior, entre os caminhos abertos dos campos de Viamão até os limites com a capitania de São Paulo, por trás da Serra Geral. Ou seja, *grosso modo*, o território da antiga capitania de Santo Amaro e terras de Sant’Anna.

Do ponto de vista social, após a expulsão das nações indígenas que habitavam a região, toda essa extensa área foi fortemente marcada pelo *modus vivendi* dos paulistas. Como bem caracterizou Laura de Melo e Souza, as relações sociais na região centro-sul foram balizadas pelas características da “civilização paulista”, isto é, o caminho, o movimento<sup>48</sup>. De acordo com essa autora:

Partindo do litoral, os colonos foram aos poucos incorporando o território da América portuguesa ao âmbito do Império: mundo sempre em movimento onde as hierarquias sociais se superpunham com maior flexibilidade e rapidez; onde os limites geográficos foram, até meados do século XVIII, fluidos e indefinidos; onde os homens inventavam arranjos familiares e relações interpessoais ao sabor de circunstâncias e contingências; onde aldeias e

---

<sup>47</sup> Destaque-se que o Conselho Ultramarino, criado em 1642, era responsável pelos negócios portugueses no Ultramar, e recebia propinas de quase todos os contratos, como dos dízimos, da dízima das alfândegas, das baleias, subsídios dos vinhos, aguardentes e azeites, sal, couros, passagens dos rios, direitos dos escravos, tabaco, etc. Cf. Rodolfo Garcia, *Ensaio sobre a História Política e Administrativa do Brasil (1500-1810)*, 1975, p. 126.

<sup>48</sup> Cf. Laura de Melo e Souza, “Formas provisórias de existência: a vida cotidiana nos caminhos, nas fronteiras e nas fortificações”. In: Laura de Melo e Souza, (Org.) *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*, 1997, p. 45.

vilarejos se erguiam de um dia para o outro, nada garantindo que durassem mais do que alguns anos ou que crescessem com a feição e o ritmo das aglomerações urbanas de além-mar<sup>49</sup>.

Em decorrência dessas características, o poder administrativo da Coroa portuguesa não se impôs nessa região de forma robusta, como nas localidades mais centrais da colônia. Por exemplo, até o início do século XVIII, todo o espaço compreendido ao sul da capitania de São Paulo não possuía limites jurídicos definidos; havia apenas alguns pontos naturais como referência, o que gerava dúvida e conflito entre autoridades locais quanto à pertença dos territórios por parte de capitanias.

Do ponto de vista geopolítico, o território que temos designado por *meridional*, era caracterizado, basicamente, da seguinte forma: as áreas mais próximas ao Rio da Prata e os campos de Viamão que passaram a compreender, a partir de 1738, *grosso modo*, a capitania do Rio Grande de São Pedro; a capitania de Santa Catarina, formada por três vilas principais – Desterro, Laguna e São Francisco – todas no litoral; a serra do mar formava a barreira natural que separava a capitania de Santa Catarina com o planalto, cujo núcleo principal era a vila de Lages, fundada em 1766 e pertencente à capitania de São Paulo. Esta vila caracterizava-se como um ponto de descanso no caminho das tropas que subiam de Viamão com destino à feira de Sorocaba e outras regiões. Lages, que também era um núcleo de criação de gado, ficou sob o domínio paulista até 1820, quando passou ao governo de Santa Catarina; finalmente, podemos definir um quarto território, formado pelos campos de Curitiba e a vila de Paranaguá<sup>50</sup>, também pertencentes à capitania de São Paulo.

---

<sup>49</sup> Ibidem, p. 42.

<sup>50</sup> Entendemos que a definição dessa região meridional é a expressão dos sentidos impressos no espaço pelos processos sociais. Buscamos entendê-los e defini-los, a partir das relações que cada território dessa região mantinha com outros “centros” de poder definidos, como as capitanias de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. De acordo com Vera Alice Cardoso Silva, a região estabelece relações de caráter político, social, econômico com centros de poder estabelecidos, isto é, não está isolada de um contexto mais amplo, de um sistema de relações que ela integra e que fornece seu princípio de identidade. O espaço regional diferenciar-se-á dos demais por vários fatores, fundamentalmente, segundo a autora, no que se refere aos recursos econômicos e

Havia, desse modo, por parte de Portugal, a necessidade de resguardar os novos territórios ocupados ao sul. Embora o gado tenha sido o foco dos esforços dos paulistas, outros recursos também motivavam a ocupação e exploração econômica da região, como por exemplo, boatos da existência de ouro e a potencialidade de exploração da pesca da baleia no litoral catarinense.

Podemos dizer, então, que a busca pelo gado acarretou a posse dos territórios do interior, e a pesca, comercial e de subsistência, foi a principal atividade responsável pela ocupação litorânea; a cata do gado defendia as fronteiras terrestres com os espanhóis, a pesca, o principal porto de parada de navios que se destinavam ao Atlântico sul, a ilha de Santa Catarina. Tal quadro pode ser resumido nas palavras de F. H. Cardoso, quando diz que:

Duas das mais importantes bases de penetração no sul localizaram-se em terras catarinenses: Laguna e Desterro. Uma e outra bem representam os interesses básicos da ocupação do sul: o econômico e o político-militar. Laguna foi o núcleo paulista por excelência dos caçadores de gado. Desterro, a fortaleza portuguesa e o ponto de apoio da navegação que demandava o Prata. Ambas serviam na retaguarda da cobertura para a penetração lusitana e paulista<sup>51</sup>.

Dadas as características naturais favoráveis à criação de gado dos campos sulinos, logo as fazendas foram crescendo. O gado da região meridional foi se transformando num recurso natural fundamental à medida que a exploração das minas de ouro da região central aumentava sua demanda. Ao mesmo tempo, toda a região meridional, onde se localizavam os gados (sobretudo muar e cavalari), foi ganhando destaque aos olhos da Coroa portuguesa, uma vez que os animais eram essenciais na área de mineração. Desse modo, conforme a penetração dos tropeiros paulistas se processava ao sul da capitania de São Vicente, novas

---

aos atrativos que a região oferece à sua ocupação produtiva. In: Marcos A. da Silva (Org.). *República em migalhas: história regional e local*, 1990.

<sup>51</sup> Fernando Henrique Cardoso, *op. cit.*, p. 19.

povoações foram sendo estabelecidas, seguidas da construção de fortalezas e de todo um aparato administrativo.

Portanto, a expansão territorial luso-americana em direção ao sul foi resultado direto do desenvolvimento do processo de colonização. As potencialidades econômicas reconhecidas da região formaram o “pano de fundo” desse processo colonizador, em meio às disputas com a Espanha. A este respeito, encontra-se uma série de relatos de viajantes e cronistas, bem como em toda a documentação oficial analisada.

Enfim, podemos agora definir melhor o que representava Santa Catarina no contexto de conformação dos limites territoriais no sul da América. Em vista do que foi dito acima, os territórios da região meridional foram incorporados ao império luso-brasileiro num processo desencadeado pela expansão espontânea dos bandeirantes paulistas em direção ao sul, o que levou Portugal a buscar estabelecer os limites do Brasil em torno do rio da Prata. Também já afirmamos que a região de Santa Catarina constituiu-se em foco irradiador das bandeiras apreadoras de gado nos pampas e onde funcionava a base político-militar e de apoio contra as investidas estrangeiras nos seus territórios meridionais. Diante disso, Fernando H. Cardoso destacou que “à capitania de Santa Catarina coube um papel decisivo em toda essa penetração”, e conclui ainda que, “sem as povoa catarinenses teria sido difícil a penetração luso-brasileira no sul”<sup>52</sup>.

## **2. O arcabouço político-administrativo**

### **2.1. As bases gerais do sistema administrativo**

A forma de administração adotada por Portugal para o governo da capitania de Santa Catarina denota o meio através do qual a Metrópole subjugou os territórios ao sul da sua

---

<sup>52</sup> Fernando Henrique Cardoso, *op. cit.*, p. 19.

colônia americana. A base da composição e das características do aparelho político-administrativo da capitania, encontraremos no próprio sistema administrativo implementado por Portugal no Brasil. Este sistema buscava dar conta do processo de colonização, ou seja, controlar a apropriação e o uso dos recursos naturais da sua colônia de forma a garantir as riquezas necessárias à Metrópole. Qualquer alteração nesse princípio significava um ajuste necessário, sempre comandado pela conjuntura européia e pela realidade enfrentada na colônia.

De um modo geral, a organização e o sistema de administração do Brasil seguiram basicamente o mesmo da Metrópole, o que vale dizer que, com raras exceções, não se criou nada de original para a colônia<sup>53</sup>. Diante disso, os governos metropolitano e colonial tiveram de enfrentar uma série de problemas de ordem administrativa devido, tanto às peculiaridades encontradas na colônia quanto às distâncias que os separavam. Além dessa distância, o tamanho continental do território da colônia consistiu, muitas vezes, numa verdadeira barreira para as ações centralizadoras do governo absolutista. Sobre o problema da administração no império português como um todo, escreveu Laura de Mello e Souza que:

As dimensões do império português, onde grande distância separavam as diferentes conquistas e o centro decisório do sistema – Lisboa –, imprimiram uma complexidade notável ao poder exercido no seu âmbito. Até que ponto se podia apertar sem que a corda arrebentasse? Como temperar o rigor com a tolerância, ou vice-versa, sem por em risco o funcionamento do todo – o mando no Império e, em última instância, o próprio Império?<sup>54</sup>

---

<sup>53</sup> Cf. Caio Prado Jr, *Formação do Brasil Contemporâneo (Colônia)*, 2000.

<sup>54</sup> Laura de Mello e Souza, *O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII*, 2006, p 15.



Até meados do século XVII, a administração colonial portuguesa na América seguiu o caráter da propriedade fundiária, uma vez que não havia no Brasil uma estrutura pré-existente que favorecesse o comércio, como nas Índias, por exemplo. Segundo Caio Prado Jr.:

O caráter mais profundo da colonização reside na forma pela qual se distribuiu a terra. A superfície do solo e seus recursos naturais constituíam naturalmente a única riqueza da colônia [...]. Aqui, uma só riqueza: os recursos naturais; daí uma só forma de exploração: a agricultura ou a pecuária, subordinadas ambas à posse fundiária<sup>55</sup>.

Perante essa realidade da colônia, Portugal seguiu o sistema de capitânicas hereditárias, concedendo porções territoriais a donatários do reino, que deveriam promover a exploração das terras e dos recursos naturais disponíveis. Visava com isso facilitar o controle sobre o imenso território da colônia americana. De imediato, essa ação previa a diminuição do acesso de navios estrangeiros em suas terras, uma vez que não haviam sido encontrados os metais preciosos desejados. Portanto, a estratégia utilizada por Portugal, inicialmente, foi distribuir as terras “a quem por conta própria estivesse em condições de aproveitá-la”<sup>56</sup>. Sobre essa política, afirma Nereu Vale Pereira que:

A forma original da instituição lusa das sesmarias, que fomentava o cultivo da terra e inibia o latifúndio tomou outro direcionamento no Brasil. Possibilitou, por um lado, a formação de uma nobreza agrária, e de outro, atuou em prejuízo de uma massa considerável de pequenos produtores, fossem eles proprietários ou não<sup>57</sup>.

---

<sup>55</sup> Caio Prado Jr, *Evolução política do Brasil e outros estudos*, op. cit, p. 13.

<sup>56</sup> *Ibidem*, p. 14.

<sup>57</sup> Nereu do Vale Pereira (et al.), (org), *A ilha de Santa Catarina: espaço, tempo e gente*, 2002, p. 356.

Ressalte-se que do ponto de vista social, esse método subordinou muitos colonos aos senhores da terra, os quais se transformaram em verdadeiras autoridades locais.

A consolidação do processo colonizador nos séculos XVII e XVIII trouxe um problema crônico à administração metropolitana: o desnível entre seus objetivos e os recursos disponíveis. Segundo o historiador Arno Wehling:

O exagerado desnível entre objetivos e recursos foi uma constante na estrutura administrativa colonial. A opção pelo sistema de capitanias, as sucessivas divisões e centralizações administrativas em 1572, 1602-1608, 1623-1652 e 1654-1774, o sistema de companhias comerciais, de frotas e de contratos demonstram como, a par de problemas circunstanciais e locais, procurou-se criar mecanismos, nem sempre bem sucedidos, que desonerassem o Estado de algumas das tarefas administrativas, ou as reduzissem a um mínimo compatível com os escassos recursos do Tesouro<sup>58</sup>.

Assim, os fatores de diferenciação do sistema administrativo adotado na colônia estiveram sempre ligados às condições particulares, diversas das encontradas na metrópole, como, por exemplo, o sistema de escravidão e os aspectos físicos do território colonial. No caso específico da região meridional da colônia portuguesa na América, a estruturação dos núcleos de povoamento e as condições naturais do território seguiram em tudo a adaptação do sistema administrativo metropolitano na colônia, sempre sob a influência das condições locais. No seu já clássico estudo da administração portuguesa, Rodolfo Garcia sintetiza o nascimento dos primeiros núcleos coloniais, dizendo que estes encontravam-se:

Disseminados pela vastidão do país deserto, ao longo da costa, sem relações uns com os outros, constituíam apenas focos isolados de povoamento, em meio de tribos selvagens, com

---

<sup>58</sup> Arno Wehling, *Administração Portuguesa no Brasil de Pombal a D. João (1777-1808)*, op. cit, p. 25.

as quais viviam, a princípio, em contínua guerra. Era pois natural que se constituíssem as primeiras vilas e cidades, como se constituíram, por criação arbitrária dos donatários das capitanias e dos governadores, delegados do rei, adotando em tudo a legislação reinícola para a sua organização<sup>59</sup>.

Por muito tempo, até o início do século XVIII, a região meridional do Brasil manteve essas características, isto é, encontravam-se ali focos isolados de povoamento, que viviam em constantes atritos com as tribos indígenas, principalmente os Carijó que habitavam o litoral, e suas primeiras vilas constituíram-se por meio de expansão “voluntária” dos bandeirantes paulistas.

Ao adentrar o século XVIII, a política metropolitana lança mão de uma série de subterfúgios numa tentativa de centralizar o poder na colônia, pois se temia a disseminação das decisões nas mãos dos antigos donatários e de outras autoridades locais. Destaca-se a medida de compra de todas as capitanias que ainda pertenciam a particulares, passando, assim, ao domínio da Coroa. Outra providência tomada nesse sentido foi concentrar as autoridades em determinadas sedes ou capitais, transformando-as em núcleos de poder. No entanto, este recurso teve efeito contrário. Ao manter o poder num determinado local apenas, a metrópole deixava “o resto do território praticamente desgovernado e a centenas de léguas muitas vezes da autoridade mais próxima”<sup>60</sup>.

Ao passo que se consolidava o modelo de ajustamentos da administração, Portugal transformou as antigas “donatarias” em capitanias – território sob governo de um capitão-mor ou general –, que se constituíam as primeiras e as maiores divisões administrativas da colônia. Cumpre observar que, no Brasil, as capitanias foram de dois tipos: principais e subalternas. Como o próprio nome sugere, estas eram subjugadas àquelas. As capitanias de Santa Catarina

---

<sup>59</sup> Rodolfo Garcia, *op. cit.*, 1975, p. 43.

<sup>60</sup> Caio Prado Jr, *Formação do Brasil Contemporâneo (Colônia)*, *op. cit.*, p. 311.

e Rio Grande de São Pedro, por exemplo, foram subordinadas ao Rio de Janeiro, até 1807, quando a capitania do Rio Grande São Pedro elevou-se à categoria de geral, ficando-lhe subordinado o governo de Santa Catarina.

As capitanias eram também subdivididas em outras partes administrativas menores. O seu território era formado por *comarcas*, compostas pelos *termos*, que tinham sua sede nas vilas ou cidades. Os termos ainda se dividiam em *freguesias*; a freguesia, sob o aspecto eclesiástico, formava a *paróquia*, sede de uma igreja matriz e servia também para a administração civil.

O comando da capitania ficava a cargo do governador, nomeado pelo rei, cujo título variava de acordo com a categoria da capitania: capitão-general ou governador, para as principais, ou capitão-mor para as subalternas. A função dos governadores era essencialmente militar, sobretudo nas capitanias que se achavam em áreas de fronteiras, como no caso de Santa Catarina e Rio Grande de São Pedro, contíguas à América espanhola.

Não obstante a instituição do cargo de governador de capitania, o poder administrativo nas localidades esteve basicamente confinado às câmaras municipais. Eram os proprietários de terras que exerciam a maior representatividade e poder nestas câmaras. Escreveu a esse respeito Prado Jr. que “o poder político da Coroa, vamos encontrá-lo, de fato, investido nos proprietários rurais, que o exercem através das administrações municipais”<sup>61</sup>. Assim sendo, em cada região formou-se um núcleo de poder respectivo em torno de suas câmaras. Isto quer dizer, ainda, que o único domínio comum que existia no Brasil colonial era somente em relação à metrópole, não havia em si uma unidade<sup>62</sup>.

Desenvolvendo essa idéia, de acordo com Russel-Wood, o Senado da Câmara representava o governo municipal, e a sua criação era uma resposta a uma situação provocada pelos colonos ao povoarem um determinado espaço. A intenção da Coroa em criar

---

<sup>61</sup> Ibidem, p. 27.

<sup>62</sup> Ibidem, p. 28.

determinados “núcleos” era favorecer a estabilidade administrativa, social e econômica do lugar. No entanto, como demonstra o autor, “não foram todas as vilas que se tornaram *núcleo* para além de um sentido local ou regional”<sup>63</sup>. Provavelmente, este era o caso das vilas meridionais da colônia, cujos núcleos foram levantados, primeiramente, para dar suporte militar à ocupação da região sul e só posteriormente se ligaram a outras regiões da colônia, em decorrência do desenvolvimento de uma classe de proprietários mais significativa.

Essa caracterização do sistema político-administrativo geral da colônia torna-se de fundamental importância para a compreensão do que representava o Brasil para a metrópole em termos administrativos. Na opinião de Caio Prado Jr.:

O Brasil não constitui para os efeitos da administração metropolitana, uma unidade. O que havia nesta banda do oceano, aos olhos dela, eram várias colônias ou províncias, até mesmo “países”, se dizia às vezes, que, sob o nome oficial de capitânicas, se integravam no conjunto da monarquia portuguesa, e a constituíam de parceria com as demais partes dela: as províncias do reino de Portugal e as do de Algarve, os estabelecimentos da África e do Oriente. [...] O que hoje designamos por Brasil, reunia um grupo daquelas circunscrições; e só assim, para os efeitos da análise da administração colonial, que o devemos entender<sup>64</sup>.

A administração geral das capitânicas era exercida pelo *Conselho Ultramarino*<sup>65</sup>, pelo qual passavam todos os negócios da colônia, exceto os assuntos eclesiásticos e militares. Segundo Arno Wehling, cabia a este Conselho a “superintendência dos assuntos coloniais e foi na prática, junto com o Secretário da Marinha e Ultramar, quem governou o Brasil”<sup>66</sup>.

---

<sup>63</sup> A. J. R. Russel-Wood, *Centros e periferias no mundo luso-brasileiro, (1500-1808)*, 1998, p.187-250.

<sup>64</sup> *Ibidem*, p. 313.

<sup>65</sup> O Conselho Ultramarino foi criado pelo decreto de 14 de julho de 1642. Foi criado devido à necessidade de centralizar e unificar os negócios ultramarinos. Pelo regimento do Conselho, algumas alterações deveriam ser promovidas a partir de então, podendo-se citar, por exemplo, que os negócios da Fazenda passavam a ser da competência do Conselho Ultramarino. Cf. Rodolfo Garcia, *op. cit.*, p. 125.

<sup>66</sup> Arno Wehling, *Administração portuguesa no Brasil de Pombal a D. João (1777-1808)*, *op. cit.*, p. 45.

A partir de meados do século XVIII, a situação político-administrativa luso-brasileira sofreu mudanças significativas, assim como todo o sistema colonial, abalados pelo contexto revolucionário europeu. Das transformações ocorridas na política administrativa portuguesa em relação ao Brasil, podemos salientar o aumento do controle fiscal e da máquina estatal, ávida dos vultosos recursos coloniais. Com suas diversas ações governamentais, a metrópole buscava enfrentar a crise que se abatia sobre o reino, principalmente com o fim do comércio com as Índias e com a baixa na produtividade de ouro das Minas Gerais.

Do ponto de vista do pensamento político verifica-se, no contexto de enfrentamento da crise, além da unidade teórica nas orientações administrativas, uma diversidade das ações implementadas. De acordo com Arno Wehling:

As instruções a vice-reis e governadores das principais capitanias, partindo dos ministros como o Marquês de Angeja, Martinho de Melo e Castro e Rodrigo de Sousa Coutinho demonstram objetivos semelhantes na condução dos negócios públicos, quanto à eficiência e moralidade administrativa, gastos, defesa, etc. Os ministros portugueses têm, contudo, a nítida consciência de que suas determinações são dirigidas a um arquipélago, cujos componentes diferem substancialmente entre si. Existe conseqüentemente preocupação em adequá-las à realidade local, considerando-se, normalmente, as grandes regiões político-administrativas<sup>67</sup>.

Para Maria de Lourdes Viana Lyra é importante procurar entender o quadro administrativo das regiões da colônia realizando uma “análise do espaço produzido, que, em suma, significa o estudo da ação do homem sobre o meio natural que o transforma de acordo com seus interesses”<sup>68</sup>. É de sua opinião, também, a necessidade de se observar as relações

---

<sup>67</sup> Ibidem, p. 27.

<sup>68</sup> Cf. Maria de L. Viana Lyra, “A unidade brasileira: uma questão preliminar no processo de Independência”, 1992, p. 127.

que ocorrem devido ao interesse de produção na região, o que permite identificá-la no espaço colonial.

Vale ainda ressaltar que o estudo do empreendimento de luso-brasileiros em âmbito regional é, ainda, campo aberto à pesquisa histórica; um estudo dessa natureza nos permite, por exemplo, compreender melhor as especificidades regionais e atingir as diretrizes e os interesses que levaram estes homens a preencher e explorar as diversas áreas da América. Portanto, pretendemos aqui apenas esboçar algumas trilhas e lançar hipóteses de trabalho, no intento de abrir alguns caminhos de pesquisa nessa direção. Contudo, existem vários aspectos da administração colonial que poderiam ser apresentados, mas para os quais, no âmbito deste trabalho, não cabe uma discussão mais aprofundada<sup>69</sup>.

Nessa direção, passemos agora à análise da conformação do arcabouço político-administrativo da capitania de Santa Catarina. Assim, buscamos apreender as diretrizes políticas que orientaram as práticas de apropriação e uso dos recursos naturais e, conseqüentemente, o modo como se deu a inserção da capitania na economia colonial.

## **2.2. A política e a administração**

Neste item, apresentamos as relações de poder estabelecidas entre os administradores metropolitanos e os colonos que viviam em Santa Catarina, bem como o sistema administrativo dessa capitania, ou seja, a estrutura sobre a qual estavam, de certa forma, organizadas as relações políticas.

---

<sup>69</sup> Ver a esse respeito, por exemplo, o ensaio já citado de Rodolfo Garcia e a coleção “História Administrativa do Brasil”, publicado pela FUNCEP em vários volumes, cada qual enfocando um determinado período da história do Brasil. Para o período compreendido por esta pesquisa, conferir os volumes 4, 5 e 6. Ver ainda, o recente trabalho de Laura de Mello e Souza *O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII*, *op cit*. Esse trabalho apresenta uma vasta revisão bibliográfica e um significativo avanço no debate sobre a temática.

Assim que a região meridional passou aos cuidados diretos do Conselho Ultramarino, quando da compra da capitania de Pero Lopes pela Coroa, em 1709, já estava em curso a expansão luso-brasileira em direção ao sul com vistas ao domínio do território.

Quando a capitania de São Paulo se desmembrou da capitania do Rio de Janeiro, em 1710, o Capitão-General de São Paulo passou a conceder sesmarias na ilha de Santa Catarina e seu continente imediato, aumentando a sua população. Como o governo dos Capitães Generais de São Paulo se estendia até o extremo sul das possessões portuguesas na América, periodicamente partiam de São Paulo para Santa Catarina oficiais que visavam estabelecer um governo e controlar a entrada de navios estrangeiros que aportavam ali. Como ressaltamos acima, o que interessava aos paulistas era, principalmente, o gado para o abastecimento da região mineradora e a captura de indígenas que servissem de mão-de-obra.

Entretanto, a partir de 1738, aos dirigentes paulistas, juntaram-se outras autoridades que deveriam governar a região, nomeados pelo rei e enviados do Rio de Janeiro. Infelizmente, não encontramos na documentação e bibliografia estudadas informações suficientes para aprofundar as relações das motivações do desligamento administrativo da região de Santa Catarina da capitania de São Paulo. Provavelmente, tais motivações estivessem ligadas ao interesse metropolitano de centralizar os principais portos do Brasil em relação ao porto do Rio de Janeiro nas primeiras décadas do século XVIII, em decorrência do contrabando de ouro que poderia ocorrer pela via marítima. Essa suspeita encontra fundamento no que disse o governador de São Paulo, Antônio da Silva C. Pimentel, em 1733: “vim a conseguir a certeza de que o projeto [de construção da Armação de São Sebastião] se encaminha, não ao contracto dos azeites das Baleas, mas a pesca do Ouro das Minas Geráes, e do das minas da jurisdição de São Paulo, lucrando o não pagar quintos de todo elle”<sup>70</sup>.

---

<sup>70</sup> DOCUMENTOS INTERESSANTES. cartas Régias e Provisões (1730-1738). Tipografia da Casa Eclética, Volume XXIV, São Paulo, s/d, p. 105.



Havia, dessa forma, a possibilidade de que o projeto de construção da Armação de pesca da baleia em São Sebastião tivesse como escopo a constituição do ponto terminal da rota de contrabando do ouro que vinha das Minas Gerais e isso poderia ter motivado a Coroa a lançar à mão um plano de sedimentação, centralização e controle dos portos meridionais, com sede no Rio de Janeiro.

À criação da capitania da ilha de Santa Catarina, em 1738, seguiu-se uma série de medidas que visavam dar sustentação à ocupação e exploração da região. Nesse processo, misturavam-se interesses tanto da Coroa quanto de particulares luso-brasileiros, que visavam estabelecer na capitania algum tipo de negócio que lhes fosse favorável economicamente. Começava a partir daí um jogo sempre comandado por esses interesses e que são visíveis por meio da análise do sistema político-administrativo adotado para o governo da capitania.

As transformações que ocorreram na vida política, econômica e social em Santa Catarina não escaparam aos olhares atentos dos cronistas, viajantes e naturalistas que por ali passaram durante todo o período colonial. Em função da posição estratégica da ilha, muitos navegadores aportaram no local e nos legaram descrições valiosas da vida cotidiana e das mudanças que ali se operaram sucessivamente.

Um quadro geral da situação da ilha de Santa Catarina, em princípios do século XVIII, foi descrito por Amédée François Frézier, um engenheiro militar francês, que tinha como função construir fortes nas possessões espanholas na América do Sul para defendê-las contra os ingleses e holandeses. Quando lá esteve, em 1712, descreveu seus aspectos gerais, e mostrou ser a ilha de Santa Catarina:

uma floresta contínua de árvores verdes o ano inteiro, não é encontrado nela outros sítios praticáveis a não ser os desbravados em torno das habitações, isto é, 12 ou 15 sítios dispersos aqui e acolá à beira mar nas pequenas enseadas fronteiras à terra firme; os moradores que os ocupam são portugueses, uma parte de europeus fugitivos e alguns negros; vê-se também

índios, alguns servindo voluntariamente aos portugueses, outros que são aprisionados em guerra. [...] Embora não paguem tributo algum ao rei de Portugal, são seus súditos e obedecem ao governador ou Capitão que é nomeado para comandá-los em caso de guerra contra os inimigos da Europa e os índios do Brasil. [...] Este Capitão depende do governador de Laguna<sup>71</sup>.

Frézier nos revela que a vila de Laguna, formada por fazendeiros paulistas, na sua maioria, criadores de gado, era o núcleo principal de onde emanava o poder antes da criação da capitania da ilha de Santa Catarina. Seu relato nos mostra, ainda, que a ilha estava habitada esparsamente e dividida em sítios, cuja produção se voltava à subsistência local, da qual a metrópole não cobrava tributos. Esta localidade sobrepujaria Laguna, do ponto de vista de sua importância política, devido à constante ameaça espanhola na região.

A carta régia pela qual foi criada a capitania de Santa Catarina foi expedida em 11 de Agosto de 1738. Devido ao clima de tensão e conflito entre Portugal e Espanha pela conquista dos territórios meridionais da América, após 1739, a providência imediata tomada pelo rei Português foi enviar um representante que cuidasse da sua nova capitania. Coube, então, ao brigadeiro José da Silva Pais fortalecer o território e cuidar dos interesses da Coroa portuguesa na região.

É pertinente destacar que os governadores da capitania que sucederam Silva Pais no cargo, não tiveram instruções diferentes das ordenadas àquele primeiro mandatário. De modo geral, todos tinham como função primeira proteger o território da capitania e controlar a tributação sobre a exploração dos recursos naturais, em outras palavras, a “defesa do patrimônio”. De acordo com Fernando A. Novais, a defesa do patrimônio ou a preservação da colônia era a tarefa primordial de uma metrópole colonizadora. Com relação ao Brasil,

---

<sup>71</sup> Martim Afonso Palma de Haro (Org.). *ilha de Santa Catarina: relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX*, 1996, p. 23.

Portugal enfrentava pelo menos dois problemas na manutenção territorial. Por um lado “a defasagem do ritmo de desenvolvimento econômico em relação às outras potências européias; de outro lado, a desproporção entre a imensidão dos domínios e a pequenez da metrópole”<sup>72</sup>. Decorre daí, e sobretudo a partir da segunda metade do XVIII, “a persistente preocupação militar que acompanha as instruções de vice-reis e governadores”<sup>73</sup>.

Logo que chegou o brigadeiro Silva Pais demonstraria as “instruções” que carregava consigo para o seu governo. Além da defesa da região, deveria promover o controle das atividades mercantis e ainda fomentar a exploração de novos recursos naturais, cuidando de enriquecer os cofres da Coroa. Na carta enviada pelo rei português ao governador da capitania do Rio de Janeiro, lê-se o seguinte:

Visto o que empunhais fui servido determinar por Resolução de 5 deste presente mês e ano, em consulta ao meu Conselho Ultramarino, que o Brigadeiro José da Silva Paes passe logo à ilha de Santa Catarina e nela faça sua defesa dentro da maior economia possível. É do Rio de Janeiro que devem partir todos os socorros e precisas ordens à defesa da Colônia e à ajuda do Rio Grande de São Pedro, pois é conveniente que fiquem todos esses portos e lugares da marinha sob um único mando<sup>74</sup>.

Ficaram desmembrados de São Paulo, portanto, a ilha de Santa Catarina e o seu continente, e constituíram-se numa capitania subalterna, dependente do governo do Rio de Janeiro. No entanto, os poderes político, econômico e eclesiástico não estavam concentrados na própria capitania, mas dependiam de decisões vindas de um outro centro de poder: a justiça, tanto civil quanto criminal, cabia ao Ouvidor de Paranaguá; os negócios relativos à economia ficaram subordinados diretamente à Fazenda Real do Rio de Janeiro e os assuntos

---

<sup>72</sup> Fernando Antonio Novais, *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*, 1995, p. 136.

<sup>73</sup> *Ibidem*, p. 137.

<sup>74</sup> Paschoal Apóstolo Pitsica, *Santa Catarina: alguns momentos da capitania*, 1993, p. 91.

eclesiásticos ao Bispado de São Paulo. Como se vê, o poder de decisão da administração da capitania no tempo de sua criação era bastante limitado, o que veio a mudar relativamente com o tempo.

Cerca de três décadas após a visita de Frézier, os reflexos da política colonial e a expansão geográfica portuguesa foram sentidos na ilha de Santa Catarina. Como já se disse anteriormente, a ilha de Santa Catarina era de longa data visitada por diversas embarcações que ali aportavam em busca de descanso da viagem e abastecimento de água e alimento. Aproveitando-se dessa situação, muitos moradores da região realizavam uma espécie de comércio com estes navegadores. Com a chegada de Silva Pais, essa atividade passou a ser proibida.

De acordo com o viajante inglês George Anson (1689-1762), que chegou à ilha em 1740, Silva Pais colocava sentinelas em lugares estratégicos para impedir que os moradores praticassem atividades de comércio ou algum tipo de contrabando, a não ser que o fizessem por um preço exorbitante<sup>75</sup>. Anson observou que para pôr seu plano em prática, o governador “pretextava a necessidade de guardar víveres para mais de cem famílias, que deveriam chegar em pouco para reforçar sua Colônia”<sup>76</sup>. O governador sabia que não havia recursos suficientes para receber qualquer leva de povoadores e que era necessário, portanto, aplicar um controle fiscal. Pretendia ele dar início ao processo de colonização da região, inclusive com o aumento demográfico da capitania.

Desse modo, as alterações processadas nos territórios da região da ilha de Santa Catarina, desde a visita de Frézier, consistiram, sobretudo, nos interesses metropolitanos, perceptíveis através da análise do sistema político-administrativo adotado. Vale destacar, como exemplo, a mudança de sede do governo de Laguna para a ilha de Santa Catarina. Com

---

<sup>75</sup> Ibidem, p. 66.

<sup>76</sup> Idem.

isso também alterou a influência paulista na região, pois o chefe de Laguna era enviado de São Paulo e o governador da capitania do Rio de Janeiro.

No seu ilustrativo relato, o comandante da esquadra inglesa, George Anson, revela-nos, ainda, que algumas descobertas de ouro feitas pelos bandeirantes paulistas em terras coloniais nessa época deram “lugar a novas Leis e a vários regulamentos nas diversas partes do país”. A descoberta de ouro em São Paulo, segundo Anson, teria chamado a atenção do rei de Portugal, que “julgou dever subjugar à sua obediência esta Província, que passava a ser para ele de extrema importância”<sup>77</sup>. De acordo com Anson, este teria sido o motivo pelo qual a Coroa pretendeu dar início ao processo de colonização da região de Santa Catarina, uma vez que, por informação do governador do Rio Grande, existiam nas vizinhanças da ilha consideráveis riquezas, as quais teriam despertado o interesse da Coroa de organizar, no local, um governo nessa época. Convém destacar que além desse interesse, havia, ainda, o intenção da Coroa de proteger os territórios meridionais de possíveis invasões estrangeiras garantindo sua ocupação. Daí podermos pensar ter sido criada a capitania de Santa Catarina, como consequência da expansão territorial.

É verídico que na época da viagem de Anson, para a política metropolitana portuguesa, a região meridional da colônia não poderia mais ficar desabitada e desprotegida, como relativamente estava nos tempos de Dias Velho e Frézier. Faltava, pois, a elaboração de um plano efetivo de colonização, o que veio a ocorrer, primeiramente, com a criação da capitania da ilha de Santa Catarina, em 1738. A partir dessa medida, Portugal lançou mão de um projeto de defesa e povoamento definitivo da área, e transformou a região da ilha, inicialmente, numa espécie de base político-militar, para dar sustentação à conquista da parte meridional da colônia e garantir a vantajosa atividade de criação de gado em Laguna e campos do sul.

---

<sup>77</sup> Ibidem, p. 69.

Por tudo isso, a administração da capitania de Santa Catarina, nos seus primeiros anos, adotou, basicamente, um critério militar. Em primeiro lugar, era necessário garantir a defesa do território, visto a ameaça e o perigo de invasões estrangeiras no sul, sobretudo espanhola.

A partir de então, a preocupação da Metrópole demonstrava ser a expansão das áreas de colonização, sobretudo aquelas que servissem de suporte à exploração das minas de ouro. Desse modo, o projeto geral metropolitano era de sedimentação dos territórios meridionais, visando deixar debaixo de um mesmo governo todos os portos estratégicos, centralizado no Rio de Janeiro, o que veio a ocorrer em 1763<sup>78</sup>.

Nos territórios mais ao sul, era fundamental aos interesses da Coroa portuguesa proteger a ilha de Santa Catarina. Esta consistia em parada obrigatória aos navegadores que se destinavam à região meridional, pois situava-se a meio caminho entre o Rio de Janeiro e a baía do Prata e por ser, também, o último porto apropriado para reparo e abastecimento de água das naus. Além desse aspecto geopolítico, tornou-se a ilha cobiçada, desde o século XVII, pelo “sonho” luso-castelhano de encontrar ali o metal branco. Por esse tempo houve diversos pedidos de mercês de portugueses para a região, sempre com consulta favorável do Conselho Ultramarino. Entretanto, não temos informações suficientes para afirmar que elas tenham sido concedidas em Santa Catarina. Vale ressaltar, portanto, que como justificativa às solicitações feitas ao rei, destacavam-se, além da fertilidade da terra, a possibilidade de se comercializar a prata em Buenos Aires, devido à sua proximidade e o perigo de uma invasão castelhana nas terras da Coroa portuguesa, tornando-se imperativo, por isso, a sua defesa<sup>79</sup>.

Em 1740, o cronista e navegador inglês George Anson já havia ressaltado ter a ilha de Santa Catarina um porto esmerado para o abrigo de navios, em comparação a outros lugares

---

<sup>78</sup> Vale ressaltar que, de acordo com José Ribeiro Jr., a transferência da capital em 1763 – da Bahia para o Rio de Janeiro – não foi somente o resultado de um plano que visava “exercer maior controle sobre o ouro extraído das minas e maior cuidado com os limites ao sul”; junta-se ainda a “idéia de maior integração agrícola e comercial da área geográfica que o porto do Rio de Janeiro servia”. In: *Colonização e monopólio no Nordeste brasileiro: a Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba (1759-1780)*, 1976, p 47.

<sup>79</sup> Cf. Luis de Ferrand Almeida, *op. cit.*

da costa brasileira, e ter sido este um dos principais motivos que levaram a Coroa portuguesa a criar a capitania. Junta-se a este documento, a favor da criação da capitania de Santa Catarina, uma carta dirigida ao rei de Portugal em 14 de Novembro de 1737, pelo então governador do Rio de Janeiro, Gomes Freire de Andrade, na qual este procurava demonstrar “a conveniência de ficar sob a ação de um governo único toda a costa sul do Brazil até a Colonia do Sacramento, pertencente então à capitania de São Paulo, e a urgente necessidade de fortificar-se o porto de Santa Catarina”<sup>80</sup>. Estas informações de Freire de Andrade foram fundamentais na decisão do rei de criar um governo na ilha de Santa Catarina.

Ao ser criada, a capitania de Santa Catarina teve como principal centro de decisões administrativas a povoação de Nossa Senhora do Desterro. No entanto, essa circunstância central imprimia pouco significado para a vila, uma vez que o governo não conseguia arrecadação significativa e por isso quase nada tinha a administrar e construir e, além disso, a maior parte das tarefas administrativas ficava a cargo do Senado da Câmara.

O governo local expandiu sua jurisdição em 1742, anexando a vila de Laguna e territórios adjacentes. Ampliou-se novamente o território da capitania com a incorporação da vila de São Francisco em 1750. A essas localidades se acresceram outras, e em 1820 foi incorporado o planalto, centralizado na vila de Nossa Senhora dos Prazeres de Lages, até então pertencente à capitania de São Paulo<sup>81</sup>. Situada no percurso que medeia entre São Paulo e os campos de Viamão, por onde subiam os tropeiros e os rebanhos do sul, a região de Lages era essencialmente dedicada a atividades agro-pastoris, já que se encontravam ali condições favoráveis ao estabelecimento da criação de gado, graças à existência de campos naturais<sup>82</sup>.

---

<sup>80</sup> Lucas A. Boiteux, *Notas para História Catharinense*, 1912, p. 206.

<sup>81</sup> A vila de Lages foi incorporada à capitania de Santa Catarina por um Alvará com força de Lei outorgado no Palácio do Rio de Janeiro, aos 9 de setembro de 1820, conforme se lê na *Coleção de leis brasileiras, desde a chegada da Corte até a época da independência (1817 a 1822)*, 1837.

<sup>82</sup> Cf. Luis Lisanti e Maria L. Marcilio, “Estrutura Demográfica, Social e Econômica da vila de Lages, 1798-1808”, 1969.

Muitas informações a respeito dos aspectos político-administrativos foram deixadas por Paulo José Miguel de Brito em sua *Memória Política sobre a capitania de Santa Catarina*, publicada em 1829. Português que ocupou diferentes cargos políticos e administrativos no reino, inclusive o de ajudante de ordens do governador de Santa Catarina, em 1811, Miguel de Brito escreveu sobre a criação da capitania de Santa Catarina o seguinte:

A vantajosa posição geográfica da ilha de Santa Catarina, o seu excelente porto, muito freqüentado pelos navios que iam da Europa para o rio da Prata e Mar Pacífico, e outras razões políticas, determinarão em fim o Senhor D. João V em 1738 a formar com a ilha e terra firme adjacente uma capitania ou governo separado, independente da de São Paulo, a que havia pertencido até àquela época<sup>83</sup>.

Além do destaque à posição geopolítica da ilha de Santa Catarina, em seu texto Miguel de Brito disserta de forma bastante esmiuçada sobre os aspectos político-jurídicos e administrativos da capitania.

De acordo com suas informações, a capitania de Santa Catarina compreendia no tempo em que era funcionário, três vilas e dez freguesias. Na ilha de Santa Catarina, encontrava-se a vila capital com invocação de Nossa Senhora do Desterro e quatro Freguesias. Na parte continental da capitania, ficavam as restantes duas vilas, Laguna e São Francisco, e as seis Freguesias.

A vila de Nossa Senhora do Desterro, na ilha de Santa Catarina, embora não tenha sido o primeiro espaço povoado pelos europeus na parte meridional da América, foi desde muito cedo um ponto geopolítico referencial da Coroa portuguesa, vindo a tornar-se a vila capital da capitania. Desde a fundação da Colônia Sacramento, em 1680, em meio aos

---

<sup>83</sup> Paulo Joze Miguel de Brito, *op. cit.*, p. 20.



conflitos territoriais travados entre Portugal e Espanha, já servia aquele povoado da ilha como entreposto no qual se preparavam materiais com destino à instalação da Colônia mais ao sul.

Essa característica geopolítica trouxe sérios prejuízos à população da vila do Desterro e, em geral, a toda a capitania de Santa Catarina. Isso porque o alistamento militar se fazia com gente do campo, o que prejudicava o setor econômico ou da produção. Em outras palavras, a grande parte do contingente populacional, que seria responsável pelas atividades de subsistência, era recrutada para os serviços militares com vista à defesa das fronteiras sulinas. Desse modo, segundo Dante Laytano, “o administrador defrontava-se [tanto com] a [necessidade de] manutenção das forças militares [quanto com a] conquista econômica do território que precisavam ser feitas dispensando-se esforços enormes para garantir a vida das localidades, as colheitas, o trabalho e o escoamento da produção”<sup>84</sup>. Nesse sentido, também vale destacar o que escreveu o já citado Fernando H. Cardoso: “Desterro não se beneficiou diretamente do comércio de gado e sofreu as conseqüências da política de recrutamento para a defesa das terras conquistadas”. Cardoso ressalta ainda que “o recrutamento intensivo dos agricultores veio a tornar-se uma das causas da decadência econômica da ilha de Santa Catarina”<sup>85</sup>.

A povoação de Desterro revestiu-se do status de vila em 1726, em decorrência da expansão colonial luso-brasileira em direção ao sul. Estava situada à beira-mar, no meio da ilha, lançando-se para a terra firme até formar o estreito que separa uma da outra. Como capital da capitania, abrigava a residência do governador, do Juiz de Fora e demais autoridades públicas. Os subúrbios da vila eram caracterizados pelas chácaras de particulares, com seus pequenos jardins e pomares. Vale destacar que praticamente cem anos passados da criação da vila de Desterro, esses pomares chamaram a atenção de Saint-Hilaire pela quantidade e qualidades das frutas que continham.

---

<sup>84</sup> Dante Laytano, “Corografia da capitania de Santa Catarina”, 1959, p. 85.

<sup>85</sup> Fernando Henrique Cardoso, *op. cit.*, p. 21.

A alçada do termo da vila do Desterro compreendia toda a ilha e a porção continental, demarcadas pelas cinco freguesias na ilha e três nas terras adjacentes. As freguesias na ilha eram: a freguesia da matriz da vila capital de Desterro, freguesia de Santo Antônio, freguesia da Lagoa, freguesia das Necessidades e do Ribeirão. O conjunto de freguesias continentais, por sua vez, constituía-se pela freguesia de São Miguel, freguesia de São José e freguesia da enseada do Brito. A primeira deste conjunto situava-se à beira-mar, para dentro da barra do norte da ilha, à distância de mais de uma légua. Eram fregueses dessa paróquia os moradores da enseada das Garoupas, da ponta e praia das Bombas, dos Zimbos, da enseada das Tejucas, da praia das Palmas e da armação grande das baleias, estabelecida na ponta da terra firme, que ficava quase leste-oeste com a ponta setentrional da ilha de Santa Catarina. A segunda localizava-se à beira-mar, quase de frente ao estreito que separa a terra firme da ilha. E por fim, ao sul de São José ficava a terceira freguesia, a da enseada do Brito.

As outras duas vilas que compunham a capitania de Santa Catarina foram instaladas na terra firme: Laguna e São Francisco.

A mais antiga vila de Santa Catarina foi a de Laguna, fundada por Domingos de Brito Peixoto, em 1653. Esta vila situava-se no extremo meridional da capitania, sobre a “estrada geral” que ligava a ilha de Santa Catarina ao continente do Rio Grande de São Pedro. Sua população não passava de cinco mil pessoas, tinha poucas ruas, mas uma praça com um chafariz, casa da Câmara e Igreja Matriz dedicada a Santo Antônio dos Anjos. Possuía um comandante militar subordinado ao governador da capitania.

O termo judicial desta vila estendia-se ao norte à distância de cerca de oito léguas até o lugar denominado de “Pau da Rainha”, por onde confinava com o termo da vila capital e para o sul, numa distância de aproximadamente 19 léguas, até o rio Mambituba, extremo da capitania. Ao norte da vila da Laguna, criou-se uma pequena povoação denominada vila

Nova, cuja Paróquia dedicava-se a Santa Ana. Situada na referida estrada geral, ficava a pouca distância da armação das baleias de Imbituba.

A terceira, e a menor vila da capitania, era a de São Francisco, situada a noroeste da ilha de Santa Catarina e na margem sul do rio de mesmo nome. Era pequena e pouco populosa. Em seu termo havia apenas uma Paróquia, dedicada a Nossa Senhora da Graça. Ao norte, cerca de cinco léguas, estendia-se o seu termo até o rio Saí, extremo setentrional da capitania, por onde confinava com a vila de Guaratuba, pertencente à capitania de São Paulo. Ao sul, o marco era o rio Cambariguassú, a uma distância de 16 léguas, por onde limitava com a vila Capital, e com a freguesia de São Miguel. Tinha também uma Câmara, dois Juizes Ordinários e outras autoridades locais. As armações das baleias de Itapocorói e da ilha da Graça estavam dentro dos limites desta vila<sup>86</sup>.

Os governadores da capitania seguiam as instruções e ordens que a eles eram enviadas por carta pelo Conselho Ultramarino, uma vez que não havia um regimento específico a ser obedecido em seu governo. Tais cartas, que serviam de “Regimento”, foram perdidas após a invasão espanhola da ilha em 1777, ficando os governadores subseqüentes sem ter onde apoiar suas decisões, conforme se lê na carta do governador da ilha de Santa Catarina, tenente-coronel João Alberto de Miranda Ribeiro, enviada à rainha D. Maria I, em 16 de novembro de 1797:

na Secretaria deste Governo se não acha Regimento em forma de regularidade, que sirva de Guia, ou ditame para os governadores o seguirem: e só sim se encontram algumas Régias ordens vagas, que para diferentes objetos, foram aos mesmos governadores remetidas. Estas mesmas que no ano de mil setecentos setenta e sete se acharam depois perdidas, pelos diferentes lugares, aonde a lastimosa confusão desgraçadamente sacrificou tudo; poderiam

---

<sup>86</sup> A respeito dos aspectos político-administrativos da capitania de Santa Catarina, encontramos informações completas na notícia dada ao governador Francisco de Souza de Meneses. AHU-Santa Catarina, cx. 13, doc. 63.

talvez ser em maior número se não tivessem levado o mesmo descaminho que levaram a maior parte dos papéis de todos os Cartórios Públicos; e portanto sou obrigado a confessar, que eu me estabeleço (como governador) em algumas das referidas Provisões Régias, que, (por Casualidade), apesar da referida Confusão, apareceram: assim como no que me parece mais acertado, conforme o costume e pratica dos meus antecessores<sup>87</sup>.

Portanto, nota-se que o governador não tinha um regimento privativo que regulasse suas atribuições. Dirigia-se pelas leis e regulamentos que lhe eram entregues quando de sua posse no cargo e que serviram também de instruções aos seus antecessores. Exercia uma administração individual, isto é, sem conselho, muito embora os oficiais da câmara buscassem interferir diretamente no mando da capitania. Tinha um Ajudante de Ordens e um Secretário. Acima deste governo, estava o poder central, representado na colônia, a partir de 1763, pela figura do vice-rei do Estado do Brasil, sediado no Rio de Janeiro<sup>88</sup>.

Havia ainda, na capitania, um magistrado superior com o título de ouvidor. Foi criada a ouvidoria por decreto de 20 de junho de 1749, desmembrada da ouvidoria de Paranaguá, à qual pertencia até então todo o território dali para o sul. Os ouvidores da capitania de Santa Catarina sempre residiram na vila capital até 1812; pelo Alvará de 16 de novembro desse ano, eles passariam à vila de Porto Alegre, capital da capitania de São Pedro do Rio Grande, ficando esta mesma vila cabeça de comarca.

Quanto aos limites do território compreendido pela capitania, parece não ter havido grandes variações ao longo do tempo. A vida na capitania se desenvolveu praticamente ao

---

<sup>87</sup> AHU-Santa Catarina, cx. 8, doc. 7.

<sup>88</sup> É importante destacar que a força de governo do vice-rei residia, segundo Dante Laytano “no fato de absorver e deliberar não apenas sobre a concessão de terras para criar, mas na maneira de prover o abastecimento das mais longínquas vilas brasileiras ou no levantamento de igrejas, embora seus pareceres e decisões necessitassem passar pelo demorado crivo das repartições ministeriais da corte”. Dessa forma, o vice-rei funcionava como um intermediário entre a metrópole e a capitania sendo auxiliado pelos governadores das capitanias. In: “Corografia da capitania de Santa Catarina”, *op. cit.*, p. 50. Antes de 1808, o governador de Santa Catarina estava subordinado diretamente ao vice-rei do Estado do Brasil. Com a vinda da família Real para o Rio de Janeiro, os governadores de capitanias serviam diretamente às ordens do rei.

longo da costa, com esparso povoamento do interior, constituindo-se numa das menores capitanias da América portuguesa. Isso é o que se depreende pela comparação das informações fornecidas por Paulo José Miguel de Brito, que assim descreve os limites territoriais da capitania: no princípio, compreendidos “pelo norte o rio de São Francisco, pelo sul os montes que desaguão na Lagôa Merim, e pelo oeste os domínios da Coroa de Hespanha”<sup>89</sup>; e Auguste de Saint-Hilaire, que informou ser os limites no tempo de sua viagem à Província (1820):

além da ilha do mesmo nome e da de São Francisco, mais de 655 léguas quadradas em terra firme. Ao norte é limitada pela Comarca de Curitiba, que pertence à Província de São Paulo; ao sul é separada da do Rio Grande do Sul pelo Mambituba; é banhada pelo Oceano do lado leste, e a oeste os seus limites ainda não se acham perfeitamente determinados. Excetuando-se o Distrito de Lages e as margens de certos rios, as terras ocupadas pelos colonos até 1822 não se estendiam a mais de 3 léguas do litoral, e nada indica que a partir dessa época eles tenham avançado mais para o interior<sup>90</sup>.

Percebemos, com base nessas informações, que a capitania de Santa Catarina ficou praticamente confinada ao litoral. Houve pouco avanço em direção aos povoamentos à oeste, sobretudo, ao longo do “caminho do sul” – por onde as tropas subiam com o gado dos campos para serem comercializados nas feiras de São Paulo. A abertura desse caminho foi o resultado da necessidade de interligação do extremo sul com São Paulo e Rio de Janeiro, e prendia-se, diretamente, ao interesse econômico de abastecer as regiões mineradoras com alimento e animal de transporte. Havia ainda a vontade de defender mais de perto a Colônia do Sacramento, reduto português na região platina. Nesse caminho, encontrava-se a vila de Lages.

---

<sup>89</sup> Paulo Joze Miguel de Brito, *op. cit.*, p. 20.

<sup>90</sup> Augusto de Saint-Hilaire, *Viagem a Curitiba e Santa Catarina*, 1978, p. 127.

No entanto, a construção dessa via de comunicação pelo interior provocou desagrado aos comerciantes das povoações litoraneas, justificado pelo prejuízo que tal caminho causava-lhes, já que a atividade comercial era exercida exclusivamente através dos portos de Laguna e da ilha de Santa Catarina. Entenda-se esse conflito pela dificuldade que se tinha de abrir caminhos interligando o litoral e o “caminho do sul”, pois entre ambos havia a imensa e quase intransponível Serra Geral. Não obstante o governador José Pereira Pinto (1786-1791) tenha tentado construir um caminho (iniciado por volta de 1786) a fim de estabelecer uma ligação da região litorânea com o planalto, utilizando os recursos do senado da câmara, notamos que tal empreendimento não obteve os resultados esperados pela população local<sup>91</sup>. A saída deste governador do comando da capitania e a falta de recursos para a criação de núcleos de povoamento determinaram o abandono do projeto e confinaram à estrada a uma pequena picada no mato. Isso é o que se depreende da carta dos oficiais da câmara de Santa Catarina à rainha D. Maria I em 1796:

determinou o mesmo governador [José Pereira Pinto] a este Senado que dos rendimentos dela se abrisse uma Estrada da parte da terra firme até a vila das Lages, que toca a capitania de São Paulo. [...] [visando] resultar ao público muitos interesses, tanto na vinda da Courama, e gados, como na ida das fazendas. [...] Como depois de finda a Estrada, pouco tempo existiu o governador, ficaram os seus projetos suspensos, e assim se tem conservado até agora, não resultando da sobredita Estrada as vantagens que se esperavam, tendo este Senado já pago por conta do preço de sua arrematação quase seis Contos de reis, e vai continuando a pagar até inteirar o resto<sup>92</sup>.

---

<sup>91</sup> No mapa anexo de Paulo José de Brito, observa-se que havia ainda por volta de 1816 um plano de ligação entre o litoral e a vila de Lages, o qual se constituía da criação de novos núcleos de povoamento com concessão de sesmarias ao longo da estrada que fazia essa ligação.

<sup>92</sup> AHU-Santa Catarina, cx. 7, doc. 50.

Nessa carta, os oficiais da câmara solicitavam à Rainha a criação de duas ou três freguesias ao longo da estrada da parte da terra firme até a vila de Lages, com o propósito dos caminhanes terem pouso em suas viagens de comércio, tornando útil a estrada.

A esse respeito, existe também outro documento, escrito anos antes desta carta dos oficiais da câmara, pelo provedor e escrivão da Fazenda Real da ilha de Santa Catarina, Manuel José Piamos. Na sua certidão, declarava que a nova estrada e caminho que se estava abrindo da freguesia de São José da terra firme pelos sertões adentro, até a vila das Lajes, era de grande utilidade para o serviço real, pois além de povoar a área, auxiliava na defesa das terras desta ilha<sup>93</sup>.

Sobre a comunicação pela capitania de Santa Catarina e dela com o restante da colônia, encontramos uma “minuta de memória sobre a localização geográfica, a navegabilidade, a comunicação e as condições de defesa da capitania da ilha de Santa Catarina até o Rio Grande do Sul”, escrita por volta de 1770, por autor anônimo. Na opinião do autor do documento, a ilha de Santa Catarina era:

o estabelecimento mais bem situado para cobrir, proteger e vigiar sobre todos os portos meridionais da América Portuguesa; e o melhor entreposto, por onde se pode fazer e faz a condução dos socorros que se transportam do Rio de Janeiro ao continente de Viamão e Rio Grande de São Pedro. Todas estas vantagens se voltariam contra nós [e delas se] nos seguiriam os mais irreparáveis danos e prejuízos, se chegássemos a perder aquela importantíssima conquista. Por cujo motivo devemos tomar todas as prudentes cautelas e fazer os possíveis esforços para preservá-la de cair nas mãos dos nossos inimigos<sup>94</sup>.

No entanto, como sabemos *a posteriori*, a falta de recursos materiais e humanos impediu o governo da capitania de sanar o “problema do isolamento”. Assim, a capitania de

---

<sup>93</sup> AHU-Santa Catarina, cx. 6, doc. 30.

<sup>94</sup> AHU-Santa Catarina, cx. 3, doc. 10; cx. 13, doc. 77.

Santa Catarina ficou mesmo confinada no lado atlântico da Serra, ligando-se ao restante da colônia somente pelos seus portos.

A economia da capitania era administrada pela Real Fazenda. Este órgão, de acordo com Dante Laytano, “foi instituído em Santa Catarina em 1751 de forma a atender diretamente a capitania e compunha-se de um Provedor, um Escriurário e um Almojarife, que servia de Tesoureiro”<sup>95</sup>. A administração fazendária teve início, na capitania, com a nomeação de um Almojarife da Fazenda Real, em 1748; sucedeu-lhe a Provedoria da Real Fazenda, transformada em Junta em 1817. As Juntas de Fazendas, por sua vez, foram instituídas em cada capitania a partir da criação do Erário Régio, em 1761, os quais subordinavam-se diretamente ao Erário Régio lisboeta. A direção da Real Fazenda, na capitania de Santa Catarina, estava a cargo da Junta desses membros, da qual o governador era também o Presidente. Havia, ainda, em cada vila uma Câmara que cuidava da administração local. Durante o período de 1739 a 1808, a capitania foi governada por 14 governadores e uma Junta Governativa, na maioria das vezes foram militares portugueses.

Enfim, embora ao governador coubessem várias atribuições, era sua ocupação primordial cuidar das fortificações, incluindo o recrutamento militar junto à população incipiente e promover a ocupação efetiva do território. Por isso, quase todos os governadores que passaram por Santa Catarina, entre 1738 e 1808, tiveram que enfrentar um problema político-administrativo crônico, visto que, sem uma população regular, o aproveitamento econômico da terra e do mar ficava comprometido, exigindo de cada governador da capitania uma estratégia peculiar.

---

<sup>95</sup> Dante Laytano, *op. cit.*, p. 81.



## CAPÍTULO 2

### COLONIZAÇÃO EM SANTA CATARINA: SOCIEDADE E NATUREZA

Este capítulo trata propriamente da colonização na capitania de Santa Catarina, ressaltando-se a exploração e uso dos recursos naturais. De antemão, esclarecemos novamente aqui o aspecto da colonização que aprofundaremos. Para tanto, emprestamos de Antonio Carlos Robert Moraes a sua definição, segundo a qual:

Todo processo de colonização tem por origem a expansão territorial de um dado grupo humano, que avança sobre um espaço novo com intuito de incorporá-lo à sua área de habitação. As razões que motivaram tal expansão são bastante explicativas das formas que assume a colonização, uma vez que a apropriação de terra realizada e os usos do solo introduzidos respondem às carências ou às potências que alimentaram a motivação para mover-se. Contudo, nem toda expansão resulta diretamente em colonização. Para que ela ocorra é necessário uma efetivação da ocupação do espaço, isto é, a colonização é um assentamento com certa dose de fixação e perenidade (mesmo que historicamente transitória). A colônia expressa a instalação do elemento externo, do que chega àquele espaço<sup>1</sup>.

Dessa forma, acreditamos que o conceito de colonização presente no texto de Robert Moraes está profundamente interligado à idéia de “apropriação”, entendida no sentido de que o conhecimento e a atuação do homem levam a um certo nível de domínio da natureza. Vale destacar que a palavra “apropriação” será aqui empregada, simultaneamente, nos dois sentidos que ela carrega, ou seja: o de “tomar como propriedade, como seu” e o de “adequado, conveniente”.

---

<sup>1</sup> Antonio Carlos R. Moraes, *Território e História no Brasil*, 2002, p. 77.

Nestes termos, acreditamos que a idéia de “apropriação” pode ser entendida como “o ato de tornar legitimamente seu, algo novo ou de outrem que lhe é conveniente, adequado”. É justamente nesse sentido que se aproxima da idéia de colonização de Robert Moraes, isto é, a idéia de que a colonização é a apropriação de um determinado espaço num movimento regido pelo interesse de quem se move.

A análise do quadro político e administrativo da capitania de Santa Catarina entre os anos de 1738 e 1808 permitiu a compreensão de como se deu ali a fixação do elemento externo e de como os homens de mando estavam organizados para governar e tomar decisões. Permitiu, inclusive, entender como este sistema se articulava para se apropriar dos recursos naturais.

É justamente este aspecto econômico da formação histórica da capitania que será tratado mais de perto neste segundo capítulo, buscando-se evidenciar como Santa Catarina conheceu, simultaneamente a outras regiões da América portuguesa, alterações em seu perfil social e econômico durante o século XVIII. Em outras palavras, demonstrar como a sociedade se organizou para explorar a natureza e como os produtos naturais foram sendo inseridos (manufaturados ou não) no mercado colonial. Portanto, essas alterações sócio-econômicas na capitania foram analisadas dentro de um quadro mais amplo, do movimento de mercantilização da produção, favorecido, especialmente após 1750, pelas políticas metropolitanas.

Sem perder de vista o quadro geral, o capítulo encontra-se dividido em dois itens específicos: no primeiro, apresentamos alguns fundamentos teóricos e metodológicos da História Ambiental e as implicações do seu estudo para a História do Brasil e da capitania de Santa Catarina em especial. No segundo item, buscamos dissertar: primeiramente, sobre a formação social, enfatizando a política metropolitana de povoamento da capitania de Santa Catarina, que teve como primeira medida relevante para a apropriação dos recursos naturais a

chegada dos açorianos e madeirenses; posteriormente, sobre as potencialidades econômicas da capitania, os meios através dos quais os recursos naturais foram apropriados e a rede de mercantilização na qual esteve inserida esta exploração.

## **1. As variáveis ambientais nos estudos históricos: alguns elementos metodológicos**

A incorporação das variáveis ambientais aos estudos históricos, no Brasil, torna-se uma necessidade crescente. De um lado, por permitir compreender aspectos pouco estudados pela historiografia; por outro, devido à economia e à sociedade brasileira continuarem sendo extremamente dependentes dos recursos naturais<sup>2</sup>.

Nas historiografias norte-americana e brasileira, a preocupação em incorporar aos estudos históricos as questões e variáveis ambientais surgiu por volta da década de 1970. Desde então, a natureza passou a figurar também entre os objetos de estudos dos cientistas sociais. Vale ressaltar que antes dessa data, porém, os problemas dessa natureza foram tratados por outras áreas do conhecimento, que não as Ciências Humanas<sup>3</sup>.

Por conseguinte, as variáveis ambientais têm ocupado lugar destacado nos estudos de alguns historiadores estrangeiros e brasileiros<sup>4</sup>. Estes estudos têm revelado, por exemplo, a necessidade de se entender as articulações entre o quadro local, das histórias regionais, com o

---

<sup>2</sup> Cf. José Augusto Drummond, “A História Ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa”, 1991, p. 195.

<sup>3</sup> Idem.

<sup>4</sup> Nas bibliografias estrangeira e brasileira, encontram-se trabalhos que incorporam estas questões e temáticas ambientais nos seus estudos, podendo-se citar alguns: William Cronon, *Changes in the land: indians, colonists and the ecology of New England*, 1983; Keith Thomas, *O Homem e o Mundo Natural*, 1989; Warren Dean, *A luta pela borracha no Brasil: um estudo de história ecológica*, 1989 e *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*, 1996; Alfred Crosby, *Imperialismo Ecológico: a expansão biológica da Europa – 900 - 1900*, 1993; Manuel Gonzalez de Molina e Juan Martinez Alier (orgs.), *Historia y Ecologia*, 1993; Donald Worster, “Para Fazer História Ambiental”, 1991; José Augusto Drummond, “A História Ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa”, 1991, e “Ciência sócio-ambiental: Notas sobre uma abordagem necessariamente eclética”. (Mimeo), 1998; Artur Soffiatti, “Destrução e proteção da Mata Atlântica no Rio de Janeiro: ensaio bibliográfico acerca da eco-história”, 1997; Victor Leornardi, *Os historiadores e os rios*, 1999; Stefania Gallini “Invitación a la Historia Ambiental”, 2002; José Augusto Pádua, *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, (1786-1888)*, 2002; Reinaldo Funes Monzote, *De bosque a sabana: azúcar, deforestacion y meio ambiente em cuba (1492-1926)*, 2004; Paulo Henrique Martinez, *História Ambiental no Brasil: pesquisa e ensino*, 2006.

seu contexto mais amplo. Para o historiador norte-americano Donald Worster<sup>5</sup>, esta é a primeira característica metodológica e analítica da *história ambiental*, ou seja, quase todas as análises focalizam uma região, com alguma homogeneidade ou identidade natural. Este estudo em escala regional e local permite identificar, sobretudo, os tipos de sociedade que se formaram em torno de diferentes recursos naturais.

É opinião do historiador brasileiro José Augusto Drummond, que a história ambiental pode contribuir de forma significativa para o conhecimento da sociedade e de suas relações com a natureza, oferecendo importantes ferramentas de trabalho<sup>6</sup>. Da mesma forma que Worster, Drummond afirma que uma das contribuições metodológicas fundamentais dessa linha de pesquisa para a historiografia atual é, por exemplo, “identificar, em escala regional e local, que tipos de sociedade se formaram em torno de diferentes recursos naturais, que permanência tiveram essas sociedades e que tipo de conseqüências elas criaram para os seus ambientes sustentarem outros tipos de sociedade”<sup>7</sup>.

Nesse sentido, a história ambiental, aproximando-se de uma *história regional*, (destacando-se a compreensão da formação de sociedades em relação ao seu ambiente no âmbito local e regional), é de fundamental importância para o estudo da história das diversas capitâneas no Brasil no período colonial<sup>8</sup>. Isso porque em cada uma delas as formas de relacionamento entre sociedade e natureza foram também específicas: técnicas utilizadas, recursos explorados, níveis de mercantilização, envolvimento e participação nos ganhos de toda ou parte da população, sustentabilidade ou insustentabilidade desta relação, dentre outros aspectos.

---

<sup>5</sup> Donald Worster, “Para Fazer História Ambiental”, 1991.

<sup>6</sup> A esse respeito ver também o texto de Artur Soffiati “Destrução e proteção da Mata Atlântica no Rio de Janeiro: ensaio bibliográfico acerca da eco-história”, 1997. Nesse texto, o autor apresenta um inventário do que chama de Eco-História, seus autores, questionamentos e linhas de pesquisa. Segundo Soffiati, este campo recente de investigação obriga o historiador a repensar em profundidade as relações entre ciências sociais e naturais, sociedade e biologia, homem e natureza.

<sup>7</sup> José Augusto Drummond, *op. cit.*, p.195.

<sup>8</sup> É crescente o interesse na historiografia por uma abordagem política e administrativa na relação “centro-periferia” no estudo da colonização portuguesa na América. Ver, nesse sentido, Laura de Mello e Souza, *O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII*, 2006.

A problemática ambiental coloca em evidência, ainda, a necessidade de se entender o espaço como “lugar” de contradições entre as formas de apropriação da natureza e a produção social. Desse modo, a análise das questões ambientais deve ser feita a partir da leitura das ações societárias sobre o meio ambiente. Como afirma Arlete M. Rodrigues:

A questão ambiental coloca a necessidade de releitura do território onde é preciso considerar e compreender a complexidade da apropriação, da produção, do consumo, da distribuição, a complexidade ecossistêmica e as relações que se estabelecem, ao longo do tempo e no território, das organizações societárias com a natureza<sup>9</sup>.

De acordo com essa mesma autora, “a questão ambiental deve ser compreendida como um produto da intervenção da sociedade sobre a natureza, diz respeito, pois, não apenas a problemas relacionados à natureza, mas às problemáticas decorrentes da ação social”<sup>10</sup>.

Esse aspecto da abordagem dos problemas ambientais por dentro das ciências sociais tem seu lugar de destaque, pois pode se tornar facilmente uma armadilha ao pesquisador. A esse respeito nos ensina Antonio Carlos Robert Moraes que:

construir uma discussão da temática ambiental por dentro das Ciências Sociais significa abordar a relação sociedade/natureza na ótica dos fenômenos sociais. A perspectiva específica dessa visão é tomar essa relação não como interface de dois domínios, mas observar como a sociedade se articula (em sua lógica e dinâmica própria) para se apropriar e submeter a natureza<sup>11</sup>.

---

<sup>9</sup> Arlete Moysés Rodrigues, “A questão ambiental e a (re)descoberta do espaço: uma nova relação Sociedade/Natureza?”, 1994, p. 68.

<sup>10</sup> *Ibidem*, p. 36.

<sup>11</sup> Antônio Carlos R. Moraes, *op. cit.*, p. 90.

Não obstante o tratamento dispensado a essa temática indicar um fecundo diálogo interdisciplinar, o que exige o imbricamento entre métodos e abordagens das diferentes áreas do conhecimento, cabe à historiografia manter-se fornecedora de uma reflexão crítica sobre os problemas da sociedade, sem a preocupação primeira de apontar soluções imediatas aos problemas ambientais. Estamos de acordo com Paulo Henrique Martinez quando afirma que o maior desafio da História Ambiental é o de “abordar as questões ambientais com métodos e instrumentos específicos do ofício dos historiadores [...] ser, antes de tudo, História”<sup>12</sup>.

Outra importante ferramenta da história ambiental é o papel da cultura nos usos dos recursos, sem ignorar a influência dos quadros naturais e nem cair num determinismo naturalista, geográfico ou tecnológico. Explorar as interações entre o quadro de recursos naturais úteis e inúteis, permitindo, assim, identificar diferentes estilos civilizatórios das sociedades.

Esse aspecto do papel da cultura no estudo da relação sociedade/natureza liga-se à variedade de fontes utilizadas nesse trabalho. Podemos citar a literatura de viagens, da qual fazem parte diversos relatos sobre a relação sociedade/natureza. Tais informações provêm de viajantes e naturalistas que visitaram o Brasil a partir do final do século XVIII. Um exemplo da relevância dessas obras parte do pressuposto de que aquilo que para o observador viajante estrangeiro do século XVIII, com seus padrões culturais próprios, constituía um recurso natural útil, para outros padrões, como o dos povos indígenas, por exemplo, era considerado inútil. Nesse sentido, os viajantes naturalistas são fontes valiosas, uma vez que permitem identificar quais recursos naturais são nativos ou não de uma determinada região, como as sociedades valorizavam esses recursos no seu cotidiano e quais tecnologias foram utilizadas para o seu aproveitamento.

---

<sup>12</sup> Paulo Henrique Martinez, *História Ambiental no Brasil: pesquisa e ensino*, 2006, p. 63.

No entanto, todas as suas observações devem passar por um crivo analítico, que possa dar a estes relatos um sentido. Devemos pensá-los como o resultado de um contexto histórico bem definido. Analisando dessa forma, a obra dos viajantes do final do século XVIII e início do século XIX refletia a luta travada entre a burguesia européia e as forças contrárias ao seu desenvolvimento. Eles buscavam, com seus escritos, implementar mudanças, mostrando, sobretudo ao público europeu, “os graves problemas enfrentados pela sociedade brasileira naquela conjuntura internacional revolucionária”<sup>13</sup>.

Num dos capítulos do seu recente livro, Paulo Henrique Martinez nos apresenta alguns significados para o estudo da História Ambiental no Brasil, principalmente em relação ao processo de colonização. A esse respeito, empresta-nos um novo conceito para estudar o Antigo Sistema Colonial no Brasil: o de “devastação”<sup>14</sup>. De acordo com o autor, a palavra “devastação” pode ser empregada pelos historiadores no estudo do meio ambiente, quando se referir a uma forma de exploração dos recursos naturais, marcada pelas seguintes características:

1 – utilitarismo exacerbado, de caráter predatório, perdulário, dilapidador e destrutivo; 2 – drásticas intervenções nos ecossistemas [...] que levam ao abandono ou estagnação das atividades econômicas; 3 – fins mercantis, com rendimentos imediatos e elevados no curto prazo; 4 – indiferença e ausência de racionalidade na manutenção de estoques dos recursos explorados<sup>15</sup>.

Nesse sentido, é de suma importância para a História Ambiental brasileira, segundo o autor, entender “o sentido da devastação, compreender as relações estabelecidas pela

---

<sup>13</sup> Elizabeth. C. Viana, *Os viajantes no Brasil, 1802-1822*, 1981. (Mestrado- mimeo), p. 54.

<sup>14</sup> Paulo Henrique Martinez, “O sentido da devastação”. In: *História Ambiental no Brasil: pesquisa e ensino*, 2006, p. 56 a 81.

<sup>15</sup> *Ibidem*, p. 68.

sociedade com o mundo natural, os distintos processos de interação que esta nutre com a natureza e as conseqüências daí decorrentes”<sup>16</sup>.

No contexto das transformações ocorridas na segunda metade do século XVIII, pode-se entender que a exploração dos recursos naturais na América portuguesa constituiu uma “alavanca” ao capitalismo em formação. Mas, como ressalta Martinez, diferentemente do que ocorreu com o processo de acumulação primitiva de capitais na Europa, caracterizado, sobretudo, pela expropriação da base fundiária, aqui esse processo:

encontrou antes na capitalização das riquezas naturais do que na expropriação de produtores diretos, de trabalhadores independentes e de massas rurais, camponeses e arrendatários, e urbanas, artesãos e corporações de ofício, uma de suas ‘alavancas’. Foi preciso capitalizar os meios de subsistência e de produção existentes nesta porção do Novo Mundo, a terra, as florestas, os solos, os minerais, a fauna e a flora. Todo um sistema de apropriação capitalista, sem custo algum ou a custos reduzidos, abateu-se sobre árvores e plantas, como o pau-brasil e a ipecacoanha, as peles de antas e veados, o óleo das baleias, o salitre, o ouro e os diamantes, o cultivo da cana, do tabaco, do algodão e do café e a criação de rebanhos<sup>17</sup>.

Conseqüentemente, o comércio e a capitalização das riquezas naturais da América portuguesa levaram ao encetamento da colonização, com a ocupação de espaços, a exploração do solo e o povoamento pela metrópole portuguesa. A organização social da produção econômica na colônia encontrou na espoliação dos recursos do solo virgem, das matas, dos rios, plantas e animais, um estímulo à acumulação primitiva de capital, constituindo-se em “alavanca” ao capitalismo em formação.

Portanto, é preciso ainda conhecer como os métodos do processo de acumulação primitiva de capitais devastaram a natureza durante o período colonial e as características que

---

<sup>16</sup> Ibidem, p. 69.

<sup>17</sup> Ibidem, p. 71-2.



esse processo adquiriu, região por região da América portuguesa; bem como analisar a forma predatória de exploração praticada por esse sistema, implantado nas colônias americanas luso-espanholas, sobretudo nas colônias portuguesas<sup>18</sup>. Os efeitos dessa transformação na capitania de Santa Catarina serão analisados nas páginas que seguem.

Neste ponto, cabe um esclarecimento sobre a orientação metodológica de nossa dissertação. Realizamos uma história ambiental da capitania de Santa Catarina, reforçando a relação sócio-econômica de apropriação dos recursos naturais, não nos atendo ao estudo da transformação da paisagem ou dos problemas ambientais acarretados pela colonização. Antes, quisemos analisar o modo como o arcabouço político-social da capitania de Santa Catarina foi estruturado para se apropriar da natureza, as modificações que este sistema sofreu ao longo do período estudado e, conseqüentemente, de que forma eram criadas as condições de transformação da natureza.

## **2. Natureza apropriada: a exploração dos recursos naturais**

### **2.1 O povoamento “oficial” da capitania de Santa Catarina**

O povoamento “oficial” de Santa Catarina foi a primeira medida metropolitana efetiva de colonização da região meridional após a criação das duas capitanias subordinadas ao Rio de Janeiro em 1738: Santa Catarina e Rio Grande de São Pedro. Consideramos a política de povoação de extrema importância, uma vez que, por meio dela, iniciou-se a transformação do ambiente com as atividades de exploração econômica dos recursos naturais.

---

<sup>18</sup> A esse respeito, consultar a “nota ao capítulo 2: persistência da lavoura de tipo predatório”, contida na obra de Sérgio Buarque de Holanda *Raízes do Brasil*, 1995, p. 66-70. As formas predatórias de exploração da natureza no período colonial merecem ser mais bem estudadas pelos historiadores, a fim de compreender, por exemplo, como reagia a metrópole quando eram exauridos os recursos de uma determinada região. Dessa forma, podemos entender ainda os “rastos” deixados pelo sistema colonial tanto no mundo natural quanto nas sociedades regionais formadas em torno de determinados recursos naturais.

Como expusemos no primeiro capítulo, a região meridional, até o final do século XVII e a primeira metade do XVIII, esteve ocupada por tribos indígenas das nações Carijó (litoral), Xokleng e Kaingang (regiões de floresta e campos) e por algumas famílias de paulistas que habitaram aquela vasta área “espontaneamente” e de forma “provisória”<sup>19</sup>. Não obstante as medidas e esforços do governo luso-brasileiro na concessão de terras, criação de alguns núcleos de povoamento e até mesmo vilas na região por essa época, tal processo de colonização não foi perene. De fato, as pequenas vilas litorâneas ao sul de São Vicente não apresentavam uma densidade populacional capaz de ocasionar o aproveitamento, defesa e ocupação da terra como a conjuntura colonial portuguesa pedia. Junta-se a este cenário a situação da população do Arquipélago português dos Açores, de onde vieram os casais a fim de povoar as áreas meridionais do Brasil.

Lê-se numa consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. João V em 1746, que já havia algum tempo, desde o início do século pelo menos, que os moradores, sobretudo os casais das ilhas dos Açores, solicitavam a graça de serem transportados para a ilha de Santa Catarina por estar “a grande multidão de povo que nelas se acham vivendo sem emprego e nem meios para subsistir”<sup>20</sup>. Consta ainda na consulta que, segundo o conselheiro, tal medida resultaria ainda às ilhas dos Açores um “grande alívio em não ver padecer os seus moradores reduzidos aos males que traz consigo uma extrema indigência”, ao Brasil, “um notável benefício em fornecer cultores aos seus vastos sertões, que se acham desertos ou ocupados de bárbaros” e à Fazenda Real “um considerável aumento pelo muito que produziriam aqueles casais”<sup>21</sup>.

Como medida para remediar a situação de falta de povoadores na capitania de Santa Catarina, José da Silva Paes solicitou à Coroa a vinda de novos casais imigrantes para povoar, defender e explorar aquelas novas terras das quais, desde 1739, era governador. Com efeito, o

---

<sup>19</sup> Cf. Laura de Mello e Souza, *Formas provisórias de existência: a vida cotidiana nos caminhos, nas fronteiras e nas fortificações*. In: Laura de Mello e Souza, (Org) *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*, 1997, p 45.

<sup>20</sup> AHU-Santa Catarina, cx. 2, doc. 33.

<sup>21</sup> Idem.

rei português D. João V mandou publicar editais nas ilhas dos Açores em 1747, com o fim de serem transferidas pessoas do arquipélago açoriano, densamente povoado, para o sul do Brasil, especialmente em direção a Santa Catarina. Com tal medida, na opinião de Oswaldo R. Cabral:

Resolvia, assim, El-rei, com um só ato, dois problemas, pois atendia à difícil situação dos açorianos, aliviando as ilhas de grande número de moradores, e povoava uma região para a qual se pedia insistentemente gente e muita gente, capaz de dar vida e calor às minguadas povoadas e vilas estabelecidas no litoral sul do Brasil<sup>22</sup>.

Devemos ressaltar que o interesse metropolitano em transportar grande número de casais açorianos não era o de simplesmente povoar a região meridional, nem tampouco de resolver a situação do Arquipélago. Acreditamos que, aliado ao fato de defesa, estava a necessidade de aumentar a produção de alimento na colônia. Isso pode ser observado no pensamento de um administrador da época. Aos olhos do Procurador da Fazenda, as pessoas que deveriam ser transportadas ao sul do Brasil, deviam gozar “de boa saúde e idade, preferindo os que tiverem exercício de cultura e também alguns artesãos igualmente necessários para o aumento e subsistência das Colônias”<sup>23</sup>. Nesse relato, observa-se que havia um interesse em desenvolver a exploração econômica da região de destino, transportando-se pessoas aptas ao trabalho.

Os lances que teve a arrematação e o transporte dos primeiros casais dos Açores e ilha da Madeira para Santa Catarina encontram-se, também, em outra consulta do Conselho Ultramarino ao rei de 7 de agosto de 1747<sup>24</sup>. Nela, verificamos que foi concedido a Feliciano

---

<sup>22</sup> Oswaldo R. Cabral, “Os açorianos”, 1943, p. 9.

<sup>23</sup> AHU-Santa Catarina, cx. 2, doc. 33.

<sup>24</sup> AHU-Santa Catarina, cx. 1, doc. 34; cx. 1, doc. 46.

Velho de Oldenberg<sup>25</sup> o direito do transporte de mil pessoas, devendo a Fazenda Real pagar pelos imigrantes maiores de 3 anos 30 mil réis e o arrematante cumprir diversas condições, dentre elas o fornecimento dos mantimentos aos passageiros durante a viagem. É interessante notar que, já nesta época, era muito bem controlada a entrada dos mantimentos a bordo do navio. Constava, no regimento do transporte, a expressa proibição de se trazerem gêneros além do que se consumiria na viagem, a fim de se evitar algum tipo de comércio nos portos do Brasil. Quando vinte e cinco anos antes se negociava este transporte, tal condição não existia, podendo-se, portanto, o arrematante trazer qualquer tipo de produto comercializável. Isso quer nos parecer que, por volta de 1750, já havia uma preocupação em proteger o comércio incipiente que era praticado na região meridional.

Aos membros do Conselho Ultramarino, o transporte era de grande importância porque dele dependia o povoamento do Brasil, o aumento dos rendimentos da Real Fazenda, matéria do primeiro cuidado e aplicação do Conselho, e a segurança do novo território. Assim, era preciso dar início à exploração dos recursos naturais para aumentar os rendimentos da Fazenda Real e à povoação ao sul da colônia para evitar as freqüentes ameaças de invasão, sobretudo dos castelhanos. Sobre esse assunto é sintomático o que diz um conselheiro em consulta ao rei em 1746:

além das sobreditas vantagens acresce a necessidade de guarnecer de defensores os confins daqueles vastos domínios pelas muitas partes por onde o tempo tem já manifestado a comunicação e vizinhança dos Castelhanos, as quais se acham quase todas da nossa banda desguarnecidas de habitantes, expostas à qualquer invasão, que nos tempos futuros se pretenda fazer nelas, e já que a Divina providência oferecia uma conjuntura em que com grande quietação e sem ciúme dos nossos vizinhos se possa fazer transporte e a situação dos

---

<sup>25</sup> O comerciante Feliciano Velho Oldenberg além de ter sido arrendatário do contrato do transporte dos açorianos e madeirenses em 1747, segundo Hélio de Alcântara Avellar foi também o colaborador da criação da Companhia de Comércio da Ásia oriental fundada em 16 de março de 1753.

Colonos nas terras dos confins parecia ser muito conveniente aproveitar dela, mandando os ditos casais<sup>26</sup>.

Dessa forma, o povoamento açoriano-madeirense constituiu a primeira providência da política colonial luso-brasileira na região e, sem dúvida, além de uma medida de segurança contra invasões, também pode ser caracterizado como uma prática de ocupação territorial a fim de aumentar os braços trabalhadores nas lavouras na colônia.

Após a primeira leva de casais, o Conselho Ultramarino fez subir ao rei uma representação do conselheiro Alexandre de Gusmão sobre ser conveniente o contínuo transporte dos açorianos e dos madeirenses, “atendendo a grande utilidade que rezultava à Real Fazenda e ao aumento das terras australes do dito Estado”. Ademais, Gusmão demonstrava preocupação com o fato do “grande incomodo com que os moradores [das ilhas], convidados por um edital público, estavam esperando com os seus bens vendidos”<sup>27</sup>. Essa inquietação do conselheiro pode ter sido um dos motivos para que, ao seu ver, não fossem interrompidos os transportes. No entanto, ao Procurador da Fazenda, o conselheiro Antonio Freire de Andrade Henriques, parecia inconveniente continuar com a arrematação de novos contratos além das mil pessoas acertadas com Oldenberg, “no que conviera se fosse certa a voz que corre de haverem chegado com felicidade” os primeiros casais e instalados conforme o plano pré-estabelecido.

Nos primeiros planos do Conselho Ultramarino, esperava-se transportar cerca de 20 mil pessoas. Sabemos que apenas um quarto desse total migrou para Santa Catarina entre 1748 e 1756. A demora nos primeiros transportes foi também tema de crítica do Procurador da Fazenda<sup>28</sup>. Em 1751, haviam chegado a Santa Catarina, em três transportes, 279 casais,

---

<sup>26</sup> AHU-Santa Catarina, cx. 2, doc. 33.

<sup>27</sup> AHU-Santa Catarina, cx. 1, doc. 50.

<sup>28</sup> Idem.

num total de 1459 pessoas; haviam morrido 80 pessoas e 374 estavam doentes. Em 1753, o total da população na capitania era de 9758 pessoas sendo 3400 ilhéus<sup>29</sup>.

A difícil e demorada viagem era encarada com muita esperança pelos imigrantes, aos quais eram prometidas muitas vantagens. Dentre uma série de regalias oferecidas aos novos imigrantes, durante o primeiro ano de sua estadia, podemos destacar a oferta de alimentação, dinheiro e terras para o cultivo. Essa situação pode ser depreendida da leitura da Provisão Real de 9 de agosto de 1747, a primeira medida oficial sobre imigração referente ao sul da colônia. Por meio desse documento, o rei português instruía seus governados, nos seguintes termos:

Ordenareis que se ponha prontas naquela ilha e mais partes da sua vizinhança, onde vos parecer necessário, as farinhas para a ração, que mando dar no 1º. ano à gente que se transportar [...]. Nos portos daquele contorno se fará todos os meses, ou nos tempos que parecer mais oportuno, pescaria para por pronto o peixe fresco, ou seco [...]. Deveis fazer remeter para a dita ilha o dinheiro necessário, para satisfazerem as ajudas de custo prometidas no dito edital [...] <sup>30</sup>.

É verdade que a Coroa portuguesa buscou, de forma contundente, instruir o governador da capitania, José da Silva Pais, e seus sucessores de como os novos colonos deveriam ser recepcionados. Havia, ainda, o cuidado de permitir que a eles fosse assegurado o direito do não recrutamento para o serviço militar no prazo de dois anos. E ainda, a cada casal, seria garantido “um quarto de légua em quadra para se estabelecerem sem que paguem coisa alguma de salário por esta data”<sup>31</sup>. Esta concessão de terra poderia ser expandida pelo

---

<sup>29</sup> AHU-Santa Catarina, cx. 13, doc. 69.

<sup>30</sup> Provisão de 9 de agosto de 1747, In: Paulo Bonavides e Roberto Amaral, *Textos Políticos da História do Brasil*, 2002, p. 248-252.

<sup>31</sup> AHU-Santa Catarina, cx. 2, doc. 33.

governador quando uma família necessitasse. De acordo com o mesmo documento, datado um ano antes da publicação da provisão que estabelecia o transporte:

A cada casal se lhe dará uma Espingarda, duas Enxadas, um Machado, uma Enchó, um martelo, um Facão, quatro facas, duas tesouras, uma Serra com sua Lima de afiar, duas verrumas, dois alqueires de Sementes, duas vacas e uma Égua, e no primeiro ano se lhes dará a farinha que se entende ser bastante para o sustento de cada pessoa<sup>32</sup>.

Com isso a Coroa indicava, aos interessados em se transportar para o Brasil, a intenção primordial de povoar as terras da região sul e não de formar exércitos. É possível ainda que alguns casais tenham recebido escravos para o trabalho nas terras que lhes foram reservadas. Os imigrantes requeriam, como empréstimo, os escravos confiscados pelo governo da capitania e ficavam obrigados a fornecer parte dos rendimentos das suas terras como pagamento. Esse foi o caso de José Francisco de Sousa que migrou da ilha de São Jorge com sua mulher Catarina Eugênia Bitancurt no segundo transporte que se fez dos Açores para Santa Catarina. Em carta ao rei D. João V de 8 de julho de 1756, dava-se a conhecer a situação em que se encontrava este casal imigrante e por isso requeria alguns escravos:

ainda que indigente, e falta de bens, não podendo por si acudir à cultura das terras que Vossa Majestade foi servido mandar se lhe dessem porque seria de cair da sua nobreza o exercitar-se no mecanismo, Vossa Majestade em tais circunstâncias costuma acudir aos seus vassalos para não descerem da sua esfera, maiormente aos que como o Suplicante cuidam de empregar-se no Real serviço. Necessita em tais trabalhos o Suplicante alguns escravos, para as lavouras e aproveitamento das terras, em que interessa não só a sua conveniência mas também a pública utilidade, e Vossa Majestade recentemente em algumas de suas conquistas se tem servido

---

<sup>32</sup> Idem.

mandar dar escravos aos seus vassallos povoadores delas, para os pagarem em tempo determinado por soluções anuais, de que se tem visto seguir utilidade grande ao particular e vassallos de Vossa Majestade, e não menor à Real fazenda<sup>33</sup>.

Não encontramos, na documentação analisada, mais informações sobre a concessão de escravos, mas o documento citado sugere que, por volta de 1750, esse tipo de mercê passou a ser uma prática recorrente.

No entanto, quanto às vantagens oferecidas aos imigrantes açorianos e madeirenses nos editais publicados nas ilhas, sabemos que não foram cumpridas pelos governadores da capitania, tanto pela falta de recursos da própria Fazenda Real da capitania quanto por falta das provisões enviadas do Rio de Janeiro. Isso é o que se lê na carta do governador João Alberto de Miranda Ribeiro à Rainha D. Maria I em 16 de novembro de 1797 reclamando:

tanto a respeito da mesma distribuição das terras aos novos colonos, como daqueles socorros, com que Vossa Majestade tão providentemente os mandava fornecer, quais eram as ferramentas necessárias, as vacas e as éguas para o seu laboratório fabril, de cujos gêneros, a alguns se completaram as ferramentas, a outros parte delas, aliás havendo-as e a nenhuns os animais cavallares e vacuns; sem que a mim me seja possível presentemente averiguar, qual fosse a causa de uma tão considerável falta, que incontestavelmente foi uma das causas, porque ainda hoje se fazem pouco sensíveis os seus de desejados progressos<sup>34</sup>.

Os cerca de 6.000 açorianos e madeirenses que chegaram entre os anos de 1748 e 1756 e que fizeram parte do projeto de colonização da região meridional, foram distribuídos entre a capitania de Santa Catarina (aproximadamente 5.000), e o Rio Grande de São Pedro. Em

---

<sup>33</sup> AHU-Santa Catarina, cx. 1, doc. 60.

<sup>34</sup> AHU-Santa Catarina, cx. 8, doc. 6.



Santa Catarina, a maior parte da população concentrou-se nas freguesias da ilha, no continente próximo e em Laguna.

Foi, portanto, com essa volumosa imigração que se adensaram, consideravelmente, os núcleos onde lhes fora concedida a terra para ocupar e explorar. Deu-se início, como incentivo aos novos colonos, à criação de freguesias e prédios públicos configurando-se, dessa forma, o que seriam os principais núcleos habitacionais do litoral da capitania de Santa Catarina.

A vinda da guarnição militar em 1737, acompanhada da criação da capitania em 1738, promoveu inegáveis efeitos no povoamento da ilha de Santa Catarina e de seus arredores. Sob o ponto de vista estratégico-militar, o povoamento “oficial” (açorianos e madeirenses) foi também condição infra-estrutural para a manutenção das tropas ao provê-las de alimentos, já que os açorianos estavam isentos do serviço militar. De fato, essa política de imigração trouxe uma vitalidade à ocupação e aproveitamento do território meridional da colônia. Sobre essa situação Oswaldo R. Cabral notou que:

A vida na vila de Nossa Senhora do Desterro começou, em verdade, quando os açorianos emigraram das suas ilhas abruptas e se transferiram para a de Santa Catarina. Porque, até então, o que houve não passou de tentativas insignificantes para povoar não só esta como também o continente em torno, com reduzidos povoadores que não puderam resistir às condições inevitáveis de isolamento e de abandono<sup>35</sup>.

Embora o historiador Cabral procure destacar a importância da chegada dos açorianos de forma muito contundente, mais cautelosos, no entanto, devemos concordar que a vila de Desterro conheceu transformações significativas na sua estrutura sócio-política com a imigração açorita-madeirense. Contudo, não acreditamos que ela tenha permitido à vila

---

<sup>35</sup> Oswaldo R. Cabral, “Os açorianos”, 1943, p. 9.

capital, ou mesmo à capitania de Santa Catarina como um todo, sair “das condições inevitáveis de isolamento” referidas por Cabral.

Logo que chegaram as primeiras levadas de casais, depois de uma viagem de aproximadamente três meses, eles dedicavam-se, basicamente, à pesca e à produção agrícola. Do ponto de vista da transformação ambiental, o aumento da população exigiu uma maior extração e exploração dos recursos da natureza, sobretudo para o aumento das áreas voltadas à subsistência. Algumas áreas ao longo do litoral foram desmatadas, ou para abertura de pasto para o gado, principalmente no sul da capitania, ou para o cultivo de gêneros de primeira necessidade.

Lucas Boiteux mostra o quadro geral do início do processo de colonização propriamente dito da capitania de Santa Catarina:

Com a colonização açorita-madeirense a ilha de Santa Catharina e o continente fronteiro começaram a florescer vantajosamente e as encostas dos morros e os vales húmidos cobriam-se de pomares e hortas. Por toda a parte ouviam-se as pancadas fortes dos machados ferindo o rijo cerne das árvores collosaes, o ruído metallico das enxadas limpando a terra virgem. Apareceram as primeiras atafonas, os engenhos de assucar e farinha. As várzeas cobriam-se de canaviais, e roças de milho; largos trechos de terra iam sendo aproveitados carinhosamente na cultura de legumes e fructos [...] <sup>36</sup>.

Assim como Oswaldo Cabral, Boiteux tratou de forma “romântica” a imigração açoriana. Entretanto, acreditamos que tal medida da Coroa portuguesa tenha dado início a um processo de apropriação da terra na capitania, configurando-se o início do processo de colonização, com a exploração de produtos agrícolas.

---

<sup>36</sup> Lucas A. Boiteux, *Notas para História Catharinense*, 1912, p. 226-227.

A esse respeito ainda é digno de nota o que escreveu José de Souza Azevedo Pizarro e Araújo, um cronista nascido no Rio de Janeiro em 1753 e que realizou seus estudos no Brasil e em Portugal onde se bacharelou em cânones. Com o resultado de suas pesquisas, iniciadas em 1781, produziu dez tomos com informações e dados sobre diversas regiões da América portuguesa, publicados sob o título de *Memórias Históricas do Rio de Janeiro*. Em relação ao início da colonização da capitania de Santa Catarina, escreveu que:

Aumentados os braços cultivadores, entrou aquele terreno, ainda que montanhoso e pedregoso a produzir com prodigalidade quanto os novos lavradores entregaram de sementeira a sua fértil nutrição, sem demasiada indústria, a que a pobreza não pode auxiliar, mas com suficiente aplicação<sup>37</sup>.

Nas primeiras décadas após a criação da capitania, a vida da população concentrava-se ainda no cumprimento de ordens e na produção agrícola para sobrevivência, como temos dito até o momento. Essa produção foi bastante prejudicada no nível técnico, pois muitas das promessas feitas nos editais aos imigrantes que pretendiam migrar para o Brasil não foram cumpridas pelos governadores. De qualquer modo, não podemos duvidar que este processo migratório tenha causado impacto sobre o ambiente catarinense. A esse respeito, assinalou Mariléia Martins Caruso que a política de imigração iniciou ainda um processo de desmatamento da ilha de Santa Catarina. O grande salto populacional (mais cinco mil pessoas) acarretou uma ocupação e colonização do lugar, “que antes era habitado por algumas dezenas de pessoas que abriam raríssimas clareiras nas florestas”<sup>38</sup>.

Analisemos um quadro da população da capitania de 1806, assinado pelo capitão-mor Jacinto Jorge dos Anjos, que em 1821 assumiu a presidência da Junta do Governo Provisório

---

<sup>37</sup> José de Souza Azevedo Pizarro, “Capítulo IV. ilha de Santa Catarina”, In: *Memórias históricas*, 1948, p. 250.

<sup>38</sup> Mariléia Martins L. Caruso, *O desmatamento da ilha de Santa Catarina de 1500 aos dias de hoje*, 1983, p. 80 e 84.

em Santa Catarina, a fim de compreender mais de perto o tipo de população que ali se fixou e seus números<sup>39</sup>.

De acordo com Jacinto dos Anjos havia na capitania, em 1806, um total de 30.009 habitantes. Nas 6 freguesias da ilha de Santa Catarina habitavam 18.132; na vila de Laguna e freguesia adjacente 5.684 e em São Francisco 5.293.

A respeito da população da vila capital do Desterro com suas freguesias, podemos chegar a alguns resultados. Para tanto, usaremos a classificação do mesmo autor para compreender como estava distribuída esta população por categoria de empregos. Apresentava-se, então, a população da vila capital com 18.132 habitantes, dos quais 4.643 eram escravos (3146 homens e 1497 mulheres) perfazendo um total aproximado de 25% da população. Os oficiais de ordenança e de milícias respectivamente eram em números de 12 e 70. A primeira categoria empregatícia da população das freguesias da ilha de Santa Catarina era de lavradores (3.589, cerca de 20% do total de habitantes), seguida de 106 pescadores, 81 sapateiros, 64 carpinteiros, 46 vendeiros, 40 marinheiros, 35 mercadores, 31 alfaiates e 15 ferreiros.

A análise desses dados deixa claro que a principal ocupação da população da vila capital da capitania de Santa Catarina era a lavra da terra. Como não havia um contingente de escravos significativo, o trabalho de subsistência foi a ocupação principal da população. Os negros africanos e mestiços da capitania foram sempre de menor significação que nas demais regiões do Brasil, devido, sobretudo, à baixa capacidade de investimento do catarinense, que não podia adquirir muitos escravos<sup>40</sup>. A mão-de-obra destes cativos era empregada, na sua maioria, em atividades dos entrepostos da pesca de baleia, o que se explica pelos investimentos que movimentavam essa indústria. Porém, o declínio das armações, no início

---

<sup>39</sup> AHU-Santa Catarina, cx. 11, doc. 37, 28, 23, 18, 15.

<sup>40</sup> Cf. Fernando Henrique Cardoso, *O negro e a expansão portuguesa no Brasil Meridional*, 1958, p 16.

do século XIX, resultou na diminuição dessa população que, posteriormente, migrou para outras partes da colônia.

De acordo com o viajante francês Auguste de Saint-Hilaire, assim se apresentava o quadro dos habitantes na capitania de Santa Catarina:

Até meados do século XVIII, quando ainda dependia de Laguna, Santa Catarina contava apenas com 147 brancos, alguns negros livres e pequeno número de índios, aprisionados na guerra, e outros que se juntavam voluntariamente aos portugueses. Em 1796, cerca de cinquenta anos depois da imigração das famílias açorianas, havia na Província de Santa Catarina 23.865 indivíduos. Dezesesseis anos mais tarde, em 1812, a população já chegava a 33.049 pessoas, das quais 7.578 eram escravos e 665 eram negros ou mulatos livres. Os dados oficiais relativos a 1818 já apresentavam um total de 44.044 indivíduos, e em 1824 esse total havia subido para 45.430, sendo 15.553 na ilha e 29.877 no continente<sup>41</sup>.

Esse quadro revela o expressivo aumento da população da capitania com a imigração açoriano-madeirense, além da alta densidade demográfica das vilas, dado o tamanho do território, principalmente se comparado com outras regiões da colônia, como por exemplo, São Paulo, Goiás e Mato Grosso<sup>42</sup>.

Segundo Paulo Miguel de Brito, em 1810 a densidade demográfica na capitania chegava a 30 habitantes por légua quadrada<sup>43</sup>. Saint-Hilaire apresenta outros dados. Pelos cálculos desse viajante francês, a superfície total de Santa Catarina media 700 léguas, portanto

---

<sup>41</sup> Augusto de Saint-Hilaire, *Viagem a Curitiba e Santa Catarina*, 1978, p. 128. Os mesmos dados de Saint-Hilaire para o ano de 1812 aparecem num quadro da população de Santa Catarina no jornal *O Patriota*, (jornal literário, político, mercantil, &c. do Rio de Janeiro). Terceira Subscrição. Nº. 3. Maio e Junho. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1814. No entanto, Paulo J. M. de Brito, questiona estas informações: “Parece-me que há uma exageração nesta avaliação publicada no Patriota; porque o mappa da população de 1810, que se remetteo para o Ministério, dava indivíduos brancos e ambos os sexos 23.680, que para 24.806 vai a diferença de 1126; aumento este, que não podia ter lugar em três annos pela marcha ordinaria das cousas; porém se há excesso, não será grande” In: *Memória política sobre a capitania de Santa Catharina*, p. 53, nota 7.

<sup>42</sup> Cf. Paulo J. Miguel de Brito, *op. cit.*, p. 54.

<sup>43</sup> *Ibidem*, p. 50.

a densidade demográfica era de 96 habitantes por légua quadrada. Entretanto, convém ressaltar que o número de 96 habitantes está incorreto. Esta taxa não poderia passar de 50 habitantes por légua quadrada, segundo os próprios dados de Saint-Hilaire (aproximadamente 33.049 habitantes para uma extensão territorial de 700 léguas). Mesmo assim, essa taxa para o Brasil constituía-se numa população considerável (em São Paulo havia 9 habitantes por légua quadrada e Minas 40 habitantes). Em relação aos escravos, afirma que nas regiões auríferas e de cana-de-açúcar, o número deles se igualava ou ultrapassava o de homens livres, enquanto que em Santa Catarina a razão era de, no máximo, 1 escravo para 5 homens livres, uma vez que na região não havia minas de ouro e nem grandes engenhos de açúcar.

Passemos então ao estudo da produção da capitania de Santa Catarina, dando destaque às formas de apropriação e uso dos recursos naturais à luz das políticas metropolitanas.

## **2.2. Colonialismo português e apropriação dos recursos naturais**

Embora todo o território da colônia pertencesse à metrópole, e fosse legítimo ao “poder central” a sua exploração, a Coroa teve que se articular e atuar de diversas formas em relação aos diferentes “poderes locais e regionais” para conseguir, na prática, explorar sua colônia. Havia sempre uma elasticidade na relação entre a esfera metropolitana e a esfera colonial, esta representada pelos governadores das capitanias, as câmaras e mesmo alguns setores aristocráticos, pois era na colônia onde realmente se dava a acumulação primitiva. Segundo José Jobson de Andrade Arruda:

o mercado brasileiro fornecia para Portugal produtos alimentícios e matérias-primas indispensáveis à indústria portuguesa, e numerosos produtos reexportáveis. Economicamente,

essas reexportações de produtos brasileiros rendiam para Portugal uma elevada soma em dinheiro, ou crédito, ou produtos importados<sup>44</sup>.

Essa situação só foi possível a Portugal devido ao protecionismo e ao monopólio impostos sobre as diferentes regiões da colônia. Ressalte-se que buscamos, neste trabalho, apreender como os mecanismos desse “exclusivismo” foram implantados para a apropriação dos recursos naturais na capitania de Santa Catarina.

Sob este ponto de vista, podemos distinguir diferentes configurações regionais na América portuguesa, dotadas de uma organização específica. Segundo István Jancsó e João Paulo G. Pimenta, “à incorporação de novos territórios ao controle efetivo da coroa [...] correspondia o fortalecimento de centros de convergência com feição de pólos articuladores dos múltiplos espaços sociais criados”<sup>45</sup>. Vale destacar que a capitania de Santa Catarina, criada em 1738, ficou subordinada à do Rio de Janeiro, e dessa praça também fazia parte como fornecedora de produtos.

No campo historiográfico vem se tornando cada vez mais imperativo compreender o cenário regional colonial nas diversas historicidades, pois como sugere Paulo Henrique Martinez:

O desenvolvimento de histórias locais e regionais, compondo uma cartografia das ações, idéias, comportamentos e relações políticas, pode contribuir para explicar com nitidez a constituição de vínculos entre um pólo aglutinador de poder, amparado nas províncias do

---

<sup>44</sup> José Jobson de Andrade Arruda, *O Brasil no comércio colonial*, 1980, p. 662-3.

<sup>45</sup> István Jancsó e João Paulo G. Pimenta, “Peças de um mosaico (ou apontamento para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira)”. In: Carlos Guilherme Mota, *Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000)*, 2000, p. 137.

sudeste do Brasil, e a constelação de interesses singulares distribuídos pelos diversos territórios na instauração do Império do Brasil<sup>46</sup>.

Portanto, na explicitação dessas circunstâncias, a colônia emerge como um conjunto formado por diversas regiões, cujas unidades administrativas foram as capitanias. Entretanto, os interesses econômicos muitas vezes se sobrepunham a estes aspectos jurisdicionais, permitindo que dentro de uma capitania ou mesmo entre outras, formassem diversas rotas, que integravam espaços distintos, porém complementares.

Junta-se, assim, a este aspecto da formação regional da colônia, o fato de se ter criado também um mercado interno colonial, ou seja, entre essas regiões, com suas características próprias de exploração econômica da natureza e grupos sociais envolvidos. Esse aspecto da existência de uma dinâmica interna do mercado colonial e o papel que a capitania de Santa Catarina desempenhou nele, será tratado mais adiante, na análise da economia catarinense.

No estudo da formação histórica da capitania (1738 a 1808), dois aspectos fundamentais das medidas político-administrativas merecem destaque: o recrutamento militar e a fiscalização. São esses dois, os principais mecanismos que definiram o processo de colonização na capitania de Santa Catarina. O esquema político-administrativo da capitania, em linhas gerais, era o seguinte: em períodos de paz nas fronteiras – com os castelhanos e com as tribos indígenas, os governadores da capitania aumentavam a fiscalização sobre a exploração e circulação dos recursos naturais, a fim de aumentar a arrecadação da sua Fazenda. Em períodos de conflitos, guerra e mesmo às vezes em tempo de paz, a maior parte da população apta ao cultivo da terra, ou seja, os lavradores, era recrutada para servir nas Fortalezas, reforçando o contingente militar. Portanto, é preciso entender esses mecanismos como reflexos da prática colonial portuguesa. Em outras palavras, é necessário perceber até

---

<sup>46</sup> Paulo Henrique Martinez, “O Ministério dos Andradas (1822-1823)”. In: István Jancsó, (org.), *Brasil: Formação do Estado e da Nação*, 2003, p. 493.



que ponto a política colonial portuguesa impunha-se com mais determinação sobre a capitania e de que forma os resultados do processo colonial permitiram o surgimento de variáveis específicas.

A forma típica portuguesa de exploração colonial consistiu no estabelecimento de monopólios. Desde os primeiros contatos com os territórios americanos, os portugueses se restringiram à comercialização dos produtos naturais. Esse comércio logo foi considerado monopólio da Coroa e, posteriormente, todas as atividades econômicas passaram à posse e controle de Portugal. Cumpre lembrar que, com a Restauração, em 1640, deu-se início a uma fase de concessões constantes, o que enfraqueceu, de certa forma, o monopólio da Coroa. Porém, simultaneamente, o Estado procurou organizar melhor o sistema de exploração ultramarina com a criação do Conselho Ultramarino e da Companhia Geral de Comércio para o Brasil, em 1649. No século XVIII, a partir de 1750, a política colonial portuguesa seria definida como um sistema pelo Marquês de Pombal, seguida de várias iniciativas, objetivando a limitação da participação estrangeira no comércio luso-brasileiro e a obtenção de maiores rendimentos à Coroa através do “exclusivo metropolitano”.

Isso significa que as potencialidades naturais das colônias portuguesas necessitavam de “licença” para ser exploradas. As autorizações para a exploração econômica na colônia eram concedidas por meio de contratos firmados entre um interessado e a Coroa, a qual usufruía os valores previamente estabelecidos para um determinado período de tempo. Segundo José Ribeiro Jr., para que o Brasil promovesse vantagens econômicas a Portugal através da exploração dos recursos naturais, “foi montado um quadro institucional de relações entre a metrópole e a colônia visando regular o regime de comércio monopolista, eixo do sistema da colonização moderna”. Com esse objetivo de explorar a colônia americana,

Portugal criou diversos organismos que foram estruturados de acordo com os recursos de que dispunha e de “acordo com a natureza da região a ser explorada”<sup>47</sup>.

Nesse sentido, o século XVIII caracteriza-se como o centenário dos monopólios, que se impuseram sobre numerosos artigos de primeira necessidade, sobretudo no que diz respeito às novas capitanias criadas durante esse período. Tais monopólios foram exercidos de duas maneiras diferentes: exploração direta ou por arrendamento, isto é, inclusão de uma indústria completa ou somente da produção e da distribuição de um determinado produto.

Pretendemos inserir nesse contexto nossos dados a respeito da apropriação dos recursos naturais na capitania de Santa Catarina. Dessa forma, desejamos mostrar os organismos que se estruturaram para esse fim e as relações de necessidades e demandas metropolitanas e de outras regiões centrais da colônia, como o Rio de Janeiro. As páginas que seguem caminham nessa direção.

### **2.2.1. A exploração econômica dos recursos naturais**

A atividade econômica de exploração dos recursos naturais na capitania de Santa Catarina durante o período colonial revelava-se, sobretudo, de duas formas básicas: a subsistência familiar e o extrativismo.

A agricultura de subsistência esteve voltada para a produção de alimentos para o auto-consumo e também para o abastecimento interno da colônia. A função sócio-econômica que esta atividade cumpriu na capitania pode ser definida nas palavras de Maria Yedda Linhares, quando diz que: “coube à agricultura de subsistência ocupar a terra, desbravando-a e povoando-a; organizar-se sob formas de trabalho camponês para produzir excedentes e

---

<sup>47</sup> José Ribeiro Jr., *Colonização e monopólio no Nordeste brasileiro: a Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba (1759-1780)*, 1976, p. 3.

atender, progressivamente, às necessidades dos núcleos urbanos em expansão”<sup>48</sup>. As principais atividades extrativas foram a pesca e o corte de madeira.

A exploração dos recursos naturais em Santa Catarina foi, inicialmente, marcada por um caráter de implantação, acompanhando-se os núcleos bandeirantes e açorianos que haviam sido instalados a partir de 1748. A produção agrícola, nesse período inicial da colonização, destinava-se basicamente ao auto-consumo e seus principais gêneros foram a mandioca, o arroz, feijão, milho e o trigo. Com o tempo, essas práticas aumentaram e se diversificaram, ainda que vagarosamente, e seus produtos foram sendo inseridos no mercado colonial.

A caça às baleias, a partir de 1742 (data do primeiro contrato), fez surgir armações de pesca desses animais no litoral catarinense, que foram ampliando a sua atuação com a formação de novos núcleos de povoamento e só teve seu declínio no final do século XVIII e primeiras décadas do seguinte. A pesca da baleia como monopólio da Coroa foi uma atividade mais complexa, que exigiu, inclusive, o emprego da mão-de-obra escrava. Por esse motivo, o seu desenvolvimento dependeu do investimento do capital particular, notadamente de comerciantes de Lisboa e do Rio de Janeiro.

Diretamente relacionada a esta atividade baleeira esteve outra, a extração de madeiras, tanto para construção das baleeiras e fábricas, como para o fornecimento de lenhas para alimentar as fornalhas de derretimento das postas de baleia para o fabrico do óleo. Além desse emprego das madeiras nas armações, desde os primeiros momentos do processo de ocupação do solo da região, foi significativa a exportação de madeiras, que fez surgir, por exemplo, o emprego de administrador do corte de madeiras.

Foram desenvolvidas pelas famílias, ainda, atividades paralelas de pequena agricultura e pesca, além de artesanatos, como a fabricação de tecidos de algodão e de linho, de rendas de bilros e fabricação de potes de barro.

---

<sup>48</sup> Maria Yedda Linhares, “Subsistência e sistemas agrários na colônia: uma discussão”, 1983, p. 749.

Alguns aspectos da relação entre a sociedade e a natureza na capitania de Santa Catarina merecem ser destacados. São eles: as condições ambientais encontradas pelos colonizadores, a estreita dependência dos ritmos naturais devido à precária tecnologia empregada na lavoura e a falta do gado para fertilizar a terra, bem como o isolamento da capitania em relação às veias de comércio mais abertas, por exemplo, o “caminho do sul” no planalto, que ligava a região dos campos a São Paulo e às outras partes da colônia.

Portanto, convém demonstrar que apropriação dos recursos naturais esteve diretamente ligada às potencialidades econômicas<sup>49</sup> encontradas no meio físico do território no qual ela incide. Em relação à configuração das áreas economicamente ativas na capitania, recorreremos às informações fornecidas por três contemporâneos, que viveram a segunda metade do século XVIII e a primeira do seguinte: Paulo José Miguel de Brito<sup>50</sup>, Aires de Casal<sup>51</sup> e o governador João Alberto de Miranda Ribeiro<sup>52</sup>.

Já expusemos, anteriormente, que o território compreendido pela capitania de Santa Catarina era basicamente o litoral, com pouca extensão ao interior. Segundo caracterização de Paulo de Brito, a capitania apresentava, na faixa litorânea, um terreno pouco elevado. No entanto, os terrenos mais adentro do território possuíam uma maior elevação, quanto mais próximo da Serra Geral. Conseqüentemente, “acham-se vastas planícies, e altos montes; àquelas e estes cobertos de densas matas, onde se criam e vegetam excelentes madeiras”<sup>53</sup>.

As planícies merecem destaque, pois se encontravam cobertas de florestas, de onde eram extraídas as madeiras para uso diverso. A principal planície era conhecida como

---

<sup>49</sup> Por “potencialidades econômicas” estamos entendendo o que, aos olhos dos homens da época, eram recursos naturais “úteis” que poderiam, ou já estavam sendo, cultivados ou explorados *in natura* na capitania.

<sup>50</sup> A sua descrição física da capitania encontra-se entre as páginas 27 e 37 da sua obra já citada. Segue anexo a presente dissertação uma “planta hidro-topográfica de parte da capitania de Santa Catarina” elaborada por Brito. Nela podemos observar, além do plano geográfico um plano de ocupação do interior da capitania.

<sup>51</sup> Manuel Aires de Casal, *Corografia Brasilica ou Relação histórico-geográfica do reino do Brasil*, 1976. As informações a respeito da “Província de Santa Catarina” estão entre as páginas 89 e 96.

<sup>52</sup> Ofício de João Alberto de Miranda Ribeiro ao vice-rei conde de Resende, remetendo relatórios e mapas referentes à extensão e limites da ilha de Santa Catarina e distritos de sua jurisdição, em 1797. Este documento encontra-se transcrito e publicado na íntegra em Laytano, Dante, *op. cit.*, p. 122-187.

<sup>53</sup> Paulo J. Miguel de Brito, *op. cit.*

“campos de Una, situados entre aquela Serra e os montes que bordam a costa do mar [...] um pouco para o norte do extremo setentrional da grande lagoa chamada vulgarmente Laguna”. Ao norte dos campos do Una, encontrava-se outra área campestre, com algumas léguas de extensão, entre o campo do governador e do Taboleiro, que ainda no tempo de Brito, por volta de 1811, achava-se “coberto de mato”. Mais ao norte destes, localizava-se a “várzea dos Pinheiros, que é uma grande extensão de terreno baixo e plano, onde há grande abundância daqueles madeiros, semelhantes aos de Portugal”. Do campo da Boa Vista, situado na parte central da capitania “para o norte até ao Rio de São Francisco há neste sertão outras planícies menos conhecidas, e também há algumas para o sul da vila da Laguna até ao extremo meridional da Capitania”.

Desta descrição, podemos inferir que até a primeira década do século XIX, boa parte da cobertura florestal da capitania de Santa Catarina permanecia conservada. Por outro lado, já na primeira metade do século XVIII, algumas áreas de planície serviam para extração de madeiras, o que veio a aumentar consideravelmente a partir de 1815, com a criação do inspetor do corte de madeiras. Na região da vila de Laguna, as áreas de planícies eram desmatadas para a criação de gado. Isso nos faz pensar que essa região, formada ainda pelas freguesias da Enseada de Brito e vila Nova, esteve mais ligada, economicamente, ao Rio Grande de São Pedro do que à própria ilha de Santa Catarina, pois era por ali que o gado era comercializado com outras regiões da colônia.

A respeito da qualidade do clima, do solo e dos recursos naturais que eram mais encontrados, Aires de Casal nos legou informações mais gerais, mas não menos importantes. Segundo esse autor:

O clima é temperado; o ar sadio, à exceção de certos sítios pantanosos; a face do país é montuosa, regada de numerosos rios, e coberta de matos; o terreno fecundo, e apropriado para a cultura da mandioca, milho, arroz, cana-de-açúcar, café, linho, legumes; e ainda trigo, e

cevada em alguns distritos. Todas as hortaliças de Portugal aqui prosperam, principalmente as cebolas<sup>54</sup>.

Em relação às madeiras, diz que o Carvalho é diferente do de Portugal, “e excelente para construção”; encontravam-se o “sassafrás, cedro, loiro, pau d’arco, guarabu e grapecique” que eram árvores “de preciosa madeira velada para marcenaria”. Casal ressalta ainda a existência dos “pinheiros brasílicos” nos vários distritos.

Sempre minucioso em suas informações, Miranda Ribeiro relatou a respeito da “propriedade do terreno mais para um gênero do que para outro”, de todas as freguesias da ilha de Santa Catarina, bem como das vilas de Laguna e São Francisco, no artigo de número 10 do seu relatório enviado ao Conde de Resende. Passemos a descrever todos os terrenos e suas produções de acordo com o governador.

Na freguesia da vila capital do Desterro, de Nossa Senhora da Conceição da Lagoa e de Nossa Senhora das Necessidades, estabelecidas na ilha de Santa Catarina, os terrenos mais planos e “áridos, são mais próprios para mandiocas e algodões. E sendo alagadiços servem para os Arrozés”. Já na região dos “montes produzem bem a cana, o milho e o feijão”. Miranda Ribeiro destaca que “a mandioca geralmente produz bem em toda a parte”, sobretudo na “varja do Rio Tavares e o Rio Vermelho, pertencentes à freguesia desta vila e da Lagoa, onde também se colhem as melhores melancias que há nesta ilha”.

Na freguesia de São Miguel, oposta à barra do norte da ilha de Santa Catarina, produziam “as terras sofrivelmente as suas mandiocas, arroz, milho, feijão, linho e algodão”. Seus habitantes não plantavam “trigo, favas nem canas”. Nas enseadas vizinhas a São Miguel, onde se localizavam algumas armações de pesca da baleia, cultivavam-se também mandiocas, feijão, arroz, cana, linho, algodão e milho. Enfim, “produzem as terras o que se lhe planta”.

---

<sup>54</sup> Manuel Aires de Casal, *op. cit.*, p. 89.

No outro lado oposto à ilha, em terra firme, localizava-se a freguesia de São José. Nesse local e nos seus arredores, encontrava-se terreno “fértil para mandiocas, arroz, milho, feijão, linho e algodão”.

Na vila de São Francisco, extremo norte da capitania, os lavradores se dedicavam mais ao plantio da mandioca, “que a terra toda produz suficientemente quando a plantam e abunda quando lhe não dá a podridão”. O solo era fértil e “próprio para arroz, e que na verdade produziria muito se o plantassem, sendo fertilizado por tantos rios que o cortam”. Plantavam-se pouco feijão e milho, somente para o consumo local. E não se plantava o trigo. Porém, em Itapacoroia, região de pesca de baleia, produzia-se o trigo suficientemente quando o plantavam, assim como as favas e o feijão.

De acordo com o governador, todo o terreno da freguesia de vila Nova de Santa Anna era “muito próprio para a cultura de mandiocas, trigo, feijão e linho”, davam-se ainda “excelentes cebolas”.

Na vila de Laguna, nos territórios limites com a capitania do Rio Grande de São Pedro, produzia-se a mandioca. No entanto, a principal atividade era a criação de gado, onde havia “campos e lugares desmatados”. Também se cultivavam nos terrenos “mais próprios o trigo, feijão e linho, e nos pântanos arroz”. Nessa freguesia, encontravam-se, ainda, lugares que eram próprios ao cultivo da cana-de-açúcar, sobretudo nos locais mais elevados.

Convém ainda apresentar um trecho da carta que este governador enviou à Rainha D. Maria I em 16 de novembro de 1797, dando conta do que havia de produção na capitania no tempo do seu governo, iniciado em 1790:

O país é fertilíssimo: produz com abundância tudo quanto é necessário para o diário alimento das gentes que o habitam: como a mandioca, o arroz, o milho, o feijão e o trigo. Cujos gêneros se exportam em grande quantidade para fora. Assim como o algodão belíssimo, o excelente café e até mesmo o açúcar, de que havia umas pequenas engenhocas quando aqui cheguei e

hoje passam algumas a ser engenhos, que não só fabricam o necessário para o consumo destes povos, mas para se exportar para o Rio Grande e ainda para outros diferentes portos. O anil nasce com perfeição pelo campo, sem cultura, e ainda não houve um homem que se abalançasse a cultivá-lo, e a fazer uma fábrica, de que certamente traria grandes utilidades e desta forma abriria o caminho aos outros. O mesmo sucede com a baunilha, que alguma se colhe muito boa e que a natureza a produz igualmente pelo campo sem a menor cultura. Abunda também este fertilíssimo terreno em preciosas madeiras de diferentes qualidades. Assim como em várias qualidades de peixes de bem comer, que aqui se vendem muito baratos e que não deixam de fazer um pequeno ramo de comércio, exportando-se para o Rio de Janeiro, para o Rio Grande e outros portos. Produz a terra muito saburrosas todas às hortaliças que há na Europa, só com a diferença que lá custam muito trabalho, e aqui basta lançar umas poucas sementes para a terra. Finalmente, Senhora: o que falta nesta Capitania para ser uma das mais florescentes Colônias que Vossa Majestade possui?

Desse modo, Miranda Ribeiro apresenta uma capitania basicamente agrícola, com praticamente todo o seu território cultivado por produtos de primeira necessidade, com extração da madeira e criação de gado apenas no sul, na região de Laguna. Vale ressaltar que havia uma produção agrícola destinada ao comércio praticado, principalmente, com os dois portos citados pelo governador, ou seja, o do Rio de Janeiro e do Rio Grande de São Pedro. O que indica uma integração comercial entre essas áreas.

Observa-se, ainda, na sua descrição, que a lavoura de mandioca predominava em toda a extensão da capitania, sobretudo nos terrenos mais planos, próximos ao litoral, onde também eram cultivados o algodão e o linho; nos locais de altitudes mais elevadas e nos montes era cultivada a cana, o feijão e o milho. A cana, inclusive, por volta de 1790, passou a ser processada em engenhos, embora poucos, como veremos mais adiante. Nas várzeas dos rios, junto com o arroz, cultivavam-se frutas, como a melancia; a baunilha também foi



encontrada, mas não muito cultivada, assim como o anil. Na região de Laguna, o desmatamento servia à criação do gado; já no norte da capitania, na vila de São Francisco, de acordo com o relato de Miranda Ribeiro, havia certa precariedade técnica: os lavradores não conseguiam evitar a “podridão” das mandiocas, não utilizavam os rios para fertilizar as áreas de plantação de arroz, além da produção de feijão e milho destinarem-se praticamente ao consumo local. Não há registro na documentação a respeito do uso do estrume do gado para fertilização das terras na capitania. Provavelmente, essa técnica não era recorrente, pois como observou Paulo de Brito, a falta “de fazendas de criação de gado vacum, cavalar, e lanígero” na capitania era causa de grande obstáculo à agricultura. “Semelhante falta em um país, que até 1808 era puramente agrícola, é na verdade bem notável!”<sup>55</sup>.

Passemos agora ao estudo da exploração e uso dos recursos naturais na capitania de Santa Catarina, tratando cada esfera de produção separadamente.

### 2.2.1.1 *Produção agrícola*

A respeito da agricultura colonial brasileira, Caio Prado Jr. elaborou um esquema analítico que ficou consagrado na historiografia, segundo o qual havia dois tipos básicos de práticas agrícolas na colônia e inteiramente diversos, ou seja:

de um lado a *grande lavoura*, seja ela do açúcar, do algodão ou de alguns outros gêneros de menos importância, que se destinam todos ao comércio exterior. Doutra, a agricultura de ‘subsistência’, isto é, produtora de gêneros destinados à manutenção da população do país, ao consumo interno. [...] A grande lavoura representa o nervo da agricultura colonial; a produção dos gêneros de consumo interno – a mandioca, o milho, o feijão, que são os principais – foi um apêndice dela, de expressão puramente subsidiária<sup>56</sup>.

---

<sup>55</sup> Paulo J. Miguel de Brito, *op. cit.*, p. 59.

<sup>56</sup> Caio Prado Jr, *Formação do Brasil Contemporâneo (Colônia)*, 2000, p. 141.

Dessa forma, Caio Prado estabelece que o “sentido da colonização” esteve apoiado na produção que se destinava ao comércio exterior, e a produção de gêneros de primeira necessidade era sua subsidiária. Explica, assim, que o Brasil nunca teve como base um projeto de formação de uma nação autônoma, isto é, não se buscou criar uma economia independente, voltada ao desenvolvimento interno. Daí a agricultura de subsistência parecer menos importante do que a lavoura voltada à exportação. Não obstante esta linha mestra analítica ter influenciado vários estudos posteriores, como por exemplo, o trabalho de Fernando A. Novais, uma série de críticas começaram a surgir a partir dos anos 80 e mais contundentemente nos 90. Num dos vetores dessas críticas ao modelo pradiano, aparece a preocupação com a produção agrícola destinada ao abastecimento interno da colônia, buscando fugir à ênfase no caráter monocultor<sup>57</sup>.

Devido a esse debate historiográfico, a agricultura de subsistência vem ganhando um novo papel no sistema colonial, podendo-se destacar, por exemplo, a sua função de ocupar a terra e de fornecer alimentos e produtos aos setores da colônia em expansão (urbano, por exemplo) e com isso, revelando-se uma maior complexidade do mercado interno da colônia.

Como expusemos anteriormente, a população da capitania de Santa Catarina se dedicou mais à agricultura de subsistência e também a uma produção de alimentos destinada ao mercado interno. Desde os primeiros momentos da ocupação da região meridional e da ilha de Santa Catarina, os viajantes que ali aportavam adquiriam gêneros da produção agrícola dos núcleos populacionais. Foi o caso de George Shelvocke (1690-1728), inglês contratado para lutar contra a Espanha nos mares do Sul, que aportou em Santa Catarina provavelmente em 1719. Da sua estada na ilha, a fim de abastecer seu navio para seguir viagem, nos legou importante relato dos gêneros que eram ali cultivados, quando diz que:

---

<sup>57</sup> A respeito da cultura de subsistência encontra-se uma síntese desse novo enfoque historiográfico na coletânea de textos publicada no livro organizado por Tamás Szmrecsányi, *História econômica do período colonial*, 2002. Ver ainda o trabalho de B. J. Barickman, *Um contraponto baiano*, 2003.

Ao chegar no ancoradouro [da ilha de Santa Catarina] vimos que ele correspondia muito bem às nossas expectativas; lá existia madeira suficiente, mas que deveria ser cortada com nossas próprias ferramentas, já que os ilhéus não as possuíam.[...] Eu comprei 21 cabeças de gado preto, algumas a 4 dólares e outras a 8; diversos porcos, a 4 dólares cada, e 200 peixes grandes salgados, a 10 dólares o cento, juntamente com 150 arrobas de farinha de pau, que é a farinha da raiz da mandioca, tão fina como a nossa farinha e aveia; [...] Eu também comprei 160 arrobas de trigo, algumas das quais paguei em dinheiro, ao preço de 1 dólar por arroba; as outras, troquei por sal, arroba por arroba. Acrescentei a isso tudo um artigo muito necessário: um bom estoque de fumo<sup>58</sup>.

Devemos destacar, nesse relato, a quantidade de trigo que fora comprada pela tripulação comandada por Shelvocke, ou seja, 160 arrobas de trigo. Nota-se que o trigo já estava sendo cultivado antes mesmo da vinda dos casais açorianos.

Comparando essas informações com o que assinalou Monsenhor Pizarro sobre os principais produtos comercializados na ilha de Santa Catarina no final do século XVIII, percebemos que houve, na época, um desenvolvimento significativo na produção agrícola. De acordo com suas informações produzia-se: mais de 300 a 400.000 alqueires de farinha de mandioca; 16 a 17.000 alqueires de milho por ano; feijão acima de 9 a 10.000 alqueires; também produzia-se o arroz, a cebola e o alho. A cana-de-açúcar era trabalhada em 288 fábricas, cuja cultura iniciou-se em 1779. A cultura do café começou em 1786. O algodão, o linho e o cânhamo eram também produzidos. Além dos legumes, do trigo e da cevada, exportavam de Santa Catarina os atanados, cordas de cipó imbé, os couros, o melado, o amendoim, o peixe salgado e o fumo<sup>59</sup>.

---

<sup>58</sup> Martim Afonso Palma de Haro, (Org.). *ilha de Santa Catarina: relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX*, 1996, p. 33 e 45, respectivamente.

<sup>59</sup> José de Souza Azevedo Pizarro, *op. cit.*, p. 256.

A respeito da agricultura na capitania, é digno de nota ainda o que escreveu Aires de Casal. Esse autor afirma que a “mandioca e linho são os principais objetos da agricultura, quase geralmente exercitada por homens brancos, que também cultivam milho, arroz, café, legumes, cana-de-açúcar, e algodão, que não é de boa qualidade”<sup>60</sup>.

A variedade de produtos cultivados na capitania parece não ter se alterado muito até meados do século XVIII, continuando praticamente a mesma; notamos claramente que havia, nessa época, uma produção em fase de implantação, devido à criação dos primeiros núcleos de povoamento oficiais. Quando Saint-Hilaire esteve na ilha de Santa Catarina em 1820, observou que:

Os principais gêneros de exportação em 1820 eram os seguintes: farinha de mandioca, arroz, azeite de baleia, cal, feijão, milho, mandobis, melado, madeira de construção e de marcenaria, couro, louças de barro, peixe salgado, tecidos de linho, e tecidos de cânhamo e algodão (riscado). [...] Santa Catarina também exportava um pouco de açúcar, grande quantidade de alho e cebolas, 400 a 500 arrobas de café e um pouco de polvilho<sup>61</sup>.

De acordo com as informações de Saint-Hilaire, os produtos agrícolas de primeira necessidade, principalmente a farinha de mandioca, ainda eram os artigos mais produzidos e comercializados em Santa Catarina. A partir dessa época, no entanto, começaria a fazer sentir mais presentemente, no quadro de produtos exportáveis, as madeiras destinadas à indústria naval e à marcenaria.

Se compararmos os dados fornecidos pelo viajante George Shelvocke (primeira metade do século XVIII) sobre os produtos encontrados na ilha de Santa Catarina com os

---

<sup>60</sup> Manuel Aires de Casal., *op. cit.*, p. 94.

<sup>61</sup> Auguste de Saint-Hilaire, *Viagem à Província de Santa Catarina*, 1936, p.158.

outros dados citados (final do XVIII e início do XIX), notaremos que realmente houve um incremento significativo na produção agrícola da capitania no período que separa esses dados.

Após a política de fomento agrário, adotada, na capitania, em decorrência da invasão castelhana, em 1777, nota-se um desenvolvimento na produção agrícola, sobretudo com o incentivo à produção da cochonilha, anil e cânhamo; passou-se a produzir, ainda, com mais intensidade, o café e o açúcar. Ressalte-se que, mesmo com essa política fomentista, após 1808, a farinha de mandioca continuou a ser o principal produto de consumo e exportação da capitania.

Esse aumento da produção agrícola, bem como a escolha dos produtos cultivados está diretamente ligado a pelo menos dois fatores: à influência da cultura indígena e à demanda crescente pelos produtos no mercado interno incipiente.

Conforme a explicação apresentada pelo governador Miranda Ribeiro sobre a adoção do cultivo da mandioca pelos primeiros açorianos que chegaram à capitania, percebemos que os primeiros casais tiveram que se adaptar às condições naturais do local, pois já havia um meio de subsistência ambientado e um mercado para o produto:

Não há dúvida que se eles se tivessem aplicado a outra qualidade de plantações, seriam maiores os seus interesses; porém como a Plantação Nacional do País que acharam já estabelecida foi da referida mandioca, a mesma necessidade de não poderem passar sem ela, e a propriedade do terreno para a sua produção, fez com que adotassem aquele princípio de cultura, que sendo a mais rendosa, o que pode ainda vir a melhorar-se, se se aplicarem os meios conducentes a esse fim<sup>62</sup>.

Sabe-se que a prática de beneficiamento da raiz da *maniva*, como era chamada a mandioca na língua tupi, foi uma agricultura herdada diretamente da cultura indígena, e logo

---

<sup>62</sup> Dante Laytano, *op. cit.*, p. 158.

aperfeiçoada por influência dos navegadores interessados em adquirir o produto na região. Os povoadores portugueses deram continuidade ao seu cultivo, uma vez que não havia condições materiais suficientes para inovarem muito. Caio Prado Jr. destacou que essa cultura foi largamente disseminada entre os colonos “pelas qualidades nutritivas da farinha, adaptabilidade da sua cultura a qualquer terreno e excepcional rusticidade”. Ainda acrescenta esse autor que “a mandioca, introduzida pela tradição indígena, foi universalmente adotada pela colonização como gênero básico de alimentação”<sup>63</sup>.

A respeito do comércio da farinha de mandioca, sabe-se que os comerciantes açambarcavam o produto, a ponto de deixarem em falta a praça local, sobretudo de Desterro. Em consequência, conseguiam altos preços no mercado interno da colônia, notadamente na praça do Rio de Janeiro. Por isso havia uma contínua interferência dos governadores da capitania, e em especial da Câmara, neste comércio.

É verdade, portanto, que a farinha de mandioca acabou se firmando como gênero básico da alimentação da população litorânea de Santa Catarina, complementada com a carne do peixe e, em alguns lugares, de gado. Os hábitos alimentares, pelo menos das pessoas mais pobres, provinham de um modo de vida que não apresentava grandes ostentações. Segundo Saint-Hilaire, os habitantes “menos remediados” da capitania sobreviviam basicamente da seguinte forma:

A pesca fornece-lhes alimentação segura e desde que possuam um rancho e uma canoa, tenham uma roça de mandioca para fazer farinha e comer com peixe, e apanhem algumas libras de algodão grosseiro para fazer um par de calças e camisas, podem mais ou menos prescindir do resto<sup>64</sup>.

---

<sup>63</sup> Caio Prado Jr, *Formação do Brasil contemporâneo*, *op. cit*, p. 165.

<sup>64</sup> Auguste de Saint-Hilaire, *op. cit*, 1936, p.98.

O naturalista Langsdorff, quando esteve na ilha com a esquadra comandada pelo russo Adam Johann von Krusenstern em 1803, também observou esse modo de vida da população, dizendo sobre ela que “raramente têm uma formação profissional; cada um é um verdadeiro cidadão do mundo e vive como pode. Eles próprios abatem seu gado, constroem seus móveis, casas, costuram suas roupas, pescam, caçam, etc.”<sup>65</sup>.

O modo de vida “simples” era predominante na população catarinense, porém a existência de uma produção agrícola na capitania baseada na subsistência era significativa e resultava em excedentes exportáveis. Dessa forma, em estudos futuros, poder-se-á avaliar, quantitativamente, em relação às outras regiões coloniais, a proporcional importância da capitania de Santa Catarina no fornecimento destes produtos agrícolas às praças mercantis do reino português e também do Brasil.

Em relação ao sistema agrário da capitania, observamos que, em partes, não era diferente de outras regiões do Brasil: poucos eram os engenhos, assim como a escravaria.

No Brasil, os sistemas agrários foram sendo implantados sob diversas influências; ao mundo dos indígenas juntou-se o do colonizador, à idéia de natureza européia juntou-se o ecossistema americano. Segundo Maria Yedda Linhares:

O que daí resultará não será qualquer um deles em particular e, sim, aquele que se apoiará no trabalho compulsório, como modo de garantir a terra à pequena minoria de ‘aristocratas’ rentistas, da fronteira aberta a ser ocupada de forma contínua, ora como refúgio, ora como negócio, do grande empreendimento agromanufatureiro voltado para os portos, da multiplicidade de pequenas e mesquinhas explorações de subsistência, policultoras<sup>66</sup>.

---

<sup>65</sup> Martim Afonso Palma de Haro (Org.), *op. cit.*, p. 178.

<sup>66</sup> Maria Yedda Linhares, *op. cit.*, p. 755.

Em Santa Catarina não existiu uma “classe aristocrática” nos moldes de outras regiões da colônia, mas sim uma classe de pequenos agricultores que não tinham muito, ou quase nenhum capital para investir em suas lavouras, muito menos em escravos, a não ser os que eram emprestados junto à Fazenda Real. Esse fato, porém, não impediu a ocorrência de conflitos agrários.

Vejamos o que disse a esse respeito o governador Miranda Ribeiro em carta enviada à Rainha D. Maria I em 1797. Na ocasião o governador procurava demonstrar os motivos que considerava prejudiciais à administração da capitania, “uma das mais bem povoadas, com famílias tiradas das suas habitações nas ilhas dos Açores, homens sóbrios e aferrados ao trabalho”<sup>67</sup>. Concorria, segundo o autor do documento, como umas das tensões enfrentadas pelos governadores, as questões de distribuição de terras entre os colonos, problema que vinha desde a chegada dos primeiros povoadores:

Deixando à parte aqueles erros que eram susceptíveis da escabrosidade e falta de conhecimento local do País, para a distribuição e organização [sic] das datas de terras; as irregularidades, que nestas se cometeram tem pelo decurso do tempo suscitado até agora, questões entre os mesmos colonos, que pendentes da solução do governador, é este um dos objetos políticos que mais o sobrecarrega nas deliberações dos seus recursos; e esta tortura logo feita no princípio do seu estabelecimento, assim como outras muitas, que sucessivamente se lhes foram acumulando, são conhecidamente a causa do seu grandíssimo atraso<sup>68</sup>.

Observa-se que o autor procura convencer a Coroa de que havia algumas questões pendentes no governo da capitania de Santa Catarina. No trecho em questão, Miranda Ribeiro destaca o problema da distribuição das datas de terras aos primeiros povoadores, problema que persistia em seu governo.

---

<sup>67</sup> AHU-Santa Catarina, cx. 8, doc. 6.

<sup>68</sup> Idem.



Em relação às técnicas agrícolas adotadas tanto nas lavouras quanto no beneficiamento dos produtos, constatamos que estavam diretamente relacionadas à cultura indígena, sobretudo na produção de mandiocas. Outras técnicas foram trazidas e adaptadas pelos açorianos e basearam-se no uso da enxada, não do arado. Havia a ausência de fertilização por estrume, pois o gado não era abundante. No mais, sobre a agricultura de subsistência, Maria Y. Linhares observou que a “sua capacidade de crescer em extensão correspondeu à sua incapacidade de revolucionar as estruturas sociais e de incorporar processos técnicos ‘modernos’<sup>69</sup>.

Segundo nos mostra Paulo Brito, o principal método de cultivo da terra no Brasil, inclusive em Santa Catarina, no século XVIII, foi a “coivara”, isto é, “as primeiras sementeiras são feitas nas cinzas dos matos queimados, e produzem muito, porém as seguintes produzem menos”<sup>70</sup>, uma vez que o método da coivara era prejudicial ao solo pelo desgaste rápido que lhe causava. Após esse primeiro trabalho, as terras eram preparadas com a enxada, fazendo-se pequenos buracos onde eram depositadas as sementes “que depois se cobrem com pouca terra, que o semeador empurra com o pé, de maneira que não se usa do arado, nem de outros instrumentos de lavoura, de que se faz uso em Portugal”<sup>71</sup>.

Para a debulha dos cereais, sobretudo o trigo, utilizava-se o “mangual” ou atafona, uma espécie de moinho formado por dois paus ligados por uma correia, portanto, um método manual. Na sua colheita “não sacodem nem joeiram bem o grão; e o ensacam, com grande quantidade de casulos e de pragana”.

A preparação manual da farinha de mandioca e do arroz dava-lhes a qualificação de ruins. A farinha grossa era pouco torrada e o arroz pouco descascado. O preparo do açúcar também não lhe rendia boa fama, era pouco “batido, e mal barreado, e por isso [umedecia]

---

<sup>69</sup> Maria Yedda Linhares, *op. cit.*, p. 753.

<sup>70</sup> Paulo J. Miguel de Brito, *op. cit.*, p. 59.

<sup>71</sup> Idem. Mais uma vez vale a referência à “nota ao capítulo 2: persistência da lavoura de tipo predatório” contida na obra de Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*, 1995, p. 66-70.

facilmente”. O açúcar não era produzido em grande quantidade, pois os lavradores preferiam transformar o sumo da cana em aguardente para a exportação.

O número de engenhos e fábricas na capitania demonstra as limitações da manufatura, muito embora possamos pensar em uma produção destinada ao mercado. Vejamos a tabela abaixo, apresentada por Miranda Ribeiro:

**Tabela 1** - Relação de engenhos e fábricas em Santa Catarina no ano de 1797

	Engenhos de açúcar	Fábricas de açúcar	Engenhocas de Aguardente	Engenhos de mandioca	Engenhos de pilar arroz	Atafonas de moer trigo	Curtumes de couros
vila capital de Nossa Senhora do Desterro		12	23	87		17	9
Distrito do Ribeirão	1	11	29	51	2	7	
Freguesia da Lagoa		10	28	101		32	5
Freguesia das Necessidades		5	22	111		11	2
Freguesia de São Miguel	1	5	15	190	2	44	6
Freguesia de São José		6	11	164		82	5
Freguesia da Enseada de Brito		11	25	65		39	4
vila de Laguna			13	62		8	1
Freguesia de vila Nova	1		7	39		39	
vila do Rio de São Francisco			19	14			
<b>Somam</b>	<b>3</b>	<b>60</b>	<b>192</b>	<b>884</b>	<b>4</b>	<b>279</b>	<b>32</b>

**Fonte:** Dante Laytano. “Corografia da capitania de Santa Catarina”, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Vol. 245, Outubro-Dezembro, Rio de Janeiro, 1959, p. 149.

Podemos distinguir na tabela (1) pelo menos quatro áreas produtivas: a região formada pelas freguesias da ilha de Santa Catarina (vila capital de Nossa Senhora do Desterro, distrito do Ribeirão, freguesia da Lagoa e freguesia das Necessidades), a região das duas freguesias da terra firme (São José e São Miguel), a região de Laguna (vila de Laguna, freguesia da enseada do Brito e freguesia de vila Nova) e a vila de São Francisco.

O quadro confirma a mandioca como a principal produção da capitania, com grande número de engenhos (884), os quais estavam relativamente distribuídos pela capitania. Nas freguesias de São Miguel e São José, localizadas do lado oposto da ilha de Santa Catarina, encontravam-se cerca de 40% dos engenhos de farinha de mandioca (354) seguida da região

da ilha de Santa Catarina com 350 engenhos. Já em São Francisco, havia apenas 14 engenhos, o que demonstra a baixa produtividade desta vila. Aliás, consta na tabela que havia nesta região apenas 33 engenhos e fábricas no total (2,2%).

Chama-nos a atenção o número de atafonas para a produção de trigo (279), superior aos engenhos de beneficiamento da cana (255). Ressalta-se que o trigo fazia parte da dieta alimentar dos açorianos, hábito transplantado para Santa Catarina. É possível que esse fato tenha incentivado a pequena produção desse cereal que já havia na capitania, como mostramos acima. Ao que parece, os açorianos investiram nessa cultura, principalmente incentivados pela demanda do mercado interno. Novamente a região da terra firme desponta como a maior produtora, com 45% das atafonas (126), seguida da região de Laguna com 31% (86). Já a produção de arroz parece ser desprezível, contando apenas com 4 engenhos de pilar.

O couro também era beneficiado na capitania (32 curtumes), sobretudo nas freguesias da ilha de Santa Catarina. Mas, possivelmente, era consumido na própria localidade, pois sua produção não era suficiente para concorrer com o couro do Rio Grande de São Pedro, um dos maiores produtores da colônia.

O algodão e o linho foram bastante produzidos na capitania. O método utilizado pelos seus habitantes era quase todo manual, mas se empregava algum maquinário. Segundo Paulo de Brito, utilizavam o algodão para fazer “panos finos e grossos para diferentes usos, tecidos com o linho, de que também usam, ou separadamente e sem mistura”<sup>72</sup>.

Em relação à cultura do algodão, é bastante significativa uma consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. José em 1754, sobre uma carta do governador da ilha de Santa Catarina, D. José de Melo Manuel<sup>73</sup>. Nessa carta, Melo Manuel assinalava ao monarca por intermédio do conselho que, com base na verificação das produções da capitania:

---

<sup>72</sup> Paulo J. Miguel de Brito, *op. cit.*, p 62.

<sup>73</sup> AHU-Santa Catarina, cx. 2, doc. 14, 27, 49.

achava ser a de maior conveniência a das árvores de algodão, não por se darem em todo aquele país admiravelmente, mas por ser este gênero o único em que aqueles Povos podem fazer utilidade, assim por extração que há de ter para fora, em que fazem um bom ramo de negócio, como pelas fábricas de pano do mesmo algodão que já muitos dos seus moradores ali tecem e fabricam<sup>74</sup>.

Nesse mesmo documento, encontramos dados referentes à produção de tecidos de linho e algodão que eram fabricados na capitania:

**Tabela 2** - Relação dos panos de linho e de algodão fabricados nos teares dos sítios das freguesias da capitania de Santa Catarina em 1755

Freguesias	Sítios	Teares	Pano de Linho tecido com algodão. Varas	De Algodão Puro. Varas
Freguesia de Nossa Senhora do Desterro desta vila	200	50	5439	631
Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Lagoa	150	52	6283	202
Freguesia de Nossa Senhora das Necessidades	190	32	592	5180
Freguesia de São Miguel da terra firme	143	27	1188	1710
Freguesia de São José	182	51	6020	2080
Freguesia de Nossa Senhora do Rosário da Enseada	148	24	291	1717
Freguesia de Santa Anna	123	30	4264	661
Soma total	<b>1.136</b>	<b>266</b>	<b>24.077</b>	<b>12.181</b>

**Fonte:** AHU-Santa Catarina, cx. 2, doc. 14, 27, 49.

Pela análise da tabela, percebe-se que em 1755 havia um significativo número de teares, conseqüentemente uma alta produção de panos de linho e algodão. Se utilizarmos novamente o agrupamento de freguesias por região, como fizemos acima, teremos: produzia-se na região da ilha de Santa Catarina, em 540 sítios e 134 teares, aproximadamente 52% de todo pano de linho misturado com algodão e 50% do pano de algodão puro. O restante da produção era bem distribuído pelos sítios das outras duas regiões da capitania, excluindo-se São Francisco.

<sup>74</sup> Idem.

Ao que parece, essa produção de algodão era destinada ao consumo interno da população da capitania ou, no máximo, comercializado com a capitania do Rio Grande. Assim depreendemos, uma vez que os lavradores não se apoiaram nesse comércio, pois na visão do governador Melo Manuel, preocupavam-se apenas com a sua subsistência: “só se ocupavam em plantar mandiocas e milhos e outros gêneros de menor valor que só lhe dão o sustento”. Interessante notar a solução proposta pelo administrador para aumentar a produção de algodão: “achara ser muito útil e necessário impor-lhes por obrigação a referida cultura das árvores de algodão”. Essa medida custou-lhe uma advertência por parte do Provedor da Fazenda, para quem o governador “não deve determinar tal número de árvores que embarace de todo as outras culturas, regulando de tal forma esta plantação que fique a cada um sempre lugar de semearem outras sementes”<sup>75</sup>.

A visão de Melo Manuel era a da “grande lavoura”, ou seja, queria implantar na capitania um sistema de monocultura do algodão, obrigando cada sitiante a plantar um determinado número de árvores quanto fosse a sua área lavrada. Certamente estava motivado pela demanda do mercado. No entanto, ao Provedor da Fazenda parecia mais conveniente que a população da capitania continuasse com a policultura de alimentos.

O anil ou índigo, produzido na capitania por meio de fervura de uma erva, servia para tingir fios de algodão, os quais eram utilizados na fabricação de “panos com listas azuis para vestuário, de que se vestiam os pobres e os escravos”<sup>76</sup>. Essa cultura teve início na capitania devido ao incentivo dos vice-reis na segunda metade do século XVIII. Porém não teve vida longa o seu cultivo.

A produção do linho cânhamo foi importante, embora pequena. Sua importância reside no fato de ter “o Ministério em diversas épocas tentado promover a sua cultura”<sup>77</sup>, por meio de distribuição de sementes aos lavradores. Como incentivo à produção do cânhamo, o poder

---

<sup>75</sup> Idem.

<sup>76</sup> Paulo José Miguel de Brito, *op. cit.*, p. 62.

<sup>77</sup> Ibidem, p. 63.

central oferecia ainda “pagar o linho cânhamo depois de preparado por 3\$200 réis cada arroba”. Mesmo assim os produtores de Santa Catarina não viam vantagem, pois os linhos dos tipos donzela e galego eram geralmente vendidos por 4\$960. À produção do cânhamo, ocorreu o mesmo que o anil.

Outro produto muito incentivado na capitania durante o vice-reinado do Marquês de Lavradio e de seu sucessor Luiz de Vasconcelos e Souza, no decurso do governo de Francisco Antônio da Veiga Cabral da Câmara (1779-1786), foi a propagação da cochonilha, por meio da plantação da Urumbeba, árvore da qual se sustenta o inseto. No entanto, à semelhança do que ocorria com a produção da mandioca na capitania de Santa Catarina, segundo Pizarro, a cultura da cochonilha entrara em decadência por ter “escasseado o pagamento pronto desse gênero pela falta de remessas da capital (em conformidade do que pela Corte se ordenara) e apurado aí com prejuízo grave dos lavradores, foram estes desanimando”<sup>78</sup>.

Do exposto, podemos concluir que a produção agrícola na capitania de Santa Catarina foi, inicialmente, de subsistência, voltada ao abastecimento dos pequenos núcleos populacionais formados com o movimento colonizatório no litoral. Contudo, a partir da segunda metade do XVIII, essa produção foi incorporada ao circuito mercantil, sobretudo para o abastecimento interno da colônia.

A unidade de produção era o pequeno sítio onde se dava a apropriação dos recursos da terra, com base no trabalho familiar. A alimentação básica com a mandioca, peixe e, em determinadas regiões, com o trigo, refletia também a produção básica que era exportada da capitania.

Pouco a pouco a agricultura foi gerando excedentes e tomando um aspecto mais complexo, mais comercial, voltada ao mercado interno. O aumento da produção para

---

<sup>78</sup> José de Souza Azevedo Pizarro, *op. cit.*, p. 287.

exportação foi resultado direto de uma política de fomento, sobretudo com a distribuição de terras, sementes e instrumentos agrícolas.

O sistema técnico era precário, mas com uso de engenhos e fábricas para a produção da farinha de mandioca, do trigo, do açúcar, aguardente, linhos e algodão. Devido ao baixo investimento e emprego de tecnologia e mesmo de conhecimento, podemos caracterizar a agricultura na capitania pela sazonalidade e dependência dos ritmos da natureza.

Entretanto, vale ressaltar que após 1777 a capitania recebeu um incentivo do poder central, principalmente para o desenvolvimento de novas culturas, caracterizado pelo envio de sementes e instrumentos. Esse aspecto será tratado mais detidamente no próximo capítulo.

#### *2.2.1.2. A indústria da pesca da baleia*

Além da atividade agrícola e pecuária, os habitantes da capitania de Santa Catarina dedicavam-se à pesca. A vida dos habitantes do litoral esteve sempre relacionada à pesca, principalmente, à da baleia.

A atividade pesqueira também foi desenvolvida no sistema de trabalho familiar. Assim como acontecia com o processo agrícola, para a atividade de pesca nos rios e, sobretudo, no mar, exigia-se um determinado conhecimento dos movimentos da natureza. Utilizavam-se instrumentos simples como lanças e anzóis e outros um pouco mais sofisticados, como redes, que eram fabricadas com o linho produzido na capitania. Inserida nesse contexto, a pesca da baleia merece destaque, pois foi a atividade que movimentou maior quantidade de capital, mão-de-obra escrava e, provavelmente, foi um dos fatores motivadores da criação da capitania.

Não há no Brasil trabalho mais completo sobre a pesca da baleia do que o realizado por Myriam Ellis<sup>79</sup>. Todavia, existem novas informações na documentação oficial, que

---

<sup>79</sup> Myriam Ellis, *A baleia no Brasil colonial*, 1969.

apresentaremos, e ainda muitas outras nos arquivos portugueses e brasileiros à espera de pesquisadores que se empenhem no estudo desta importante atividade econômica da colônia portuguesa da América.

O nosso enfoque sobre a indústria<sup>80</sup> da pesca da baleia na capitania de Santa Catarina recai sobre a forma de apropriação desse recurso natural e sua inserção no mercado colonial. Portanto, o estudo do desenvolvimento dessa prática na capitania nos permite conhecer, juntamente com a atividade agrícola, o grau de interferência política exercido pelo poder central e o capital mercantil na capitania.

Essa atividade, iniciada na América portuguesa no século XVII, rendia à Coroa os proventos relativos aos contratos de direito, uma vez que desde 1614 fora estabelecido seu monopólio Real. De acordo com Myriam Ellis, no que se refere à concessão do monopólio no setor meridional da colônia, que compreendia as áreas fluminense, paulista e catarinense, podemos estabelecer uma periodização: de 1614 até pouco depois de 1730, percebe-se que o monopólio e a pesca permaneceram unidos, circunscritos à capitania do Rio de Janeiro. De 1734 à 1801, verifica-se a unificação de todos os contratos da pesca da baleia praticada na costa da colônia. Em 1801, ocorreu a extinção do monopólio pelo alvará de 24 de abril, que iniciou a fase de administração pela Fazenda Real das feitorias baleeiras até 1816. O período de 1816 à 1825, caracteriza-se pelo novo arrendamento, do que resultou a tentativa de reestruturações do monopólio e das armações baleeiras, embora a atividade já estivesse bastante enfraquecida.<sup>81</sup> Segundo e autora:

A falta de capitais, o desapoio do Estado, as técnicas rotineiras e a desenfreada concorrência de ingleses e norte-americanos no Atlântico sul, haviam levado, todavia, à decadência as

---

<sup>80</sup> O emprego do termo indústria para a atividade da pesca da baleia foi baseado no artigo de Frédéric Mauro “Pode-se falar de uma indústria brasileira na época colonial?”, *Estudos econômicos*, 1983, p.743.

<sup>81</sup> Idem.



feitorias baleeiras meridionais do Brasil e, praticamente, de nada lhes servira a liberdade concedida àquela indústria fadada à estagnação<sup>82</sup>.

O consumo da carne nunca foi o objetivo das capturas de baleias, e sim o seu óleo. O óleo de baleia no Brasil serviu, especialmente, para a iluminação dos engenhos, de casas e fortalezas; para a calafetagem de barcos nos estaleiros, na fabricação de sabões e velas, lubrificação de engrenagens, e ao preparo de especial argamassa para construções mais sólidas. Resistentes ao tempo e tão sólidas que até hoje é possível encontrar paredes intactas no litoral brasileiro.

Diversas foram as técnicas empregadas na captura das baleias no litoral da América lusa. Nos primeiros séculos, os barcos de pesca, chamados de baleeiras, saíam para o mar em grupos de quatro a seis, acompanhados de lanchas de “socorro”. Essas baleeiras mediam de 10 a 12 metros de comprimento e podiam percorrer de 10 a 12 milhas por hora; eram compostas por tripulação de seis remeiros, um arpoador e um timoneiro ou patrão do barco. A lancha de socorro transportava o mesmo número de homens com exceção do arpoador, prestando-se ao auxílio a outras embarcações e à remoção da baleia apresada para a terra.

As baleias eram identificadas pelos seus borrifos e logo em seguida eram cercadas pelas baleeiras. Cabia o arpoamento à lancha que mais se aproximasse do animal. O arpoador o lanceava com um arpão, preso ao barco por uma corda. Depois de uma intensa luta entre os pescadores e a baleia, alguns homens pulavam na água e amarravam-na, depois de morta, ao barco para ser puxada à terra. Ali se encontravam os engenhos de frigar, a casa de tanques para armazenagem do óleo das baleias, a casa grande, as senzalas, os núcleos agrícolas e outras construções semelhantes aos engenhos da indústria açucareira.

A mão-de-obra empregada nas armações baleeiras era de assalariados e escravos. A esses últimos, reservavam-se os trabalhos terrestres desde a remoção e retalhamento das

---

<sup>82</sup> Myriam Ellis, “Escravos e assalariados na antiga pesca da baleia”, 1973, p. 314.

baleias até o beneficiamento final de seus produtos. Como os escravos eram investimento de capitais e devido aos perigos da atividade de “caça” às baleias, esses trabalhadores ficavam com os serviços “menos” perigosos, porém não menos desgastantes. A atividade envolvia também um número considerável de pessoas remuneradas, como aponta Ellis:

Por deficiências dos cativos em número e em aptidões e por poupança, couberam aos oficiais mecânicos – ferreiros, carpinteiros, pedreiros, tanoeiros, calafates e outros, - e especialmente aos baleeiros – arpoadores, timoneiros e remeiros, recrutados entre as populações litorâneas das vilas vizinhas, geralmente, que ali nas armações encontravam campo aberto ao seu trabalho. Administradores, feitores, cirurgiões e capelães também se enquadravam no âmbito do trabalho assalariado<sup>83</sup>.

A indústria da pesca de baleia em Santa Catarina, até o final do século XVIII, revelava-se uma importante atividade remunerada e economicamente atrativa. No entanto, devido aos métodos utilizados na administração das Armações, muitos homens desistiam da pesca, obrigando, muitas vezes, os administradores a recorrerem aos cárceres e às milícias, da mão-de-obra forçada. Um exemplo dessa situação crítica, da falta de mão-de-obra e de sinais de uma decadência no setor baleeiro, pode ser verificado numa memória escrita em 1799:

[É] antigo [o] costume [de] ir anualmente gente do Rio de Janeiro, na ocasião da Pesca, gente quase toda veterana, por um salário certo, que para o tempo presente já vem ser diminuto. João Marcos<sup>84</sup> depois que passou ao Rio de Janeiro, diminuiu os salários e por isso nunca mais mandou gente, nem bastante, nem boa, de que tem resultado perder-se muita baleia, pela frouxidão dos remeiros, que vão em seu alcance, e outras, por não serem capazes os

---

<sup>83</sup> Myriam Ellis, “Escravos e assalariados na antiga pesca da baleia”, *op. cit.*, p. 309.

<sup>84</sup> Lê-se no mesmo documento que João Marcos Vieira era o administrador da Armação Grande ou da Piedade e teria se transferido para o Rio de Janeiro em 1793 para servir também de segundo caixa e administrador geral daquele contrato.

arpoadores. [...] e por isso os melhores baleeiros que há ainda em Santa Catarina, não querem entrar na Pesca, de que resultou o ano passado de 1798 haver tão pouca gente que Jacinto Jorge dos Anjos<sup>85</sup>, se viu na necessidade de pedir Licença Registrada a alguns soldados, para entrarem na Pesca, e estimando eles quase sempre a Licença, assim mesmo não foram precisos, e custaram a aparecer<sup>86</sup>.

Convém destacar que esta indústria nem sempre recorreu à prática de métodos de trabalho essencialmente adequados e racionais, quer nas pescarias, quer no beneficiamento dos produtos derivados da baleia, dando-lhe certas características de economia mal orientada, imprevidente e predatória.

Em 1790, José Bonifácio de Andrada e Silva escreveu sua “*Memória sobre a pesca das baleias, e extração de seu azeite, com algumas reflexões a respeito das nossas pescarias*”, mostrando-se preocupado com os métodos utilizados nesta atividade, os quais poderiam acabar com as gerações futuras de baleias, atrasando assim, os lucros que a Coroa poderia vir a ter com a atividade:

Deve certo merecer também grande contemplação a perniciosa prática de matarem os baleotes de mama, para assim arpoarem as mães com maior facilidade [...]. Este método [...] parece visto a vulto excelente, mas olhando de perto é mal, e trará consigo, a não se prover nisso, a ruína total desta tão importante pescaria. É fora de toda dúvida que matando-se os baleotes de mama, vem a diminuir-se a geração futura<sup>87</sup>.

---

<sup>85</sup> Possivelmente um administrador de Armações.

<sup>86</sup> “Memória sobre a notícia das Armações de baleias que até o fim do ano de 1794 havia na ilha de Santa Catarina, terra firme, adjacências, costas do Brasil e sobre o estado da pescaria até 1798”. AHU-Santa Catarina, cx. 8, doc. 38.

<sup>87</sup> José Bonifácio de Andrada e Silva, “Memórias sobre a pesca das baleias”. In: Edgard Falcão (org.), *Obras científicas, políticas e sociais de José Bonifácio de Andrada e Silva*. Santos/ SP, Imprensa Oficial, (1963a [1790]).

Este alerta de José Bonifácio não foi sem razão. Já em meados do século XIX, a atividade baleeira no Brasil era praticamente nula, restando alguns poucos e pequenos pontos de pesca. Junta-se às técnicas de arpoarem os baleotes à invenção do canhão de arpões no final do século XIX que ao lado da expansão das frotas baleeiras e da construção de navios-frigoríficos, determinou um grande aumento das capturas no nível internacional, a ponto de algumas espécies correrem o risco de extinção.

A pesca da baleia não esteve somente associada à obra de povoamento e de defesa do território catarinense. Na carta do provedor da Fazenda Real, Manuel Rodrigues de Araújo, enviada ao rei D. José em 20 de fevereiro de 1761, evidencia-se o pagamento e a consignação das três folhas: eclesiástica, civil e militar, pela aplicação dos rendimentos do contrato da pesca das baleias:

Pondo na presença de Vossa Majestade o que se me determina na real ordem de 15 de outubro de 1758 expedida pela Secretaria de Estado dos Negócios Ultramarinos sobre a consignação e pagamento das três folhas: Eclesiástica, Civil e Militar desta ilha, nas quais se tem procedido na forma que vai exposto nas Relações juntas, o que se tem recebido do contrato das baleias, tanto do aplicado pela provedoria do Rio de Janeiro<sup>88</sup>.

Assim, uma parte do que se arrecadava em Santa Catarina com a exploração econômica das baleias destinava-se à Coroa e a outra retornava à Capitania na forma de recursos para o pagamento de pessoal.

De acordo com a afirmação de Westphalen, “somente nos meados do século XVIII, pela pesca da baleia e a produção de azeite, pôde de fato Santa Catarina participar do

---

<sup>88</sup> AHU-Santa Catarina, cx. 3, doc. 11.

comércio colonial, exportando óleo de peixe e outros derivados para as ilhas e Portugal, via Rio de Janeiro, e mesmo navegando diretamente”<sup>89</sup>.

A atividade baleeira no Brasil atingiria a década de 1830 em ruínas. Pouco era o interesse dos comerciantes do Império brasileiro pelos produtos derivados das baleias. Liquidaram esta indústria, entre outras coisas, a concorrência estrangeira (basicamente os norte-americanos e os ingleses), a diminuição do número desse cetáceo em águas brasileiras e o desenvolvimento de novas técnicas de iluminação advindas do emprego do gás, do petróleo e da eletricidade, não sendo mais necessário o uso do óleo de baleia.

### 2.2.1.3. *Extração de madeira*

A extração de madeira foi outra atividade de destaque, uma vez que, desde os primeiros momentos da ocupação do solo, “as taboas constituíam artigo importante nas exportações que se faziam da costa norte catarinense”<sup>90</sup>.

Ao longo do período colonial, a madeira sempre esteve no rol dos artigos de exportação do Brasil, sendo o maior exemplo o pau-brasil. Outras variedades de madeiras foram exploradas, como o sassafrás, canela, peroba e jacarandá, para citar alguns. Na capitania de Santa Catarina, encontramos uma lista, datada de 1760, das madeiras que eram utilizadas na construção de embarcações, segundo informação dos oficiais designados ao corte de madeira. Consta na lista as madeiras [aracerina?]<sup>91</sup>, canela preta, peroba, tajubá, siguraju e ipê. De acordo com o documento, a [aracerina?] era a de melhor qualidade, semelhante à sucupira, e dela faziam-se “cavernas, trenós, carros, [cintaz?] e [chavez?]”. A respeito das outras, serviam “para naus, lanchas e outras semelhantes obras”<sup>92</sup>.

---

<sup>89</sup> Cecília Maria Westphalen, “Comércio exterior do Brasil meridional no século XVIII”, 1974, p. 284-285.

<sup>90</sup> Ernani Silva Bruno, *História do Brasil – Geral e Regional. Vol. V: São Paulo e o Sul*, 1966, p.93.

<sup>91</sup> As palavras de sentido duvidoso no documento original, seguem entre colchetes acompanhadas do sinal de interrogação.

<sup>92</sup> AHU-Santa Catarina, cx. 13, doc. 62.

Por causa dessa exploração, desde o início da colonização de Santa Catarina, a extração da madeira mostrava-se uma preocupação do governador da capitania. Algumas clareiras foram abertas nas matas litorâneas para abrigarem as lavouras de mandioca e servir de lenha para a população.

No tempo do governador José de Melo Manuel, a situação chegava a ser crítica. Em 1754, Melo Manuel enviou uma carta ao Conselho Ultramarino acerca do corte de madeira e da necessidade de se nomear um superintendente da cultura e da defesa da madeira<sup>93</sup>. Baseando-se num edital expedido pelo poder central, o governador proibia as pessoas de cortar as madeiras:

sem expressa licença sua, para mandar primeiro fazer nelas exame e saber se são, ou não, daquelas qualidades que servem para construções de Naus grandes, e que para esse fim tem mandado proibir e reservar; e de outras a que chamam paus de Lei, ou paus reais que também são defendidos, sem que havia de agora tanta desordem que não só absolutamente os cortavam aonde quer que os achavam sem temor ou receio da dita proibição, mais ainda nas próprias terras de Vossa Majestade; motivos que o obrigaram a por-lhes o referido remédio, antes que pelo tempo adiante os viessem a extinguir<sup>94</sup>.

O corte de madeira parecia estar bastante avançado e sem fiscalização, a ponto de Melo Manuel pedir a criação do cargo do superintendente do corte de madeira, pois a população extraía madeira sem que as medidas impostas pelo poder oficial as inibissem. As madeiras eram cortadas até mesmo nas terras da Coroa, ou em terras devolutas.

Esta situação pode ser observada ainda num ofício de 4 de julho de 1756, remetido pelo secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Diogo de Mendonça Corte Real, ao governador da capitania do Rio de Janeiro, Gomes Freire de Andrade. Nessa correspondência,

---

<sup>93</sup> AHU-Santa Catarina, cx. 2, doc. 14, 27, 49.

<sup>94</sup> Idem.

o secretário respondia ao governador sobre a descoberta de baunilha no caminho que ligava o Rio Grande de São Pedro à capitania de Santa Catarina. No entanto, mostrava-se preocupado, pois a população da ilha de Santa Catarina estava utilizando as árvores de baunilha para lenha e instruía o governador a “promover a abundância deste gênero, em utilidade de mais este ramo de comércio, e Vossa Excelência mandará fazer as experiências para a sua perfeição”<sup>95</sup>. Quer nos parecer, dessa forma, que o corte de madeira fugia ao controle do governo da capitania, podendo ter sido um gênero de contrabando, que começou a chamar a atenção do governo a partir de 1750.

A preocupação do poder central com a extração de madeira pode ser identificada nas observações do vice-rei D. Fernando José de Portugal, em princípios do século XIX, ao Regimento trazido pelo governador geral Roque da Costa Barreto, em 1677<sup>96</sup>.

Em suas observações, nos capítulos de número 25 a 27 do Regimento, D. Fernando mostra que havia uma clara determinação aos governadores gerais e, depois aos vice-reis, “sobre a conservação das matas em benefício dos Engenhos de Açúcar e necessárias também para delas se extraírem madeiras para os navios e outras fábricas”<sup>97</sup>. Na provisão de 3 de novembro de 1681, recomendava-se, com o fim de se conservarem as matas ao redor dos engenhos, “não se permitir que se construíssem tão perto uns [engenhos] dos outros, sem lugar bastante para se fazer tirar lenhas”<sup>98</sup>. Já no regimento da Relação de 13 de outubro de 1751, “se lhe recomenda igualmente tenha especial cuidado sobre as lenhas e madeiras, que se não cortem, nem queimem para fazer roças ou outras coisas em partes que possam escusar”<sup>99</sup>.

---

<sup>95</sup> AHU-Santa Catarina, cx.2, doc. 37.

<sup>96</sup> In: Hélio e Alcântara Avelar, *História administrativa do Brasil: a administração pombalina*. Vol. 5, 1983, p. 287.

<sup>97</sup> *Ibidem*, p. 307

<sup>98</sup> *Ibidem*, p. 307-8.

<sup>99</sup> *Ibidem*, p. 308.

Observamos que, mais tarde, no tempo do vice-rei Conde de Resende, uma outra medida foi tomada pela Secretaria de Estado competente, dirigindo-se aos governadores das capitanias do Brasil, em carta de 13 de março de 1797. Nela se declarava:

ser da propriedade exclusiva da Real Coroa todas as matas, e arvoredos à borda da costa, ou dos rios, que desemboquem imediatamente no mar, e por onde em jangadas se possam conduzir as madeiras cortadas até as praias, proibindo-se que para o futuro se possam conceder Sesmarias em tais Sítios<sup>100</sup>.

Essa proibição fez-se sentir em Santa Catarina no início do século XIX, quando o viajante russo Krusenstern passou pela capitania e observou que seus habitantes tinham:

as melhores espécies de madeira em abundância aqui, as quais, por causa de sua cor é resistência, formariam um importante artigo para exportação: mas isso é absolutamente proibido. O Príncipe Regente, realmente, a fim de colocar este governo nas boas graças do povo declarou que esta ilha seria um porto livre, mas com várias restrições, que dificultam o comércio, e fazem com que esse pretenso benefício seja ridicularizado, já que o principal produto do solo, a madeira, não pode ser exportado de forma alguma, e os outros somente em regime de troca<sup>101</sup>.

No entanto, pelo que consta, as medidas proibitivas de extração de madeira teriam chegado tarde em algumas regiões. Segundo D. Fernando, no Rio de Janeiro do início do XIX, já não se achavam madeiras nas matas próximas aos rios. Além disso, não se encontrava mais:

---

<sup>100</sup> Idem.

<sup>101</sup> Martim Afonso Palma de Haro (Org.), *op. cit.*, p. 140.



aquela abundância de madeiras que havia em outro tempo; porque as infinitas derrubadas, que no espaço de tantos anos se têm feito por causa das plantações, e para as embarcações da Coroa e dos particulares, são causa de estarem destruídas as matas, de sorte que já não se encontram paus de construção em todo o Recôncavo em menos distância de quatro léguas dos rios navegáveis por onde se possam conduzir para esta cidade, e somente na ilha de Santa Catarina é que poderão extrair com mais comodidade<sup>102</sup>.

Notamos que Santa Catarina aparece como uma capitania onde ainda havia matas a serem cortadas. Nessa época, porém, já estava em curso uma extração considerável de madeiras na capitania. É o que se depreende do relato do viajante inglês, John Mawe, por volta de 1808: “As terras dignas de cultivo melhoram cada vez mais; a princípio, grande extensão estava coberta de árvores altas, mas nos últimos anos cortou-se grande quantidade para empregar na construção de navios e a madeira de qualidade atualmente escasseia”<sup>103</sup>.

Ao iniciar o século XIX, já estava em curso, nas regiões centrais da colônia, um processo de “escasseamento” de madeiras “úteis”. Com efeito, as madeiras da capitania de Santa Catarina começaram a ser extraídas num ritmo mais acelerado, tanto para o emprego nas edificações em geral como para a construção de embarcações com vistas ao aparelhamento naval da metrópole.

#### *2.2.1.4. Criação de gado*

A criação de gado na capitania de Santa Catarina foi praticada quase que exclusivamente na região de Laguna e no Planalto, nos campos acima da Serra Geral. Nessas áreas os criadores de gado encontraram condições naturais favoráveis e aproveitaram o

---

<sup>102</sup> Ibidem, p. 308

<sup>103</sup> Ibidem, p. 190.

mercado já existente pelo “caminho do sul”, que ligava a região dos campos às feiras das regiões centrais da colônia.

Sobre a criação de gado na região de Laguna, podemos conhecê-la por meio da leitura de uma carta de 14 de junho de 1734 dos oficiais da Câmara dessa vila ao capitão-mor da ilha de Santa Catarina, Francisco Dias de Melo, sobre a quantidade de cabeças de gado:

**Tabela 3** – Relação da quantidade de gado de cada morador de Laguna no ano de 1734

Nome	Cabeças de gado	Cavalgadas	Total <sup>104</sup>
João Rosa Prates	1200	200	1400
Jozeph dos reis	300	130	430
Jozeph Francisco	200	150	350
Manoel Correia	300	40	340
Manoel [?] Ribeiro	150	130	280
Antonio Cordeiro	100	70	170
João de Magalhães	100	70	170
Jozeph Torres Monteiro	60	100	160
Capitão Mor Francisco de Brito Peixoto	150	05	155
Jozeph [?] Bandro[?]	100	50	150
[Francisco] Lopes	60	80	140
Domingos Leite	80	50	130
Sebastião [ilegível]	100	30	130
Antonio Afonso	100	15	115
João Brás	90	20	110
Manoel Ferreira Dinis	60	50	110
Sebastião de Brito	60	50	110
Simão dos [Santos?]	60	50	110
Salome da Silva	100	06	106
Marcos Pereira Malhado	50	50	100
Manoel [?] da Costa	30	60	90
Sebastião Rodriguez	-	80	80
Manoel Rodriguez	-	50	50
Jozeph Barboza	-	50	50
André dos Santos	30	10	40
<b>TOTAL</b>	<b>3480</b>	<b>1596</b>	<b>5076</b>

Fonte: AHU-Santa Catarina, cx. 1, doc. 11.

O gado dos criadores de Laguna não era consumido na capitania de Santa Catarina. Ao que parece, era comercializado diretamente no Rio Grande, pois em consequência das necessidades imediatas para o abastecimento da população e tropas da ilha e territórios

<sup>104</sup> Números aproximados, segundo o próprio documento.

adjacentes, muitas vezes os animais eram adquiridos no Rio Grande e não em Laguna. A aquisição direta do gado no Planalto começou com a abertura do caminho da capital em direção a Lages, a partir de 1788. No entanto, há que se duvidar que essa alternativa tenha resolvido o problema do abastecimento de gado na ilha. Como nos informa James George Semple Lisle, que esteve na capitania em 1797, “a ilha de Santa Catarina [...] poderia, com pouco esforço, tornar-se um local muito produtivo; mas tão grande é a preguiça dos seus habitantes, que muito pouco ou nada é feito por eles, sendo que o próprio gado para o consumo deve ser trazido de Rio Grande”<sup>105</sup>.

É verdade que a capitania de Santa Catarina não se especializou na criação do gado, devido às condições naturais, pois a maior parte do território ocupado era de montes e áreas cobertas de florestas, o que levou os criadores com maior poder de investimento a buscarem as regiões mais favoráveis do ponto de vista natural e comercial, ou seja, os campos do sul. Tudo indica que as tentativas de alguns oficiais da câmara da ilha de Santa Catarina de facilitação ao comércio de gado no planalto, tenham sido frustradas, por falta de investimentos tanto do governo local e central, como dos próprios criadores.

### **3. Considerações acerca da economia da capitania de Santa Catarina**

A dinâmica do comércio interno da colônia tem sido tema de debates recentes na historiografia brasileira. O enfoque tem recaído sobre a circulação de produtos e mercadorias no circuito interno da colônia, ou seja, nas relações comerciais entre as regiões que compunham a colônia portuguesa na América, para além do circuito metrópole-colônia. É o caso do trabalho desenvolvido por Ciro Flamarion Cardoso a respeito do que chamou de “áreas coloniais periféricas ou marginais”<sup>106</sup>.

---

<sup>105</sup> Martim Afonso Palma de Haro (Org.), *op. cit.*, p. 126.

<sup>106</sup> Ciro Flamarion S. Cardoso, *Economia e sociedade em áreas coloniais periféricas: Guiana Francesa e Pará, 1750-1817*, 1984.

Flamariom Cardoso questionou o interesse da historiografia em relação ao período marcado pela segunda metade do século XVIII, pois as áreas “centrais”, onde se concentravam as principais atividades exportadoras – açúcar no nordeste e ouro em Minas Gerais, sempre foram as mais “privilegiadas”. No ponto de vista do autor, a análise das áreas coloniais periféricas pode iluminar aspectos importantes do processo de colonização do continente americano, principalmente por permitir entender mais de perto a complexidade das relações dentro da própria colônia.

Baseando sua análise no modo de produção das regiões periféricas, Flamarion identifica uma *dinâmica interna* nas colônias sul-americanas, especificamente no Pará e Guiana Francesa. Procurou, desse modo, rejeitar a idéia de que as partes colonizadas eram como “uma espécie de quintal da Europa”. Segundo o autor, existiam sociedades bem mais complexas do que, durante muito tempo, procurou mostrar grande parte da historiografia.

Nesse viés ainda, cabe destacar o trabalho dos historiadores Manolo Florentino e João L. R. Fragoso, que tratam das tensões políticas e das disputas sociais geradas a partir de distintos interesses econômicos e opiniões políticas, principalmente, entorno do centro de poder da colônia – o Rio de Janeiro<sup>107</sup>.

Florentino e Fragoso abordaram mais detidamente a idéia da existência de um mercado interno dinâmico, e procuraram demonstrar a existência de uma “acumulação endógena” no espaço colonial. Este mercado, segundo os autores, teria sido movimentado pela produção e comercialização de gêneros agro-pastoris, destinados ao abastecimento dos centros urbanos, e funcionou como acumulação de capitais e correspondeu a ritmos econômicos, o que indicaria certa autonomia da economia colonial, embora dependente.

Desse modo, os autores não se preocuparam em concentrar o foco na relação entre metrópole e colônia ou no exclusivo metropolitano, mas no circuito interno da colônia, em

---

<sup>107</sup> João Fragoso e Manolo Florentino, *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro, c.1790 - c.1840*, 1993.

fatores como a concentração de riqueza na mão de comerciantes e no afluxo de recursos naturais à praça do Rio de Janeiro. Emerge, dessa análise, um quadro bastante complexo das relações existentes entre as diversas regiões da América portuguesa e o Rio de Janeiro, segundo os autores, seu núcleo aglutinador.

Com relação à existência de um mercado interno dinâmico, convém indagar: podemos falar em autonomia da colônia dentro do sistema colonial?; até que ponto este mercado interno se articulou escapando ao “exclusivo metropolitano”?; o núcleo propulsor desse mercado intra-colonial era o sistema de abastecimento interno da colônia ou a demanda externa, notadamente o mercado metropolitano?; qual, então, teria sido o papel da capitania de Santa Catarina nesse mercado, enquanto fornecedora de produtos manufaturados e *in natura*?; a subordinação à capitania do Rio de Janeiro teria funcionado como agente controlador de mercado ou simplesmente um mecanismo de controle político-administrativo?

Para procurar responder às perguntas acima, a nossa estratégia em utilizar a definição de “apropriação dos recursos naturais” para uma determinada região da colônia – a capitania de Santa Catarina – justifica-se por acreditarmos que era extremamente complexa a relação entre o “centro” e a “periferia” do sistema, que se regulava de acordo com as especificidades de cada região. Dessa forma, as características naturais da região, o povoamento e a estrutura político-administrativa (relação poder central-local) formam o quadro de análise do estudo que segue.

Como temos demonstrado, a economia em Santa Catarina sofreu fortes limitações. Algumas em decorrência do povoamento relativamente novo, outras em consequência da precariedade dos métodos agrícolas, pecuários e pesqueiros utilizados. Soma-se a isso, o fato de a Coroa exercer forte influência na administração da capitania, através do poder central da colônia ao qual Santa Catarina estava fortemente subordinada, criando mecanismos de fiscalização e controle da exploração dos recursos naturais. Cumpre destacar que a Coroa

arrecadava na capitania com a concessão de direitos referentes à pesca da baleia, à passagem de animais, ao corte de madeira, e ainda, à cobrança de dízimos reais.

É importante demonstrar a relação entre o que se produzia na capitania e o que a Coroa arrecadava nela, pois assim identificaremos o que existiu de específico nessa relação de apropriação dos recursos naturais.

Problematizando os rendimentos das arrematações dos contratos na capitania de Santa Catarina, encontramos informações para o ano de 1810 à página 70 da importante *Memória política sobre a capitania de Santa Catharina: escripta no Rio de Janeiro em o ano de 1816*, por Paulo Miguel de Brito, especificamente na “conta corrente da receita e despesa da Provedoria da Real Fazenda da capitania no ano de 1810”. Nela podemos observar que as principais fontes de receita daquele governo eram no início do século XIX:

Ficaram em ser nos Reais Cofres, do ano de 1809 (\$352); Rendimento do Contrato dos Dízimos Reais (5:206\$640)<sup>108</sup>; Administração das passagens do Rio Massambú (44\$800); Idem do Rio Cubatão (8\$540); Idem do Guindaste do Trapiche (10\$200); Fretes, alugueis, arrematações, &c. (917\$450); Contrato das passagens da barra da Laguna, Camaxo, e Garopaba (31\$500); Venda de Madeiras no Real Corte (25\$160); Remessas vindas da Corte do Rio de Janeiro (24:000\$000); Fóros da Marinha da vila Capital e da Laguna (117\$210); Contrato das passagens do Rio Embáo (160\$000); Produto das Imposições Reais (3:831\$431); Idem da venda da pólvora (830\$351); Soma total (35:183\$634). As imposições reais são os selos dos papéis, sisa dos bens de raiz e meia sisa da venda de escravos ladinos da vila capital e de Laguna<sup>109</sup>.

---

<sup>108</sup> A respeito de quanto a Coroa portuguesa arrecadava com os dízimos reais na capitania de Santa Catarina, encontramos informações descrevendo que para os anos de 1781 a 1785, a arrematação dos direitos foram da ordem de 11:233\$289 réis; sendo ainda arrematado no ano de 1795 por 15.200\$000 réis, prosseguindo este valor até 1805. Em 1817 foram arrecadados 16.571\$812 réis e em 1820 49.700\$113.

<sup>109</sup> Paulo Miguel J. de Brito, *op. cit* p. 70.

Há que se considerar que não aparecem nessa tabela os números referentes ao contrato da pescaria de baleias. Nota-se, nas suas informações, que a maior parte dos valores destinados à administração de Santa Catarina era enviada do Rio de Janeiro (70% do total da receita), o que demonstra o peso da subordinação daquela capitania a esta. Essa dependência ocorria porque após o estabelecimento dos vice-reis no Rio de Janeiro, em 1763, os governadores e demais autoridades da capitania de Santa Catarina ficaram-lhes subordinados em tudo, juntamente com a Fazenda e as Repartições fiscais. Isso significava, ainda, que todas as arrematações e rendas dos contratos de Santa Catarina eram feitas perante a Junta centralizada no Rio de Janeiro. Assim, os rendimentos expedidos à Junta nunca retornavam à tempo ou por inteiro para o pagamento das despesas da capitania de Santa Catarina.

A administração local contava ainda, nessa época, com aproximadamente 15% do que se arrecadava com os contratos de dízimos reais; 11% das imposições reais, sobretudo da venda de escravos ladinos da vila capital e de Laguna (o que demonstra a qualidade dos escravos da capitania); outros 6% provinham das passagens de rios, fretes, alugueis, arrematações, venda de madeiras no corte real, foros da Marinha e venda de pólvora. Pelos dados, cumpre observar que o corte de madeiras não era significativo do ponto de vista comercial para a administração da capitania.

Merece destaque, ainda, o fato de que, desde 1801, segundo o próprio Brito, “todo o azeite [de baleia] era remetido para a Corte, onde se vende tanto para consumo interior, como para exportação, e todo o produto da venda entra para o Real Erário, quando aliás deveria entrar nos cofres da Capitania [de Santa Catarina]”<sup>110</sup>. Essa crítica passou a ser recorrente entre os administradores catarinenses a partir de finais do século XVIII, pois, como pudemos observar, a maior parte do que era arrecadado em Santa Catarina destinava-se à Junta da Fazenda Real no Rio de Janeiro e daí retornava, em partes e com atrasos.

---

<sup>110</sup> Idem.

Esse aspecto da subordinação fazendária, na opinião de Brito, foi um “sistema bárbaro, que deu ocasião a uma dívida enorme da Fazenda Real [de Santa Catarina], com indizível prejuízo da agricultura, e sacrifício de numerosas pessoas e famílias, que por aquele motivo ficaram reduzidas à miséria e indigência”<sup>111</sup>.

Também encontramos a respeito da subordinação de Santa Catarina à capitania do Rio de Janeiro, uma queixa do governador João Alberto de Miranda Ribeiro na sua carta enviada à Rainha D. Maria I em 16 de novembro de 1797, na qual faz um balanço político e administrativo do seu governo. Para Miranda Ribeiro, um novo Regimento deveria ser editado para direção dos governadores, destacando em primeiro lugar:

que o governo desta capitania não tivesse dependência da do Rio de Janeiro, tornando os governadores a dirigirem as suas contas diretamente para a Corte, como se praticou até ao tempo em que governou Dom José de Melo Manoel (1762), porque acho que de nenhuma sorte convém ao Serviço de Vossa Majestade, nem ao sossego e felicidade dos Povos, nem à administração da Justiça, que eles estejam sujeitos aos caprichos dos Excelentíssimos vice-reis do Estado<sup>112</sup>.

Em outra passagem da sua carta, o governador ressalta ainda mais a dificuldade que o governo da capitania tinha em cumprir suas tarefas, em face da sua subordinação ao poder central da colônia, ou seja, aos vice-reis:

Como então poderá o governador dar as providências necessárias se as suas faculdades lhe não permitem? Porque os Excelentíssimos vice-reis ambiciosos de regalias, todas vão chamando a si, ligando as mãos do governador por maneira que tudo quanto obra, é só por uma servil

---

<sup>111</sup> Ibidem, p. 68.

<sup>112</sup> AHU-Santa Catarina, cx. 8, doc. 6.



obediência. Com tanto, porém, que assim na paz como na guerra, o governador é que há de ser responsável de qualquer péssimo ou desordenado acontecimento<sup>113</sup>.

Ao que parece a relação entre Miranda Ribeiro e o vice-reinado não era muito “amistosa”, pois o governador não estava satisfeito com a sua subordinação ao governador da capitania do Rio de Janeiro. Tal suposição pode ser auferida pela leitura de um trecho da *Corografia da capitania de Santa Catarina* de Dante Laytano, quando este autor faz uma análise das relações do governo da capitania, notadamente o governador Miranda Ribeiro (no cargo de 1793 a 1800), com o Rio de Janeiro, representado pela figura do vice-rei D. José de Castro, Conde de Resende (no cargo de 1790 a 1801).

Nos seus estudos, Laytano analisa as correspondências trocadas entre ambos e encontra como a primeira referência ao governo de Santa Catarina “a remessa de duas caixinhas de pérolas”. Ao longo dos anos os envios repetem-se sucessivas vezes. Segundo Laytano, o destino das pérolas era sempre a Corte em Lisboa. Salta aos olhos uma outra informação trazida por Laytano, segundo a qual o vice-rei havia proposto ao governo central a destituição de Miranda do governo de Santa Catarina<sup>114</sup>. Pergunta-se: qual teria sido o motivo dessa proposta? Teria, esse fato, alguma relação com o envio das pérolas? Tais remessas consistiam em algum tipo de pagamento de propina?. Infelizmente, não há informações suficientes para responder estes questionamentos.

Um outro problema a respeito da administração fazendária na capitania, sobretudo em relação ao comércio e a sua fiscalização, segundo Laura Machado Hubener, foi o contrabando. O contrabando em Santa Catarina pode ser caracterizado como sendo, de acordo com esta autora:

---

<sup>113</sup> Idem.

<sup>114</sup> Dante Laytano, *op. cit.*, p. 47 e 48.

a entrada e saída de mercadorias que fugiam ao controle dos órgãos governamentais, isto é, que circulavam sem o pagamento dos devidos direitos. Faziam comumente o escambo, aquela simples troca de mercadorias entre as partes interessadas sem a participação oficial e por isso condenada, pois tal atividade não trazia qualquer rendimento ao poder público<sup>115</sup>.

Desde os primeiros contatos dos viajantes estrangeiros na região meridional da América colonial, praticava-se um comércio de contrabando entre a população local e esses visitantes. Segundo Luís de Ferrand Almeida, dessa mobilização em terras e mares sulinos resultaram evidentes benefícios para os moradores da colônia portuguesa. De acordo com esse autor, “em troca de escravos negros, ferro, instrumentos agrícolas, tecidos, açúcar, arroz, conservas, sal e materiais de construção, o Brasil recebia farinhas, charque, sebo, gorduras, tecidos de algodão do Tucumán, ouro, e principalmente prata”<sup>116</sup>. No entanto, não parece que tais “benefícios” tenham chegado à grande maioria da população da região meridional, pois esta vivia com grandes dificuldades materiais.

Antes da criação da capitania de Santa Catarina em 1738, o contrabando era freqüente. Após essa data, no entanto, os governadores da capitania trataram de combatê-lo, pois tinham como uma de suas funções a fiscalização e a cobrança de dízimos reais nos territórios sob sua competência.

Notamos num documento de 1799, uma grande preocupação de Portugal em relação à possibilidade de se realizar um contrabando por meio da atividade da pesca da baleia devido às constantes visitas de navios estrangeiros que, com pretexto de consertarem suas avarias, praticavam algum tipo de comércio nos portos meridionais. Em resposta ao ofício do Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, os membros da Junta governativa de Santa Catarina informavam que naquele porto:

---

<sup>115</sup> Laura Machado Hubener, *O comércio da cidade do Desterro no século XIX*, 1981, p. 20.

<sup>116</sup> Luís de Ferrand Almeida, *A diplomacia portuguesa e os limites meridionais do Brasil. Vol. 1 (1493-1700)*, 1957, p. 66 e 96.

não entram mais do que alguns navios ingleses pertencentes à pesca do espermacete e das baleias, quando os temporais ou a falta de água, mantimentos e refrescos os obrigam a isso; [?] uma raridade quando pelos mesmos motivos entra alguma outra embarcação que não seja daquelas ou que pertença à outra Nação. E apesar de se dever presumir que semelhantes embarcações destinadas à referida pesca não podem trazer contrabandos para comerciarem, sempre se lhe tem aplicado todas as providências necessárias para evitar todo o gênero de comércio, sem, contudo faltar aos direitos da hospitalidade, que as leis permitem<sup>117</sup>.

Na leitura do trecho do documento, constata-se que havia um sistema de controle fiscal sobre a atividade de pesca da baleia praticada pelos navios ingleses na ilha de Santa Catarina. Entretanto, o contrabando nunca recebeu uma eficiente e necessária fiscalização, pois não havia recursos humanos e técnicos capazes. Além do baixo número de fiscais, as embarcações destinadas à fiscalização não estavam, muitas vezes, em condições de servirem a este serviço. Segundo Hubener, “verificava-se ainda a inexistência de objetos indispensáveis a uma repartição fiscal, como balança, pesos e medidas e guindaste”<sup>118</sup>.

Ainda existia uma certa fragilidade do sistema de fiscalização em relação ao comércio de outros produtos, segundo La Pérouse, que lá esteve em 1785. De acordo com este viajante, era preferível ficar na ilha de Santa Catarina ao invés do Rio de Janeiro, não só por evitar “as formalidades das grandes cidades”, mas porque esta “parada reunia muitas outras vantagens”. Assim, nos revela que comprou sem dificuldades alguns produtos de que necessitava:

Víveres de todas as espécies haviam na maior abundância, um boi grande custava 8 piastras; um porco pesando 150 libras custava 4; tinha-se 2 perus por uma piastra; bastava unicamente

---

<sup>117</sup> AHU-Santa Catarina, cx. 8, doc. 40.

<sup>118</sup> Laura Machado Hubener, *op. cit.*, p. 20.

lançar a linha para retirá-la cheia de peixe; levavam para bordo e nos vendiam laranjas por menos de meia piastra e os legumes eram também de preço muito moderado<sup>119</sup>.

Apesar de a economia de Santa Catarina ser caracterizada pela imposição do pacto colonial, pelas limitações já demonstradas, e, sobretudo, pela subordinação ao Rio de Janeiro, podemos identificar a existência de relações mercantis: dentro da própria capitania, dela com outras regiões e diretamente com a metrópole. Assim, desejamos evidenciar que a apropriação dos recursos naturais na capitania correspondia a interesses de natureza econômica, sobretudo de pequenos grupos, e que esse aspecto é de fundamental importância para se compreender a sua formação histórica. Igualmente, queremos problematizar a visão de que Santa Catarina nutria apenas interesse de ordem militar, como área estratégica.

Já tem sido relativamente demonstrado, por meio de estudos estatísticos e quantitativos, a importância dos produtos da “agricultura de subsistência” no quadro de exportação do Brasil para Portugal. Portanto, têm-se confirmado que não circulavam apenas produtos da “grande lavoura”. Os produtos de subsistência serviam também para o abastecimento interno da colônia e consistiam em cereais, alimentos em geral e matérias-primas nativas ou transplantadas para os trópicos.

Para justificar a idéia de variedade da produção interna da colônia e a sua inserção mercantil no sistema colonial, vejamos um quadro de produtos exportados do Brasil com seus respectivos valores:

**Tabela 4** – Produtos exportados do Brasil para Portugal em 1777

Aguardente	39:674\$400
Algodão em rama	270:765\$660
Anil da América	106 \$000
Arroz da América	782500
Açúcar branco	665:156\$040
Açúcar mascavado	135:508\$320
Azeite de peixe	870\$

<sup>119</sup> Martim Afonso Palma de Haro (Org.), p. 115.

Barba de baleia	25:874\$640
Borrachas de couro	372:280\$
Borrachinas de nervo	98\$280
Cacau	298:884\$900
Café	2:224\$540
Canela fina	4:607\$680
Canela grossa	11:195\$440
Chocolate	621\$800
Couros de bezerro	1:163\$700
Couros em cabelo	541:665\$780
Cravo do Maranhão	10:413\$272
Goma copal	143\$520
Pau-brasil	14:474\$650
Raízes medicinais	10:615\$840
Raspas de couro	3:548\$800
Salsaparrilha	25:882\$750
Sola	796\$000
Sola cortada em pedaços	4:613\$175
Tabaco	540:794\$520
Tabaco em pó	4:654\$800
Topázios brutos	288\$000
TOTAL	2.715:799\$987

**Fonte:** AVELAR, Hélio e Alcântara. *História administrativa do Brasil: a administração pombalina*. Vol. 5, 2ª. ed., Brasília: UNB, 1983, p.48.

O quadro apresenta uma série de produtos de atividade extrativa, comercializados *in natura*, o que significa que a sua produção não exigia uma grande indústria. Contudo, produtos semi-manufaturados eram também exportados. Na pauta de exportação do ano de 1777 só o açúcar pode ser considerado um produto da “grande lavoura”, com 30% do total exportado. O restante era, na sua grande maioria, produtos considerados de “subsistência”. A balança de exportação pendia, entretanto, mais a estes produtos do que àqueles. Essa observação é importante porque nos permite inserir os produtos exportados da capitania de Santa Catarina nessa listagem e constatar a possibilidade de haver uma relação comercial entre a capitania e outras partes do reino português.

Os dados que apresentaremos são do ano de 1791. Convém lembrar, assim, que no ano de 1777 a ilha de Santa Catarina foi invadida pelos espanhóis, fato que estagnou a produção da capitania. Todavia, após o seu restabelecimento aos portugueses, deu-se início

uma fase de experimentação e fomento a novos produtos agrícolas. Essa ressalva se faz necessária para que não se leiam os dados sem o diálogo com a devida conjuntura.

Em um ofício de 4 de janeiro de 1791, do governador da ilha de Santa Catarina, Manuel Soares Coimbra, ao secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, encontramos um mapa de uma carga transportada de Santa Catarina e do Rio Grande de São Pedro para Lisboa. O mapa segue assinado por António Saldanha de Andrade Vasconcelos, capitão da corveta Nossa Senhora do Livramento e Santo António, que carregava os produtos:

**Tabela 5** - Carga transportada de Santa Catarina e do Rio Grande de São Pedro para Lisboa pela corveta Nossa Senhora do Livramento e Santo António em 1791

GENEROS	Barris	Barricas	Caixas	Feixos	Fardos	Pipas	Surrões	Alqueires	Quantidade	Dúzias	Arrobas	Preços	Imp.tas
Açúcar	.	30	.	11	.	.	.	.	.	.	730	1:600	1:168\$000
Aguardente	.	.	.	.	.	1	.	.	.	.	.	25:000	25\$000
Carne de Moura	212	.	.	.	.	3	.	.	.	.	.	5000	1:120\$000
Sebo apurado	4	.	.	.	.	.	.	.	.	.	35	1:200	42\$000
Couros em Cabelo	.	.	.	.	.	.	.	.	1647	.	.	1:500	2:625\$200
Couros Salgados	.	.	.	.	.	.	.	.	226	.	.	1:500	339\$000
Erva de mate	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	10	1:600	16\$000
Farinha de Guerra	.	.	.	.	.	.	.	1537	.	.	.	320	491\$840
Gomas	.	2	3	1	.	.	4	.	.	.	205	500	147\$500
Lã	.	.	.	.	.	.	6	.	.	.	24	2:400	57\$600
Linho cânhamo	.	.	.	.	5	.	.	.	.	.	40		*
Melado	5	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	5000	25\$000
Pranchões de Óleo	.	.	.	.	.	.	.	.	54	.	.	2000	108\$000
Saboado	.	.	.	.	.	.	.	.	.	38	.	5000	190\$000
Trigo	.	.	.	.	.	.	131	1374	.	.	.	880	1:099\$200
<b>Total</b>	<b>221</b>	<b>32</b>	<b>3</b>	<b>12</b>	<b>5</b>	<b>4</b>	<b>141</b>	<b>2911</b>	<b>1927</b>	<b>38</b>	<b>*</b>		<b>7:454\$340</b>

Fonte: AHU-Santa Catarina, cx. 6, doc. 29.

Observemos que dos produtos da tabela 4, alguns figuravam no transporte das capitânicas meridionais para Lisboa (tabela 5), não contando os produtos da pesca da baleia.

Em outras duas tabelas, de 1802, sobre a movimentação comercial entre as capitânicas do Rio Grande de São Pedro e Santa Catarina, podemos verificar que, dentre os principais

gêneros de comércio, estavam os produtos agropecuários. Vejamos os dados abaixo que permitem a visualização dessa transação comercial:

**Tabela 6** - Gêneros que saíram da capitania de Santa Catarina com destino à capitania do Rio Grande de São Pedro no ano de 1802

<b>Gênero</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Valor</b>	<b>P.unit.</b>
Açúcar	60 arrobas	96\$000	1\$600
Aguardente	14 pipas	770\$000	1\$600
Arroz	23 sacas	110\$000	4\$800
Farinha de Mandioca	945 alqueires	567\$000	0\$600
Panos de linho	400 varas	200\$000	0\$500

**Fonte:** Corsino Medeiros dos Santos. *Economia e sociedade do Rio Grande do Sul: século XVIII*, 1984, p. 108.

**Tabela 7** - Gêneros que entraram na capitania de Santa Catarina vindos da capitania do Rio Grande de São Pedro no ano de 1802

<b>Gênero</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Valor</b>	<b>P. unit.</b>
Carne fresca	4.250 arrobas	2:210\$000	0\$520
Sebo	40 arrobas	40\$000	1\$000

**Fonte:** Corsino Medeiros dos Santos. *Economia e sociedade do Rio Grande do Sul: século XVIII*, 1984, p. 108.

Os dados oferecem uma idéia do movimento comercial do porto de Santa Catarina no final do século XVIII e início do século XIX. Tudo indica que não houve grande variação de produtos de exportação e importação em relação às outras capitanias, isto é, os produtos agrícolas sempre foram os gêneros exportáveis de Santa Catarina (a farinha de mandioca, alho, café, arroz, feijão, trigo e milho, para citar alguns) e a produção da pequena indústria (algodão, aguardente, panos de linho). A importação girou em torno dos produtos da pecuária rio-grandense e gêneros de primeira necessidade do Rio de Janeiro.

Em relação ao comércio externo da região meridional, é significativo o que escreveu Cecília Maria Westphalen. Segundo a autora, no século XVII, os territórios meridionais do Brasil não haviam ainda se integrado ao restante da ocupação portuguesa, “encontrando-se

completamente à margem do comércio colonial”<sup>120</sup>. Foi no século XVIII que, estimulado pelo comércio interno da colônia, a região “encontrou a oportunidade da sua integração na estrutura econômica brasileiro-colonial”<sup>121</sup>. No que diz respeito aos produtos exportáveis de Santa Catarina, destacou os derivados da baleia, principalmente o óleo.

Passemos então a apresentar alguns dados relevantes do comércio praticado internamente na capitania de Santa Catarina. Por meio deles, evidencia-se a existência de uma significativa circulação de produtos, que se destinavam, principalmente, ao abastecimento das armações de baleias e consumo das famílias. Ressalta-se que a base desse comércio era a troca, uma vez que a circulação de dinheiro em Santa Catarina se encontrava muito restrita e controlada pelo Rio de Janeiro.

A partir da segunda metade do século XVIII, já havia, na capitania, algumas mercearias, lojas e tavernas onde era possível encontrar produtos diversos, secos e molhados, a maior parte constituída de gênero de primeira necessidade.

Na década de 1790, período em que governou a capitania, João Alberto Miranda Ribeiro procurou inovar nas diferentes áreas administrativas, inclusive no comércio. Reclamou, seguidas vezes, contra os baixos preços na cotação da farinha de mandioca, por exemplo. Segundo citação de Jacinto Antonio de Matos “essa atitude de advogado da causa dos colonos valeu uma terrível reprimenda, por parte do vice-rei, dizendo-lhe em ofício de 5 de outubro de 1793, que ele [havia sido] nomeado para governar e não para inovar”<sup>122</sup>. O que nos interessa registrar é a descrição detalhada que Miranda Ribeiro oferece das lojas de comércio da capitania no tempo do seu governo<sup>123</sup>.

---

<sup>120</sup> Cecília Maria Westphalen, *op. cit.*, p. 276.

<sup>121</sup> *Idem.*

<sup>122</sup> *Apud* Dante Laytano, *op. cit.*, p. 85.

<sup>123</sup> *Ibidem*, entre às páginas 156 e 159.



O comércio nas 18 lojas de fazenda de varejo que havia na vila capital do Desterro girava em torno de 40 Contos de réis por ano. Havia cerca de 45 tavernas de molhados, que computavam o seu consumo em 8 Contos de reis por ano.

Nessa mesma época, na vila de São Francisco, o comércio era muito menor em relação ao da ilha de Santa Catarina, em consequência da pequena produção local e, como destacou Miranda Ribeiro, “porque os seus moradores residem a maior parte do tempo nas suas roças fora da vila”. Nas 19 tavernas desta vila, comercializavam-se, sobretudo:

pouca de Aguardente de cana [...]. Fora disto vendem alguma erva de Mate, fumo, bananas, e tal ou qual peça de pano grosso do algodão; muito pouco azeite doce, vinagre e aguardente do reino, quando sucede compra-la a algumas das embarcações que ali entram e não porque mandem vir de fora semelhantes sortimentos para elas<sup>124</sup>.

O comércio da vila de Laguna era composto por 11 lojas de fazenda de varejo, “supõem-se ser de 19, até 20 Contos de reis nas Fazendas Secas e molhados, que entram em cada ano para as ditas Lojas”<sup>125</sup>.

O produto comercializado na região de Laguna era o peixe seco: Bagres Gerubebês e miúdos, Tainha, Pescada e Miraguaia. Segundo Miranda Ribeiro, esse era o único produto forte de todo o seu comércio, “porque o resultado dos efeitos e gêneros fabricados das lavouras, que se exportam, como são as farinhas de milho, feijão e arroz, é absolutamente diminuto”<sup>126</sup>. Entretanto, o comércio de peixe na região parecia ter sido beneficiado, no final do XVIII, depois que algumas embarcações da Bahia e Pernambuco começaram a carregar os produtos da pesca.

---

<sup>124</sup> Ibidem, p. 156.

<sup>125</sup> Ibidem, p. 157.

<sup>126</sup> Idem.

Enfim, cumpre observar que o comércio interno da capitania era bastante limitado devido, sobretudo, à falta de circulação de dinheiro e de sua dependência à sazonalidade da produção agrícola. Vale dizer que essa limitação pode ser relacionada ao baixo número de embarcações que havia na capitania para o transporte da produção de um lugar para o outro. Nesse sentido, vale observar os dados abaixo:

**Tabela 8** - relação do número de embarcações na ilha de Santa Catarina, Rio de São Francisco e Laguna em 1797

ilha de Santa Catharina [carimbo] Donos a quem pertencem.	Bergantins	penques	Sumacas	Lanchas de Coberta
Capitão Antonio José da Costa	2			1
Tenente Miguel Gonçalves dos Santos			1	
Alferes João de Deus Ferreira				1
Contrato da Pesca das baleias			2	
<b>vila do Rio de São Francisco</b>				
Capitão Leandro José do Araújo			1	
Ignácio José da Silveira, Mestre da Ribeira			1	
<b>vila da Laguna</b>				
Major da Ordenança Jerônimo Francisco Coelho			2	1
Capitão Francisco de Souza França			1	
Capitão Manoel Antonio da Costa Guimarães		1		
Alferes José Pinto dos reis			1	
Capitão João Antonio Costa				1
Capitão João Antonio Tavares				1
Manoel Gonçalves Barreiros				1
<b>Soma total</b>				
	2	1	9	6

**Fonte:** Dante Laytano. "Corografia da Capitania de Santa Catarina". *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Vol. 245, Outubro-Dezembro, Rio de Janeiro, 1959.

Conforme se observa na tabela 8, não havia um número expressivo de embarcações (18 no total) que pudessem movimentar o comércio interno da capitania, muito menos na vila de São Francisco (apenas 2), o que sugere que seu comércio era praticamente local. Esse

aspecto reforça a idéia de que não havia uma classe comercial muito expressiva dentro da capitania, sendo dependente dos navios que vinham até ali buscar produtos para serem comercializados em outras praças, principalmente a do Rio de Janeiro.

Ainda com relação ao comércio da capitania de Santa Catarina, vejamos alguns dados estatísticos da produção, consumo e exportação:

**Tabela 9** – Produção, consumo e exportação da capitania de Santa Catarina no ano de 1804

A produção da ilha de Santa Catarina	185:329\$852
O consumo	70:986\$856
A exportação	108:342\$996

**Fonte:** Dante Laytano. “Corografia da Capitania de Santa Catarina”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Vol. 245, Outubro-Dezembro, Rio de Janeiro, 1959, p. 119 a 122.

**Tabela 10** – Quantidade, produção e exportação da capitania de Santa Catarina no ano de 1819

	<b>Quantidade</b>	<b>Produção</b>	<b>Exportação</b>
Algodão	Quintais	1.018	144
<b>Açúcar</b>	Quintais	813	560
<b>Arroz</b>	Ditas	4.133	3.447
<b>Couros</b>	Centos	1.486	1.131
<b>Atanados</b>	Dúzias	960	457
<b>Aguardente</b>	Medidas	79.894	70.289
Farinha	Alqueire	196.389	89.606
Feijão	Alqueire	8.692	1.710
Milho	Alqueire	8.953	2.030
Trigo	Alqueire	3.529	1.893
<b>Melaço</b>	Medida	7.272	6.368
<b>Cebolas</b>	Réstias	9.468	6.255
<b>Alhos</b>	Ditas	10.751	6.907
<b>Peixe salgado</b>	Arrobas	1.264	1.085
<b>Peixe seco</b>	Milheiro	22.158	12.184
Linho ordinário	quintais	258	52

**Fonte:** Dante Laytano. “Corografia da Capitania de Santa Catarina”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Vol. 245, Outubro-Dezembro, Rio de Janeiro, 1959, p. 119 a 122.

**Tabela 11** - Produções dos distritos pertencentes à ilha de Santa Catarina, Laguna e Rio de São Francisco, especificando o consumo e exportação em 1819

	<b>Produção</b>	<b>Consumo</b>	<b>Exportação</b>
Açúcar	1319:2 quintais	428	891:2
Aguardente	82:020 medidas	33:260	48:760
<b>Algodão</b>	884:618 ½ quintais	824:16	60:16
Arroz	8:694	1:859:3	6:834:1
Atanados	4002:10 centos	804 ½	3201 ½
<b>Café</b>	451	248	233
Couros	2541 ½ centos	38	2503
<b>Goma</b>	115	77	38
<b>Linho ordinário</b>	168 quintais	138	30
Madeira	1322 dúzias	303	1019
Salgados	81 e 85	78	3 e 85
<b>Tabaco</b>	21	17	4
<i>Avaliação em cruzados</i>	210\$722	72\$925	137\$797
<b>Alhos</b>	10:334	5.377	4.954
Amendoim	2732	963	1.409
Betas de Imbé Grandes	27 dúzias	4	23
Cebolas	15:628 réstias	5.643	9.985
D.º salgado <sup>127</sup>	70572 milheiros	17.116	53.456
Das pequenas	170	2	168
<b>Farinha</b>	222:211 alqueires	115:827	106:389
Favas	3.216	729	2.487
<b>Feijão</b>	9:798	6:619 ½	3:148 ½
<b>Gravatá</b>	214 quintais	154	60
Melado	13.246 medidas	1.358	11.888
Milho	18:331 ½	8:212	10:119 ½
<b>Peixe Salgado</b>	1035	814	22
Sevada	70	30	40
<b>Trigo</b>	1542 alqueires	1.112	430
<i>Avaliação em cruzados</i>	351\$998	197\$151	154\$817

**Fonte:** Dante Laytano. “Corografia da Capitania de Santa Catarina”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Vol. 245, Outubro-Dezembro, Rio de Janeiro, 1959, p. 119 a 122.

Somando-se os dados da tabela (11) em cruzados, teremos que o valor aproximado da produção, consumo e exportação de Santa Catarina em 1819 era o seguinte: a produção total da ilha de Santa Catarina era de 562\$720; desse total, o consumo perfaz 270\$076 (48%) e a exportação 292\$614 (52%).

<sup>127</sup> Não sabemos qual o produto representado pela supressão D.º.

Dessa forma, comparando-se as tabelas (10 e 11), verificamos que os produtos destinados à exportação da capitania no período compreendido entre 1804 e 1819 eram os seguintes: açúcar, aguardente, alhos, amendoim, arroz, atados, betas de imbé grandes, betas de imbé pequenas, cebolas, couros, d.º salgado, favas, madeira, melado, milho, peixe salgado, peixe seco, salgados e cevada.

Em relação aos principais produtos temos que: o algodão e o linho continuaram sendo destinados, sobretudo, ao consumo interno, ou comércio local; a maior parte do açúcar produzido na capitania era exportada, assim como, o arroz, couros, atados, melado, cebolas, alhos e os peixes; a produção de farinha de mandioca, embora tenha aumentado no período, continuou tendo uma porcentagem de cerca de 55% consumida na própria capitania, assim como acontecia com o feijão, o trigo e o milho; ressalta-se que a exportação do milho aumentou em quase 30% em relação à 1804 e passou a ser mais exportado que consumido, sendo que o contrário aconteceu com o peixe salgado, ou seja, em 1804 era um produto basicamente de exportação e em 1819 de consumo.

Ainda notamos, na leitura dos dados que, apesar de a variedade da produção agrícola ter aumentado na capitania de Santa Catarina, a exportação diminuiu, em termos percentuais, em relação ao consumo interno. Mesmo assim, quer nos parecer que o comércio externo permitia a pequenos grupos de comerciantes locais obterem algum tipo de lucro ou ganho, embora fosse bastante restritiva a atividade comercial na capitania. A esse respeito vale ressaltar que a partir do final do século XVIII e início do seguinte, surgiram algumas críticas às restrições impostas pelo poder central ao comércio interno da capitania.

Na literatura dos viajantes que estiveram em Santa Catarina nessa época, observamos uma “tensão” entre a visão européia, burguesa desses viajantes, e a prática proibitiva com que o poder central interferia na capitania de Santa Catarina.

O viajante russo Adam Johann von Krusenstern, quando esteve em Santa Catarina em 1803, relatou que “os habitantes são proibidos de exportar seus produtos para qualquer outro lugar que não seja o Rio de Janeiro, seu comércio permanece, como anteriormente, na mais miserável das condições”<sup>128</sup>. A esse respeito é digno de nota o que informou o capitão Urey Lisiansky, capitão de um dos navios que acompanhava Krusenstern em sua viagem:

Nesta parte do Brasil cultivam-se também o algodão, café, arroz, madeira para construção e muitos outros importantes artigos do comércio, porém, de uma forma extremamente pobre, com o tráfico proibido ao estrangeiro. Se fosse permitido livre comércio com a Europa, ao invés da obrigatoriedade com o Rio de Janeiro, haveria a possibilidade de aperfeiçoamento e enriquecimento por parte dos habitantes, uma vez que, com todas as desvantagens desta restrição, muitos deles vivem em conforto. O que não poderiam esperar, então, para seu próprio fomento? O governo português deve estar ciente das vantagens a serem derivadas para o comércio desta colônia, e esta injusta preferência ao Rio de Janeiro é um problema de muito difícil solução<sup>129</sup>.

Lisiansky nos informa que, embora houvesse restrições ao comércio com a capitania de Santa Catarina, ainda assim muitos habitantes viviam “em conforto”. Sugere, ainda, que a restrição imposta aos comerciantes de Santa Catarina era uma política do poder central, a fim de se evitar que, liberado esse comércio, aumentasse a concorrência com outras regiões.

Esse aspecto da subordinação direta da Fazenda da capitania de Santa Catarina à do Rio de Janeiro também foi tema de críticas de políticos da administração local. Em carta de 27 de julho de 1765, a respeito da solenidade de posse do governador da ilha, Francisco de Sousa de Meneses, os oficiais da Câmara do Desterro representavam ao rei D. José o que lhes

---

<sup>128</sup> Martim Afonso Palma de Haro, (Org.), *op. cit.*, p. 140.

<sup>129</sup> *Ibidem*, p. 153.

parecia “indispensável para conservação e aumento desta parte dos seus grandes estados”<sup>130</sup>, e solicitavam os pagamentos atrasados das pessoas que serviam o governo. Na visão desses oficiais, a capitania padecia de uma economia “atrasada” devido ao fato de “os governadores antecedentes obrigarem todo este povo, sem distinção de pessoa, a trabalharem em contínuas faxinas sem um só instante de alívio, prometendo-lhes salário, de qual há muitos anos que se não paga coisa alguma”. Tanto trabalho “que estas novas povoações, em lugar de se aumentarem [...] se vão reduzindo a mais deplorável miséria, não tendo já os lavradores que comer, porque nos anos antecedentes nem para plantar se lhe deu tempo”. A situação era tão crítica na ilha de Santa Catarina naquele tempo, segundo o oficialato, que até os produtos que antes serviam de exportação, como “a farinha de mandioca, e também trigo, feijões, arroz e algodão”, estavam sendo trazidos pelas tropas reais, “com grande prejuízo da Real Fazenda, diminuição dos Dízimos e ruína do Povo”<sup>131</sup>.

José de Souza Azevedo Pizarro, escrevendo nas primeiras décadas do século XIX, também assegura que “facilmente se deduz que o atrasamento da cultura dessas terras, e por consequência o do comércio, em um território assaz pródigo nas suas produções, abundante de minerais e de vegetais e criador de todo e qualquer fruto, tem sido ocasionado por motivos mui justos”<sup>132</sup>. De acordo com Araújo, o primeiro motivo era “a falta de estradas para o interior do continente [...] de cujos caminhos depende sem dúvida o aumento da população, da lavoura e do comércio o que tudo concorre para o acréscimo dos rendimentos da Coroa”. Destaca como a segunda causa “o recrutamento de indivíduos para formar na ilha um regimento de mais de 700 praças (número desproporcionado ao total dos habitantes capazes de agricultar as terras)”. E finalmente, como “terceira causa a falta de pagamento das farinhas e de outros gêneros tomados à força para os Armazéns Reais, o que inibe os lavradores de

---

<sup>130</sup> AHU-Santa Catarina, cx. 3, doc. 60, 59.

<sup>131</sup> Idem.

<sup>132</sup> José de Souza Azevedo Pizarro, *op. cit.*, p. 252.

cuidarem nessa cultura, obrigando-se a ocultarem os mesmos gêneros de que precisam para a sua subsistência e comércio”<sup>133</sup>.

A respeito do fornecimento de farinha de mandioca às tropas, sabemos que os lavradores da capitania de Santa Catarina já estavam, no final do século XVIII, preferindo comprar a farinha de que necessitavam e se interessar pela cultura do açúcar. Em 1797, Miranda Ribeiro afirmava que a alta do preço da mandioca devia-se tanto ao “abandono” da cultura do produto quanto ao fato de serem obrigados os lavradores a fornecê-lo sem haver o devido ressarcimento<sup>134</sup>.

Pela análise desses e outros documentos, podemos notar que existia certa concordância entre algumas opiniões contemporâneas a respeito dos efeitos causados à economia da capitania de Santa Catarina, tanto pelas práticas administrativas adotadas por seus governadores quanto pela sua subordinação ao Rio de Janeiro.

As duas primeiras características relevantes que devemos destacar são de ordem interna, ou seja, relativas à administração local. A primeira é o constante recrutamento dos lavradores para o serviço militar, o que causava sérios prejuízos à cultura agrícola; junta-se a esse aspecto, o fato de que, durante a temporada de pesca de baleia (cerca de 4 meses), muitos lavradores praticamente abandonarem suas terras e famílias. Outra característica no plano administrativo era a precária infra-estrutura, com pouquíssimas estradas e embarcações, o que mantinha a capitania quase isolada das outras regiões. No plano externo, cabe destacar as restrições impostas ao comércio da capitania de Santa Catarina pelo poder central; quer nos parecer que estas restrições eram uma espécie de protecionismo dos comerciantes da praça do Rio de Janeiro, que tinham receio de que os produtos de Santa Catarina abrissem concorrência com os seus.

---

<sup>133</sup> Idem. p. 252, 254 e 255, respectivamente.

<sup>134</sup> Dante Laytano, *op. cit.*, p. 58 e 100.



É provável que esse protecionismo na capitania tenha mudado a partir de 1808, quando a Coroa portuguesa resolveu assinar o Tratado de Amizade e Aliança com a Inglaterra, deixando neutro o porto da ilha de Santa Catarina. No entanto, também é possível que se tenha aumentado significativamente o número de produtos ingleses no mercado interno do Brasil, elevando, assim, a concorrência com os produtos da capitania de Santa Catarina, por exemplo.

## **CAPÍTULO 3**

### **O REFORMISMO ILUSTRADO LUSO-BRASILEIRO E A APROPRIAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS EM SANTA CATARINA**

Este terceiro capítulo aborda um dos temas fundamentais do sistema colonial luso-brasileiro da segunda metade do século XVIII e início do XIX, ou seja, o reformismo ilustrado e os mecanismos de exploração colonial colocados em prática para superar a “crise” porque passava o reino lusitano nessa época.

É específico desse capítulo a análise dos resultados apresentados nos capítulos anteriores à luz dos instrumentos de fomento utilizados por Portugal para se apropriar dos recursos naturais na capitania de Santa Catarina. Para isso, buscou-se elaborar uma relação, não muito fácil de se estabelecer, devido à sua complexidade, entre a formação histórica da capitania de Santa Catarina e as orientações do poder central de cunho reformista-ilustrado.

O enfrentamento dessas questões no âmbito regional levou em consideração o contexto de transformações ocorridas no final do século XVIII e início do seguinte, que abalaram o sistema colonial luso-brasileiro e exigiram uma série de mudanças no campo político, administrativo e econômico, atingindo de diferentes formas cada capitania da América portuguesa.

Assim, abordamos, primeiramente, algumas características do reformismo ilustrado luso-brasileiro e as alterações ocorridas no âmbito da cultura e da ciência no período marcado pela desestruturação do Antigo Regime. O intuito foi compreender de que forma essas orientações teriam influenciado as práticas de apropriação dos recursos naturais na capitania de Santa Catarina. Em seguida, o foco recaiu sobre a política fomentista, uma das respostas práticas à crise econômica dos períodos pombalino (1750-1777) e pós-pombalino (1777-1808) e seus efeitos na capitania de Santa Catarina.

## **1. Reformismo ilustrado luso-brasileiro, cultura e ciência Modernas (1750-1808)**

O quadro econômico, social, político e ideológico do continente europeu entre o final do século XVIII e início do XIX forma o contexto histórico no qual a economia das Américas passou a integrar o “sistema capitalista”. Foi um momento de “crise” e de tensões que exigia ajustamentos dos países detentores de colônias, de forma a promover o seu enquadramento à nova realidade. No centro do sistema, a Revolução Industrial e a disputa entre a França e a Inglaterra pela hegemonia impulsionam as metrópoles ibéricas para a periferia europeia, ao mesmo tempo em que suscitam pressões no sentido de terem de reformar seus pólos metropolitanos e suas relações com os Impérios coloniais.

Em Portugal, a segunda metade do século XVIII assinala um enfrentamento de forças contrárias, renovadoras e tradicionais. Nesse sentido, a crise da colonização pode ser explicada pelo choque entre um mundo europeu, que se transformava e queria transformar as colônias com suas idéias e interesses, e um mundo sob a “velha ordem”. Podemos ainda pensar em um choque entre o mundo agrário e o industrial, tradicional e o moderno, o pré-capitalista e o capitalista, conforme o referencial teórico do observador<sup>1</sup>.

A forma com que Portugal enfrentou essa realidade mexeu com seu império de forma definitiva, e colocou o Brasil numa nova posição no sistema colonial. Entenda-se por Brasil nessa época, uma colônia formada por diversas regiões ou “blocos de capitânicas” que, mais ou menos, mantinham relações entre si.

De acordo com Fernando A. Novais, a conjuntura do final do século XVIII e início do XIX marca um período importante na relação entre Portugal e o Brasil, em que as tensões estruturais superaram as condições de equilíbrio do sistema, causando uma crise estrutural do

---

<sup>1</sup> Cf. Arno Wehling, *Administração Portuguesa no Brasil de Pombal a D. João (1777-1808)*, 1986, p. 68.

“Antigo Sistema Colonial”<sup>2</sup>. Representa também um marco que nos remete a diversas temporalidades, existentes e evocadas pelo discurso setecentista, sobretudo o que aponta para o projeto luso-brasileiro, para as transformações do pensamento científico em Portugal, para a crise do reino. Como salienta Kenneth Maxwell, o período marcado entre 1796 e 1808 caracteriza-se pelas:

mudanças críticas nas atitudes dos brasileiros e dos portugueses, as quais iriam ter profunda repercussão no desenvolvimento subsequente da América portuguesa. Influências internas e externas combinaram-se e interagiram para sugerir uma solução peculiarmente luso-brasileira para os problemas do nacionalismo e do colonialismo, do republicanismo e da monarquia<sup>3</sup>.

Junta-se a esse quadro de crise do sistema colonial luso-brasileiro, *grosso modo*, entre os anos de 1750 e 1808, o racionalismo concebido nessa época, que surgia como a possibilidade de o homem, por meio da razão, sujeitar a natureza a seus interesses e necessidades. Ainda, nesse contexto, a intensificação das viagens científicas, sua transformação em empreendimentos de reconhecimento e mensuração do planeta, expressam a escala mundial da rivalidade franco-inglesa. Foi no bojo dessas transformações que Portugal promoveu as chamadas “viagens filosóficas”. Tais viagens de cunho científico tinham como objetivo principal conhecer de forma plena as potencialidades naturais das colônias. Assim, os viajantes naturalistas dos séculos XVIII e XIX eram uma espécie de funcionários do Estado “com o olhar observador de quem tudo quer registrar para transmitir o maior número possível de informações a uma máquina estatal que tudo queria conhecer e controlar”<sup>4</sup>. O papel desempenhado por esses viajantes-naturalistas era, fundamentalmente, o de fornecer elementos às metrópoles, que buscavam manter produtivos seus domínios ultramarinos. Os

---

<sup>2</sup> Fernando A. Novais, “O reformismo ilustrado luso-brasileiro: alguns aspectos”, 1984.

<sup>3</sup> Kenneth Maxwell, *Chocolates, piratas e outros malandros*, 1999, p. 149.

<sup>4</sup> Maria B. S. Nizza da Silva, “O pensamento científico no Brasil na segunda metade do século XVIII”, 1988, p. 867.

naturalistas são um bom exemplo do papel crescente que a ciência moderna passaria a desempenhar a “serviço” do homem como meio de se apropriar da natureza mais racionalmente.

Segundo Maria Elice Prestes, surgiram, na época Moderna, novos sistemas de classificação dos seres vivos, segundo as semelhanças morfológicas, rompendo assim com o velho interesse pela importância alimentar, médica e simbólica das plantas e animais<sup>5</sup>. Tornou-se importante o conhecimento não apenas das espécies úteis, mas também do conjunto mais amplo da natureza. Por isso, o grande projeto do século XVIII foi o de impor uma ordem racional às formas da natureza. Para Elice Prestes:

O século XVIII vive o apogeu da História Natural, mais comumente caracterizado pela atenção especial à descrição e classificação dos seres vivos. (...) Momento em que o europeu se encantava com a exuberante flora e fauna trazida das terras do Novo Mundo e em que se multiplicavam os herbários, jardins e coleções de espécimes, tanto oficiais quanto privados. Também é ali que se começam a fazer sentir as consequências dos danos que o homem é capaz de causar na natureza<sup>6</sup>.

Esta nova ciência trazia, ainda, a idéia de que o mundo era um sistema puramente material que podia ser explorado para o benefício do homem. Nesse sentido, devido a um “pragmatismo” predominante e necessário para gerar rendimentos, a ciência que realmente interessava ao Estado moderno era a que promovia a descoberta de aplicações práticas da natureza e não apenas a ciência estritamente teórica e especulativa<sup>7</sup>.

O Estado moderno foi quem assumiu e desenvolveu este *utilitarismo* científico e, além de tomar a iniciativa das pesquisas, contratava os pesquisadores. O objetivo dessas pesquisas

---

<sup>5</sup> Maria Elice B. Prestes, *A investigação da natureza no Brasil colônia*, 2000.

<sup>6</sup> *Ibidem*, p.16.

<sup>7</sup> Cf. Maria B. S. Nizza da Silva, *op. cit.*, p. 859.

em Portugal era promover novos saberes científicos e tecnológicos que ajudassem a aumentar as rendas da Coroa, principalmente com a produção de metais preciosos no Brasil<sup>8</sup>.

Desse modo, a política metropolitana em relação ao Brasil, definida a partir do final do século XVIII, foi marcada pela intensificação de experiências e projetos que visavam à promoção de uma nova cultura científica. Essas ações se articulavam a um programa de reformas pragmático, orientado para a recuperação econômica do reino, tendo sua matriz na natureza dos domínios coloniais. Abundam em toda a documentação deste período uma série de medidas e projetos de cunho reformista que tinha em vista, dentre outros aspectos, a mudança dos métodos de exploração dos recursos naturais na colônia.

A intelectualidade ligada ao poder estava orientada por um preservacionismo do mundo natural, principalmente das colônias, de cunho pragmático e utilitário. Através dessa orientação científica, os estadistas metropolitanos formularam novas políticas coloniais de exploração da natureza, mais racional e buscando aumentar as propriedades dos recursos naturais. Podemos entender a natureza dessa época como a estrutura do sistema colonial, capaz de flexibilizá-lo, diante das novas motivações do capitalismo moderno<sup>9</sup>.

No final do século XVIII, a natureza brasileira passou a ser vista como um espaço por excelência para as experiências e projetos científicos que visavam à recuperação econômica do reino. Desse modo, apoiados na opinião de Oswaldo Munteal Filho, podemos visualizar um novo sentido de “apropriação dos recursos naturais”, não tanto pelo impacto causado pelas novas doutrinas modernas, mas, principalmente, pelas “alternativas cunhadas e das práticas discursivas elaboradas pelo próprio absolutismo ilustrado e por seus intelectuais, ainda sob a égide do Mercantilismo”<sup>10</sup>. A principal mudança teria ocorrido na forma de pensar a exploração da natureza colonial, ou seja, o método, que “deveria ser rigoroso e preciso, no

---

<sup>8</sup> José Augusto Pádua, *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786-1888*, 2002, p. 131.

<sup>9</sup> Oswaldo Munteal Filho, “Memórias, reformas e acadêmicos no Império luso-atlântico: domínio territorial, poder marítimo e política mercantilista”, 2002, p. 29.

<sup>10</sup> Idem, p. 40.

sentido, sobretudo, das instruções remetidas aos vice-reis a América Portuguesa, pois os produtos naturais tinham funções objetivas quando chegavam a Lisboa e a Coimbra”<sup>11</sup>. Era fundamental a pesquisa de novas técnicas para promover uma maior produtividade das culturas, bem como todo um trabalho de aclimação de novas plantas que servissem ao comércio e à indústria nascente.

Em meio à crise, diversas foram as formas de pensá-la, senti-la e de propor-lhe soluções. Porém, uma coisa já estava certa, o Brasil seria a fonte de salvação do reino; partiriam dessa colônia as riquezas necessárias para a solução dos problemas econômicos, por onde a crise geral do sistema expressava-se mais fortemente. Conforme assinalou Francisco Falcon:

A partir de 1780-1790, com a rápida expansão e diversificação do setor agroexportador, configura-se o clima de ‘euforia’ típico da fase final do período colonial, durante a qual, em face da ‘crise do sistema’, os burocratas de Queluz e os intelectuais (muitos também burocratas) da Academia Real das Ciências de Lisboa, empenham-se em diagnosticar seus fatores e sugerir medidas práticas para reformar e ao mesmo tempo conservar o próprio ‘sistema’<sup>12</sup>.

De todas as dificuldades que os estadistas e intelectuais ligados ao poder tinham que enfrentar na conjuntura de crise, havia um agravante: o “fato particular de sua completa dependência econômica à produção colonial, fonte geradora do comércio monopolista e de fortalecimento do poder real”<sup>13</sup>. Ainda nessa perspectiva, segundo Arno e Maria José Wehling, entre 1750 e 1808 Portugal e seu império foram marcados por três grandes condicionamentos: “a dependência inglesa, a predominância absoluta do Brasil dentre suas

---

<sup>11</sup> Idem, p. 43.

<sup>12</sup> Francisco J. C. Falcon, “Pombal e o Brasil”. In: José Tengarrinha (org.). *História de Portugal*, 2000. p. 153-4.

<sup>13</sup> Maria de L.Viana Lyra, *A utopia do poderoso império: Portugal e Brasil: bastidores da política, 1798-1822*, 1994, p. 34.

colônias e os efeitos da crise econômica de 1766-1769”<sup>14</sup>. Vários fatores teriam causado essa crise econômica, como por exemplo, o declínio da mineração, o preço do açúcar e os gastos com o aparelhamento defensivo no sul.

Desse modo, o reino lusitano atingia esse momento como uma pequena metrópole que não acompanhava o ritmo do desenvolvimento econômico das outras potências colonizadoras. Já o Brasil era uma enorme colônia que servia, basicamente, como fonte de exploração econômica. Vale dizer que Portugal recebia os produtos do Brasil e depois exportava; com a crise, diminuiu o capital circulante e a arrecadação de tributos.

Portanto, este quadro de mudanças no campo das idéias, da política e da economia, exigia dos governantes portugueses a elaboração de uma série de reformas com o fim de superar a crise. O “movimento” destes políticos e pensadores ficou conhecido como “Reformismo Ilustrado”.

Deu-se início, assim, como resposta à crise, a uma série de medidas com o ministro Sebastião José, depois Marquês de Pombal, em 1750, e com seus sucessores até o estabelecimento da Corte no Rio de Janeiro, em 1808. Podemos citar, como exemplo, a criação das companhias de comércio no período pombalino e a política de fomento agrário com incentivos a produtos como o linho, o anil, a cochonilha, o arroz e o algodão, no período de Lavradio e Vasconcelos<sup>15</sup>. Assim, as bases de atuação das reformas caracterizaram-se pela racionalização administrativa, marcada por um forte protecionismo, política de defesa das fronteiras e recuperação econômica, com incentivo à produção de novas culturas e melhoria das técnicas empregadas na exploração dos recursos naturais.

Esse plano de reformas elaborado e desenvolvido por políticos e intelectuais luso-brasileiros no intuito de solucionar ou de se adaptar às tensões e à crise, e os resultados desencadeados no âmbito colonial, possibilitam a análise e interpretação de aspectos

---

<sup>14</sup> Arno Wehling e Maria José C. de M. Wehling, *Formação do Brasil colonial*, 1994, p. 320.

<sup>15</sup> *Ibidem*, p. 326.



importantes do contexto histórico entre os anos de 1750 a 1822. Pois como sugere Maria de L.

Viana Lyra:

Uma investigação mais acurada sobre os passos da aplicação dessa política, capitania por capitania, dentro do quadro geral de orientação do *reformismo ilustrado*, ampliará consideravelmente a compreensão das várias etapas do processo histórico de formação do Estado brasileiro, seja no nível do pensamento, seja no campo da ação dos agentes delineadores da prática política nacional<sup>16</sup>.

Destaque-se a relevância de Viana Lyra ao caráter regionalista do reformismo ilustrado. As questões regionais e locais têm ganhado cada vez mais espaço no campo historiográfico. Com respeito ao reformismo ilustrado, por exemplo, essas questões podem evidenciar como agiram ou reagiram, em relação às políticas metropolitanas, os grupos sociais nas diferentes capitanias e províncias, e quais foram os efeitos da crise do antigo sistema colonial nas diversas partes do império. Esse aspecto regional do reformismo é nuclear, pois essa política não incidiu uniformemente sobre a colônia, uma vez que podemos considerar a América portuguesa como um “arquipélago” de “ilhas” regionais com características próprias, quer no tocante à formação histórica, quer no que tange às condições sócio-econômicas de cada região.

Se avançarmos ao século XIX, vamos encontrar essa trama regionalista ainda mais complexa. Ao estudar a rede de relações em torno da constituição do Império brasileiro, Ilmar R. Mattos observou a dificuldade enfrentada na sua administração, e ressaltou que:

Um território extenso, uma população excessivamente dispersa e uma escassez generalizada de recursos financeiros combinavam-se a todo momento e em cada local, dificultando a ação

---

<sup>16</sup> Maria de L. Viana Lyra, *op. cit.*, 1994, p. 88.

daqueles que deveriam constituir-se em agentes do poder central, impondo limites ao objetivo centralizador e possibilitando a ascendência real do governo da Casa – isto é, dos interesses particulares – sobre os do governo do Estado<sup>17</sup>.

Desse modo, diante do quadro de crise que se delineava em meados do século XVIII, nosso recorte regional tornou-se imprescindível, uma vez que as políticas de exploração dos recursos naturais, empreendidas na América portuguesa, sob orientação do reformismo ilustrado, não obedeceram a uma unidade, adquirindo especificidades em cada região. Nesse aspecto estamos de acordo com Francisco Falcon, quando afirma que parece “arriscado apostar numa espécie de adesão em bloco às reformas, quer das elites, quer dos agentes da administração”<sup>18</sup>.

É digno de nota ainda o que escreveu Arno Wehling sobre as medidas adotadas no sentido de estimular a agricultura e a indústria. De acordo com esse autor, as políticas de substituição de importações, fomento agrário e reexportações, foram “medidas parciais, casuísticas, resultando em paliativos que apenas adiavam as crises”<sup>19</sup>. Muitas outras ações foram levadas a cabo pelos administradores locais, como a abertura de estradas e a criação de novos núcleos de povoamento, a fim de incentivar o comércio e a circulação de mercadorias. Entretanto, afirma Arno Wehling que todas essas medidas foram aplicadas “apenas setorial e regionalmente, conforme as possibilidades e o discernimento de cada administrador”<sup>20</sup>. Dessa forma, “essa situação pode contribuir para explicar a fragilidade de recuperação agrícola do Brasil, de fins do século XVIII a início do seguinte, e a sua dependência ante as condições do mercado externo”<sup>21</sup>.

---

<sup>17</sup> Ilmar R. Mattos, *O Tempo Saquarema*, 1990, p. 195.

<sup>18</sup> Francisco J. C. Falcon, “Pombal e o Brasil”, *op. cit.*, p. 161.

<sup>19</sup> Arno Wehling, *Administração Portuguesa no Brasil de Pombal a D. João (1777-1808)*, 1986, p. 61.

<sup>20</sup> Idem.

<sup>21</sup> Idem.

Voltemos então à análise do contexto de crise, em busca de conhecer as relações que foram estabelecidas entre Portugal e a sua principal colônia.

É latente na bibliografia historiográfica um debate sobre o reformismo ilustrado luso-brasileiro, isto é, se este teria promovido uma “ruptura” na relação entre a metrópole e a colônia ou uma “continuidade” do sistema colonial. Segundo José Augusto Pádua, o momento de crise suscitou algumas alternativas políticas divergentes e uma disputa, que “percorreu um espectro que foi de defesa conservadora do colonialismo puro – fundado no ‘exclusivo metropolitano’ – à proposta de emancipação política do Brasil ou de algumas das suas regiões”<sup>22</sup>.

Maria de Lurdes Viana Lyra observa que, apesar do precário sistema de produção então predominante no Brasil, o reformismo ilustrado luso-brasileiro procurou estruturar um espaço de conciliação de interesses no interior das elites metropolitanas e nativas, visando a criação de um projeto nacional articulado em torno do Império Português<sup>23</sup>. Em contrapartida, na opinião de Fernando A. Novais, nas reformas que buscavam abrandar o sistema, a ilustração luso-brasileira promoveu o progresso dos dois pólos e acabou por estimular as tensões estruturais inerentes ao sistema, pois era impossível explorar a colônia e civilizá-la sem desenvolvê-la<sup>24</sup>. Assim, de acordo com Novais, “é extremamente significativo que toda esta política – que resultou num período de efetiva prosperidade – não abrandou, antes estimulou as tensões; e as inconfidências foram assinalando o inconformismo dos colonos”<sup>25</sup>.

No que diz respeito à capitania de Santa Catarina, vale destacar, no entanto, que não encontramos dados suficientes para afirmar se os interesses dos segmentos sociais tenderam a uma conciliação ou ruptura com o poder central. Quer nos parecer que, a partir do final do século XVIII, passou a se manifestar, entre alguns homens ligados ao poder local, certo

---

<sup>22</sup> José Augusto Pádua, *Um sopro de destruição*, 2002, p. 63.

<sup>23</sup> Cf. Maria de L. Viana Lyra, *op. cit.*

<sup>24</sup> Fernando A. Novais, “O reformismo ilustrado luso-brasileiro: alguns aspectos”. *op. cit.*

<sup>25</sup> *Ibidem*, p. 118.

inconformismo com a condição de subordinação à capitania do Rio de Janeiro, para onde eram destinadas todas as riquezas de Santa Catarina e de onde emanavam todas as decisões em relação a ela.

Na conjuntura do período pombalino e pós-pombalino, o problema de Portugal consistia em ajustar-se às “novas idéias” sem, entretanto, perder-se na crise; manter o comércio monopolista com a colônia e o poder real forte e centralizado. Havia, então, a necessidade de se elaborar um plano político que se abrisse em duas frentes: 1- superar as deficiências do sistema econômico vigente, através da exploração dos recursos naturais da colônia e 2- preservar a unidade do império português; promover o progresso para superar o atraso em relação à Europa “adiantada”, sem abandonar as linhas políticas e econômicas tradicionais, o que deu à ilustração portuguesa um caráter moderador<sup>26</sup>.

Segundo Novais é necessário considerar dois aspectos decisivos da história de Portugal, na época moderna, a fim de se entender o reformismo ilustrado luso-brasileiro: o atraso econômico e o isolamento cultural. De acordo com o autor, “é em função dessa situação que se podem entender os rumos do pensamento crítico, a profundidade das reformas, e os desdobramentos posteriores na metrópole e na colônia”<sup>27</sup>.

No plano econômico, por onde os problemas coloniais se apresentavam, a reforma não chegou a assumir a função “revolucionária”, desempenhada em outros países e a “penetração das idéias fisiocráticas, bem como a economia clássica inglesa, misturam-se com o mercantilismo tradicional, dando lugar a um *mercantilismo ilustrado*”<sup>28</sup>.

Não obstante essa permanência do padrão tradicional como resultado das reformas, alguns aspectos “modernos”, fomentados por alguns estadistas para as regiões coloniais, podem ser encontrados: nas administrações dos vice-reis Marques de Lavradio (que governou

---

<sup>26</sup> Cf. Fernando A. Novais, “O reformismo ilustrado luso-brasileiro: alguns aspectos”, *op. cit*

<sup>27</sup> *Ibidem*, p.105.

<sup>28</sup> *Ibidem*, p.108.

de 1769 até 1778), de seu sucessor Luís de Vasconcelos (1778-1790) e, com menor intensidade, na do Conde Resende (1790-1801) e de Portugal e Castro (1801-1806).

Lavrado pode ser associado ao plano de defesa das fronteiras meridionais, articulado por Pombal, ao fomento agrário e comercial e ao estímulo à fundação da Academia Científica, no Rio de Janeiro. Vasconcelos deu continuidade ao fomentismo e à política de defesa auxiliando na demarcação dos limites, implantou novos padrões urbanísticos típicos do iluminismo e incentivou a sociedade literária. Por fim, Portugal e Castro, que deixou transparecer sua visão de governo nos comentários feitos ao Regimento de Roque de Castro Barreto, os quais, podemos dizer, transformaram-se num novo regimento político-administrativo para o Brasil. Não obstante todas as tentativas de impor um novo padrão à colônia, de acordo com Arno Wehling, “os fatores de inércia” das administrações regionais prevaleceram<sup>29</sup>.

Convém destacar além disso que Portugal foi um dos primeiros países a colocar as reformas na prática, em 1750, com Sebastião José, futuro Marquês de Pombal (1769). Segundo Novais:

Não pode causar nenhuma estranheza que a legislação relativa ao Brasil, entre o término da governação pombalina e a vinda da Corte, expresse de maneira altamente significativa um esforço de levar à prática aquelas idéias [ilustradas]. Leis, decretos, cartas régias, alvarás, provisões, abundantes nesse período, dão assim a passagem entre a tomada de consciência e a intervenção na realidade. Através da legislação, podemos, pois, analisar a política executada<sup>30</sup>.

Nesse mesmo caminho, Francisco J. C. Falcon, partindo da noção de “crise” e situando as idéias ilustradas nas práticas reformistas do Estado pombalino, afirma ainda que:

---

<sup>29</sup> Cf. Arno Wehling, *Administração Portuguesa no Brasil de Pombal a D. João (1777-1808)*, op. cit, p. 68.

<sup>30</sup> Fernando A. Novais, *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*, op. cit, p. 240.

deveríamos explicar as práticas reformistas do período pombalino como aquele conjunto de medidas impostas ao Estado como imprescindíveis e inadiáveis para a manutenção desse mesmo Estado. Sua marca seria assim o sentido de ‘interiorização’ enquanto forma de sobrevivência. Ora, a primeira condição para sua realização efetiva era proceder à remoção dos obstáculos que impediam, ainda, a plena utilização do Estado das potencialidades metropolitanas. A segunda condição seria a racionalização e redução dos gastos do Estado com seu próprio aparelho<sup>31</sup>.

Isso significa que, nesse quadro, a perspectiva ilustrada foi um instrumento, e não a razão de ser das transformações realizadas no período. Assim, para Falcon, as reformas foram respostas às necessidades geradas pela crise. Podemos juntar às práticas ilustradas do período pombalino, a política de fomento do final do século XVIII, cujos resultados chegaram também à capitania de Santa Catarina. Diante disso, convém indagar: como podemos pensar a inserção da capitania de Santa Catarina no âmbito da colônia? De que forma a crise do sistema colonial interferiu na formação histórica desta capitania? Passemos então a analisar essas questões.

## **2. O fomentismo português no final do século XVIII: o exemplo catarinense**

No final do século XVIII, a colônia portuguesa da América enfrentava além da guerra contra a Espanha no sul, o declínio do ouro e, conseqüentemente, a falta de recursos para a gestão do Estado<sup>32</sup>. Tornava-se necessário, portanto, uma série de planos e ações administrativas, com o intento de defender as suas fronteiras, acabar com o déficit do Tesouro

---

<sup>31</sup> Francico J.C. Falcon, “As Práticas do Reformismo Ilustrado Pombalino no campo Jurídico”, 1996, p.527.

<sup>32</sup> Arno Wehling, *Administração Portuguesa no Brasil de Pombal a D. João (1777-1808)*, 1986, p. 27 e 28.

por meio da implantação e exploração de novas culturas (como por exemplo, o linho e a cochonilha) e enfrentar a crise econômica que se abatia sobre todo o reino<sup>33</sup>.

A crise na qual esteve mergulhado Portugal e o Brasil, por volta de meados do século XVIII, provocou diversas medidas de fomento, com intuito de amparar a economia colonial, diversificando a produção e impondo um controle mais efetivo sobre o contrabando. De acordo com Arno Wehling, historiador que estudou detidamente as estruturas do fomentismo português do século XVIII, especialmente seus efeitos na região meridional, pode-se definir um tripé da política fomentista: ação governamental, empreendimentos particulares e assessoramento científico<sup>34</sup>. Portanto, analisaremos a formação histórica da capitania de Santa Catarina em relação a esses três aspectos, entendendo o seu território enquanto um espaço de exploração econômica dos recursos naturais.

A ação governamental, segundo o autor, consistiria na adequação da máquina administrativa à ilustração, caracterizada, desde o período pombalino, “pela eliminação dos obstáculos às atividades econômicas”<sup>35</sup>. Isso significava transformar a agricultura tradicional portuguesa numa agricultura moderna, com a melhoria das estradas e a canalização de rios, por exemplo.

A capitania de Santa Catarina recebeu atenção especial no período pombalino, sobretudo com o acirramento do conflito com a Espanha, após a assinatura do tratado de Madri. A posição estratégica do porto da ilha de Santa Catarina em relação aos territórios mais ao sul, fronteiros à América espanhola, funcionava como uma espécie de base de apoio às milícias portuguesas. Dali partia todo tipo de ajuda às tropas designadas para o trabalho nas

---

<sup>33</sup> Foge à alçada deste trabalho analisar todo o contexto europeu de crise, caracterizado, sobretudo, pela revolução industrial inglesa e revolução francesa. Aqui pretendemos somente investigar alguns aspectos da crise porque passava o reino lusitano na segunda metade do século XVIII, e os reflexos do plano fomentista elaborado para contê-la na capitania de Santa Catarina.

<sup>34</sup> Cf. Arno Wehling, “O fomentismo português no final do século XVIII: doutrinas, mecanismos, exemplificações”, 1977, p. 257.

<sup>35</sup> Idem, p. 258.

fronteiras. Além do aspecto defensivo, o poder central se preocupava com as constantes paradas de navios estrangeiros na ilha, os quais poderiam movimentar o contrabando.

Outras medidas administrativas foram tomadas, podendo-se citar, a título de exemplo, a criação da Provedoria da Fazenda Real na capitania, em 1751 e a continuidade da política de imigração açoriano-madeirense, com a criação de novos núcleos de povoação para atendê-los. Nesse período, ainda, foram expulsos da capitania os padres Jesuítas – que mantinham um Hospício e um pequeno colégio na vila capital.

A transferência da capital do Estado do Brasil de Salvador para o Rio de Janeiro em 1763, foi extremamente importante para a capitania de Santa Catarina do ponto de vista administrativo, pois esta ficava ainda mais subordinada ao Rio de Janeiro, dada a proximidade com o aparato do poder central.

No plano econômico, a ação do ministério de Pombal influenciou diretamente a política de monopólios em Santa Catarina, aumentando-se o protecionismo e as restrições comerciais. Ressalte-se que durante o período pombalino foi criada a “Companhia de pesca de baleia” e reforçado o controle sobre a extração de madeiras, com a nomeação de um superintendente da cultura de algodão e defesa das madeiras, em 1754, no tempo do governo de D. José de Melo Manuel.

Vejamos mais detidamente os resultados da política de reformas em relação à atividade de pesca de baleias.

O período de instalação das armações de pesca de baleia, em Santa Catarina, coincide com a criação da própria capitania, ou seja, por volta de 1740. Inclusive, parece-nos que a constante presença dos cetáceos no litoral catarinense foi um forte motivo para que alguns membros do Conselho Ultramarino dessem parecer favorável à criação desse governo, uma vez que havia ali a possibilidade de exploração econômica desses animais. Conforme já dissemos no primeiro capítulo, pesou a esse respeito as informações que deu Manoel



Gonçalves Aguiar, em resposta ao Capitão General do Rio de Janeiro, Antonio de Brito Menezes, em 1721.

Para a concessão do monopólio da atividade baleeira na nova capitania, consta que o rei português foi apoiado pelas informações apresentadas pelo seu primeiro governador, José da Silva Pais<sup>36</sup>. O primeiro arrematador do monopólio foi, então, Tomé Gomes Moreira que, ao lado de outros sócios, levantou a armação Grande de Nossa Senhora da Piedade, em 1742, e explorou essa atividade em dois contratos: um de 1742-1750 e outro de 1750 a 1753.

Nas cláusulas dos contratos, ficava estabelecido que Gomes Moreira deveria, dentre outras restrições impostas, indenizar a Fazenda Real caso seu contrato trouxesse algum prejuízo ao contrato do Rio de Janeiro. Dentre as garantias oferecidas podemos citar: concessão de terrenos devolutos para a implantação da armação, certa liberdade de comércio da produção em Lisboa e Rio de Janeiro, além de poder se utilizar, caso necessário, de mão-de-obra recrutada na própria capitania. Toda a instalação da armação, incluindo-se a sua manutenção, ficava a cargo do arrendatário, sem qualquer ônus à Fazenda Real. Ao final do contrato, tudo o que integrava a armação, estrutura física, bens e escravos, tornavam-se patrimônio da Coroa. Assim, pode-se dizer que a parte fundamental do lucro dos arrematantes do monopólio advinha do comércio dos produtos das baleias, sobretudo o óleo; à Coroa retornava o investimento feito em infra-estrutura e escravos, além dos impostos pagos pelo contrato.

As edificações básicas que faziam parte de uma armação eram: capela, armazém, paiol, casa-grande, senzala, companha dos baleeiros, tanques para armazenagem do óleo, engenho de frigar e um trapiche. Em torno das armações, articularam-se áreas de agricultura de subsistência, bem como áreas próprias de comércio. Toda uma gama de espaços articulados para o funcionamento da indústria, e também diversos tipos de mão-de-obra,

---

<sup>36</sup> Cf. Walter F. Piazza, *Santa Catarina: Sua História*, 1983, p. 197.

desde escravos até ferreiros. A forma como eram organizadas, especialmente essas edificações nas armações, merece certo destaque. As edificações eram agrupadas por função de atividades e também socialmente, isto é, separavam-se casa-grande das senzalas. Havia também o espaço destinado à produção de subsistência dos trabalhadores da armação, ou seja, as roças de mandioca, arroz, feijão, entre outros produtos, e áreas de extração de madeiras para lenha, que alimentava o engenho de frigar.

A segunda arrematação do monopólio da atividade baleeira na capitania de Santa Catarina foi concedida ao negociante lisboeta Francisco Peres de Souza. Foram arrematadas num só contrato todas as áreas de pesca do Rio de Janeiro até Santa Catarina para o período de 1754 a 1765.

Numa Provisão Régia de 12 de Novembro de 1773, expedida pelo Real Erário, sobre o inventário desse contrato, e assinada pelo Marquês de Pombal, observa-se que quando tomou posse do contrato Francisco Peres, havia três Fábricas e importava um valor de 34.005\$336 réis. Conforme se lê no documento, quando Peres entregou o contrato, acrescido de 2 fábricas, ele foi avaliado em 79.290\$536 réis, ou seja, com um acréscimo de 45.285\$200 réis<sup>37</sup>.

No período seguinte do monopólio, entre 1765 e 1801, arrematado pela sociedade dirigida pela família Quintela, apoiada pela política de Pombal, se estabeleceu a “Companhia de Pesca de baleias das Costas do Brasil”. Esse período pode ser subdividido em outros dois: de 1765 a 1777, corresponde ao contrato de Inácio Pedro Quintela & Cia; de 1777 a 1801, assumiu o seu sobrinho, Joaquim Pedro Quintela & Cia.

De acordo com Myriam Ellis, esses 36 anos de administração da família Quintela e associados foi o de maior desenvolvimento da indústria baleeira no Brasil, com aumento do investimento de capitais, ampliação dos núcleos baleeiros, aquisição de novos instrumentos de trabalho, embarcações e escravos<sup>38</sup>. Integrou-se, ainda, às áreas catarinense, paulista e

---

<sup>37</sup> AHU, cx. 6, doc. 405.

<sup>38</sup> Myriam Ellis, *A baleia no Brasil colonial*, 1969, p. 156.

fluminense, as armações da Bahia, demonstrando o tamanho do monopólio que se estabeleceu.

Nessa época houve uma significativa ampliação da área catarinense, onde foram edificados novos núcleos baleeiros, tanto na ilha de Santa Catarina quanto no continente: armação de Sant’Ana de Lagoinha (1772), São João Batista de Itapocoróia (1778), São Joaquim de Garopaba (1793) e de Imbituba (1796).

A respeito da atividade baleeira na região de Santa Catarina, além dos trabalhos especializados no assunto, já citados anteriormente, encontramos um importante documento do final do século XVIII, na coleção de documentos do Arquivo Histórico Ultramarino. Consta de duas “memórias” escritas por volta de 1799<sup>39</sup>.

Numa das memórias, podemos obter informações pormenorizadas sobre o estado em que se achavam as armações na costa do Brasil, fornecidas por Baltazar dos Reis, um dos sócios do contrato de Inácio Quintela. Pelas suas informações, podemos notar o quanto se tinha avançado em relação aos outros contratos.

Com respeito à área catarinense relatou que, quando tomou posse da armação, em 1765, encontrava-se com 16 fornalhas, 14 caldeiras, 149 escravos e 10 tanques, os quais tinham sido construídos no tempo de Tomé Gomes e tinham capacidade de armazenar 1.600 pipas de azeite. No entanto, segundo Baltazar Reis, os edifícios estavam arruinados, pois seus alicerces não tinham sido feitos de acordo com o terreno arenoso.

A partir desse ano, então, construíram-se novas “casas de vivenda, paióis e armazéns, tudo com bons alicerces, e paredes de pedra e cal”. No ano de 1768, construiu-se um novo engenho, que abrigava a casa de fornalhas e as caldeiras, compreendendo “300 palmos de comprido com seus pilares por dentro, tudo também com bons alicerces e paredes de pedra e cal”. No ano de 69 e 70, fizeram senzalas de pedra e cal para acomodação dos escravos com

---

<sup>39</sup> AHU, cx. 6, doc. 405. Ver anexo.

área de 60 palmos de largura, um hospital, 13 companhias, 3 tanques para experiência de salga do toucinho de baleias.

Depois dessas reformas, a armação passou a contar com 28 caldeiras em funcionamento e mais 40 de reserva. No ano de 1770 contava o contrato com 314 escravos ou mais. Conseqüentemente, aumentou-se o número de baleias arpoadas. De acordo com Baltazar Reis:

no tempo dos outros contratadores, o maior número de pipas de azeite que se fez em um ano foram mil e oitocentos; e no tempo do nosso contrato já houve ano em que se fizeram 3800; no tempo dos outros contratos havia só quatro lanchas de arpoar e seis de socorro; hoje há sete de arpoar e nove de socorro; e além destas há mais quatro de sobresselente; Tem mais a Fabrica uma bangula e 20 saveiros grandes, bem como duas barcas que servem para as conduções das lanchas<sup>40</sup>.

Outro fato importante de se destacar, que está relacionado à pesca das baleia, foi o incentivo à produção do espermacete, uma substância gordurosa extraída das cavidades da cabeça dos Cachalotes, com que se fabricavam, dentre outros produtos, uma espécie diferente de velas. A Coroa portuguesa permitiu aos comerciantes fazerem algumas experiência com essa substância, vindo, então, especialistas franceses ensinar o seu beneficiamento. De acordo com monsenhor Pizarro, no tempo do contrato dos Quintela:

pagaram a dois franceses, que, pensionados por todo o tempo da arrematação, vieram examinar, se nas baleias se achavam o âmbar gris, ou o esparmacete, cuja descoberta nunca

---

<sup>40</sup> Idem.

apareceu, enquanto não aportou no Rio de Janeiro em 22 de setembro de 1773 (pela primeira vez) um bergantim de Boston, que andava à pesca de espermacete<sup>41</sup>.

É digno de nota também o que informou Baltazar Reis a respeito do interesse da metrópole na exploração do espermacete. Conforme consta no documento, teria sido enviado da Corte à Baltazar, um vidrinho de azeite, perguntando-lhe se havia nas armações do seu contrato algum tipo de espermacete. Como havia, respondeu Baltazar à Corte que, “em mão de Inácio Pedro Quintela, Caixa e Administrador geral do dito Contrato, se acham as amostras que Vossa Excelência, sendo servido poderá ver, e me consta que ainda nos Armazéns do contrato existem algumas pipas da qualidade das ditas amostras”<sup>42</sup>.

A respeito dos preços que passou a atingir a venda anual do azeite em Santa Catarina, depois que parou a pesca na Bahia, informa ainda Baltazar que era de “Vinte e cinco Contos de réis em azeite”. O patrimônio das armações de Santa Catarina foi avaliado em 1801 em 176:424\$797 réis, contando-se 525 escravos<sup>43</sup>.

Portanto, cumpre destacar a influência da política fomentista na pesca da baleia em Santa Catarina. O fortalecimento da política monopolista, iniciada com Pombal e continuada com seus sucessores, permitiu aos contratadores e à Coroa, uma acumulação de capitais através do comércio dos produtos das baleias; aos contratadores no âmbito do mercado interno e à Coroa no mercado europeu.

Enfim, convém admitir que o próprio sistema de apropriação desse recurso fez com que ele praticamente desaparecesse. Em outras palavras, como foi dito acima, o lucro dos contratadores e mesmo dos homens que se aventuravam na atividade em busca de algum dinheiro, constituía-se na quantidade de animais beneficiados. O que significa dizer, ainda, que o sistema de exploração econômica desses animais não deixava tempo para a sua

---

<sup>41</sup> José de Souza Azevedo Pizarro e Araújo, *op cit*, p. 260.

<sup>42</sup> AHU, cx. 6, doc. 405.

<sup>43</sup> Cf. Walter F. Piazza, *op. cit*, p. 199.

reprodução, conseqüentemente, muitos espécimes ficaram seriamente ameaçados de extinção. Sem a matéria-prima, não havia como continuar a indústria.

No final do século XVIII, a pesca da baleia entrou em declínio e o sistema de monopólio, através do Alvará de 18 de maio de 1798, extinto. O Alvará de 24 de abril de 1801 selou o fim dos contratos. A partir de então, esta atividade passaria a ser administrada pela Junta da Fazenda<sup>44</sup>.

O segundo aspecto da política de fomento que devemos considerar, segundo Wehling, são os empreendimentos particulares. Entretanto, ressalta o autor, que a restrição imposta ao setor “empreendedor” foi o principal fator limitador das medidas fomentistas, ainda mais no plano da colônia, como não poderia deixar de ser.

Com respeito à capitania de Santa Catarina, percebemos que as restrições impostas ao setor agrícola constituíram-se no fator determinante ao desenvolvimento do comércio destes produtos, principalmente com relação a outras regiões da colônia. A subordinação à capitania do Rio de Janeiro impunha-lhe a obrigação do comércio exclusivo. Isso não impediu, entretanto, a existência do contrabando (tráfico de escravos por meio da atividade baleeira) ou de um mercado articulado a outras regiões, como o Rio Grande de São Pedro (comércio de produtos agropecuários) e mesmo diretamente com Lisboa (produtos diversos).

Assim, devemos considerar separadamente o plano de fomento agrário destinado à região meridional do Brasil, a fim de se compreender os resultados das propostas e reformas políticas na capitania de Santa Catarina após o período da governação pombalina. Nesse sentido convém destacar que, segundo Arno Wehling, o objetivo do governo luso-brasileiro em incentivar a implantação de novas culturas, principalmente, o anil, a cochonilha e o linho, era “o fornecimento de matérias-primas à indústria local (o que complementaria o

---

<sup>44</sup> Myriam Ellis, *op. cit.*, p. 160.

mercantilismo pombalino, liberando parte da balança comercial)”, bem como alimentar de matéria-prima as indústrias nascentes<sup>45</sup>.

Os mecanismos da política fomentistas com relação à produção agrícola da colônia consistiam, basicamente, no estímulo aos lavradores, com o envio de sementes e na seleção das melhores espécies. Vale dizer que tais iniciativas foram tomadas à luz das necessidades econômicas, e encontraram sua racionalização no âmbito da ciência moderna<sup>46</sup>.

Analisando a atuação política de Miranda Ribeiro, o governador que mais recebeu incentivos do poder central para o desenvolvimento agrícola na capitania, notamos que queixava-se da falta de recursos da Fazenda Real, principalmente por não permitir a premiação dos lavradores, como Domingos Vandelli sugeria que se fizesse. Assim, o governo metropolitano ficava na dependência do trabalho desenvolvido no âmbito colonial, isto é, das ações peculiares de cada vice-rei, dos governadores de capitania e mestres de campo, e mesmo dos próprios lavradores.

Outro mecanismo de fomento era a garantia de compra da produção colonial pela Fazenda Real. Na capitania de Santa Catarina, um dos grandes problemas enfrentados pelos lavradores e mesmo pela administração local, foi justamente a falta de pagamento das farinhas de mandioca que eram fornecidas pela capitania à Fazenda Real. Diante disso, muitos lavradores deixavam de produzir excedentes, para não serem obrigados a fornecê-los, com o risco de não receberem o valor da venda.

Podemos citar ainda como um dos mecanismos de incentivo à produção das novas culturas o apoio técnico, que consistia na assistência material e científica fornecida pelos vice-reis aos cultivadores dos três produtos: anil, cochonilha e linho.

Esses aspectos relativos à produção da capitania de Santa Catarina podem ser percebidos, claramente, após a invasão castelhana, em 1777, da ilha de Santa Catarina, que

---

<sup>45</sup> Arno Wehling, “O fomentismo português no final do século XVIII: doutrinas, mecanismos, exemplificações”, 1977, p. 171.

<sup>46</sup> Cf. *Ibidem*, p. 260.

permaneceu ocupada durante um ano e meio. Após o restabelecimento da sua posse por Portugal, iniciou-se um novo projeto de colonização da capitania, seguindo-se os mecanismos do plano fomentista metropolitano, especialmente sob os auspícios dos vice-reis Lavradio, Vasconcelos e Portugal e Castro.

Os interesses econômicos metropolitanos em relação à capitania de Santa Catarina, podem ser encontrados por meio da análise do conflito entre Portugal e Espanha pelo domínio dos territórios meridionais da América e que culminou na invasão espanhola da ilha de Santa Catarina em 1777<sup>47</sup>.

A relação entre Portugal e Espanha tornou-se crítica após o desencadeamento do processo de colonização das áreas do cone sul da América, principalmente com a fundação da Colônia do Sacramento pela Coroa portuguesa, em 1680, e a anulação do Tratado de Madri de 1750<sup>48</sup>. O ponto nevrálgico do conflito encontra-se no fato de que a Espanha precisava garantir o livre acesso ao Rio da Prata, mas estava ameaçada pela expansão lusa. Como esse conflito não fora resolvido diplomaticamente, os castelhanos recorreram à força das armas, enviando à América a maior armada naval já vista até então.

Os desdobramentos desse conflito são de fundamental importância para compreender os momentos cruciais da formação histórica da capitania de Santa Catarina e da política de fomento. Uma vez tomada a ilha, os políticos luso-brasileiros tiveram de lançar mão de uma série de medidas para reincorporar a região ao seu projeto colonizador.

A situação agravou-se realmente em 1763 quando, comandados por D. Pedro de Cevallos, os castelhanos tomaram a Colônia do Sacramento e regiões do Rio Grande de São Pedro. Diante desse avanço espanhol, o governo português preparou-se, buscando reforçar o sistema defensivo da ilha de Santa Catarina, base principal de apoio militar. As instruções a

---

<sup>47</sup> Cf. Walter F. Piazza, “Pombal e a entrega da ilha de Santa Catarina aos Espanhóis, em 1777”, 1982, p. 117.

<sup>48</sup> Há uma publicação do texto deste Tratado em Paulo Bonavides e Roberto Amaral, *Textos Políticos da História do Brasil*, 2002, pp. 253-255.



para conter a investida dos castelhanos partiram do ministro do rei D. José I, Marquês de Pombal, ao vice-rei do Brasil, Marquês de Lavradio<sup>49</sup>.

Todas as cartas de Pombal reiteravam o interesse da Coroa pela região, e demonstram a certeza da Metrópole na situação de aparelhamento e fortificação de Santa Catarina, capaz de superar a investida estrangeira. Numa dessas cartas à Lavradio, Pombal demonstra estar tranqüilo, pois, de acordo com ele:

A quinta das referidas instruções de 9 de julho de 1774, que versou sobre a indispensável conservação da importante ilha de Santa Catarina, foi já tão exata e acertadamente executada por Vossa Excelência, que El-rei meu senhor não achando agora que acrescentar, mandou agradecer a Vossa Excelência o cuidado, zelo e eficácia com que pôs a mesma ilha na segurança<sup>50</sup>.

Não obstante estas “precauções” metropolitanas, em fevereiro de 1777, a força naval espanhola chegou à enseada de Canasvieiras, na baía norte da ilha de Santa Catarina, e dali invadiu todo o território ilhéu “sem resistência alguma” dos militares luso-brasileiros incumbidos da sua defesa, provocando a retirada das autoridades e parte das tropas para o lado continental da capitania<sup>51</sup>.

Os aspectos militares desse conflito não nos interessam diretamente, salvo para ressaltar o descompasso entre as ordens metropolitanas e a administração colonial, sobretudo,

---

<sup>49</sup> Extratos destas instruções encontram-se em: Oswaldo R. Cabral, *As defesas da ilha de Santa Catarina no Brasil-Colônia*, 1972, p. 116 e 117. Cumpre ressaltar que as medidas de fortalecimento da defesa da capitania já vinham de longa data e ultrapassaram 1777, cujo temor de invasão não esteve restrito aos castelhanos, mas também aos inglês e francês. Para o caso inglês, veja-se, por exemplo, Hélio Vianna “Pretensões Inglesas à ilha de Santa Catarina”, 1968, pp. 223-226. Para o francês, lê-se o seguinte na “carta do governador João Alberto de Miranda Ribeiro, de 15 de Julho de 1793, ao vice-rei” em Paschoal Apóstolo Pífsica. *Santa Catarina: alguns momentos da capitania*, 1993, p. 162: “tomei posse do governo e não perdendo de vista o importante aviso que Vossa Excelência me dirigiu a respeito do receio de uma invasão nesta Província por parte da nação francesa”.

<sup>50</sup> *Apud.* Carlos da Costa Pereira, “Acerca da Invasão Espanhola”, 1943, p. 27.

<sup>51</sup> Sobre o assunto ver, entre outros: Maria Bernardete Ramos Flores, *Os espanhóis conquistam a ilha de Santa Catarina: 1777*, 2004; João Carlos Mosimann, *ilha de Santa Catarina 1777-1778: A invasão espanhola*, 2003; Maria de Fátima F. Piazza, *A invasão espanhola na ilha de Santa Catarina, 1778*, Dissertação de Mestrado em História, UNB.

em relação à área meridional. Interessam-nos os seus desdobramentos políticos, uma vez que, reavendo a região junto aos espanhóis, os luso-brasileiros deixam entrever tanto os seus interesses econômicos quanto as práticas políticas e administrativas definidas após a devolução da ilha de Santa Catarina.

As negociações tiveram início após a morte de D. José I e a ascensão de D. Maria I. Em 1º. de outubro de 1777, a Rainha portuguesa assinou com D. Carlos III, rei da Espanha, o Tratado de Santo Ildefonso. Embora com prejuízo no sul da América, Portugal recebeu de volta a ilha de Santa Catarina em 30 de Julho de 1778.

Uma série de documentos atesta a mobilidade política da administração colonial portuguesa no intuito de não perder espaço no sul da colônia para a concorrente ibérica. Esses documentos foram expedidos no período da assinatura do Tratado de Santo Ildefonso até a posse definitiva de um novo governador português da ilha.

O primeiro conjunto de documentos refere-se a correspondências do vice-rei, D. Luís de Almeida, marquês do Lavradio, ao secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, sobre as cartas do ajudante Manuel da Costa Silveira<sup>52</sup>. Este ajudante se encontrava em Santa Catarina, no território que não fora invadido, para informar sobre a guerra contra os castelhanos. O segundo conjunto é formado pelas cartas do vice-rei ao Coronel Francisco Antônio da Veiga Cabral da Câmara, nomeado para o cargo de governador da capitania de Santa Catarina em 23 de abril de 1778, referentes à conduta que este deveria tomar nas negociações de devolução da ilha<sup>53</sup>.

---

<sup>52</sup> Documentos oficiais do Arquivo Histórico Ultramarino referentes à capitania de Santa Catarina.

<sup>53</sup> São correspondências que foram publicadas em Oswaldo R. Cabral, “A Devolução pelos Espanhóis da ilha de Santa Catarina em 1778 – cartas do vice-rei, Marquês Do Lavradio, dirigidas ao Coronel Francisco Antonio da Veiga Cabral da Câmara – governador”, 1977, DOCUMENTOS (pp. 143-169).

Portanto, todas essas correspondências oficiais nos mostram claramente a situação em que se encontrava a administração da capitania e, ao mesmo tempo, a postura de alguns estadistas portugueses quanto à manutenção do projeto colonial na região de Santa Catarina<sup>54</sup>.

Em carta de 8 de novembro de 1777 a Martinho de Melo e Castro, Lavradio revela a situação de incapacidade de defesa de que padece a ilha e pede providências, dizendo:

no caso de continuar a guerra que eu não tenho meios com que possa [assistir] a Esquadra e as Tropas. Os vencimentos desta Capital destinados a este fim, são muito poucos [...]. A toda a Marinha deve-se infinito, estão precisados de ter vestuário [...]. Eu espero que Vossa Excelência queira dar as precisas providências, a fim de se poderem executar as Ordens que a Rainha Minha Senhora for servida determinar. [...] Eu me acho igualmente falto de balas de todos os calibres; falta-me também Artilharia grossa para as Fortalezas e mais postos que defendem esta Capital<sup>55</sup>.

Este documento é revelador do estado arruinado em que se encontrava o sistema defensivo da ilha de Santa Catarina. De acordo com o vice-rei, os recursos destinados ao auxílio e reestruturação da capitania mal davam para cumprir as instruções básicas, quais sejam, a equipagem dos servidores militares e a fortificação da vila capital.

A tomada da ilha de Santa Catarina pelos espanhóis aconteceu concomitantemente à morte do rei de Portugal D. José I em 24 de fevereiro de 1777, a qual marcou a queda do Marquês de Pombal, provocando mudanças de rumos significativas na administração colonial.

Assim, a capitania de Santa Catarina aparece nesse cenário de crise, e principalmente depois de 1777, como uma área a ser “reincorporada” ao império luso-brasileiro, por

---

<sup>54</sup> Vale destacar que, como as cartas eram o único meio de correspondência oficial no período colonial, todos os assuntos de Estado eram tratados através delas. Nesse sentido o conteúdo das correspondências referentes à invasão da ilha de Santa Catarina pelos espanhóis tornam-se fontes de informação fundamentais para se compreender os interesses metropolitanos.

<sup>55</sup> AHU-Santa Catarina, cx. 5, doc. 7.

caracterizar-se como portadora de potencial reconhecido para o desenvolvimento de novas culturas, além de ser ponto de referência para os navegadores do Atlântico sul.

As reações políticas e seus desdobramentos em Santa Catarina, após o episódio da invasão espanhola, podem ser apreendidos por meio da leitura das cartas enviadas por Lavradio ao então governador responsável por restabelecer a ordem das coisas na capitania. Após a derrota portuguesa no sul e ao lançar uma série de instruções ao Coronel Francisco da Veiga, Lavradio buscou tanto apontar culpados para a humilhante derrota, bem como estabelecer um “novo projeto” colonizador de Santa Catarina.

O teor das cartas do vice-rei ao governador nomeado para a chefia da capitania no momento de transição, revela, ainda, os interesses do poder central pela região, além dos meios pelos quais poderia dar início a um novo projeto colonizador na região. Em outras palavras, podemos dizer que este era um momento decisivo para Coroa portuguesa em suas pretensões na parte meridional da colônia. Impunha-se a ela a condição de incorporar de vez a região de Santa Catarina ao império e ao seu projeto colonizador, ou estariam ameaçados todos os territórios ao sul da ilha.

Numa carta de 23 de abril de 1778, o vice-rei D. Luis demonstra a sua vontade de “reconstruir” os alicerces da colonização daquela região, ressaltando sua importância para o aumento dos rendimentos da Coroa:

eu considero aquela capitania como uma nova conquista em que vamos nos estabelecer de novo, e em que é preciso fazer o seu estabelecimento desde os primeiros alicerces, os quais construídos com a precisa e prudente solidez não só fará a felicidade dos primeiros que ficarem ali estabelecidos, mas a fará também para o futuro a todas as mais famílias que ali se multiplicarem e o Estado terá mais uma Colônia que aumente suas riquezas e no Real

Patrimônio de Sua Majestade se aumentarão consideravelmente os meios com que possam reforçar a segurança e a defesa do Estado<sup>56</sup>.

Acreditamos ser de suma importância uma carta de 3 de junho de 1778, na qual compreendemos a determinação de Lavradio em transformar a capitania de Santa Catarina em um dos “melhores Patrimônios” da Coroa. Nesse intuito, acreditava ele ser necessário que o governador promovesse:

quanto lhe fosse possível os casamentos de todos os mancebos que estiverem em idade competente [...] mas ao mesmo tempo não consentir que eles deixem de ter uma porção de terras que possam cultivar e, quando não as hajam do rei [...] obrigar aos particulares que das que têm sem cultura, e que não têm forças nem meios para nelas fazerem as precisas plantações, que as arrendem ou as aforem a estas famílias as porções de que cada uma precisar; [...] Todos eles serão obrigados a ter uma certa criação de gado e seria excelente estabelecer-lhes o costume de criarem para a sua lavoura bestas cavallares [...]. A plantação de coxonilha que é muito natural desse País a dou também a Vossa Senhoria por muito recomendada, porque este gênero pode ser um objeto muito considerável<sup>57</sup>.

Lavradio instrui, assim, o encarregado Francisco da Veiga a “reiniciar” a colonização da capitania de Santa Catarina sobre novas bases. O que significava estabelecer novos núcleos de cultura da terra e de povoamento, além de promover a apropriação de outros recursos naturais e quantidade de terras que fossem precisas para o cultivo de novos produtos, como a cochonilha, por exemplo.

A importância relativa da capitania de Santa Catarina nos planos metropolitanos pode ser apreendida, ainda, pelos projetos e ações de políticos luso-brasileiros, que viam na região

---

<sup>56</sup> Oswaldo R. Cabral, “A Devolução pelos Espanhóis da ilha de Santa Catarina em 1778...”, *op. cit.*, p. 150.

<sup>57</sup> *Ibidem*, p. 152-3.

um potencial produtivo considerável. Cabe destacar, a esse respeito, as intenções de José Bonifácio de Andrada e Silva, descrita assim por José Augusto Pádua:

[José Bonifácio] chegou a insinuar a possibilidade de assumir o governo de uma região relativamente periférica do Brasil, a de Santa Catarina, onde poderia, se tivesse liberdade para tanto, ‘plantar as artes e agricultura européia’, ‘pôr em administração regular os bosques’, ‘criar pescarias e salgações’ e ‘experimentar o meu projeto de civilizar a cristãos os índios’.<sup>58</sup>

Os resultados das medidas práticas do projeto de Bonifácio para a região estão ainda por ser perquiridos. Vale dizer que José Bonifácio não foi o único estadista preocupado em estabelecer “pessoalmente” um novo projeto administrativo na região. Antes mesmo dele, D. Luis de Almeida, o vice-rei 2º. Marquês do Lavradio, relatando a situação em que se encontrava o Estado do Brasil em 1779, especificamente a capitania de Santa Catarina, ao seu sucessor Luís de Vasconcelos e Sousa, afirmava:

porque vendo eu que o que primeiramente tinha mandado nada se tinha executado, suspendi todas as minhas ordens até ver se eu pessoalmente podia passar àquele continente, como sempre desejei, e então fazer-lhe os estabelecimentos, que me parecessem mais convenientes<sup>59</sup>.

Queixava-se Lavradio a Luís de Vasconcelos dos governadores das capitanias de Santa Catarina e Rio Grande de São Pedro, os quais não cumpriam suas ordens, sobretudo, em

---

<sup>58</sup> José Augusto Pádua, *op. cit.*, p.142. A citação de José Bonifácio feita por Pádua foi retirada de E.C. Falcão (org). *Obras científicas, políticas e sociais de José Bonifácio de Andrada e Silva*, vol. III (n. 25), p. 170-2.

<sup>59</sup> Relatório do Marquês de Lavradio, vice-rei do Brasil de 1769 a 1779, apresentado ao vice-rei Luís de Vasconcelos e Sousa, seu sucessor, In: Antônio de Sousa Pedroso Carnaxide, *O Brasil na Administração Pombalina – economia e Política externa*, 1979, p. 268.

relação à defesa do território, que veio a ser ocupado pelos espanhóis, e dos métodos estabelecidos na exploração dos recursos naturais<sup>60</sup>.

Não obstante todas as medidas isoladas de administradores ligados ao poder central com relação à capitania de Santa Catarina, esta não conheceu uma intensa circulação de capitais, devido, sobretudo, aos obstáculos que eram impostos pelo próprio sistema colonial. A capitania dedicava-se ao cultivo de produtos de subsistência, inserindo no mercado apenas o excedente. Provavelmente, a falta de investimentos era resultado direto da crise econômica que retraía os cofres reais, do qual dependia a administração local. Este aspecto foi bastante discutido pelos escritores contemporâneos que visitaram a capitania no século XVIII, sobretudo, no XIX.

Na visão de um estadista da época, Paulo José Miguel de Brito, que participou da administração da capitania de Santa Catarina em 1811, havia um certo “desprezo” por parte das autoridades locais ligadas ao Estado português, para com o aproveitamento dos recursos naturais disponíveis na região meridional. Justifica sua opinião dizendo que:

A Natureza se esmerou em liberalizar com a capitania de Santa Catarina não só um excelente clima, mas também um solo fertilíssimo, porém não sei por que fatalidade estas suas preciosas dádivas tem sido há tantos anos desprezadas por aqueles, a quem cumpria aproveitá-las devidamente em utilidade de seus habitantes e do Estado<sup>61</sup>.

Este conceito peculiar de administração expresso no texto revela a visão *utilitária* com que o autor pensava a apropriação da natureza. Para Miguel de Brito, “as preciosas dádivas da natureza, desprezadas por aqueles que deveriam aproveitá-las”, eram um meio de promover o bem estar e a riqueza da sociedade e do Estado. Esta visão pragmática da administração

---

<sup>60</sup> Os desdobramentos políticos com a saída de Lavradio do cargo de vice-rei do Brasil foram sentidos na capitania de Santa Catarina. Verifica-se um aumento significativo nas exportações de produtos de primeira necessidade, principalmente a farinha de mandioca.

<sup>61</sup> Paulo J. Miguel de Brito, *op. cit.*, p. 55.

colonial também está presente nos relatos do viajante francês Saint-Hilaire. É significativo o que registrou este autor a respeito das mudanças ocorridas na capitania de Santa Catarina:

É evidente [...] que durante setenta e três anos, e 1712 a 1785, a Província de Santa Catarina progrediu muito pouco, mas que a partir desse último ano até 1803 ocorreram mudanças notáveis. Essas mudanças, ocasionadas por um considerável aumento da população e por *extensos desmatamentos*, teriam sido muito maiores não fossem os entraves que a administração opunha ao comércio e o despotismo da maioria dos governadores<sup>62</sup>.

O que percebemos nos registros desses escritores do início do século XIX é uma visão contrária ao “tradicionalismo” da capitania de Santa Catarina. Podemos juntar a essa visão, o que escreveu José Bonifácio a respeito da pesca da baleia.

Em 1790, José Bonifácio escreveu uma “*Memória sobre a Pesca das baleias, e Extração do seu Azeite; com algumas reflexões a respeito das nossas Pescarias*”, publicada nos Anais da Academia Real das Ciências de Lisboa, cujo teor principal revela a sua preocupação quanto aos modos de pescar as baleias. O autor chama a atenção para “a perniciosa prática de matarem os baleotes de mama, para assim arpoarem as mães com maior facilidade”<sup>63</sup>.

Integrado numa geração de intelectuais que representavam o “pragmatismo científico” da segunda metade do século XVIII, o pensamento de José Bonifácio expressa uma crítica contundente aos métodos aplicados na exploração da pesca da baleia. Para o político Bonifácio, tal método significava uma exploração dispendiosa, sobretudo para a Coroa, pois, havendo diminuição no número de animais mortos, a renda advinda com o beneficiamento de seus produtos também seria diminuta.

---

<sup>62</sup> Augusto de Saint-Hilaire, *op. cit.*, p. 125. O grifo é nosso.

<sup>63</sup> José Bonifácio de Andrada e Silva, “*Memória sobre a pesca das baleias*”. In. Edgard Falcão (org.). *Obras científicas, políticas e sociais de José Bonifácio de Andrada e Silva*, Santos, Imprensa Oficial, p. 35.



Esta crítica possivelmente dirigia-se aos arrematantes dos contratos do direito da pesca de baleias, para os quais, não havia a necessidade de poupar os filhotes das baleias, já que visavam o lucro imediato com a atividade. Considerando de outra forma, aos pescadores que se arriscavam em atividade tão perigosa, não interessava “poupar” recurso algum, pois ganhavam seus salários por produção.

É verdade, portanto, que a conjuntura crítica luso-brasileira na segunda metade do século XVIII e o fato de a ilha de Santa Catarina, capital e principal núcleo sócio-político da capitania de Santa Catarina ter sido invadida em 1777 pelos castelhanos, resultaram em mudanças significativas na exploração dos recursos naturais. Acreditamos que a análise da confluência destes dois fatores – a crise geral do sistema colonial e a invasão da ilha de Santa Catarina – proporcionam a compreensão das reações estimuladas tanto no nível do poder central como no local, pois o ano de 1777 foi um divisor de águas no que diz respeito ao projeto colonizador e aos interesses metropolitanos na capitania de Santa Catarina, como expusemos acima.

A partir do reajustamento do projeto colonial redefinido após os acontecimentos de 1777, a situação econômica da capitania de Santa Catarina é notadamente ascensional. Contudo, não muito duradoura. Se considerarmos o que escreveu Saint-Hilaire, esta situação de ascensão não pôde ser sustentada por muito tempo, devido “as tirânicas medidas tomadas pelo governo e o deplorável sistema de agricultura geralmente usado pelos brasileiros causaram uma rápida decadência”<sup>64</sup>. Oswaldo R. Cabral concebe esta conjuntura enfrentada pela capitania da seguinte forma:

Em 1780 a situação geral fora de pobreza, mas houve uma reação, ante a ação eficaz dos governadores; em 1790, acentuou-se a crise e os moradores viveram na maior penúria. Em 1795, atingiu ao auge: a situação tornara-se aflitiva e debalde os governadores insistiam pelo

---

<sup>64</sup> Augusto de Saint-Hilaire, *op. cit.*, p. 122.

regresso às atividades agrícolas como medida de salvação. Desta forma angustiada, chegou-se ao fim do século XVIII, ante as piores perspectivas<sup>65</sup>.

Não obstante Cabral exagerar nesse quadro de pobreza, o desenvolvimento econômico que a capitania de Santa Catarina conheceu após as medidas fomentistas tentadas pelos vice-reis, após 1777, não puderam se sustentar. Os motivos desse “atraso” apontados pelos contemporâneos mantêm certa unidade. Segundo o governador João Alberto de Miranda Ribeiro, faltava à capitania “em primeiro lugar a circulação do dinheiro; segundo, premiar com equidade aos que se fazem dignos pelo amor e prontidão com que de boa vontade se empregam no Real Serviço; terceiro, favorecer aos Lavradores e animar a indústria”<sup>66</sup>.

O governo de Santa Catarina ficava, portanto, na dependência dos recursos que eram enviados pelo Rio de Janeiro. Pesava contra a administração local, a conjuntura conflituosa entre Portugal e Espanha, que forçava os governadores da capitania a empregarem os poucos recursos e esforços na defesa da região. Os militares eram recrutados entre os lavradores com prejuízo tanto à agricultura de subsistência quanto ao pequeno comércio local. Quando os lavradores não eram recrutados, metiam-se na pesca da baleia. Durante a temporada de pesca, que durava cerca de três meses, novamente a lavoura, e também a família dos lavradores, ficavam inteiramente abandonadas e empobrecidas.

Contudo, notamos que a produção agrícola na capitania foi sempre ascensional, inclusive com incremento de novas culturas no início do século XIX. Por outro lado, os métodos agrícolas tradicionais empregados nas lavouras, o baixo número de engenhos, fábricas e escravos, além das fortes medidas protecionistas, impuseram obstáculos ao desenvolvimento econômico da população da capitania. Vejamos um exemplo. Parte da produção de farinha de mandioca era destinada às tropas, com obrigação de serem pagas pela

---

<sup>65</sup> Oswaldo Rodrigues Cabral, *História de Santa Catarina*, op. cit, p. 81.

<sup>66</sup> AHU-Santa Catarina, cx. 8, doc. 6.

Fazenda Real, o que não ocorria na maioria das vezes; o excedente geralmente deveria ser comercializado na praça do Rio de Janeiro, onde os preços não eram muito favoráveis; muitas vezes até faltava a farinha para o próprio sustento das famílias; além da pequena circulação de dinheiro, havia uma pequena circulação interna de mercadorias, visto o pequeno número de embarcações destinadas a esse fim.

Dessa forma, os resultados da política de fomento metropolitana na capitania de Santa Catarina, iniciada na segunda metade do século XVIII, com vistas a enfrentar os problemas econômicos, significou mais uma ação do plano intelectual e político do que prático; incidiu mais positivamente no monopólio da pesca da baleia do que na produção agrícola. Tanto os lavradores como os administradores locais da capitania, empenhados na implantação das medidas fomentistas, enfrentaram sérias restrições impostas pelo próprio sistema colonial, notadamente, a subordinação à capitania do Rio de Janeiro, para onde emanavam os capitais acumulados com a apropriação dos recursos naturais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A apropriação dos recursos naturais na capitania de Santa Catarina, no período assinalado entre os anos de 1738 e 1808, foi marcada por duas características fundamentais. A primeira é o seu caráter “devastador”, de acordo com conceito cunhado por Paulo Henrique Martinez, caracterizado pela baixa produtividade e “ausência de racionalidade na manutenção de estoques dos recursos explorados”, sobretudo em relação à pesca da baleia. O sistema de exploração imposto pela Coroa à capitania era puramente “utilitário”, com vistas à produção de gêneros de primeira necessidade que pudessem abastecer outras partes da colônia. Com este sistema, os comerciantes, sobretudo os produtores de farinha de mandioca, aprenderam a lidar, no final do século XVIII, ao açambarcarem o produto a fim de se elevarem os seus preços, ou mesmo para diminuir a sua produção, por falta de pagamento pela Fazenda Real. A segunda característica é a profunda ligação entre os recursos naturais explorados com a cultura indígena e com os produtos que eram comercializados no mercado interno da colônia. É importante destacar este segundo aspecto, pois ele evidencia que os produtos cultivados na capitania dependeram de pelo menos dois fatores fundamentais: primeiro, a existência de uma cultura pré-estabelecida e, segundo, uma demanda de mercado.

O sistema de apropriação dos recursos naturais na capitania de Santa Catarina seguiu mais ou menos o padrão da colonização das outras regiões da colônia. À conquista do território meridional, seguiu-se uma estruturação defensiva e o início de uma política de povoamento. É verdade que a ilha de Santa Catarina foi, inicialmente, escolhida para servir de base político-militar às expedições que se faziam nas fronteiras com os espanhóis. Porém, alargando-se o foco da lente, notamos que a expansão territorial iniciada ainda no século XVII, pelas bandeiras paulistas apreadores de indígenas, já davam sinais da existência de

recursos naturais na região. O que veio a se confirmar no início do século seguinte pelas expedições do Sargento-Mór Manoel Gonçalves de Aguiar.

As potencialidades naturais da ilha de Santa Catarina e campos de Laguna – grande número de baleias na costa e criação de gado nos campos – fizeram com que Portugal lançasse mão de um plano colonizador dessa extensa área, com a criação da capitania de Santa Catarina e Rio Grande de São Pedro em 1738. Com essa medida, os portugueses legitimaram a ocupação territorial frente aos vizinhos castelhanos, acalorando o conflito ibérico, que durou até finais do século XVIII.

A preocupação com os espanhóis tomou boa parte do tempo dos governadores da capitania, os quais tinham como uma das obrigações principais a “defesa do patrimônio”. Por outro lado, o desenvolvimento da agricultura de subsistência e o investimento do capital mercantil na indústria da baleia integraram a capitania no circuito do mercado interno, principalmente em relação ao Rio Grande de São Pedro e ao Rio de Janeiro. Dessa forma, exportavam-se produtos agrícolas e importavam-se manufaturados e produtos da pecuária rio-grandense. O comércio era restrito, dependente dos comandos do Rio de Janeiro.

A configuração espacial da capitania de Santa Catarina pode ser pensada em relação as suas áreas produtivas: 1) ilha de Santa Catarina e continente contíguo – área fundamental de produção agrícola, porto central, conseqüentemente o principal local de comércio, ligado diretamente ao Rio de Janeiro; 2) a região da vila de Laguna era uma área de produção agropecuária, com destaque à criação do gado. Por isso, do ponto de vista econômico, ligava-se mais ao Rio Grande de São Pedro e a São Paulo, em detrimento da própria ilha de Santa Catarina; 3) a região da vila de São Francisco, que ficava praticamente isolada do circuito mercantil tanto interno à capitania como colonial. Cultivavam-se alguns produtos agrícolas, mas não o suficiente para inseri-los no mercado.

A pesca da baleia na capitania de Santa Catarina foi a atividade mais importante do ponto de vista sócio-econômico e infra-estrutural: foi fundamental à ocupação do território litorâneo, envolveu numerário significativo de mão-de-obra escrava, resultado direto do investimento do capital particular, e assalariada. A participação desse capital particular foi essencial para o desenvolvimento do processo colonizatório português na porção meridional, uma vez que a prosperidade individual permitia alimentar o erário régio, por meio do sistema fiscal; parte dos rendimentos do contrato de exploração da atividade retornava à capitania, cujos recursos eram destinados à manutenção e pagamento das folhas civil, militar e eclesiástica; o núcleo formado pela armação de pesca se associou a uma extensa área comercial, que poderia chegar à Lisboa, passando pelos Açores; contígua à área de beneficiamento dos produtos das baleias ligava-se uma área de subsistência, totalmente voltada ao abastecimento da indústria baleeira.

Por outro lado, esta atividade foi a maior expressão do caráter predatório da exploração econômica dos recursos naturais que se desenvolveu na capitania, ao ter levado, em menos de cem anos, ao quase desaparecimento de uma das espécies de baleias que freqüentava o litoral catarinense, a baleia Franca. Esse fato, todavia, não passou despercebido por alguns homens da época, como José Bonifácio de Andrada e Silva, que escreveu sobre o assunto em 1790. O que mostra o importante papel que a ciência passou a desempenhar, a partir da segunda metade do século XVIII, na apropriação dos recursos naturais, diga-se, muito mais no âmbito do discurso, do que na prática.

A visão de José Bonifácio era a do cientista, estadista luso-brasileiro moderno, que via na exploração racional da natureza uma forma de passar de uma economia tradicional para uma industrial. Na opinião desse político, escrita no auge da atividade baleeira, o método empregado na pesca levaria à extinção das gerações futuras desses animais, o que causaria o aniquilamento dessa indústria. Sendo assim, como nos mostrou Saint-Hilaire, poucos anos

após esta constatação de Bonifácio, a indústria do óleo de baleia estava praticamente falida e abandonada por falta de capital e, principalmente, de animais.

O fomento agrário do último quarto do século XVIII nos revelou a verdadeira vocação da capitania de Santa Catarina aos olhos dos políticos metropolitanos, ou seja, fornecer alimento a outras regiões da colônia, principalmente ao Rio de Janeiro. No entanto, tal plano revitalizador da economia da colônia e mesmo do império luso-brasileiro não foi capaz de estimular a exploração dos recursos naturais em Santa Catarina nos moldes moderno e industrial, pois o sistema de técnicas empregado pelos lavradores era ainda muito precário e predatório e o investimento da Fazenda Real baixo.

No aspecto político, cumpre destacar a mudança de comportamento dos últimos governadores da capitania, sobretudo de João Alberto de Miranda Ribeiro. De clara inspiração ilustrada e reformista, esse governador evidencia uma nova tomada de atitude do poder local, ao propor à Coroa portuguesa, por exemplo, diminuir as restrições que eram impostas à capitania pela subordinação ao Rio de Janeiro. Atitude que lhe custou alguns dissabores e reprimendas.

Por fim, entendemos que o destaque ao papel de área estratégica, com sentido estritamente militar, como tem figurado na historiografia, não ajuda a compreender o processo de formação histórica da capitania de Santa Catarina no contexto abarcado por esta pesquisa. O processo de colonização da parte meridional do Brasil, no século XVIII, apresentava-se como um projeto que visava, além do povoamento e defesa desse território, promovendo-se, inicialmente, a instalação de bases político-militares, o estabelecimento de uma grande produção manufatureira. São exemplos desse projeto a instalação das armações de baleia na costa catarinense a partir de 1742 e que esteve associada à intermediação comercial portuguesa a serviço da acumulação primitiva de capitais.

## FONTES

### *Fontes impressas*

1. BONAVIDES, Paulo e AMARAL, Roberto. *Textos Políticos da História do Brasil*. 3ª. Ed. Vol. I. Brasília: Senado Federal, 2002.
2. PÍTSICA, Paschoal Apóstolo. *Santa Catarina: alguns momentos da Capitania*. Florianópolis: (c) 1993.
3. VARZEA, Virgílio. *Santa Catarina: a ilha*. Florianópolis: Lunardelli, 1985.

### *Publicações em revistas*

4. CABRAL, Oswaldo Rodrigues. “A Devolução pelos Espanhóis da ilha de Santa Catarina em 1778 — cartas do vice-rei, Marquês Do Lavradio, dirigidas ao Coronel Francisco Antonio da Veiga Cabral da Câmara — governador”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Volume 317 – Out/Dez 1977, DOCUMENTOS (pp. 143-169).
5. LAYTANO, Dante. “Corografia da Capitania de Santa Catarina”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Vol. 245, Outubro-Dezembro, Rio de Janeiro, 1959, (Trabalhos Originais) pp. 03-187.
6. PARA A HISTÓRIA DO RIO DE JANEIRO (VICE-REINADO) – SÉCULO XVIII. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Vol. 254, Janeiro-Março, Rio de Janeiro, 1962, pp. 241-410.
7. VIANNA, Hélio. “Pretensões inglesas à ilha de Santa Catarina”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Vol. 276, Julho-Setembro, Rio de Janeiro, 1968, pp. 223-226.

### *Viajantes, cronistas e memórias*

8. BRITO, Paulo Joze Miguel de. *Memória política sobre a capitania de Santa Catharina: escripta no Rio de Janeiro em o ano de 1816, [1829], reimpressa pela sociedade literária Biblioteca Catarinense – Florianópolis, Livraria Central , 1932.*
9. CASAL, Manuel Aires de. *Corografia Brasilica ou Relação histórico-geográfica do reino do Brasil*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1976.
10. COELHO, Manuel Joaquim de Almeida. *Memória Histórica da Província de Santa Catarina*. Desterro/SC: Typografia JJ Lopes, 1877.
11. HARO, Martim Afonso Palma de (Org.). *ilha de Santa Catarina: relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX*. 4ª. ed. Florianópolis/SC: Lunardelli, 1996.



12. PIZARRO, José de Souza. *Memórias Históricas do Rio de Janeiro*. Vol 9: Que compreende as memórias das províncias anexas a jurisdição do vice-rei do Estado do Brasil. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945.
13. SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem à Província de Santa Catarina*. Trad. de Carlos da Costa Pereira. São Paulo: Nacional, 1936.
14. SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem a Curitiba e Santa Catarina*. Prefácio de Mario G. Ferri; trad. Regina Regis Junqueira. Editora da USP, São Paulo, 1978.

***Coleção de documentos***

15. PLANO PARA SUSTENTAR A POSSE DA PARTE MERIDIONAL DA AMÉRICA PORTUGUESA (1772). Magnus Roberto de Mello Pereira, organizador. Curitiba-PR: Aos Quatro Ventos, 2003. (Série Monumenta).

***Documentos em meio eletrônico***

16. BANCO DE DADOS do “Laboratório de História e Meio Ambiente” do Departamento de História da FCL – UNESP – Assis.

***Catálogos de documentos e guia de fontes***

17. CATALOGO DE MANUSCRITOS SOBRE SANTA CATARINA EXISTENTES NA BIBLIOTECA NACIONAL. Anais da Biblioteca Nacional. Rio e Janeiro, 98: 209-278, 1978.
18. SERPA, Élio. *Catálogo de documentos avulsos manuscritos referentes à Capitania de Santa Catarina – 1717-1827* / Élio Serpa, Maria Bernardete Ramos Flores. Florianópolis: UFSC, 2000.
19. BRASILIANA DA BIBLIOTECA NACIONAL – Guia das fontes sobre o Brasil / Organização de Paulo Roberto Pereira. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, Nova Fronteira, 2001.

***Manuscritos***

20. MINISTÉRIO DA CULTURA. *documentos avulsos referentes á Capitania de Santa Catarina – 1717-1827*. documentos existentes no Arquivo Histórico Ultramarino/ Instituto de Investigação Científica Tropical, de Lisboa, organizados pelo “Projeto Resgate de documentação Histórica - Barão do Rio Branco”. Rio de Janeiro, 2000. CD-ROM.

## BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Luís de Ferrand. *A diplomacia portuguesa e os limites meridionais do Brasil*. Vol. 1 (1493-1700), Coimbra, 1957.
- ARRUDA, José Jobson de Andrade. *O Brasil no comércio colonial*. São Paulo: Ática, 1980.
- AVELAR, Hélio e Alcântara. *História administrativa do Brasil: a administração pombalina*. Vol. 5. 2ª. ed. Brasília: UNB, 1983.
- BARREIRO, José Carlos. *Imaginário e viajantes no Brasil do século XIX: cultura e cotidiano, tradição e resistência*. São Paulo: UNESP, 2002.
- BELUZZO, Ana Maria de Moraes. *O Brasil dos viajantes*. 2ª. ed. São Paulo: Metalivros, 1999.
- BERGER, Paulo. *Relatos de Viajantes Estrangeiros nos Séculos XVIII e XIX*. Florianópolis: Assembléia Legislativa, 1979.
- BICALHO, Maria Fernanda. *A Cidade e o Império: O Rio de Janeiro no século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- BOITEUX, Lucas A. *Notas para História Catharinense*. Florianópolis: Livraria Moderna, 1912.
- BRANCHER, Ana e AREND, Sílvia Maria Fávero (orgs.). *História de Santa Catarina: século XVI a XIX*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2004.
- BRASIL. CEBRAE/CEAG-SC. SOUTO, Américo da Costa. *Evolução Histórico-Econômica de Santa Catarina: Estudo das alterações estruturais (Século XVII-1960)*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1980.
- BRUNO, Ernani Silva. *História do Brasil – Geral e Regional. Vol. V: São Paulo e o Sul*. São Paulo: Cultrix, 1966.
- CABRAL, Osvaldo R. *As Defesas da ilha de Santa Catarina no Brasil Colônia*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1972.
- \_\_\_\_\_. *Nossa Senhora do Desterro*. Florianópolis: Lunardelli, 1979.
- \_\_\_\_\_. *História de Santa Catarina*. Curitiba: Brasiliense, 1942.
- CARDOSO, Ciro Flamarion S. *Economia e sociedade em áreas coloniais periféricas: Guiana Francesa e Pará, 1750-1817*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- CARDOSO, Fernando Henrique. “Rio Grande do Sul e Santa Catarina”. IN: *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo II. 2º. Volume. Livro 5º. Capítulo II. São Paulo: DIFEL, 1964.

- \_\_\_\_\_. “O negro e a expansão portuguesa no Brasil Meridional”. *Anhembi*, ANO VIII, Nº 94 – VOL. XXXII, Setembro de 1958.
- CARDOSO, Fernando Henrique e IANNI, Octávio. *Cor e Mobilidade Social em Florianópolis: aspectos das relações entre negros e brancos numa comunidade do Brasil meridional*. São Paulo: Nacional, 1960.
- CARNAXIDE, Antônio de Sousa Pedroso. *O Brasil na Administração Pombalina. Economia e Política externa*. 2ª. Ed. Companhia Editora Nacional/MEC, 1979 (Brasiliana, Vol. 192).
- CARUSO, Mariléa M. Leal. *O desmatamento da ilha de Santa Catarina de 1500 aos dias atuais*. Florianópolis: UFSC, 1983.
- CORREA, R. L. “Algumas Considerações sobre análise regional”. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, no. 1, (4), p.47-52, 1987.
- CUNHA, Lúcia Helena de Oliveira. “Desenvolvimento versus Conservação da Natureza: notas gerais sobre o tema”. *Revista Humanas*, Curitiba, no. 9, p.115-142, 2000.
- CUNHA, Luiz Alexandre G. “Sobre o conceito de região”. *Revista de História Regional*. no. 2 (5), 2000.
- DALLABRIDA, Norberto. “A Historiografia catarinense e a obra de Américo da Costa Souto”. *Revista Catarinense de História*, no. 4, 1996.
- DIAS, Maria Odila da Silva. “Aspectos da ilustração no Brasil”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, no. 276, p. 105-170, 1968.
- DOMINGUES, Heloisa M. B. “As Ciências Naturais e a construção da Nação brasileira”. *Revista de História* 135: 41-59. São Paulo: USP, 1996.
- DRUMMOND, José Augusto. “A História Ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa”. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 4, (8), p.177-197, 1991.
- \_\_\_\_\_. “Ciência sócio-ambiental: Notas sobre uma abordagem necessariamente eclética”. (Mimeo) Rio de Janeiro, 1998.
- ELLIS, Myriam. *A baleia no Brasil colonial*. São Paulo: USP, 1969.
- \_\_\_\_\_. “Escravos e Assalariados na antiga pesca da baleia”. IN: Anais do VI Simpósio Nacional dos professores universitários de História: Trabalho Livre e Trabalho Escravo. vol. I - *Revista de História* – XLIII. São Paulo, 1973.
- FALCON, Francisco J.C. *A época pombalina. Política Econômica e Monarquia Ilustrada*. São Paulo: Ática, 1982.
- \_\_\_\_\_. “As Práticas do Reformismo Ilustrado Pombalino no campo Jurídico”. *Revista de História das idéias*. vol. 18, Coimbra, 1996.

- \_\_\_\_\_. “Pombal e o Brasil”. IN: TENGARRINHA, José (org.). *História de Portugal*. Bauru: EDUSC, 2000.
- FERLINI, Vera. *terra, trabalho e poder: o mundo dos engenhos no Nordeste colonial*. Bauru-SP: EDUSC, 2003.
- FILHO, Oswaldo Munteal. “A Academia Real das Ciências de Lisboa e o Império Colonial Ultramarino (1779-1808)”. IN: FURTADO, Júnia F. (org.). *Diálogos oceânicos*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.
- \_\_\_\_\_. “Memórias, Reformas e Acadêmicos no Império Luso-Atlântico Domínio Territorial, Poder Marítimo e Política Mercantilista”. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, 163 (416): 13-66, jul./set. 2002.
- FLORES, Maria Bernardete Ramos. *Os espanhóis conquistam a ilha de Santa Catarina: 1777*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2004.
- FRAGOSO, João e FLORENTINO, Manolo. *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro, c.1790 - c.1840*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1993.
- GALLINI, Stefania. “Invitación a la Historia Ambiental”. *Cuadernos digitales: Publicación eletrónica en Historia, archivística y estudios sociales*. Universidade da Costa Rica, ISSN: 1409-4681, vol. 6, (18). Outubro, 2002.
- GARCIA, Rodolfo. *Ensaio sobre a História Política e administrativa do Brasil (1500-1810)*. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1975.
- HEYNEMANN, Cláudia B. “História Natural na América Portuguesa – 2ª metade do século XVIII”. *Varia História*. no. 20. Belo Horizonte: UFMG, março de 1999.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e Fronteiras*. Pref. Fernando A. Novais. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- \_\_\_\_\_. *Raízes do Brasil*. Pref. Antonio Candido. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- \_\_\_\_\_. (org.). *História Geral da civilização brasileira*. Tomo I “A época colonial, 1º Volume. 2ª. Ed. São Paulo: DIFEL, 1963.
- HUBENER, Laura Machado. *O comércio da cidade do Desterro no século XIX*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1981.
- JANCSÓ, István (org.). *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec, 2003.
- JANCSÓ, István e PIMENTA, João Paulo G. Peças de um mosaico (ou apontamento para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira). In: MOTA, Carlos Guilherme. *Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000)*. São Paulo: SENAC, 2000.

- JUNIOR, Manuel Diegues. “As companhias Privilegiadas no comércio colonial”. *Revista de História*, no. 3 Ano I – julho-setembro, São Paulo, 1950, pp. 309-337.
- KURY, Lorelai, M.R. Sá e N. Trindade (Org). *A ciência dos viajantes*. Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz, 2000.
- LEITE, Miriam L. Moreira. *Livros de viagem, 1803-1900*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.
- LEONARDI, Victor. *Os historiadores e os rios*. Brasília: UNB, 1999.
- LIMA, Maria Emilia A. T. *Caminhadas de Auguste de Saint-Hilaire pelo Brasil e Paraguai*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.
- LINHARES, Maria Yedda. “Subsistência e sistemas agrários na colônia: uma discussão”. *Estudos Econômicos*, USP, vol. 13 (número especial), 1983.
- LISANTI, Luiz e MARCÍLIO, Maria Luiza. “Estrutura demográfica, social e econômica da vila de Lages, 1798-1808”. *Estudos Históricos*. no. 8. Marília, 1969.
- LYRA, Maria de L.Viana. *A utopia do poderoso império: Portugal e Brasil: bastidores da política, 1798-1822*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994.
- \_\_\_\_\_. “A Unidade Brasileira: Uma questão preliminar no processo de Independência”. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros* no. 34. São Paulo, 1992.
- MARTINEZ, Paulo Henrique. *História Ambiental no Brasil: pesquisa e ensino*. São Paulo: Cortez, 2006.
- \_\_\_\_\_. “O sentido da devastação: para uma história ambiental no Brasil”. In: *Esboços*. Revista do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: UFSC, nº 13, 2005 (Dossiê *História Ambiental*).
- MATOS, Odilon Nogueira. “Saint-Hilaire e o Brasil”. Edição Comemorativa do Bicentenário do nascimento de Saint-Hilaire. Editado pela seção de publicações da divisão de Arquivos do Estado. São Paulo, 1980.
- \_\_\_\_\_. *Páginas catarinenses*. 3ª. ed. Campinas-SP: Pontes, 1993.
- MAXWELL, Kenneth. *Chocolates, piratas e outros malandros*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1999.
- MOLINA, Manuel Gonzalez e ALIER, Juan Martinez (orgs.). *Historia y Ecologia*. Madrid: Marcial Pons, AYER, 1993.
- MONZOTE, Reinaldo Funes. *De bosque a sabana: azúcar, deforestacion y meio ambiente em cuba (1492-1926)*. México: Siglo XXI, 2004.
- MORAES, Antonio Carlos Robert. *Meio Ambiente e Ciências Humanas*. São Paulo: Hucitec, 1994.
- \_\_\_\_\_. *Território e História no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2002

- MORAES, Antonio Carlos Robert e COSTA, Wanderley Messias da. *Geografia crítica: A valorização do espaço*. 4ª. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.
- MORAES, Rubens Borba. “Introdução ao estudo da obra de Saint-Hilaire”. *Revista do Arquivo Municipal*. São Paulo: p.99-112, 1938-1939.
- PEREIRA, Nereu do Vale [et al.], (org). *A ilha de Santa Catarina: espaço, tempo e gente*. Florianópolis: IHGSC, 2002.
- NOVAIS, Fernando A. “As dimensões da Independência”. IN: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *1822: dimensões*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1972.
- \_\_\_\_\_. “Considerações sobre o sentido da colonização”. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros* 6. São Paulo: USP, 1969.
- \_\_\_\_\_. “O reformismo ilustrado luso-brasileiro: alguns aspectos”. *Revista Brasileira de História* 4 (7): p.105-118. São Paulo: Marco Zero, 1984.
- \_\_\_\_\_. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1995.
- OLIVEIRA, Cecília H. L. Salles de. *A astúcia liberal. Relações de mercado e projetos políticos no Rio de Janeiro (1820-1824)*. Bragança Paulista: EDUSF, 1999.
- PÁDUA, José Augusto. *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786-1888*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- PELUSO JR., Victor a. “A criação da Capitania da ilha de Santa Catarina”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina*, Florianópolis, 2º semestre de 1944, Vol. XIII, pp. 109-123.
- PIAZZA, Walter F. *Santa Catarina: Sua História*. Florianópolis: UFSC, 1983.
- \_\_\_\_\_. “Historiografia de Santa Catarina”. *Revista do IHGSC*, 3ª. Fase, no. 3, p.57- 75, 1981.
- \_\_\_\_\_. “Pombal e a entrega de Santa Catarina aos espanhóis em 1777”. *Revista do IHGSC*, 3ª. Fase, no. 4, p. 115-130, 1982-1983.
- PRADO JR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo (Colônia)*. São Paulo: Publifolha, 2000.
- \_\_\_\_\_. *Evolução política do Brasil e outros estudos*. São Paulo: Brasiliense, 1966.
- \_\_\_\_\_. *História Econômica do Brasil*. 14ª.ed. São Paulo: Brasiliense, 1971.
- PRESTES, Maria Elice B. *A investigação da natureza no Brasil Colônia*. São Paulo: Annablume, 2000.
- QUEIROS, Maria Luiza Bertulini. *A vila do Rio Grande de São Pedro, 1737-1822*. Rio Grande: FURG, 1987.

- RAMINELLI, R. "Viagens e inventários. Tipologia para o período colonial". *História: questões e debates*, no. 32, p. 27-46, jan/jun 2000.
- RIBEIRO JÚNIOR, José. *Colonização e monopólio no Nordeste brasileiro: a Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba (1759-1780)*. São Paulo: Hucitec, 1976.
- RICCI, Maria L .S. R. e MATOS, Odilon Nogueira. "A segunda viagem de Saint-Hilaire a São Paulo". IN: *Publicações da Academia Campinense de Letras*, no. 42. Campinas, 1982.
- RODRIGUES, Arlete Moysés. "A questão ambiental e a (re) descoberta do espaço: uma nova relação Sociedade / Natureza?". *Boletim Paulista de Geografia*. no. 73. São Paulo, 1994.
- RUSSEL-WOOD, A. J. R. Centros e periferias no mundo luso-brasileiro, 1500-1808. *Revista brasileira de História*, 1998, vol.18, no.36, p.187-250.
- SANTOS, Antonio C. A. "Vadios e política de povoamento na América portuguesa, na segunda metade do século XVIII". *Revista de Estudos Ibero-Americanos*. no. 2 (27), PUCRS, 2001.
- SANTOS, Corsino Medeiros dos. *Economia e sociedade do Rio Grande do Sul: século XVIII*. São Paulo: Editora Nacional, 1984.
- SANTOS, Silvio Coelhos dos. *Nova História de Santa Catarina*. 5ª. edição. Florianópolis: Editora da UFSC, 2004.
- SILVA, Célia Maria e. *Ganchos (SC): ascensão e decadência da pequena produção mercantil pesqueira*. Florianópolis: C. M e Silva, 1992.
- SILVA, Marcos A. (Org.). *Republica em migalhas: história regional e local*. São Paulo: Editora Marco Zero, 1990.
- SILVA, M. B. Nizza da. "O pensamento científico no Brasil na segunda metade do século XVIII". *Revista Ciência e Cultura* 40 (9), p. 859-868, 1988.
- SILVA, Karina da. "A Capitania de São Paulo na estrutura militar setecentista", *Estudos de História*. Franca-SP, n.1, vol. 11, 2004, pp. 47-63.
- SZMRECSÁNYI, Tamás (org.). *História econômica do período colonial*. 2ª. Edição, São Paulo: Hucitec/Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica/Editora da Universidade de São Paulo/Imprensa Oficial, 2002
- SOFFIATTI, Artur. "Destruição e proteção da Mata Atlântica no Rio de Janeiro: ensaio bibliográfico acerca da eco-história". *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, vol. IV (2): 309-327, jul.-out. 1997.
- SOUZA, Laura de Mello e. *O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII*, São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

- \_\_\_\_\_. “Formas provisórias de existência: a vida cotidiana nos caminhos, nas fronteiras e nas fortificações”. In: SOUZA, Laura de Mello e. (Org.) *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- TAUNAY, Afonso de E. “Em Santa Catarina Colonial: capítulo da história do povoamento”. *Annaes do Museu Paulista*, Tomo Sétimo, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1936.
- THOMAS, Keith. *O Homem e o Mundo Natural*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- THOMPSON, E. P. *Senhores e caçadores: a origem da lei negra*. Trad. de Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1987.
- VIANA, E. C. *Os viajantes no Brasil, 1802-1822*. Dissertação de Mestrado. São Paulo, USP, 1981.
- WEHLING, Arno e WEHLING, Maria José C. de M. *Formação do Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 1994.
- WEHLING, Arno. *Administração Portuguesa no Brasil de Pombal a D. João (1777-1808)*. Brasília: FUNCEP, 1986. (Coleção *História Administrativa do Brasil*, Volume 6).
- \_\_\_\_\_. “O fomentismo português no final do século XVIII: doutrinas, mecanismos, exemplificações”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Vol. 316. p. 170-278. Julho-Setembro, 1977.
- WESTPHALEN, Cecília Maria. “Comércio exterior do Brasil meridional no século XVIII”. *Revista de História*. (100) 275-92, out-dez., 1974.
- WOLFF, Cristina S. “Historiografia catarinense: uma introdução ao debate”. *Revista Catarinense de História*, no. 2, 1994.
- WORSTER, Donald. “Para Fazer História Ambiental”. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 4 (8), p. 198-215, 1991.

#### *Obras de referência*

- BOITEUX, Lucas A. “Ephemerides catharinenses (1500-1901)”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina*, Vol. IX, 1º. e 2º. Trimestres, Florianópolis, 1920.
- SILVA, M. B. Nizza da. (Coord.) *Dicionário da história da colonização portuguesa no Brasil*. Lisboa: Verbo, 1994.
- VAINFAS, Ronaldo (org.). *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.



# ANEXOS

## ANEXO 1:

### **DOCUMENTOS AVULSOS REFERENTES À CAPITANIA DE SANTA CATARINA**

Apresentamos alguns documentos transcritos ao longo desta pesquisa, que teve como uma das fontes fundamentais os **documentos oficiais avulsos e manuscritos referentes à Capitania de Santa Catarina**.

Este *corpus* de documentos oficiais avulsos e manuscritos foi originalmente preparado, organizado e indexado em verbetes/sumários e depois publicado no “*Catálogo de documentos avulsos manuscritos referentes à Capitania de Santa Catarina – 1717-1827*”<sup>296</sup>, no ano de 2000, pela Editora da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, juntamente com um CD-ROM, contendo a coleção de documentos na sua íntegra. Tanto o livro/catálogo quanto o CD-ROM, constituem o resultado do trabalho de pesquisa realizado no Arquivo Histórico Ultramarino Português pelos historiadores Élio Serpa e Maria Bernardete Ramos Flores. A sua publicação foi também um esforço de ações integradas do “Projeto Resgate de documentação histórica – Barão do Rio Branco”, com o apoio do Ministério da Cultura, da UFSC/Departamento de História e da Assembléia Legislativa catarinense.

Nesta apresentação dos documentos foram mantidos os verbetes/sumários como no original, ou seja, como foram publicados no citado livro/catálogo. Os documentos estão organizados por ordem cronológica e identificados por um número ao qual segue o ano de referência e o local onde foi escrito; posteriormente é descrito o seu conteúdo, iniciado sempre com a tipologia do documento, com o remetente e o destinatário.

Na transcrição propriamente dita, em alguns documentos mantivemos a ortografia original, inclusive com o número das linhas, em outros fez-se a correção ortográfica. Acrescente-se que não houve um padrão na escolha da ortografia, apenas uma opção.

---

<sup>296</sup> SERPA, Élio. *Catálogo de documentos avulsos manuscritos referentes à Capitania de Santa Catarina – 1717-1827* / Élio Serpa, Maria Bernardete Ramos Flores. Florianópolis: UFSC, 2000.

Muitas das abreviaturas, quando com sentido claro, foram desmembradas, outras foram mantidas como se apresentavam. As palavras ilegíveis ou com sentido obscuro aparecem entre colchetes: na forma **[ilegível]** quando não foi possível ler a palavra no documento e na forma **[?]**, quando não conseguimos identificar as letras ou a palavra. Quando tivemos dúvida na transcrição da palavra, porém havia nela algum sentido identificável, apresentamo-la entre colchetes e seguida do ponto de interrogação **[qualquer ?]**. Quando o autor do documento rasurou ou rabiscou a palavra seguir-se-á a forma **[rabisco]**. Do mais, acreditamos que o leitor não terá grande dificuldade na compreensão tanto das regras utilizadas para a transcrição quanto nas formas e expressões usadas pelos respectivos autores.

Vale destacar que para uma transcrição mais eficiente desta seleção de documentos seguimos algumas regras gerais, que foram aprendidas durante a participação no curso de Paleografia I, ministrado pela Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Iêda Dias Lima, no Instituto de Estudos Brasileiros, IEB-USP, no ano de 2005. Além desse curso, contamos com a ajuda e o esforço preciosos de Mário Antunes de Oliveira no trabalho de transcrição deste *corpus*.

162 - 1761, Fevereiro, 20, Desterro de Santa Catarina  
 CARTA do provedor da Fazenda Real, Manuel Rodrigues de Araújo, ao rei [D. José I] sobre a consignação e pagamento das três folhas: eclesiástica, civil e militar, tanto pelo rendimento do contrato das baleias quanto da aplicação da Provedoria do Rio de Janeiro.  
 AHU – Santa Catarina, cx. 3, doc. 11.

Senhor

- Pondo na presença de Vossa Magestade o que se me ditrimina na real ordem de 15 de outubro de 1758 expedida pela Secretaria de Estado, dos Negócios Ultramarinos sobre a consignação e pagamento da tres folhas Eclesiastica, Civil e militar desta ilha nas quaes se tem procedido na forma que vay exposto nas Rellações juntas, e o que se tem recebido do contrato da baleras, tanto do aplicado pela Provedoria do Rio de Janeiro como desta Ditzimos. Com a despeza das ditas folhas e divida em que se lhe fica O pagamento as despesas Extraordinarias [ilegível] na forma das ordens de Vossa Magestade e do governador desta ilha sendo o que se me offerce expor a Vossa Magestade que sempre mandará o que for servido. Desterro de Santa Catarina a 20 de fevereiro de 1761,  
Manuel Rodrigues de Araújo
- [fl. 2]  
 ilha de Santa Catharina 20 de Fevereiro de 1761  
 Do Provedor da Fazenda Real
- [fl. 3]  
 Rellação dos pagamentos que Se fizerão nesta ilha de Santa Catarina [?] e o dinheiro da Nova Concinação que Se revebeo do Contrato das Baleas aplica do pela Provedoria do Rio de Janeiro ditzimo, E da concinação de dez mil Cruzados que o mesmo Contrato paga per esta Provedoria.
- |     |   |                       |
|-----|---|-----------------------|
| 10. | Em o primeiro de Outubro de 1759 // Se Recebeo da Provedoria do Rio de Janeiro _____            | 2: 800\$000 //        |
|     | Em 18 // de Novembro do dito anno _____   | 8: 000\$000 //        |
|     | Em 30 // de Mayo de 1760 _____  | 2: 800\$000 //        |
| 15. | Da primeira Concinação de 20 de Marco de 1759 // athé 28 de outubro de 1760 // da Armação _____ | 9:882\$425 //         |
|     | Dizimo de 13 // de Novembro de 1758 // athé 2 // de Agosto de 1760 _____                        | 1:399\$998 //         |
|     |   | <b>24:882\$423 //</b> |
20. Manoel Rodrigues de Araujo

205 – [post. 1765]

EXTRATO (cópia) com informações sobre da ilha de Santa Catarina, seu continente e mais partes dependentes daquele Governo, no que se refere à localização das fortalezas, das freguesias, Câmara e Igreja. Tais notícias foram dadas ao governador Francisco de Souza de Meneses.

AHU-Santa Catarina, cx. 13, doc. 63.

AHU\_ACL\_CU\_021, cx. 3, D. 205.

[fl. 1]

Cópia [à margem esquerda]

[Título] Extracto da ilha de Santa Catharina, seu Continente, e mais partes dependentes daquelle Governo; cuja noticia sedá ao Senhor governador Francisco de Souza de Menezes

- A ilha de Santa Catharina está situada na latitude de 28 graus considerado o seu todo: E na cabeça da parte do Norte, pelas observaçoens modernas, está na altura de 27 graus, e 30 m.: Corre-se a dita ilha do Norte ao Sul em doze legoas decomprido, e em algumas partes somente tres de largo; distando do Rio de Janeiro 120 Legoas somente. Tem a dita ilha duas Barras; a da parte do Norte, que he a principal, he defendida pela Fortaleza da ilha de Anhatomarim, cuja pequena ilha está junto da terra firme, com Canal que pode passar por elle Embarçaçoens grandes:
5. Essa Fortaleza he grande; e a do registo forte por arte, em muito mais pela natureza, guarnecida com 70 Peças de Artilharia, a mayor parte de grosso calibre. A outra Fortaleza, que com esta fazem o Canal, e entrada da Barra, em que de huma à outra há huma Legoa de distancia; por que a natureza a não quis fazer mais estreita,
10. está situada em huma ponta da dita ilha, a que chamam Ponta Grossa, e a dita Fortaleza tem a invocação de São Joseph, ficando mais para o Norte, e por isso não he paralela com a de Anhatomarim. Tem esta Fortaleza de São Joseph, a respeito do seu Terreno tres Baterias em que estão montadas 29 Peças, tambem de grossa Artilharia; porem tem por Padrasto hum Oiteiro que lhe fica sobranceiro, a atiro de Canhão. Mais dentro pelo Rio acima, a distancia de cinco quartos de Legoa, está a Fortaleza do Ratoes, situada em huma ilha deste nome fazendo Com as ditas duas Fortalezas, de que tem a mesma distancia, hum

[fl. 2]

- triangulo em defesa da propria Barra, e tem a invocação de Santo Antonio; he pequena esta Fortaleza, e guarnecida de treze grossas Peças de Artilharia; tem Quarteis suficientes para a sua Guarnição, e boas Cazas para os seus Commandantes. A entrada da Barra até esta dita Fortaleza, há fundo limpo, e capaz de surgirem nelle as Naos de Guerra de mayor porte, porem dali para cima até á Villa de Nossa Senhora do desterro, Capital do Governo, não pode sobir Embarçaçoens, que demandem

- mayor fundo, de dezeseis, até vinte palmos. Tem ambas as
10. duas Fortalezas da barra, Capellas com Capelaens assistentes, e pagos pela Fazenda Real: A de Santa Cruz da ilha de Anha= tomarim, he hum brinco, e noblissima; os Quarteis dos Soldados são competentes a aquartellar trezentos homens; e visto do Mar he hum Edificio aparatoso, e magnifico, e há tambem na dita For=
15. taleza Caza do Governo.  
A outra Barra da referida ilha a que chamam a Barra do Sul, opposta na outra Ponta daquella parte, a faz, e defende hum pequeno Ilhote, que com outros vezinhos de encosta á Ponta extrema da mesma ilha, fazendo com a terra firme aquella
20. Barra, em cujo Canal há de distancia meya legoa; porem tem fora seus espinhos, e por isso não he tão versada; ainda que podem entrar por ella os Navios de mayor porte, e surtir até á Anciada do Brito, em que há distancia de duas Legoas, pouco mais, ou me=
25. nos; porem tambem dahi para cima, até á dita vila, não pó= dem subir Embarçaçoens, que demandem mais de vinte palmos de fundo, e esta falta de fundo em ambos os Canaes de qualquer das Barras para cima fas ter a dita Villa menos exposta a qualquer repentino insulto.  
No meyo da dita ilha de Santa Catharina está situa=
30. Da a dita Villa de Nossa Senhora do Desterro, que he a unica Po= [fl. 3]
- Povoação, que há nella, e a Capital daquelle Governo, ficando com pouca differença em igual distancia de qualquer das suas Barras, com porto capaz, suposto, como já disse, poder subir a elle Embarça=
5. çoens, que demandem mais dos ditos 20 palmos de fundo; e as que vierem pela do Norte, ter de passar o estreito, que está junto á dita Villa, e tem somente 300 braços de largo. Na dita Capital haverá duzentos fogos, porem tem capacidade para crescer a huma grande Povoação, e até ao presente não tem mais, que duas Cazas de Sobrado, além das do Governo, que são nobres, e grandes, e estão na Praça; sendo
10. todas as Ruas da mesma Povoação largas, e direitas. Há na dita ilha tres Freguesias, a Matris com a invocação de Nossa Senhora do Desterro, que he hum Templo nobre, erigido na própria Villa, e que não quis acabar, nem aperfeiçoar o presente governador, não necessitando mais trabalho, que o de hum mez, isto por mera opposição ao governador a quem socedeo, que o erigio, por expressas ordens de Sua Magestade, cujo risco fez o General de Batalhas Joseph da Silva Paes, approvado pelo mes=
15. mo Senhor; ao mesmo tempo, que se está officinando, e dando o Culto a Deos Nosso Senhor, em huma Caza a mais indigna, que já mais sevio, a tão Sagrado Ministerio, cujo sacrilegio, e escandalo, he tremendo, e o fará mayor a Vossa Senhoria, quando ali chegar, e for Testemunha do mesmo escandalo, que espero da Summa Christandade, e piedade de Vossa Senhoria, repare logo que entrar naquelle Governo, mandando acabar a dita Igreja, para decencia, honra, e Gloria de Deos, que não deichará de pagar a Vossa Senhoria, abençoando as suas acçoens, para que todas sejam acertos Catholicos, e no serviço de Sua Magestade.
25. Há mais na dita ilha a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Alagoa distante duas legoas da dita Villa, em que havia huma Igreja,

que fabricou o governador Manoel Escudeiro com aquella invocaçãõ, em que fez huma grande despeza, que sobio a mais de nove mil cruzados, que seveyo a arruinar inteiramente, sem lhe ficar couza nenhuma, mais que a te=

30. lha, por se haver fabricado de madeira, e páo apique coberto de cal; está hoje reduzida toda aquella fabrica, a huma Bar=

[fl. 4]

Barraca tambem de madeira, com que mandou acodir aquella ne= cecessidade o governador que lhe socedeo.

Há mais na dita ilha a Freguesia de Nossa Senhora das Necessidades, em distancia de quatro legoas della, fazendo caminho por

5. terra, e tem esta Freguesia huma Igreja nobre, que erigio, com permissaõ de Sua Magestade o governador D. Joseph de Mello Manoel, e tanto a dita Igreja, como a de Nossa Senhora do Desterro Capital da ilha, são os uni= cos Edificios, que há nella dedicados a Deos Nosso Senhor, que pareçaõ Tem= plos, e Cazas Suas.

10. Pelo continente de terra firme se estende o dito Governo, desde a Villa de Nossa Senhora da Graça, feita [sic] no Rio de São Francisco 24 Legoas ao Norte da Barra da dita ilha de Santa Catharina, a té ás Torres, que he o extremo do dito Governo pela parte do Sul, e a on= de a Raya, e se devida do Governo do Rio Grande, em que se comprehen=

15. dem 94 Legoas de distancia.

O Porto do dito Rio São Francisco, he capaz de Navios grandes, e tem trato, e concurso de Embarçaõens, que vão a elle carre= gar farinhas, Cordoagem, e amarras de piasá, que são as suas Fa= bricas; do dito Porto até o de Santa Catharina não há Povoação algu=

20. ma, a que se possa dar este nome, nem Porto capaz de outras Em= barçaõens, que Lanchas, ou Canoas, excepto a famosa enciada das Garoupas, que está seis Legoas da Barra de Santa Catharina, e antes de entrar esta Barra está a Armação das Baleas, cuja Fa= brica, fes huma bastante Povoação, situada em huma Ponta da

25. terra firme, ficando distante das Fortalezas da Barra, couza de Legoa e meya. Correndo este Continente para o Sul; e da Bar= ra para dentro está a Freguesia de São Miguel, que fica distante da Villa o espaço de quatro Legoas, e a mesma distancia terá nesta al= tura o Rio, entre a ilha, e a terra firme.

30. Esta Freguesia tem somente huma pequena Bar= raca de palha em que se Officia, e se fazem as mais funções

[fl. 5]

della. Depois della, segue-se a Freguesia de São Joseph, que está já do estreito para dentro, e duas Legoas distante da Villa, na qual tambem se Officia, em huma pequena Barraca de páo a pique, a= inda que coberta de telha, já assoalhada, em cujo lugar determinou

5. o governador Manoel Escudeiro fazer huma Igreja de pedra, e cal, para cuja obra chegou a mandar tirar pedra, que ainda ali se acha, mas tudo ficou em ambriaõ. Correndo a mesma Costa para o Sul, está a Freguesia de Nossa Senhora do Rozario, chamada da Anciada do Brito, que fica quatro Legoas em distancia da Villa. Segue-se a esta Fre=

10. guesia, também pela Costa abaixo, a de Santa Anna, já em 18 legoas da mesma Capital, e tem já hoje huma pequena Igreja, ainda que de pouca symetria, mas de pedra, e cal, para o que tem concorrido os seus Fre=

guezes, obrigados do zelo, e industria do Vigario Francisco Joseph de Araujo Bernardes.

15. Na distancia de 24 Legoas da mesma Capital, e correndo esta dita Costa, está a Villa de Nossa Senhora dos Anjos da Laguna, que he antiga, e muito antes fundada, que se povoasse a ilha de Santa Catharina; he pequena, e tem Porto do Mar, supposto que para Embarcaçoens pequenas, e há nelle quatro, ou cinco Sumacas de menos porte,
20. que traficam todos os annos para o Rio de Janeiro, e outros Portos daquela Costa, carregadas de Peixes, e Carnes Secas: Nesta Villa há sempre hum destacamento de dez, ou quinze soldados, que manda hum Tenente, e ás vezes hum Capitaõ, e este Official he o que dá os despachos para a passagem das Pessoas, que saem da dita Villa para o Sul, ou vem della para a ilha, nas quaes não tem nenhuma jurisdicção o Capitaõ Mor da dita Villa. Della até ás Torres, extremo do Governo da ilha de Santa Catharina, se contam cincoenta e nove legoas, em cujo transito não há Povoação nenhuma, e somente as passagens, estancias, que iraõ numeradas em outra Relaçãõ diaria, que se ajuntará a esta, comprehendidas nella, tambem as distancias, até ao Rio Grande, Colonia, e outras partes, cujas noticias não seraõ dezagradaveis.

[fl. 6]

- Todo o Continente da dita ilha, e terra firme, de que aqui se tem tratado, desde a Ponta da Armação das Baleas, até á dita Freguezia de Santa Anna (a que equivocadamente chamam alguns Villa Nova) se acha povoado de Ilheos, cujas Familias foram conduzidas, e convocadas das ilhas dos Assores á custa da Fazenda Real, para habitadores das mesmas terras, alem de outras muitas Familias, que fazendo aquelle transito, foram povoar o Rio grande, e partes dependentes; e Suposto que estas Gentes, são sumamente Laboriozos, como setem experimentado; para tudo o mais sem prestimo nenhum, muito empertinentes, inquietos, egrunhidos, sobre a dependencia das suas datas, com cujas empertinencias tornam todo o tempo ao Governo: Não assi, os Paizanos, que he Gente sezuda, quieta, e sem questoens, porem muito poucos. Não tem mais Tropas aquelle Governo, que seis Companhias de Infantaria, que suposto fossem creadas com [pê ?] de sessenta homens cada huma, ainda não poderam chegar, depois que se formaram, ao numero de quarenta, por não haver aonde faça esta reduçãõ, nem até agora seter dado a ella providencia alguma, nem se poder tirar Soldados dos Moradores da ilha, e terra firme, estando os Ilheos dispensados desde onus, pelo Alvará da creação do dito Governo, em que Sua Magestade os izenta delles e dos Paizanos, que não tem este Previlégio, menos se poder fazer esta recondução, por serem poucas as Familias. As taes seis Companhias desse Batalhaõ, foram tambem creadas para o exercicio da Artilharia, na forma do Regimento da Praça do Rio de Janeiro, e logra a este respeito cada Soldado, trezentos reis mais de soldo por mez; Neste Corpo há hum Sargento Mayor, que he o seu Commandante, com mais hum Ajudante do proprio Batalhaõ. Com as Tropas delle se faz todo o serviço da Praça das
5. foram conduzidas, e convocadas das ilhas dos Assores á custa da Fazenda Real, para habitadores das mesmas terras, alem de outras muitas Familias, que fazendo aquelle transito, foram povoar o Rio grande, e partes dependentes; e Suposto que estas Gentes, são sumamente Laboriozos, como setem experimentado; para tudo o mais sem prestimo nenhum, muito empertinentes, inquietos, egrunhidos, sobre a dependencia das suas datas, com cujas empertinencias tornam todo o tempo ao Governo: Não assi, os Paizanos, que he Gente sezuda, quieta, e sem questoens, porem muito poucos. Não tem mais Tropas aquelle Governo, que seis Com
  15. panhias de Infantaria, que suposto fossem creadas com [pê ?] de sessenta homens cada huma, ainda não poderam chegar, depois que se formaram, ao numero de quarenta, por não haver aonde faça esta reduçãõ, nem até agora seter dado a ella providencia alguma, nem se poder tirar Soldados dos Moradores
  20. res da ilha, e terra firme, estando os Ilheos dispensados desde onus, pelo Alvará da creação do dito Governo, em que Sua Magestade os izenta delles e dos Paizanos, que não tem este Previlégio, menos se poder fazer esta recondução, por serem poucas as Familias. As taes seis Companhias desse Batalhaõ, foram tambem creadas para o exercicio da Artilharia, na forma do Regimento da Praça do Rio de Janeiro, e logra a este respeito cada Soldado, trezentos reis mais de soldo por mez; Neste Corpo há hum Sargento Mayor, que he o seu Commandante, com mais hum Ajudante do proprio Batalhaõ. Com as Tropas delle se faz todo o serviço da Praça das
  25. As taes seis Companhias desse Batalhaõ, foram tambem creadas para o exercicio da Artilharia, na forma do Regimento da Praça do Rio de Janeiro, e logra a este respeito cada Soldado, trezentos reis mais de soldo por mez; Neste Corpo há hum Sargento Mayor, que he o seu Commandante, com mais hum Ajudante do proprio Batalhaõ. Com as Tropas delle se faz todo o serviço da Praça das



30. quatro Fortalezas, que há nas suas Barras, varios destacamentos, que tem, alem do que está na Villa da Laguna, para que não
- [fl. 7]
- pode suprir sem sofrer hum grande trabalho; sobrevindo huma Guerra. como há pouco tempo se experimentou, ainda ha de ser muito mais deficultuzo, se não impossivel o remediar semelhante necessidade, não bastando o dito Corpo todo aguarnecer somente a Fortazeza de
5. Anhatomarim, quanto mais, tantas, e tantas partes expostas, alem dos novos Fortes, que por huma mera fantazia, estabeleceo de presente o governador que lá se acha, quando são totalmente inuteis, com o fun=
10. damento de dispustar naquellas partes, o desembarque na ilha aos Inimigos, tendo elles infinitos lugares, aonde sem opposição alguma podem fazer nella o mesmo desembarque, entrando por qualquer das Barras, sendo huma, e outra operação inevitavel. E supos=
15. to, que hoje ali haja dezoito Companhias de Ordenança, formadas daquelles taes Povos, e armadas todas de Espingardas, que se lhe de= ram pela Fazenda Real; logo que ali se estabeleceram sobre esta
20. Gente, se não pode contar nada, ou muito pouco, para a defesa da dita ilha, tendo mostrado a experidencia, que os Filhos daquellas ilhas, são quaze todos in habeis para semelhantes exercicios; e muito mais os ditos Povoadores, tirados da Gente miseravel, e de nenhum Spirito das ditas ilhas, sem outro prestimo, como já se dice, que tra=
25. balhar nas terras sem perguiça. Tornando a falar no corpo de Tropas daquelle Gover= no, o Sargento Mor Commandante delle, a quem chamam Pedro da Costa Marim, he hum excellente official em todo o sentido, che=
30. yo de honra, de zelo, e fedilidade, e de quem Vossa Senhoria pode fazer toda a confiança: O Capitaõ Simaõ Rodrigues, Miguel Gonçalves Leaõ, Manoel da Rocha, saõ tambem muito bons officiaes, sabem muito bem o serviço. A respeito porem
35. dos outros tres officiaes, digo, Capitaens do mesmo Batalhaõ, Jo= seph Bernardo Galvaõ, Leonardo Luciano de Campos, e An= tonio Gonçalves, he necessario que fique Vossa Senhoria em diverso conceito; porque o tal Capitaõ Joseph Bernardo, sobre ser hum sim=
- [fl. 8]
40. simples homem, sem respeito nenhum, sem arte, nem apti= daõ alguma para o Serviço, em que não sabe mais, que humas poucas de vozes de mandamento, que aprendeo decor, como os Papagayos, sem afundo alcançar couza nenhuma, tem o de=
45. feito de ser infiel, fingido, e ingrato com todos os Governado= res, com quem tem servido, e o honraram sempre, por con= templação de Seu Pay o Coronel Francisco Mendes Gal vaõ, com quem elle se não parece em couza nenhuma; o Ca=
50. pitaõ Leonardo Luciano de Campos, sobre ter estas mes= mas partidas, e huma total negação para o serviço, he de taõ pouco espirito, que sendo já Tenente naquella ilha, servio nella sempre de Escrevente do Escritorio da Ouvidoria, e ain=
55. da se abateo a exercicios mais baixos, e he conhecidamente falso, e perjuro, por muitos juramentos, que saõ publicos dera falços em varias Causas na dita ilha, e costumado muito de

- propozito ajurar contra os governadores nas suas rezidencias voluntariamente, e a fazerlhe sempre más ausencias. O outro Capitão Antonio Gonçalves, suposto servio sempre bem, com openião, e com prestimo, está hoje de todo abandonado para
20. o mesmo Serviço, por defeito, que totalmente o incapacita para isso, e só em termos de huma reforma: A mesma merecem, com maior justiça os dous Capitaens antecedentes de quem acabo de fallar, e muito grande serviço fará. Vossa altissima Magestade, se persuadir ao Conde vice rei a reforma desses tres Officiaes. Dos sobalternos, com a recomendação, que farei delles a Vossa Senhoria em hum Memorial, que
25. lhe darei com os seus nomes, venho a dizer do seu prestimo, e da sua capacidade: Dos mais que não levarem esta

[fl. 9]

- recomendação, Vossa Senhoria Lá os conhecerá melhor, porque me parece são como Deos os fez.
- Dos Officiaes da Fazenda Real, suponho
- Eu, que o Provedor, que lá está he muito pratico, muito
5. zeloso, e muito inteligente, tendo servido muitos annos semelhantes lugares, e apurado o seu conhecimento na Campanha, que fez ás Missoens com o Conde de Bobadella de quem todos aprenderam muito; porem o Escrivão, que interinamente está servindo na dita Provedoria, a quem
10. chamam Gregorio Joseph de Freitas, he hum vilhaco confirmado, e taõ infiel á mesma Real Fazenda, que pactado com o servintuario o Provedor defunto Manoel Rodrigues de Araujo, passaram varias Certidoens falças ao Almo-
15. xarife que acabou Domingos Gomes Dias abonando-lhe nellas despezas grandes, que não tinha feito em gravissimo prejuizo da Fazenda Real, cujas falcidades tenho em meu poder, além de outras velhacarias, que se acham na Conta do proprio almoxarife, e Vossa Senhoria pode ver, se quizer mandalas vir á sua presença, que todas se acham cotadas pelo
20. governador antecessor do que lá está, para Vossa Senhoria conhecer a fé, que deve ter no dito Escrivão, que não convem fi que servindo a dita occupação, nem em outra alguma que diga respeito á mesma Real Fazenda. Pois, que
25. chegamos a fallar della saiba Vossa Senhoria, que aquelle Governo, não tem mais Rendas Reaes, que a da Armação das Baleas, que são dez mil cruzados cada anno, conforme os presentes arrendamentos; e quatro mil e tantos cruzados dos seus

[fl. 10]

- dizimos, cujas consignaçoens, conseguia a instancias suas o governador Dom Joseph de Mello Manoel, por que antes delle, não havia ali nenhuma, e tambem conseguiu applicarse por consignação para as despezas da
5. quelle Governo, a Renda da Armação das Baleas do Rio de Janeiro, que são vinte e oito mil cruzados, e estas tres parcellas, fazem a soma de quarenta e dous mil cruzados, que ainda não chegam para a despeza anuma do mes=

10. mo Governo; que hoje se orsa a mais de sessenta, sem con=
15. tar a extraordinaria. Porem tudo isto se acha hoje  
alterado, depois que se criou a Junta, e Mesa da Fa=  
zenda no Rio de Janeiro, a cujos Cofres vaõ todas as  
Rendas daquella Capital, e por Resolução da mesma  
Junta, se fazem todos os pagamentos, dependendo della
15. a propria consiganaçãõ, ou o que quizerem mandar por conta  
della para aquella ilha, e destas faltas ha de Vossa Senhoria  
experimentar muitas.
- A Camara da dita ilha, quase sempre he
20. composta de homens rusticos, Taverneiros, e outra casta  
de Animais semilhantes, e depois que entrou por Ouvi=  
dor daquella dita ilha Manoel Joseph de Faria, que  
o foi mais de dez annos, por aquelles officiaes conforme  
o seu genio, e costume, na infame, pessima creaçãõ, de se  
oporem a tudo o que saõ dispoziçoens do Governo: Não
25. sei se no tempo deste governador, que lá está seguiraõ  
o mesmo costume, e se estaraõ de diversa natureza, que
- [fl. 11]
- como he de genio mais duro, e mais pezado, talvez que  
tenha a sua aspereza domesticado aquelles Salvagens;  
porque tambem ignoro os Espiritos, que terá infundido  
á dita Camara ( a respeito do Governo) este Ouvidor
5. que lá se acha.
- Já disse a Vossa Senhoria nesta informaçãõ, que os Po=  
vos da dita ilha, e terras adjacentes, eram quasi todos Ilheos,  
seu prestimo, e costumes: Falta somente agora fazer a  
Vossa Senhoria huma, anathomia mais necessaria, que he a casta
10. de gente, de que se compoem o Povo da Villa de Nossa Se=  
nhora do Desterro, Capítal do mesmo Governo; e buscan=  
do lhe a Raiz esquadra, acharemos que a maior parte  
do dito Povo, saõ huns poucos de homens furajados do Rio  
de Janeiro, e outras partes, fugindo a execuçoens, e velha=  
carias, que lá exercitaram, vieram acoutarse áquella ilha,
15. receptaculo destes paralvilhos vagabundos, e por isto Gente  
péssima, malevolos, mordazes, intrigantes, e que se não sa=  
tistazem de nenhuma forma do Governo; e deve Vossa Senhoria  
ter hum grande cuidado, e huma grande desconfiança
20. de todos os Moradores da dita Villa, e ainda daquelles, que  
na openiaõ de todos, parecem muito bons, e afeitãõ pa=  
recelos.
- A quinta essencia desta Canalha, he o Capi=  
taõ da Ordenança Antonio de Miranda Gurdaõ, que
25. tem grande presumpçaõ de Sapatra, Junista, e Politi=  
co, sendo aliaz hum ignorante, matrialissimo, e de
- [fl. 12]
- animo taõ pessimo encarniçado a fazer mal, que  
delle dezia o Ouvidor passado, que tinha cabellos no Co=  
raçaõ: Da mesma quadilha, e da mesma malda=  
de, saõ, o Tabaliaõ Joaquim Borges do Canto, o Escri=



- cia, e atrevido com o Governo. O da Freguesia de São Joseph, por nome Antonio Joseph Borges de Castro, he bom Parocho, e bom clérigo, attento, civil, e inteligente. O da Freguesia de Nossa Senhora do Rozario da Anciada do Brito, ignoro hoje quem seja: Porem o da Freguesia de Santa Anna, conheço muito bem, que he o Padre Francisco Joseph de Araujo Bernardes, perfeitissimo Clerigo, exemplar, e excelente
5. Parocho. Na Laguna está o Padre Caetano Dias, que o foi da Companhia de Jesus; e na Villa de Nossa Senhora da Graça, hum Clerigo muito petulante. Deos livre a Vossa Senhoria sempre destas Gentes, com quem de ordinario periga quem governa Povos, por
10. mais bons que elles sejam, e dos outros se benza Vossa Senhoria sempre. Estimarei ter acertado com estes Avizos que faço a Vossa Senhoria por zelo do serviço de Deos, de Sua Magestade e dos acertos de Vossa Senhoria; e se quando chegar áquella ilha achar por seu Antecessor, (a quem vai succeder) diferentes
15. noticias a estas, a experiencia mostrará a Vossa Senhoria as que são verdadeiras, escolhendo com o seu profundo juizo, e com o seu louvavel, e admiravel acordo, o que for melhor.
- 20.

235- [post. 1770]

MEMÓRIA (minuta) sobre a localização geográfica, a navegabilidade, a comunicação e as condições de defesa da capitania da ilha de Santa Catarina até o Rio Grande do Sul.

**Anexo: memória (minuta).**

AHU-Santa Catarina, cx. 3, doc. 10; cx. 13, doc. 77.

AHU\_ACL\_CU\_021, cx. 3, D. 235.

## TRANSCRIÇÃO DO ANEXO:

### Minuta de memória<sup>297</sup>:

[fl. 1]

- A ilha de Santa Catharina  
fica em 28 graos do Sul da Linha  
cento [rabisco] e trinta e sinco  
Legoas, com pouca diferença  
5. ao Sul do Rio de Janeiro e em  
igual distancia ao Norte do Rio da Prata,  
e [e ou do...]<sup>298</sup> Cabo de Santa Maria.  
Da ditta ilha se Navega  
com toda a facilidade, e sigu

<sup>297</sup> O autor deixou de colocar na minuta o título “Divisão da ilha de Santa Catharina e importancia da sua situação” presente na primeira via.

<sup>298</sup> As palavras que estiverem entre colchetes sem o sinal de interrogação, são aquelas que o autor do documento escreveu acima da linha em substituição a outras que ele eliminou com traços e borrões, e que não transcreveremos.

10. rança, da parte do Norte, para os Pontos, e Enseadas da Tejuca<sup>299</sup>, Guaroupas, Rio de São Francisco, Pernagua, Cananea, Rios-de Una, e da Conceição; Villa-de Santos, e Barra da Bertioga; ilha de São Sebastião, Villas de Uttuba, Piraty, e ilha Grande.

[fl.2]

- athe a capital do Rio de Janeiro: E da parte do Sul, para os Portos da Laguna, Rio Grande de São Pedro, e Rio da Prata: De sorte que achando-se a ditto ilha, - em huma situação vantajosa, e como no centro dos refferidos Portos, domina imminantemente sobre todos, e cada hum delles.
5. Da parte oposta ao continente tem [a refferida] ilha hum Porto, pêlo qual se communica com o mesmo continente, não distando della mais que meya Legoa;
10. e o Braço de Mar que a seppara do ditto Continente, tem neste sitio dés Braças de fundo; fica abrigado a todos os ventos; e raras vezes se [altera] de sorte, que embarace a Navegação; por que por mais agitado que anda o Mar

[fl. 3]

- da parte de fora da ditto ilha, nunca pode chegar ao [refferido] sitio, [onde se acha o Porto della,] senão depois de quebrado, e brando: Donde rezulta, que
5. o Trajecto e Transporte de huma a outra parte, se fas em toda a sorte de Embarcaçoens grandes, e pequenas, e ainda em jangadas, com toda a commodidade, facilidade, e sigurança.
10. De fronte do Porto da mesma ilha, se acha o do continente onde se fazem os desembarques; e nelle começa o caminho, para a parte do Sul, que vay athe o Porto da Laguna; e dalli athe o Arroyo chamado de Manoel da Silva: - Todo este caminho em distancia de

<sup>299</sup> As palavras sublinhadas se encontram como no original.

- quarenta Legoas, pouco mais ou-  
 menos, se faz pêla Praya, que hé  
 20. de Area Limpa; e por elle se  
 [fl. 4]
- conduzem, sem obstaculo, toda a sorte  
 de Artilharia, muniçoens de Guerra  
 e Bagagem.
- No ditto Arroyo se encontraõ dois  
 5. caminhos, hum da parte do Conti-  
 nente dirigido as Missoens do Uruguay:  
 e outro que continua pela Praya ao Sul,  
 em distiancia de dez a doze Legoas,  
 athe a Alagoa de Ytapeba: Daqui ou  
 10. se contua o caminho pêla Praya,  
 que tem alguns Passos difficeis;  
 ou se atraveça a Alagoa em Peque-  
 nas Embarçaçoens, que he o mais  
 comodo, e prompto [expediente ?] E por huma, ou  
 15. por outra parte tem dez a doze  
 Legoas athe chegar a Fóz, ou-  
 Alagoa do Rio Tramanday.  
 Neste sitio, para a parte do  
 continente se apparta o caminho  
 20. [que conduz] de Viamão, que tem  
 quinze a vinte Legoas, athe chegar  
 [fl. 5]
- áquella villa;  
 que vay do Rio Grande de Saõ  
Pedro, para a Capitania de Saõ  
Paulo: Da parte do Sul continua  
 5. o caminho [de Tramanday]  
 athe o [ditto] Rio Grande, em distancia-  
 de sincoenta athe sessenta Legoas.  
 De tudo o refferido rezulta  
 Primeiramente; que da ilha  
 10. de Santa Catherina athe Viamão,  
 se contaõ oitenta e quatro Le-  
 goas de caminho seguido, quazi  
 todo sem embarço, que seja  
 digno de concideraçãõ; e que  
 15. havendo cuidado nos comman-  
 dantes daquelles Destructos, para  
 darem as Providencias necessarias,  
 pode hum corpo de Tropa, naõ  
 levando Artilharia, nem grossa  
 20. Bagagem fazer o ditto caminho  
 em vinte e hum Dias, quatro  
 Legoas por Dia: e levando Artilharia  
 [fl. 6]
- Grossa Bagagem em vinte e outto

- Dias, a trez Legoas por Dia.  
Em segundo Logar, que da-  
refferida ilha de Santa Catheri-  
na athe o Rio Grande de
5. Saõ Pedro, se contaõ cento e vin-  
te e quatro Legoas, [o que hum]  
de Tropa sem Artilharia, nem  
Grossa Bagagem pode fazer-
10. o ditto caminho em trinta e hum  
Dias, a quatro Legoas por Dia:  
E levando Artilharia, e grossa-  
Bagagem, em quarenta e dois-  
Dias, a trez Legoas por Dia.
15. Em terceiro e ultimo Logar;  
que sendo a ditta ilha pelas  
Razoens assima indicadas, o es-  
balecimento [sic] mais bem situado  
para cubrir, proteger, e vigiar
20. sobre todos os portos meridionaes  
[fl. 7]
- da America Portuguesa; e o melhor  
Intreposto, por onde se pode fazer,  
e faz a condução dos sucorros que  
se transportaõ do Rio de Janeiro
5. ao continente de Viamaõ e Rio  
grande de Saõ Pedro: Todas estas  
vantagens se voltariaõ contra nós  
[e dellas se] nos segueriaõ os mais  
irreparáveis dannos, e prejuizos;
10. se chegace-mos a perder aquella  
importantissima conquista: Por  
cujo motivo devemos tomar  
todas as prudentes cautelas,  
e fazer os possiveis Esforsos, para
15. a preservar de cahir nas Maõs  
dos nossos Innimigos.  
Tem à ditta [ilha], Nove a dez Le-  
goas de comprido na sua mayor  
extençaõ de Norte a Sul; e trez
20. a trez e meyo de Largo de –  
Leste a Ueste.  
Ainda que <pella não haja Fortificação alguma excépto no sitio do Embarque para o  
continente; onde ha hum forte imperfeito, e irregular; e que> [à margem direita]por  
toda a Costa
- [fl. 8]
- da parte do Mar;  
e nas duas Pontas ao Sul, e Norte  
se possaõ  
fazer desembarques [contudo] o continente
5. [da mesma ilha] assim pêlos Lados, como



- pêlo centro, hé de muito difficil  
 acesso; não só Serras, e Penhascos  
 que frequentemente se encontraõ  
 mas pelos Mattos, e Arvoredos,  
 10. incultos, e inhabitaveis, que formaõ  
 hum continuado sertoõ no interior  
 da ditta ilha: De sorte que havendo  
 Vigilancia, actividade, e diligencia  
 da parte dos que a deffendem, para  
 15. observarem o sitio, onde se faz  
 qualquer Dezimbarque, afim  
 de occuparem [inmediatamente]  
 os Passos estreitos; Desfiladeiros,  
 e Mattos por onde o Innimigo  
 20. ha de necessariamente passar;  
 hé sem duvida, que com muita-  
 pouca Tropa, e Paizanos Armados

[fl. 9]

- Se pode fazer huma vigorosa Deffença;  
 e embarassar, passo a passo, [os progressos]  
 do mesmo Innimigo; [por qualquer parte]  
 por onde intente penetrar.  
 5. Tem a mesma ilha duas Barras,  
 huma da parte do Norte; outra da parte  
 do Sul: Pela Barra do Sul, desde  
 a Enseada chamada dos Castelhanos,  
 para dentro só podem entrar Embar-  
 10. caçoens pequenas; não havendo por-  
 aquella parte, mais que trez, duas  
 e meya, e duas Braças de Fundo:  
 Da parte de fora da ditta Enseada,  
 podem Ancorar Armadas, em sinco,  
 15. seis, sette, e mais Braças de Fundo;  
 Não podem porem Estacionar-se  
 naquelle sitio, por muito tempo;  
 tanto por serem alli os Mares muito  
 fortes, como por ficarem expostas  
 20. aos ventos Lestes, e Suestes, que no  
 ditto sitio saõ muito frequentes, e pe-  
 rigosos.

[fl. 10]

- Toda a Communicação da ilha se faz  
 pêla Barra do Norte: No meyo desta  
 Barra ha duas ilhas e junto a qual-  
 quer dellas, da parte do mesmo Norte,  
 5. podem chegar [as mayores] Naus de Linha athe  
 Tiro de Pistola, em sinco, seis, sette,  
 e mais Braças de Fundo: Da parte  
 do Sul porem das dittas ilhas, e dalli  
 para dentro do Cannal, Só-

10. podem entrar Embarçaõens pequenas; assim por Conta dos Baixos; Como por não haver mais fundo, que o de tres, duas e meya, e duas Braças.  
 Huma destas ilhas, chamáda-
15. a ilha dos Ratones he a que Cobre, e deffende todo aquelle Porto: A outra he de menor importancia; e não tem mais que huma Battaria, em máo Estado, e de facil Acesso.
20. A ilha dos Ratones tem de Circumferencia meyo quarto de Legoa, pouco mais ou menos; e he quazi
- [fl. 11]
- inaccecivel pêla Natureza; por ser toda cercada de Penhascos, e Rochedos; Sobre os quaes [há] huma Murálha, que a fecha toda em redondo;
5. não tendo outra sahida, nem communicaçãõ, para fora, senãõ por huma Escada, formáda nos mesmos-Rochedos:  
 Tem álgums Baluartes, que ainda que são muito irregulares não deixaõ de ser respeitáveis, pela situaçãõ dominante em que se achaõ.  
 Da parte da Entrada da Barra, olhando, para o Norte, e Leste tem duas Battarias, formadas sobre Penhascos muito altos, e escarpados:  
 De sorte que por esta parte hé-inatacavel; e da parte do Sul, e do Ueste, os Baixos e Rochedos, tambem fortificados a deffendem.
10. Dentro da Fortificaçãõ se podem Lojar [pelo menos] outto centos Homems; Seiscentos
- [fl. 12]
- porem são sufficientes, para a sua Guarniçaõ, Deffença: o Terreno que tem a ditta ilha dentro das Muralhas della he muito fertil, tem muitas Arvores de Espinho, e de outras Frutas da America; e pode produzir tudo o que lhe quizerem Plantar.
- 5.

265- [post. 1777, Março]  
 MAPA do resumo do que importaram as fábricas do Contrato das baleias, entre 1765 e 1777.  
 AHU-Santa Catarina, cx. 5, doc. 10.  
 AHU\_ACL\_CU\_021, cx. 4, D. 265.

[fl. 1]

Santa Catarina 1777

Rezumo do que importaraõ as Fabricas de Contracto de Balleas no anno de 1765 quando tomei conta do dito Contracto; e valor em que entreguei no anno de 1777: a saber

Valor em que recebi no ano de 1765		Valor que entreguei no ano de 1777
28:681\$841	Armação na Cidade do Rio de Janeiro	64:030\$052
5:469\$140	Armação de Cabo frio; não fes pesca	3:695\$640
6:476\$820	Armação de Sam Sebastião	13:201\$120
10:878\$309	Armação da Bertioga	27:361\$030
21:876\$411	Armação de Santa Catharina	59:462\$439
	Armação nova da Lagoinha	16:005\$710
73:382\$521		183:755\$991
	Perda que deraõ os Hespanhoes com a invazaõ da ilha de Santa Catharina	
	[?] [?] [?] [as duas?] Armaçoens daquella ilha, e tiveram de abatimento [de?] quando os primeiros Inventarios .....// 10:604\$993	
	Abatimento de [baleas ?] de duas [?] da Armação nova a[?] da Real Fazenda conforme as Condiçoens .....// 9:383\$725	19:988\$718
90:384\$752	Hé o que Deve a Real Fazenda na Provedoria do Rio de Janeiro de valor das Fabricas pelo augmento que tiverão no estabelecimento que se lhe fes [Sam?] de ..... 19:988\$718 [?] a favor da Real Fazenda, tanto em se fazer nova avaliação da Fabrica em Santa catharinna, que já estava feita com ordem da [Justisa?] como na nova Armaçam ficou pella 3ª parte [?] para a Real Fazenda	
163:767\$273		163:767\$273

[fl. 2]

Francisco Jozé da Fonceca Caxa e Administrador

Geral, que foi do Contrato da pescaria das Balleas, que princi-  
piou no anno de 1765, e findou no anno de 1777 – a Saber

Tomou conta de cinco armaçoens pro=

5. prias de Sua Magestade em valor de 73:382\$521 em que se fazia a pes-  
ca com vinte e quatro Lanxas de pescaria, deixou estabelecidas  
seis armaçoens com valor de 183:755\$991 como mostra o  
Mapa junto pello augmento, que se lhe fes a fazer a pesca com  
quarenta e duas Lanxas.
10. A armação principal da ilha de Santa Catharina, quando  
se tomou conta della, estava cahindo, foi demolida, e fesse toda  
de novo, como mostra o Mapa junto, e na mesma ilha se fes hu  
ma armação de novo, e todas as mais armaçoens se reedeficaraõ,  
e augmentaraõ com muitas obras, como o mostraõ os Inventarios  
que dellas se fes pella Real Fazenda.
15. Ficou a pesca dos Caxalótes descoberta, e quatro annos nave=

gáda, criados muitos Marinheiros no conhecimento desta pesca, e igualmente muitos Escravos, que paçaraõ de sesenta, de sorte, que suposto só quatro Embarçaõens andávaõ por fim á pesca com doze Lanchas, já tinhaõ andádo seis Embarçaõens com dezoito Lanchas.

20. Ficou a Fabrica de refinár os miolos do Caxalote para velas, e para as Boticas estabelecidas, com uzo o seu consumo. Comprehende esta Fabrica dous grandes armazéns hum de cento e sesenta palmos, com sobrado e muitas parteleiras, em que se enxuga a massa, outro de duzentos e vinte e tres [pal=]<sup>300</sup> mos com tanques e dezacete empresas muito fortes para [ilegível] expremper, das quais paçaraõ para esta Cidade seis [ilegível] comprehende esta pescaria, e esta Fabrica só dos

[fl. 3]

Inventarios com individuação se póde conhecer. Achei duas Embarçaõens de trãnsporte dos effeitos das armaçõens, que recebi em valor de 2:761\$020; deixei ao Novo Administrador Onze em valor de quarenta e cinco Contos e tan=

5. tos mil reis, que constaõ do Inventario dos béns particulares, além de duas que tomaraõ os Hespanhóes, e huma que se desmanchou no fim do Contracto nesta Cidade, que completavaõ quatorze da minha Administraçãõ.

10. Pouco mais de quinhentas eraõ as Vazilhas que tinha o Contráto paçado da administração de Francisco Tores tao inca paizes, que no trãnsporte do seu azeite se consumiraõ.

15. Tres mil novecentos, e quarenta e duas pipas, outocentas setenta e seis meias pipas, quatrocentos setenta e tres Tonéis paçaraõ para o Contrato actual muito fórtes árqueádas todas de ferro, feitas de madeira da nossa América, que a experiencia me tem mostrado durár com azeite mais de vinte e cinco annos.

20. Trezentos e quatorze foraõ os Escravos, que recebi com as Fabricas, quinhentos e cinco se compraraõ, morriraõ cento e sesenta e dous, fugiraõ doze e entreguei seiscentos e quarenta e quatro destes pérto de trinta Tanoeiros, mais de quarenta Marinheiros, e mais de quinze Ferreiros além de todos os officios do Lavor daquellas Fabricas.

[fl. 4]

De sóрте, que os futuros Contratadores naõ tem mais que estabelecer, e só sim em conservar o estabalecimento feito; tem hoje mais huma armação nova ao Norte da ilha de Santa Catharina na Ansiada denominada Tapacorós a impulsos

5. do Excelentissimo Marques vice Rey para recuperar o dannozo da Inva zaõ que fizeraõ os Hespanhóes na ilha de Santa Catharina ao actual Contracto no embaraço da primeira pesca percebendo mesmo danno o Contrato [preterito ?], em que o Sup.e foi socio que tendosse Inventariádo as Fabricas antes da Invazaõ do Inimigo como o mostraõ os Inventarios juntos em valor de

10.

<sup>300</sup> O final deste fólio encontra-se corroído, o que prejudica a leitura das palavras finais das últimas 4 linhas .

- 183:755\$991 que depois de sahirem os Hespanhóes daquel= la ilha, que segundaves se Inventariaraõ os béns da Fazenda Real por menos 10:604\$993 da perda, que cauzaraõ os Hespanhóes, que o Sup.e não quis requerer este prejuízo da Real Fazenda, visto estarem já Inventariadas aquellas Fabricas como o mostra o Mápa antecedente.
15. Tem hoje este Contracto o merecimento demais vinte athé trinta mil cruzados por anno, álem do preço em que anda, findos que sejaõ os seis do seu antigo costume, enaõ os doze, que foraõ só dedicados á sua creação, porque em huma taõ grande demóra de tempo hé mais facil deixarem aruinár as Fabricas, e utilizárem-se só dos Lucros, do que conserválas, e na variedade de rematantes hé que está o augmento das rendas de Sua Magestade.
20. Ao presente Contracto tem falescido quatro sócios e
25. a falta destes fás inconciderável dezordem ao fim da conservação deste taõ grande ramo de comercio.

[fl. 5]

Resumo de cada Despesa que o Contracto de Baléas fes de 1º de Abril de 1765 té Março de 1777, nos 12 annos abaixo declarados

Annos	Preços no Rio de Janeiro, Santos e Santa Catharina	Despesa da Armação do Rio de Janeiro	Despesa da Armação de Cabo Frio	Despesa da Armação S <sup>m</sup> Sebastião	Despesa da Armação da Bertioga	Despesa da Armação de Santa Catharina	Despesa com a Armação nova	Despesas geraes do Contractos	Lucros e perdas de falecimento de Escravos e outras	Despesa com a pesca do Espermacéte	Total despeza a cada anno
1765	19:200\$000	3:737\$544	1:837\$034	4:117\$261	2:798\$619	14:544\$674		5:075\$560	1:092\$424		58:403\$116
1766	19:200\$000	3:026\$207	1:525\$156	5:566\$211	2:517\$390	17:775\$140		4:928\$505	1:215\$967		61:754\$576
1767	19:500\$000	234\$684	1:164\$852	3:182\$518	5:997\$864	16:617\$701		4:188\$596	1:103\$839		51:990\$054
1768	19:300\$000	3:681\$756	511\$035	3:313\$344	7:003\$743	23:819\$113		9:126\$230	627\$520		67:382\$741
1769	19:300\$000	2:678\$069	265\$730	3:624\$357	5:982\$924	21:708\$777		5:717\$540	1:509\$382		60:786\$779
1770	19:300\$000	1:193\$000	357\$350	2:495\$610	3:644\$973	17:357\$082		4:457\$595	952\$552		49:768\$162
1771	19:200\$000	2:247\$360	314\$555	3:180\$968	4:423\$109	22:368\$268		4:245\$440	681\$420		56:661\$120
1772	19:200\$000	1:575\$989	305\$920	2:942\$170	4:947\$853	12:907\$295	8:594\$252	5:753\$285	1:566\$900		57:791\$664
1773	19:200\$000	2:982\$815	405\$160	8:763\$840	12:255\$247	25:734\$251	9:885\$700	5:091\$610	1:804\$175	1:620\$830	87:744\$228
1774	19:200\$000	2:450\$273	156\$640	2:564\$729	4:760\$670	11:980\$766	6:223\$037	8:960\$135	746\$800	20:591\$380	77:634\$430
1775	19:200\$000	2:324\$809	142\$025	3:011\$382	5:751\$760	21:623\$236	7:880\$439	5:183\$267	2:307\$111	18:540\$133	85:964\$162
1776	19:200\$000	2:232\$000	66\$945	4:346\$462	3:905\$044	10:023\$624	5:409\$004	9:237\$750	4:776\$090	9:170\$894	68:967\$813
	231:000\$000	28:364\$506	7:050\$402 <sup>301</sup>	47:108\$852	75:989\$796 <sup>302</sup>	216:459\$927	37:992\$432	72:565\$513 <sup>303</sup>	18:394\$180 <sup>304</sup>	49:923\$237	784:848\$845

<sup>301</sup> Provavelmente o autor errou no cálculo desta columna. A soma total de acordo com os números do documento é a seguinte: 7:052\$402.

<sup>302</sup> Idem: 64:189\$196.

<sup>303</sup> Idem: 71:965\$513

<sup>304</sup> Idem: 18:384\$180.

385 - 1797, Setembro, 5, vila de Nossa Senhora do Desterro da ilha de Santa Catarina  
CARTA do [governador da ilha de Santa Catarina], tenente-coronel João Alberto de Miranda Ribeiro, à rainha [D. Maria I] sobre o recebimento da provisão régia e a cópia da lei de sesmaria que ordena como proceder acerca das datas, confirmações e demarcações; enviando cópia do regimento desse governo, esclarecendo se é possível formalizar novamente um regimento particular e ordenar os corpos auxiliares como os que existem nos domínios portugueses.  
AHU-Santa Catarina, cx. 8, dcc. 6.  
AHU\_ACL\_CU\_021, cx. 6, D. 385.

[fl. 1]

<Averbada guardasse na Secretaria. Lisboa 10 de Novembro de 1802

[Assinaturas]> [à margem esquerda] Senhora

Com a Regia Provizaõ de Vossa Magestade de

sete de Janeiro do Corrente anno de mil sette centos noventa, e sette, que Vossa Magestade foi Servida dirigirme pelo Seu

5. Comcelho Ultramarino, recebi igualmente hum Exemplar

Impresso da Ley das Sesmarias de cinco de Outubro de mil

sette centos noventa e cinco, pela qual Vossa Magestade he Ser=

vida Ordenar, a impreterivel fórma das Suas Dattas, Confir=

maçoens, e Demarcaçoens neste Estado do Brazil; e fico ao=

10. mesmo tempo advertido, de que se deve suspender por hora, a =

execusaõ, e efeitos desta Ley, como Vossa Magestade ordena na =

sobredita Provizaõ Regia, pelos embaraços e inconvenientes, que

nella se declaraõ; asim como tambem, de que devo dar a Vossa Ma

gestade as minhas Informaçoens, e o meu parecer, sobre o modo,

15. com que mais facil, e comodamente, evitando-se novas questoens,

e Processos, se poderá pôr em pratica, o que se acha estabelcada na re= ferida Ley.

As circunstancias actuaes do tempo, que

he necessario empregar nos preparativos para a defesa desta ilha,

20. não permitem que eu possa fazer, com a promptidaõ que dezejo,

os Exames, e Combinaçoens necessarias, por meio dos Conheci=

mentos que he preciso adquirir, para melhor poder informar

a Vossa Magestade sobre este objecto; mas logo que me seja possi=

vel, eu terei a honra de fazer sobir á Real Prezensa de Vossa

25. Magestade, não só as sobreditas Informaçoens, e parecer; mas tam=

bem as outras, respectivas á Regia Provizaõ de trinta de Julho de mil

sette centos noventa e seis, expedida pelo mesmo Conselho Ultrama=

rino, em que Vossa Magestade foi Servida ordenar, que remetesse ao

mesmo Conselho, a Copia do Regimento, e mais Ordens, que tem

30. soco=

[fl. 2]

socorrido no Governo desta Capitania, respectivas ao mesmo objecto;

para á vista das ampliaçoens, e restricçoens que tiverem havido, se=

poder formalizar de novo, hum Regimento particular, para o Gover=

no della; mandando-me Vossa Magestade, que lhe dê huma Circuns=

5. tanciada Informasaõ, e parecer, sobre cada hum dos seus Artigos pre=

- zentemente praticaveis, ou impraticaveis, em beneficio do Real Serviço e dos Povos: Em cuja diligencia, tambem fico actualmente trabalhando. Tambem foi Vossa Magestade Servida dirigir-me pelo mesmo Conselho Ultramarino outra Provizaõ Regia de vinte e quatro de=
10. Março de mil sette centos noventa e sette, para que na Capitania do= Governo desta ilha de Santa Catharina, se ponhão os Corpos Auxiliares no mesmo pé, que Vossa Magestade foi Servida estabelecer para os que existem nos seus Dominios da Europa, conforme o Real Decreto de sette de Agosto de mil sette centos noventa e seis, de que se me remeteo hum Exemplar Impresso; e da mesma fórma huma copia da carta Regia de dois de Novembro de mil sette centos oitenta e sette, que fora dirigida ao Excelentíssimo Luis de Vasconcellos e Souza, sendo vice Rey do Estado do Brazil, sobre a regularidade com que se devia proceder, para se verificar a existencia dos referidos Corpos Auxiliares,
15. afim de que a mesma carta Regia, e o sobredito Real Decreto, se observem na Capitania deste Governo na mesma conformidade. Mas como sobre este objecto, eu tenho encontrado algumas dificuldades, que podem huma nova, e particular Determinasaõ de Vossa Magestade; fico formalizando as minhas reflexoens, para ter
20. a honra de as fazer sobir á Real Prezensa de Vossa Magestade, com os mais humildes, e respeituzos protestos, de que todas ellas, são nascidas do ordentissimo dezejo que tenho, de aceitar a fazer somente=

[fl. 3]

- aquilo, que for mais util, e Conveniente ao Real Serviço de Vossa Magestade, e á Defesa desta ilha: O que porei em execusaõ logo que me seja possivel, para em consequencia da sobredita reflexoens, determinar Vossa Magestade novamente, o que for mais do seu Real Agrado, para assim se executar.
5. Deos Guarde a Vossa Magestade. Villa de Nossa Senhora do Desterro da ilha de Santa Catharina a cinco de Setembro de mil sette centos noventa e sette annos.
10. João Alberto de Miranda Ribeiro

386- 1797, Novembro, 16, vila de Nossa Senhora do Desterro da ilha de Santa Catarina CARTA do [governador da ilha de Santa Catarina], tenente-coronel João Alberto de Miranda Ribeiro, à rainha [D. Maria I], comunicando que não há regimento que sirva de guia para a administração dessa capitania, e do balanço político administrativo do seu governo. AHU-Santa Catarina, cx. 8, doc. 6. AHU\_ACL\_CU\_cx. 6, D. 386.

[fl. 1]

- Senhora
- Foi Vossa Magestade Servida ordenarme na Regia Provizaõ de trinta de Julho de mil settecentos noventa e seis, que me foi dirigida pelo seu Concelho Ultramarino, que pelo mesmo fizese chegar á Real Prezensa de Vossa Magestade o Regimento, ou Regimentos porque se dirigem, e tem dirigido os governadores desta Capitania da ilha de Santa Catharina, na adiminstrasaõ do=
- 5.



10. Governo destes mesmos Póvos de que actualmente estou en-  
carregado: a Cujos respeito posso Segurar a Vossa Magestade,  
que na Secretaria deste Governo se não acha Regimento  
em forma de regularidade, que sirva de Guia, ou dicta-  
me para os governadores o seguirem: e só sim se encontra  
15. alguma Regias ordens vagas, que para diferentes objetos,  
foraõ aos mesmo governadores remetidas. Estas  
mesmas, que no anno de mil sette centos setenta e sette  
se acharaõ depois perdidas, pelos diferentes lugares, aon-  
de a Lastimoza Confuzaõ disgraçadamente sacrificou tudo;  
20. poderiaõ talvez ser em maior numero se não tivessem levado  
o mesmo descaminho que levarã a maior parte dos papeis de  
todos os Cartorios Publicos; e portanto sou obrigado a Confesar,  
que eu me estabeleso (como governador) em algumas das re-  
feridas Provizoens Regias, que (por Cazualidade) apezar da re-  
ferida Confuzaõ appareceraõ: asim como no que me parece  
25. mais acertado, conforme o Costume e pratica dos meus Ante-  
cessores; e como Vossa Magestade na mesma Regia Provizaõ  
é Servida, não só ordenarme que lhe dê a minha informasaõ,

[fl. 2]

- mas tambem como parecer afim de mandar formar hum  
novo Regimento que Sirva de Ordenasaõ aos governadores des-  
ta Capitania; que Seja praticavel nas Circunstancias ac-  
tuaes do tempo, em utilidade do Seu Real Serviso e beneficio  
5. destes Póvos, que pela sua Louvavel fidelidade se fazem dignos  
da Real Contemplasaõ de Vossa Magestade eu me proponho  
(sem perder estes essenciaes pontos da minha vista) dizer inge-  
nuamente tudo quanto tenho alcansado, e quanto tenho disco-  
rrido, sobre este importantissimo objecto; descrevendo abreviada-  
10. mente o que se tem praticado neste Governo, desde o seu primei-  
ro estabelesimento até ao prezente, Segundo a Ordem Succe-  
siva dos tempos.  
Foi Vossa Magestade Servida mandar  
publicar nas ilhas dos Assores o Edital N.º. 1, em consequen-  
15. cia do qual, e das mais ordens, que entaõ se expediraõ, se trans-  
portaraõ para esta Capitania quatrocentas Pessoas, para funda-  
rem esse primeiro estabelecimento na ilha, e terra firme adja-  
cente: Cujas diligencia foi incumbida ao Brigadeiro Jozé da  
20. Silva Paes, seo primeiro governador, como se evidenseia da  
Real Ordem de nove de Agosto de mil settecentos quarenta e Se-  
te: N.º. 2; que a elle lhe servio de Regimento, asim como tem Ser-  
vido aos seos Successores para o arrançamento daqueles Colonos.  
He muito provavel que este mesmo Official não sahise dessa  
25. Corte, sem vir munido de varias Ordens, e Instruçoens, não só  
Verbais, mas ainda por escripto relativas ao mesmo interesan-  
te objecto: mas tambem he certo, que ellas não aparecem, e =  
nem ainda por tradisaõ existe huma noticia certa de que  
as ouvésse.  
Pelas Provizoens N.º. 3 até 16 se verifica

[fl. 3]

- que o mencionado Brigadeiro Jozé da Silva Paes entrou nesta ilha em mil settecentos trinta e nove encarregado do seo estabelecimento, Rio Grande, e Colonia do Sacramento, cituada ao Ocidente de Monte Vedio; e tanto elle, como os seus successores sempre
5. dirigiraõ as suas contas directamente para a Côrte, nos cazos o= currentes, tendentes a este taõ interessante estabelecimento; a bem do qual, e dos seus novos habitantes, obtiveraõ algumas amplitudes, atendida a necessidade e Circunstancias actuaes dos mesmos Colonos, seus filhos e Agregados, como expesificaõ as mesmas Provizoes.
  10. Esta directa correspondencia cessou no Governo de D. Jozé de Melo Manoel, em consequencia da Provizaõ N.º. 17 cujo Governo acabou em sette de Março de mil setecentos secenta e dous; e até ao presente os governadores meus Predecessores, se tem dirigido em conformidade daquelas Ordenasoes primarias, das Justas, e Providentes Leis de Vossa Magestade naquele objectos Militares, e Politicos, que
  15. eraõ, e saõ relativos a authoridade dos governadores; e finalmente pelas repetidas Ordens, que os Excelentissimos vice-Reys do Estado successivamente sobre diferentes objectos lhes dirigem, nas quaes, Cassandolhe incenssivelmente tudo quanto saõ authoridades, e Regalias, vem a ficar o governador de huma taõ Consideravel Capitania hum homem, a quem a necessidade obriga
  20. o empregar todos os seus talentos, em descobrir alguns meios de se não fazer geralmente aborrecido: porque conservando só os poderes necessarios para punir e castigar os delinquentes, e nenhuns para premiar e animar os benemeritos he natural que todos olhem
  25. com horror para hum Omem, de quem só esperaõ os Castigos, e nada daquelas grasas e mercês, com que a Real Grandeza, e Generosa Liberalidade de Vossa Magestade costuma remunerar o merecimento dos que com obediensia gosto, e fidelidade se empre=

[fl. 4]

- grão no Seo Real Serviso. Este he [o modo?] porque se tem dirigido os governadores desta ilha; que passando ao Domínio de Sua Magestade Catholica, pelos infelises acontecimentos de nove de Março de mil settecentos settenta e sette levaraõ descaminho (por consequencia de huma tal dezordem) muitas Leys, Decretos, Alavrás, e Provizoes, que constituiaõ o fundo da Secretaria deste Governo, se me ja dise.
- A mesma Secretaria he Servida por hum Official Subalterno tirado do Regimento da Guarnisaõ para este exercicio: (Visto que tendo se Representado a Vossa Magestade ser necessario hum Secretario de propriedade, a representasaõ do governador não foi deferida, como se Colige da Provizaõ N.º. 18) pratica observada desde sette de Março de mil settecentos secenta e dous, que entrou neste Governo o Brigadeiro Francisco Antonio Cardozo de Menezes; Cujos Secretario passando por grandissimo salto de seu Pôsto, pago com o mesmo atrazo que a todos os mais individuos do Regimento.
- Da mesma forma he tirado do hum Capitaõ do Regimento para Servir de Expediente das
- 5.
  - 10.
  - 15.

20. ordens do governador, o qual serve tambem debaixo do Correspon=  
dente Soldo da Sua Pattente, e pago da mesma forma que os outros:  
e não obstante que o Brigadeiro Francisco de Barros, quando veio  
para este Governo, trouxe Ajudante de Ordens de propriedade com  
a Pattente de Capitam de Granadeiros; este faleceo, e jamais foi pro=  
25. vido hum taõ necessario, como indispensavel Pôsto.  
Tendo demonstrado a Vossa Magestade  
no modo possivel o methodo do Governo politico desta ilha, dedu=  
zido pela Subsequente pratica de huns e outros governadores,

[fl. 5]

- e na Conformidade das Leys e Ordenasoens, como asima dise,  
he preciso outro sim demonstrar os motivos, que poderozamen=  
te tem Concorrido para o atrazo desta taõ interessante Colo=  
nia, huma das mais bem povoadas, com familias tiradas das=  
5. suas habitaçoens nas ilhas dos Assores, Omens sobrios, e afe=  
rrados ao trabalho.  
Deixando á parte aqueles erros, que  
eraõ susceptiveis da escabrozidade, e falta de Conhecimento Local  
do Paiz, para a destribuisaõ, e Organizaçaõ [sic] das dattas de terras; a irre=  
10. gularidades, que nestas se cometeo , tem pelo decurso do tempo sus=  
citado até agora, questoens entre os mesmos Colonos, que pendentes  
da solusaõ do governador; he este hum dos objectos politicos, que ma=  
is o sobrecarrega nas deliberaçoens dos seus recursos; e esta tor=  
15. tura logo feita no principio do seo estabelecimento, asim como ou=  
tras muitas, que successivamente se lhes foraõ acumulando, saõ  
conhecidamente a Cauza do seo grandissimo atrazo.  
A Real Ordem de nove de Agosto de mil se=  
tecentos quarenta e sette N<sup>o</sup>. 2, de que asima falei, não foi em=  
toda a sua extensaõ executada: tanto a respeito da mesma dis=  
20. tribuisaõ das terras aos novos Colonos, como daqueles socorros,  
com que Vossa Magestade taõ providentemente os mandava for=  
necer; quais eraõ as ferramentas necessarias, as Vacas e as Ego=  
as para o seu Laboratorio fabril; de cujos generos, a alguns se com=  
pletaraõ as ferramentas, a outros parte dellas, alias avendoas: e  
25. a nenhuns os Animaes Cavalares e Vacuns; sem que a mim  
me seja posivel prezentemente averiguar, qual fosse a Cauza de=  
huma taõ concideravel falta, que incontestavelmente foi huma  
das Cauzas, porque ainda hoje se fazem pouco sensiveis os seus

[fl. 6]

- dezejados progressos. Mas estes foraõ tão inconseqüentes, co  
mo he fácil de presumir: pois que principiando a entrar nes=  
ta ilha os Sobreditos Colonos em mil settecentos quarenta e oitto,  
elles vieraõ vindo gradualmente até ao fim do anno de mil sette  
5. centos cincoenta e dous; e já se sabe que neste brevíssimo tempo,  
a Cultura estava tanto na Sua infansia, como o estava o estabe=  
lecimento dos mesmos Colonos, em hum Paiz (entaõ) agreste, e para  
elles inteiramente desconhecido pela diferenca do Seu Clima.  
Seguiu se o Governo de Dom Joze de Melo e Manoe=  
10. el, que entrou nesta ilha em vinte e cinco de Outubro de mil sette  
centos cincoenta e tres, e Governou até sette de Marso de mil sette

- centos secenta e dous. No espazo de quazi nove annos deste Governo, foi construida a Igreja Matriz de Nossa Senhora do Desterro, na Villa Capital deste Governo, a Caza da Residencia dos Governadores, a Igreja da Freguezia de Nossa Senhora das Necessidades.
15. O methodo que se adoptou na factura destes taõ necessarios Edificios, foi o peor que se podia imaginar: por que alem dos muitos Artifices de huma e outra Classe, que nelles fo=
20. raõ empregados; os Seus trabalhadores ou Jornaleiros, eraõ os Lavradores nomeados por Semana de todas as Freguezias, ou Destrictos. A huns se distribuia este Serviço (sem paga) por modo de faxina, a outros se lhes apontava o Seu vencimento, para em ocaziã de feria se lhes pagar: a alguns se lhes pagou huma pequena parte do=
25. que ganharaõ, e a todos finalmente se lhes estaõ devendo naõ só os Seus jornaes, como tambem alguns generos, que se lhes tomaraõ; e a=
- razaõ foi, porque os dinheiros para estes pagamentos vinhaõ do Rio de Janeiro; as remessas eraõ morozas, e quartadas; o que tudo con=
- correio para o empenho da Real Fazenda, e penalidades dos Povos,

[fl. 7]

- que sempre humildes e Obedientes, gemiaõ debaixo do mais activo e laboriozo trabalho, sem o seo Correspondente premio. As Conse=
- sequencias de tudo isto, foraõ, o desamparo da Lavoira, e por tanto a falta de Viveres ainda dos da primeira necessidade para o diario
5. sustento, que por algum tempo foi percizo que entrassem de fóra, naquele mesmo fortilissimo Paiz, que podia com grande fartura socorrer aos seus Vizinhos.
- Seguio se o Governo de Francisco Antonio Cardozo de Menezes, que durou por espazo de tres annos desde sette de Marso de mil settecentos cessenta e dous, até doze de=
10. Julho de mil settecentos cessenta e cinco; em Cujo tempo foi edificado o Forte de Santa Anna do Estreito: e nesta Obra, asim como em mais algumas de pouca Conciderasaõ que fêz, seguio o mesmo perniciozo methodo, que o Seu Antecessor.
15. Sucedeu-lhe Francisco de Souza de Menezes que Governou pouco mais de déz annos até cinco de Setembro de mil settecentos settenta, e cinco; em Cujo tempo foraõ da=
20. mesma sorte construidos os Fortes de Santa Barbara e Sam Luiz, e o de Saõ Caetano na Fortaleza da Ponta Grossa; e por Consequencia aumentada a divida da Real Fazenda, e a pobreza, e indigencia dos=
- Póvos, por falta das remessas que deviaõ vir, e nunca chegaraõ do=
- Rio de Janeiro.
- Quando neste mesmo tempo mal podiaõ
25. ainda os Póvos respirar de tantas fadigas e trabalhos, apenas se divizavaõ escassamente os fructos da Lavoira, ella padeceo outro atrazo naõ menos sensivel, que os antecedentes; como foi o recrutarem se mais de quinhentos homens filhos dos Lavradores para completar o Regimento: este expediente que á primeira vista naõ deixa de parecer hum bem Militar, por ver o Regimento

[fl. 8]

Completo de bons Recrutadas; com tudo elle foi hum mal politico, e de gravissimas Consequencias; porque tantos foraõ os Recru=

- tados, quantos os braços que se desviaraõ de trabalho da Cultura, e por Consequencia ella foi em diminuisaõ. Os Pais Lamenta=
5. taraõ a falta dos Filhos, e estes a falta dos Soldos, porque eraõ quar= tados e tardinhos. A mesma falta se experimentava com todos os generos Relativos aos Fardamentos: de maneira que sempre até agora se ficou olhando com horror para o Serviso Militar, sem que os governadores lhe possaõ dar remedio por mais Representa=
  10. soens, que fasaõ aos Excelentissimos vice-Reys do Estado= este mal tem sido taõ Contagiozo, que ainda até hoje se pa= dese e só a Poderosa Mão de Vossa Magestade o poderá reme= diar. Neste mesmo tempo foi Creado o Terso ou Legião de=
  15. Auxiliares Composta de Companhias de Infantaria e Cava= laria, que se estende até aos lemites, em que pelo Norte com= fina com a Capitania de São Paulo, e pelo Sul com a do Rio Grande de São Pedro; debaixo do Comando e diresaõ do mesmo governador, que he o Seu Mestre de Campo, Com hum Sargen= to Mór e dous Ajudantes.
  20. Aquele governador succedeo Pedro= Antonio da Gama e Freitas, que entrou a Governar em cinco de Setembro de mil settecentos settenta e cinco, trazendo Instruço= ens e tudo quanto era necessario para os preparativos de huma vigorosa defesa, por estar ameassada esta ilha pelos Espa=
  25. nhões, por quem foi invadida no infeliz abandono de mil sette= centos settenta, e sette; ficando por Consequencia inutiliza= dos todos os trabalhos, e fadigas, com que este Póvos tinhaõ fi= elmente concorrido para a Sua defesa; passando Lastimoza= mente á sugeisaõ e dominio do Principe Estrangeiro. Em=

[fl. 9]

- todo o tempo deste Governo, se vio esta ilha muito abundante de for= necimentos e de dinheiro: se bem que nunca este foi em tanta quantidade que se pudesem satisfazer algumas dividas das atra=
5. zadas, porque apenas chegava para o diario pagamento das Tro= pas, que a guarnisiaõ, e tal qual despeza extravagante, segundo a= Critica ocorrensia de hum bem presumido ataque. Neste brevissimo Governo se Construirãõ alguns edificios particulares, e á proporsaõ se aumentou o Comercio: Consequensia e natu= ral produsaõ do giro da moeda no Paiz.
  10. Esteve a ilha debaixo do Dominio de Es= panha desde nove de Marso de mil settecentos settenta e sette, a= té trinta de Julho de mil settecentos settenta e oitto, dia em que nos foi restituída: mas em que estado? Vossa Magestade o póde jul= gar: figurando na ideia os estragos, que poderia experimentar
  15. hum Paiz invadido por Inimigos, e abandonado por huma gran= de parte dos Nascionais? Nos entramos nella asim como em hu= ma nova Conquista.
- Francisco Antonio da Veiga Cabral  
(hoje Tenente General e governador de Gôa) encarregado da re=
20. cepsaõ, o Governo da mesma ilha; na qual existio desde trinta de= Julho de mil settecentos settenta, e oitto, até sette de Junho de mil settecentos settenta, e nove, neste brevissimo tempo, apenas pô=

- de revocar, e arranjar os Povoadores dispersos as possessões dos seus Predios; juntar o resto do Regimento da Guarnisaõ, que se tinha debandado depois da infeliz entrega; restituir os Magistrados Civis á pratica das suas Competentes Jurisdições; e finalmente em-reparar pasivamente alguns dânos que tinhaõ feito os Inimigos. Este mesmo governador vio com bastante magoa sua, que os Sol=
- [fl. 10]
- dados andavaõ descalsos e desfardados, fazendo o Serviço; que a mes=ma Tropa não tinha Quarteis, nem Ospital, e os Enfermos sem os Uteis necessarios (como hoje mesmo acontece) para fraternal=mente serem agazalhados. A Marinha sem os percizos Vazos
5. para o Serviso diario de navegar por Longas e desabridas Bahias, que medeiaõ entre a ilha; as Fortalezas, e terra firme. As=Fortificações e os mais edificios Reaes, ameasando ruina, e final=mente tudo dependente de huma pronta, e imediata providencia: e como lha poderia dar o governador, se nenhuma possibilidade
10. tinha para isso, e as suas representaçoens eraõ inatendiveis por a=quele mesmo, que lhe devia fornecer os meios? O Terso, ou Legiaõ de Auxiliares desorganizada, desfardada, e desarmada, e neste mesmo estado se conservou até ao Governo do Brigadeiro Francisco de Ba=rrros, que entrou nesta ilha em sette de Junho de mil settecentos
15. settenta, e nove, e nela existio até sette de Junho de mil settecentos outtenta e seis. Este governador não pôde deixar de vêr com bas=
20. tante desprazer seu, o miseravel estado do paiz, que vinha Gover=nar; a falta de meios para prover de remedio, e a dependencia que para isso tinha do vice Rey do Estado; com tudo olhando para o=actual estado dos negocios naquele tempo, combinados com a fe=liz páz, de que gozavamos; em consequencia desta se dirigio, mol=dando se quanto estava da sua parte, ás sabias Leys, e Pias In=tensoens de Vossa Magestade, metendo em pratica aquelas provi=
25. densias, que lhe pareceraõ mais razoaveis, acomodando se aos=meios que lhe oferecia a triste cituasaõ, em que se achava. Organizou e disciplinou o mais que pôde o Re=
- gimento da Guarnisaõ, que entaõ se achava ainda pormenos de metá=

[fl. 11]

- de da sua lotasaõ: e deste mesmo numero efectivamente Licen=ciava huma tersa parte; vendose na indispensavel necessidade de=fazer asim para (no modo possivel) acudir áqueles indispensave=
5. is e urgentes artigos, que asima ficaõ referidos, e que careciaõ de=huma imediata providencia; com alguns modicos reziduos das es=casas, e tardonhas remessas, que vinhaõ do Rio de Janeiro, destina=
10. das sómente para o pagamento das tres folhas Militar, Civil, e =Eclesiastica; sem que para tudo o mais ouvésse remessa, ou consi=nasaõ alguma como o exigia a extrema necessidade, em que tudo se achava. Da mesma forma foi com a moderasaõ necessaria a=r
- ranjando a Legiaõ dos Auxiliares, distribuindo lhe os Armamentos que pôde: mas este Artigo ficou muito incompleto pelas infinitas
- dificuldades, que encontrava por toda a parte, alem de pedir este obje=cto pela sua natureza, tempo, prudencia, e modificasaõ. Este

15. foi, com mais ou menos alteraçaõ em alguns cazos occurrentes, o seu Governo, no espaso de sette annos, dentro dos quais a Lavoira teve algum impulso. Obteve finalmente Licença de Vossa Magestade, para se retirar para a Corte; e succedeo-lhe interinamente Jozé Pereira Pinto, que governou por espaso de cinco annos, principiados de sette de Junho de mil settecentos outtenta e seis, até dezaseis de Janeiro de mil settecentos noventa e hum.
20. Este interino governador foi conservando as Couzas com pouca diferença, no mesmo estado, em que as achou promovendo quanto pôde a agricultura: fêz abrir a Estrada do Certaõ na terra firme a Oeste da ilha, que se dirigi pelo interior do Paiz á Villa das Lages, Capitania de Saõ Paulo; mas como sobre o mesmo terreno se naõ edificaraõ (pelo menos) duas Freguezias, ella se vai outra vêz fexando, de maneira que sedo ficará sendo inutil apezar

[fl. 12]

- de ter custado muito trabalho, e mais de vinte mil Cruzados, que dispendeo a Camara desta Villa em prejuizo de tantas precizoens publicas, e da primeira necessidade, a que por este motivo tem faltado, e actualmente está faltando.
5. Fêz algumas pequenas Embarçaõens para o Serviço da Marinha; reparou algumas ruinas nas Fortificaçoens, e mais Edificios Reaes; e ainda que meteo em pratica todas as possiveis economias em utilidade da Real Fazenda, com tudo aumentou muito a divida Civil, e muito mais a Militar; porque
10. no tempo do seu Governo, foi o em que se experimentou mais demôra nas remessas, que deviaõ vir da Capital do Estado. No exemplo do seu Antecessor foi conservando o Regimento da Guarnisaõ, por menos de metade do seo Estado Completo, contra a Ley e Sistema Militar: mas como a Origem desta desordem, era a falta dos pagamentos, bem claro está, que naõ era elle o culpado.
15. Em dezasete de Janeiro de mil settecentos noventa e hum, lhe succedeo no Governo Manoel Soares Coimbra com a Patente de Coronel do Regimento, que guarnece a mesma ilha: e como tal, vendo o desarranjo do seu Regimento, de que elle por todos os titulos era responsavel; lhe foi necessario recrutar perto de quatrocentos Omens para o completar, tanto pela diminuisaõ, em que se achava, como por ser necessario dimitir do Serviso alguns Soldados por molestos, Velhos, e incapazes.
20. Este procedimento deve ser Comparado com o que asima digo, praticado por Francisco de Souza de Menezes, visto que os Recrutadas foraõ igualmente tirados aos Lavradores; pois ainda que este expediente foi praticado com a moderasaõ possivel, Com tudo,
- 25.

[fl. 13]

- sempre refletio muito na Lavoira, diminuindo-lhe consideravelmente as suas forças. He certo que elle naõ havia outro recurso; mas tambem he certo que estes males se deviaõ acautelarse na sua origem, naõ deixando chegar o Regimento a hum tal estado de diminuisaõ, podendo guarnecer se immediatamente de Recrutadas á proporsãõ dos que hiaõ saindo: o que os meus Predecessores nunca fizeraõ, dando a rezaõ de naõ quererem au-

- mentar o numero dos infelices, com a falta que sempre se experi=
10. mentou de pagamentos. Em tudo o mais seguio este governador a pratica dos seus Antecessores: fêz construir hum Quartel para o Regimento, que sendo alias percizo, e da ultima necessidade; com=
15. tudo, nenhuma razãõ houve, para que as suas dimensoens fossem taõ extraordinariamente grandes; porque ao meu parecer, se devia contentar com muito menos, sugeitando-se ás circumstancias do=
20. tempo, e á nimia pobreza da Capitania que governava. He verdade que elle meteo em pratica tudo quanto foraõ economias; e= que o seo infatigavel Zello para o Real Serviço, foi unicamente quem o dirigio a emprender taõ grande Obra, cujas conse=
25. quencias foraõ disgrasadas, até porque o dito Quartel ao depois de ter grandissimos adiantamentos ficou pasmado, e por tanto sem oferecer ao Regimento nenhuma das comodidades percizas; elle vai experimentando gravissimas ruinas, e se chegará a perder de todo o grande trabalho, que está feito, se o Excelentíssimo vice Rey do estado, a quem há muito tempo dei conta disto mesmo, não administrar
- as providencias necessarias, ao menos para se retelhar, e se lhe= meterem portas, e janélas, a fim de que a imensidade das mais preciozas madeiras, que ali estaõ empregadas totalmente senaõ arruinem. Nes=

[fl. 14]

- Neste estado se achava tudo em oito de Julho de mil settecentos noventa e tres, em que interinamente tomei posse deste Governo, por ser chamado ao Rio de Janeiro pelo Excelentissimo vice Rey
5. o sobredito governador Manoel Soares Coimbra. A Fragata Minerva foi a que me trans= portou para esta ilha, por ser ella a que devia trazer o Avizo, para que se fortificasse este importantissimo Pôrto, de que vim positivamente encarregado: e Lansando as minhas Vistas so=
10. bre os diferentes objectos, que para hum taõ importantissimo fim me eraõ absolutamente necessarios, me instrui com a brevidade possivel, não só do Local do Paiz Compreendido em toda a Ex= tensaõ deste Governo; mas no modo mais Seguro de me acaute= lar, e de me servir das diminutas foras existentes com que me=
15. acho, para rebater vigorozamente qualquer ataque, que possaõ intentar os Inimigos; os quais pódem em grande numero de toda a qualidade de Embarçaõens de Guerra ancorar neste Porto, sem receberem das Fortalezas o menor dâno, assim como fazerem o seo desembarque em qualquer parte da ilha ou terra firme,
20. sem que este se lhes possa disputar, pela razãõ de serem muitos, e muitos os Lugares, em que os pódem empreender; as distancias excessivamente grandes; e a Tropa existente nimiamente pouca, e que por tanto se deve conservar unida; mas apesar de tudo isto, eu me confio com bastante firmeza no plano de defeza, que
25. me tenho proposto; tanto pelas providencias que tenho dado, e pelas Ordens, que para o mesmo fim tenho distribuido; Como por= que o Local do paiz he assás escabrozo, e as suas Vantagens, te= nho toda a esperansa que favoreçaõ os meos designios. As= partes da ilha e terra firme, que tenho feito fortificar, e atrin=



[fl. 15]

- cheirar vão demonstradas no Plano Letra A que tenho a honra de fazer sobir á Real Prezensa de Vossa Magestade. Mandei continuar com todo o vigor no Ensino e Disciplina do Regimento desta Guarnisaõ, por ser maior parte delle recrutado pelo meo Antecessor, como já dise, e lhe mandei tambem ensinar o Exercicio d'Artilheria. Da mesma forma tenho cuidado tudo quanto me hé possivel no Corpo dos Auxiliares, por ser este o unico recurso que achei para suprir a falta, que tenho da Tropa de Linha: E tendo assistido o Excelentissimo vice Rey do Estado á representasaõ que eu lhe fiz para acrescentar o numero das Companhias; não me permitio com tudo, que o devidise em mais Tersos, pela razaõ de que os Majores, e Ajudantes deviaõ vencer Soldos. O Estado effectivo do referido Corpo he o que eu tenho a honra de apresentar a Vossa Magestade debaixo da Letra B, animando-me a certificar que eu o tenho completamente fardado, e quazi todo Armado, e que de baixo das Armas, nenhuma diferenca fáz da mesma Tropa Regulada; e tenho toda a confiansa, de que em qualquer critica occurrencia, me será taõ util para a defensa da ilha, como a mesma referida Tropa de Linha; por ser a sobredita Legião Auxiliar composta de excelentes Omens, fortes, Constantes, robustos e desembaraçados. O reforso de Tropa que me tem vindo por duas vezes do Rio de Janeiro, consiste em quatro Companhias do Regimento de Extremõz, somente com as praças que constaõ do Mappa que tenho a honra de remeter a Vossa Magestade Letra C, assignado pelo seo Commandante o Sargento Mór do mesmo Regimento Francisco Joze Silvano; e hum pequeno Corpo de Centos e vinte sol-

[fl. 16]

- dados tirados dos Regimentos da Guarnisaõ do Rio de Janeiro, como mostra o Mappa Letra D, que ponho na Real Prezensa de Vossa Magestade assignado pelo Capitaõ Comandante do mesmo Destacamento.
5. Pelo que respeita a diferentes Armas, como Espingardas, Pistollas, Espadas, nada tenho do sobreccelente, apesar de ter pedido tudo isto por muitas vezes, assim como me acontece com todos os mais generos, que para o Serviço da Marinha, e para outros diferentes uzos são positivamente necessarios, e de que em todo, e qualquer tempo se devem conservar os Armazens Reaes providos: de maneira que nem huma Aderisa havia para issár huma Bandeira, se agora me não chegase hum pequeno e insignificante Socorro de alguns generos, quando a Esquadra Real chegou a este Pôrto. Na mesma ocaziaõ recebi quatro pequenas Péssas de bronze do Calibre tres, que por tantas vezes tinha requerido, asquais na verdade me seraõ de huma grandissima utilidade apesar de serem poucas; porque o que eu pedi, os que de necessidade careso, são oitto das referidas Péssas de Parque no seu estado completo. Com as mesmas quatro que recebi, tenho feito ensinar o Exercicio de Parque a toda a Tropa de Linha, assim como ja lhes ensinei o de Bateria em que estaõ prontos, e por tanto se me fáz menos sensivel,

naõ se meter mandado (ao menos) huma Companhia de Artiharia.

25. Em hum dos Armazens antigos, fiz hum Ospital, por que o naõ havia: pois hum dos Velhos Quarteis em que se recolhiaõ (muito mal acondicionados) os miseraveis Soldados doentes, era na verdade huma situasaõ mais propria para hirem adquirir novas molestias, do que para serem Curados das enfermidades que ali os conduzia; e foi esta huma providencia

[fl. 17]

5. tomada tanto a tempo, que poucos dias depois de os passar para o novo Hospital, cahio redondamente o Quartel Velho, donde por felicidade já tinhaõ sahido. Todos os mais ameaavaõ a mesma ruina, de maneira que a necessidade me fêz recolher a Tropa em o novo Aquartelamento, de que já falei, apezar de ficarem muito mal acondicionados, pelos motivos que asima dise; e levantei o Quartel cahido, reedifiquei os outros todos, que naõ obstante serem de pau a pique, e barro, naõ deixou esta Obra de me cauzar grande trabalho, pela falta de todos os meios, que para isto mesmo havia.
10. Pasei á Freguezia das Necessidades, aonde me era necessario alguma Tropa, que com mais pontualidade pudese acudir á Barra, quando algum acontecimento asim o pedise: fiz construir hum novo Quartel de pau a pique, em que muito bem se acomodaõ quatro Companhias, e aonde effectivamente se acha hum Destacamento de trezentas e vinte e seis prasas, commandado pelo Sargento Mor do Regimento de Estremôz Francisco Jozé Silvano: Official de muito merecimento, e de quem eu tudo confio. Este he o Estado actual, em que presentemente se acha esta Capitania: Cujos adiantamentos seriaõ muito interessantes a Vossa Magestade, se naõ fosse os poderozos obstaculos, que se lhe tem oposto, e que ingenuamente tenho referido, alem de outros que estes mesmos em progressaõ arrastaõ apóz de si, e que a sua narraçaõ seria fastidiosa, passando quazi ao infinito. Ella he huma Vasta Provincia, que Compreende a extensaõ, e as Freguezias, que constaõ do Mappa Letra E, que tenho a honra de Levar á Real Presença de Vossa Magestade: o seo Pôrto he de tanta importancia, que da sua conservaçaõ depende a seguransa desta Costa, e até me atrevo a dizer de todo o Estado do Brazil; o qual pode ser ostilizado de qual=

[fl. 18]

5. quer Nasaõ Inimiga, que se apodére delle, por sertoõ franco, que admite a entrada e a existencia de huma poderosa Armada, sem que recebaõ o menor insulto das Fortalezas; que tal he a situaçaõ, e o modo porque ellas foraõ construidas. A sua Populasaõ he a que Consta do Mappa Letra F, aonde naõ só se vê o total das Pessoas, mas quantas pertensem a cada huma das Freguezias, declarando os seus diferentes Sexos, Estados e Condiçoens. O Paiz he fertilissimo: produz com abundancia tudo quanto he necessario para o diario alimento das gentes, que o habitaõ: Como a Mandioca, o Arrôz, o Milho, o Feijaõ, o Trigo; Cujos generos se exportaõ – em grande quantidade para fóra; asim como o algodaõ belisimo, o excelente Café, e até o mesmo asucar, de que havia humas pe=

- quenas Engenhocas, quando aqui cheguei, e hoje passãõ algumas a ser Engenhos, que não só fabricaõ o necessario para o consumo deste Póvos, mas para se exportar para o Rio Grande, e ainda para outros diferentes Pórtos. O Anil nasce com perfeisaõ pelo Campo sem Cultura, e ainda não houve hum Omem que se abalançase a Cultivo, e a fazer huma Fabrica, de que Certamente traria grandes utilidades, e desta forma abriria o Caminho aos outros. O mesmo succede com a baunilha, que alguma se colhe muito boa, e que a natureza a produz igualmente pelo Campo sem a menor Cultura. Abunda tambem este fertilissimo terreno em preciozas Madeiras de diferentes qualidades: asim como em varias qualidades de peixes de bem comer, que aqui se vendem muito baratos, e que não deixaõ de fazer hum pequeno ramo de Comercio exportandose para o Rio de Janeiro, para o Rio Grande e outros Pórtos. Produz a terra muito sabozas todas as Ortalisas que há na Europa, só com a diferenca, que lá custaõ muito trabalho; e aqui basta lansar humas poucas de sementes para a terra. Finalmente, Senhora: O que falta nesta

[fl. 19]

- Capitania para ser huma das mais florecentes Colonias, que Vossa Magestade possui? he em primeiro lugar a Circulasaõ do dinheiro; Segundo premiar com equidade aos que se fazem dignos pelo amor e promptidaõ, com que de boa vontade se empregãõ no Real Serviso; terceiro, favorecer aos Lavradores e animar a industria. He incontestavel, que os dois Póllos, sobre que se estriba a boa Ordem do Governo, são o da Justisa, e da Equidade: e que destes se deduzem os dois atributos do Castigo, e do Premio: o primeiro para reprimir, e conter os maus nos seus deveres; e o Segundo para animar, e premiar os benemeritos. Mas o primeiro he hum tristissimo poder, para quem governa, quando lhe falta a authoridade para lansar mão ao Segundo; a fim de fazer ver aos Subditos o equilibrio da mesma Justisa: e esta he a triste Situasaõ, em que se acha o governador da ilha de Santa Catharina.
- Que importa ser governador, e que este cheio de fadigas afabelize o Comercio, instrua, e promova a Agricultura, e discipline as Tropas, se huns e outros conhecem por experiencia, que nas mãos do governador não existe a authoridade necessaria? que produçoens se pódem esperar? O Comerciante clama, que se lhe paguem os generos, que se lhes tomáraõ, e tomaõ segundo a necessidade se exige: Os Lavradores pela paga das farinhas, que indispensavelmente se lhes toma para o monicio da Tropa: e o miseravel estado desta não se póde dizer, nem Cabalmente expressar: A Officialidade, em quem deve brilhar aquele espirito de gravidade, e de independencia, que Vossa Magestade tanto recomenda; se vê indesentemente vestida, cheia de fome, e de miserias, asim como as suas pobres familias; já sem terem que empenhar, nem que vender; abandonados, e sem credito para com o Comercio, que os socorre com dinheiros de emprestimo, e fazendas para escassamente se cubrirem, e manterem as necessidades da Vida; pelo

[fl. 20]

atrazo, e grande atrazo dos pagamentos.  
Nas outras Repartisoens do Serviso de Vossa Magestade

- gestade acontece o mesmo, com mais ou menos paridade, e tudo isto vai reflectir na Agricultura, e no Comercio, que desanimado,
5. se afugenta do Paiz, ou emfraquése; e por natural consequencia vão estas dezordens fazer huma grandissima tortura sobre os interesses Reaes, que não prospéraõ.
- Á vista de tudo quanto fica referido claro está que todos geralmente vivem, e tem vivido em huma profunda consertanaõ de maneira que o Corpo Militar, da mesma sorte que os Paizanos, formaõ hum Exercito de descontentes, que para não chegarem ao ultimo ponto de exesperaõ, não custa poucos [?], fadigas, trabalho, e ainda susto, a quem immediatamente os Governa [!] mas que fieis e Leaes Vassallos tem Vossa Magestade nesta Conquista [!] elles
10. na verdade saõ dignos da Real attensaõ e Piedade de Vossa Magestade. Queira Vossa Magestade persuadirse de que esta pintura não he demaziadamente colorida: ella precisava de outros trasos mais illuminados, que demonstrassem a Vossa Magestade o seo miserabilissimo estado, para que dignandose lansar os Olhos em todas
15. as verdades que ficaõ expostas, possa tambem conhecer, quais saõ as perniciosas consequencias, que em qualquer critica ocaziaõ, se pôdem prudentemente recear, tanto Militar como Politicas: por que tudo se deve temer de hum Universal descontentamento.
- E como entaõ poderá o governador dar as providencias necessarias, se as suas faculdades lhe não permitem? porque os Excelentissimos vice reis ambiciozos de Regalias, todas vão (como ja dise) chamando asi, ligando as maõs do governador por maneira, que tudo quanto Obra, he só por huma Servil obediencia.

[fl. 21]

- Com tanto porem, que assim na Páz como na Guerra, o governador he que hade ser responsavel de qualquer péssimo, ou desordenado acontecimento.
- Que importa que os governadores reclamem, e paguem pelos Direitos dos Subditos, que servem debaixo das suas Ordens, se as suas representasoens saõ indefiridas pelos Excelentissimos vice Reys do Estado? Acazo á sua prezensa deixaõ de sobir os recursos destes Póvos, e desta disgrasada Tropa? Por ventura elles tem por isso tido algum melhoramento, ou as suas supplicas tem sido atendidas?
5. Sertamente que não.
10. Para Vossa Magestade se capacitar do miseravel estado desta Capitania, e do motivo entre todos o mais poderozo que tem, em todos os tempos, concorrido para o seo atrazo; basta ver o empenho, em que se acha a Fazenda Real, relativo ás tres folhas, Militar, Civil, e Ecleziastica; assim como em tudo o mais, que com toda a clareza consta da Conta Corrente Letra G extrahida dos assentos que se achaõ
15. na Provedoria da Real Fazenda deste Governo, álem de muitas que se não pôdem justificar, pelo descaminho que levaraõ os papeis da mesma Provedoria no anno de mil settecentos settenta e sette; assim como no
20. Mappa do Regimento, que guarnece esta Capitania, que faso sobir á Prezensa de Vossa Magestade assignado pelo seu Tenente Coronel Comandante Letra H.
- Á vista de taõ consideravel empenho, que tanto

- tem concorrido para o aniquilamento desta inportantissima Colo=
25. nia, só me resta prostrado aos Pés do Real Trono suplicar a Vos= sa Magestade que se digne fazer dar aquelas Paternaes providencias, que são susceptiveis do Seu Alto Poder, derramando sobre estes fieis, e Obedientes Póvos os admiraveis effeitos da Sua taõ Grande, como in= comparavel Piedade.
30. Pelo modo mais claro ou menos con=
- [fl. 22]
- fuzo, que me foi possivel, tenho feito ver a Vossa Magestade o que dei= xo referido; por me parecer da ultima necessidade, e muito da minha obrigasaõ informar a Vossa Magestade de tudo quanto se tem passado su= ccessivamente desde o principio ou Criasaõ deste Governo de que hoje
5. me acho encarregado; sem que por pretexto, ou respeito algum me se= ja Licito omitir, nenhuma daquelas Circunstancias, que por todos os titulos devem chegar á sua Real Prezensa, e por tanto influirem naõ só na felicidade destes Póvos, mas no melhoramento de todos os dife= rentes ramos desta Capitania, que applicandose lhe os meios Compe=
10. tentes pode fazer avultar muitissimo os Reaes interesses de Vossa Ma= gestade; agora passo a dizer os meios, que me parecem mais proporsiona= dos, para se conseguirem os justos fins, que Vossa Magestade quer me= ter em pratica, dando hum Regimento para diresaõ dos governadores desta Capitania, que se possa Combinar com os interesses do Seu Re=
15. al Serviço e a felicidade destes Póvos, aonde Vossa Magestade tem mui= tos Leaes, umildes, e fieis Vassallos.
- 1º. Seria bom que o Governo desta Capitania naõ tivesse dependen= cia da do Rio de Janeiro, tornando os governadores a dirigirem as suas Contas directamente para a Côrte, como se praticou até ao tempo,
20. em que governou Dom Joze de Mello Manoel (como já dise) por que acho que de nenhuma sorte convem ao Serviço de Vossa Mage= tade, nem ao Socego e felicidade dos Póvos, nem á administrasaõ da Jus= tisa, que elles estejaõ sugeitos aos Caprixos dos Excelentissimos vice reis do Estado.
25. 2º. Que Vossa Magestade se digne criar hum Secretario com o seu Official de Pluma para a Secretaria deste Governo: a= sim como hum Ajudante de Ordens de propriedade: porque o pri=
- [fl. 23]
- meiro á proporsañ que a Populasaõ se aumenta, se lhe multiplica o trabalho, a que sem o dito Official de Pluma he inpraticavel dar vencimento; alem da consideravel falta que o Offical da Tropa que exercita este emprego, faz na sua respectiva Companhia, e Regimen=
5. to; e o segundo, porque hé diariamente empregado naõ só na distribui= saõ das Ordens para o Serviso da Guarnisaõ, mas para todas as Villas, Destructos, Freguezias, Destacamentos, e Guardas dos Registos de huma taõ extensa Capitania.
- 3º. Que os Rendimentos Reaes relativos a esta Capitania entrem
10. nos Cofres da Provedoria respectiva, e que por esta se proceda a= arrecadasaõ do Donativo, que lhe corresponde da Pesca das Baleas feita na mesma Jurisdisaõ deste Governo, aonde o Contracto tem o= maior numero, e as melhores Armasoens; e por consequencia da on= de tira os mais avultados interesses; deixando de entrar com vinte

15. Contos de reis, na Cidade do Rio de Janeiro, aonde já á muitos annos que se não pêsca, e da onde segundo a consignasaõ já estabelecida no tempo dos Excelentissimos Marquez do Lavradio, e Luis de Vasconcelos e Souza, devem vir vinte e quatro Contos annuaes para os pagamentos das tres folhas, Militar, Civil e Ecleeziastica desta ilha,
20. correndo Vossa Magestade o risco da sua condução por Már, quasi sempre nas mesmas pequenas Embarcações do referido Contracto, que navegaõ para este Porto: asim como entrando nos Cofres desta mesma Provedoria outros vinte Contos, com que o mesmo Contracto entra na Cidade da Bahia, aonde talvez algum dia seriaõ necessarios, naquele tempo em que os seus proprios rendimentos naõ excedesem as Despesas, como he provavel que hoje acontese.
25. 4°. Que os Reaes Dizimos fosem rematados pelos comerciantes desta mesma Capitania, asim como elles saõ os que remataõ os

[fl. 24]

- diferentes rãmos ao Rematante Geral; porque deste arbitrio se seguirãõ duas vantagens nos Reaes Interesses de Vossa Magestade, sendo o primeiro a consideravel Soma, a que esta rematasaõ havia sobir, sendo ella feita nesta mesma Provedoria, e por estes mesmos Omens,
5. que diariamente vaõ conhecendo o aumento, que [prezentemente ?] vaõ adquirindo os diferentes ramos da Agricultura; e o segundo, que entrando este dinheiro nos Cofres da mesma Provedoria, com o mais que já fica dito, e com o que passo a dizer, naõ só haveria a Soma conveniente para todas as Despezas da Capitania; e nas dos reziduos (que cada vêz iriaõ em maior aumento) se iriaõ pagando as dividas atrasadas, até ao ponto de ficarem de todo extinctas; e entãõ Vossa Magestade poderia mandar fazer diversa applicasaõ deste dinheiro.
10. 5°. Que as Serventias dos Officios de Justisa fosem rematados perante o Provedor da Real Fazenda desta Capitania; e da mesma forma recolhidos os seus respectivos Donativos aos Cofres Reaes da mesma Provedoria.
15. 6°. Que todas as Embarcassoens, que vierem a este Pôrto carregar Farinhas, Trigos, Arrozés, Milhos, e Feijoens, pagasem os Carregadores por cada hum alqueire, que embarcarem para commerciar,
20. hum vintem para a Real Fazenda de Vossa Magestade; Cujã suave impozisaõ de nenhuma fórma póde ser pezada aos Comerciantes, pelo avanso que tiraõ do seu commercio.
25. 7°. Que todas as Embarcassoens, que entrarem no mesmo Porto paguem pelo menos seis mil reis (asim como o fazem no Rio Grande de São Pedro) para a Conservaçãõ da Ponte e Guindaste, que aqui existe, aonde francamente se lhes devem deixar carregar, e descarregar os seus efeitos.

[fl. 25]

- 8°. Que todas as Pessoas, que conduzem Gado do Continente do Rio Grande de São Pedro, ou da Villa das Lages, para commerciareem nesta ilha, paguem hum vintem por Cabesa, podendo conservar o tempo, que lhes for necessario para dispor delle, nos Campos da Arassatuba, que se achaõ debaixo da administrasaõ Real, ou nos pastos de Maruí que se conservaõ pela mesma Fazenda Real para as Bestas, que transportaõ os Generos necessarios ás duas Guardas dos Registos do Caminho do Certaõ.

- 9º. Que se estabeleça cinco Freguezias visto a positiva necessidade que dellas há: pagos os seus Parocos pela Congrua annual de se=
10. centa mil reis, e fornecidos de quinze mil reis para guizamento, na= forma que até agora com os outros que existem se tem praticado em= virtude da Real Ordem de nove de Agosto de mil settecentos quarenta e sette Nº. 2, de que assim tenho falado; pois que Vossa Magestade
15. nella expressamente determina, que para o numero de secenta Caza= is se estabeleça Freguezia. As primeiras duas no Caminho do Sertaõ, que se dirige (pela Estrada do que já tratei) para a Villa das Lages na Capitania de Saõ Paulo; Cujo Plâno tenho a incom=
20. paravel honra de levar á Real Prezença de Vossa Magestade debaixo da Letra J, mostrando o Lugar que me pareceo mais proprio para a sua edificasaõ: assim como o Plano Letra L, que aprezen= ta o modo porque ellas devem ser construidas; e calculando pou=
25. co mais ou menos a despeza, que cada huma dellas pode fazer á Real Fazenda de Vossa Magestade, metendo em pratica algumas eco= nomias de que há mais de dois annos dei conta ao Excelentissimo vice Rey do Estado, quando lhe remeti estes mesmos Plânos, infor=
- mando-o não só do muito, que as sobreditas Freguezias seriaõ uteis aos Reaes interesses de Vossa Magestade fundados nos mesmo me=

[fl. 26]

- lhoramento dos diferentes ramos desta Capitania mas da positiva necessidade que dellas há para a sua propria defensa em qualquer cazo occurrente por mais adverso que elle fosse; acho que com vinte mil Cruzados se podem ambas construir, desempenhando o que
5. cada huma dellas no referido Plano Letra L representa. A referida Villa das Lages por todas as razoens deve ficar pertencendo a esta Capitania; tanto porque so para ella pode exportar, como exporta com facilidade os seus effeitos, recebendo igualmente os Soccorros de que carece: como pela prompta e brevissima expedisaõ dos seus recursos;
10. os quais de Saõ Paulo, ou lhes não chegaõ, ou chegaõ tarde, porque he percizo vencer com infinito trabalho quazi duzentas legoas de mão Caminho pelo Sertaõ. Para se Povoar huma das referidas Freguezias no=
15. sobredito Caminho do Sertaõ, me parece que devem vir pelo menos se= centa Cazaes das ilhas dos Assores; porque para a outra se podem mu= dar alguns dos que por aqui se achãõ escassamente arrançados, assim como alguns Soldados antigos, e cazados com numeroza familia a=
20. quem se déve baixa, uma datta de terra, e tudo o mais com que os= que vierem das ilhas devem ser soccorridos na conformidade da Real Ordem de Agosto de mil settecentos quarenta e sette, o que elles de mui=
- to boa vontade aceitarãõ, como huma grãa concedida em remunera= saõ dos seus Servisos.
10. As outras tres saõ da maior necessidade pelo desamparo, em que vivem os seus habitantes, na Longitude de tres, sette, nove, e mais Lego=
25. as, sem terem quem lhes administre o Pasto Espiritual, sугeito as Contingencias do Mar, ou ao Longo, e escabrozo tranzito de terra. Primeira no Destricto do Ribeiraõ, aonde existem tantos ou mais Cazaes conforme a Ordem de Vossa Magestade. Segunda na Ensiada das Garoupas; e a Terceira no Destricto das Canavieiras; porque tanto huma, como outra, se achãõ em iguais circunstancias.

[fl. 27]

- Todas estas familias dezejaõ tanto as referidas Freguezias, que se oferecem para concorrer na construsaõ dellas com tudo quanto lhes for possível, com tanto que Vossa Magestade os favoreza, e que lhes mande pagar pela sua Real Fazenda aos Competentes Vigarios na forma que assim vai declarada.
5. 11. Como o Regimento desta ilha além do Serviso diario da Guarnisaõ da Prassa tem que guarnecer de necessidade tantos Póstos, e Destacamentos, em huma taõ Longa Capitania, como constaõ do Mappa Letra M, que ponho na Real Prezensa de Vossa Magestade, me parece necessario ser organizado a dês Companhias, como os de todo o Exercito, e ainda os das Capitancias da Bahia e Rio de Janeiro, conforme o Plãno, e Decreto do primeiro de Agosto de mil settecentos noventa, e seis, dignandose Vossa Magestade crear de novo mais tres, ou quatro Companhias de Artilharia adisionadas ao mesmo Regimento, e sendo a sua Compozisaõ numeraria na forma do mesmo Plano do primeiro de Agosto de mil settecentos noventa e seis, porque pelos motivos referidos ellas se fazem absolutamente necessarias, assim como o seu Competente Parque, e que pelo menos hum, ou dois dos seus respectivos Officiaes sejaõ Engenheiros: Bem entendido, que os Recrutadas para as ditas Companhias devem vir das ilhas dos Assores, para que se não caia no mesmo erro, que já por duas vezes fica expressado.
10. < cxx > [à margem esquerda] He da ultima necessidade para o adiantamento da Lavoira, que em cada huma das Freguezias haja hum Omem inteligente munido de Jurisdisaõ, que vigie sobre a conducta dos Lavradores, para que se não entreguem á ociozidade; que obrigue a trabalhar os preguiçosos, que os persuade, e lhes fasa ver os grandes interesses que podem tirar das plantaçoens da Cana, Mandioca, Feijaõ, Arrôz, Milho, Café, Algodaõ, e Anil, dos quais elles mesmos não conhecem ainda a utilidade. He percizo porem, que os que forem emcarregados desta
15. 25.

[fl. 28]

- Inspesaõ, não sejaõ daqueles Omens matriaes Vaidozos e de espirito venal, que alem de olharem só para os seus interesses, influidos com a Jurisdisaõ de mandar, se desvanecem tanto, que sem consultarem a razaõ e a humanidade, tudo querem levar por violencia; mas sim que sejaõ Omens de probidade, e desinteresse para que não só animem com suavidade na persuasaõ, mas tambem que metendo pratica tudo quanto dizem aos outros lhes sirva a elles mesmos de modelo, e mais que tudo de exemplo; porque he sem duvida que o rigor, e a violencia desepera, assim como a humanidade e a brandura consistia affecto, e leva felizmente o Omem ao fim dos seus dezejões. Hum Omem que possua estas qualidades não será muito difficultozo acharse em cada huma das Freguezias; com tanto porem que a penetrasaõ de quem o escolher, deve primeiro meter em pratica algumas experiencias. Sobre todos estes deve haver hum Inspector Geral: mas eu me não posso Lembrar de outro, que não seja o proprio governador; o qual por todos os titulos, inseqantemente deve vigiar sobre o augmento do bem Publico. Que de tempos em tempos vizite todas as Villas e Freguezias da sua Capitania; Vendo e examinando particularmente os estabelecimentos de cada hum dos Lavradores; a fim de providensiar as suas
5. 10. 15.



20. necessidades, louvar e agradecer aos industriosos, e inteligentes o seu zelo, reprender (e sendo necessario) castigar com moderacao os preguiçosos. fazendolhes ver a huns e outros por calculos certos e infalveis, os grandes interesses que podem tirar das diferentes e ricas plantasoens, que podem fazer, cuja utilidade até ao presente ignoraõ: porque se lhes não
25. tem aplicado com toda a eficacia necessaria estes conducentes e infalveis meios. Só os governadores pôdem nesta parte fazer a Vossa Magestade hum taõ util, e relevante Serviso: porque sendo elles, de quem os Póvos tem ou devem ter toda a sua dependencia, pela grande Authoridade que Vossa Magestade lhes confia, por isto mesmo elles saõ os que mais
30. influem sobre o espirito dos mesmos Póvos. Que grande impresaõ  
[fl. 29]
- fará nos seus Corasoens vendo entrar nas suas Fazendas o seu Governador com o designio de os felicitar, e de lhes proporcionar os meios para o seu adiantamento! a sua benigna prezensa os encherà de gosto: elles seraõ conduzidos com suavidade a satisfazer com prontidaõ os seus
5. deveres: elles não pouparaõ trabalho, industria, nem fadiga, com os desejos de agradarem ao seu bem feitor: e desta forma viveraõ sempre occupados na Lavoira, e se livraraõ (animados com a esperansa do beneficio) d'aquela inaccão e abatimento de espirito, com que até agora tem vivido a
10. terrados. Por este modo os governadores veraõ de muito perto todas as necessidades dos seus Póvos para as providenciarem, e a fartarem delles todos aquelles abuzos, que tem sido a cauza do seu atrazo; e entaõ estes mesmos Póvos mais que tudo agradecidos aos Paternaes beneficios, que o Alto Poder e Real Grendeza de Vossa Magestade se dignar derramar sobre elles, conheceraõ que só a Vossa Magestade devem tudo, porque só Vossa Magestade os pode tirar da nimia indigencia, e cruel abatimento, em que se achaõ;
15. e fazelos felices, para viverem com gosto, e Satisfasaõ no meio das Suas familias. Isto he tudo de quanto eu me posso Lembrar, sem me ter poupado a trabalho, ou diligencia alguma, que possa favorecer os meos desejos, a fim de obedecer, pelo melhor modo que me he possivel, ao que Vossa Magestade me ordenou na Sua Regia Provizaõ, que me foi remetida pelo seu Real
20. Concelho Ultramarino.  
Deos Guarde a Vossa Magestade. Villa de Nossa Senhora do Desterro da ilha de Santa Catharina a dezaseis de Novembro de mil settecentos noventa e sette.
25. Joaõ Alberto de Miranda Ribeiro

405 [post. 1799, Novembro, 6, ilha de Santa Catarina]

[MEMÓRIA sobre a notícia das Armações de baleias que até o fim do ano de 1794 havia na ilha de Santa Catarina, terra firme, adjacências, costas do Brasil e sobre o estado da pescaria até 1798.

**Anexo: provisão, informações.**

AHU\_ACL\_CU\_021, cx. 6, D. 405.

## TRANSCRIÇÃO COM CORREÇÃO ORTOGRÁFICA

Remeteu-se a cópia deste papel ao governador do Rio Grande de São Pedro em carta de 6 de novembro de 1799. No. 11.

Notícias das Armações de baleias que até o fim do ano de 1794 haviam na ilha de Santa Catarina, e terra firme a ela adjacente: das que cresceram depois de 1795 em diante, e o estado da sua pescaria até o ano próximo passado de 1798.

Até o ano de 1794 haviam naquele Distrito somente três Armações: duas a parte de leste, na Costa da terra firme, e uma na parte de leste na contracosta da ilha.

A primeira, que é a maior, aonde há um administrador, com jurisdição sobre os dois, é a Armação grande, denominada da Piedade, que fica na ponta de terra firme aonde faz a entrada da barra denominada do norte, fronteira a ponta da ilha, denominada a ponta do Rapa, ou o sítio das Canavieiras. Esta Armação foi sempre a melhor, por ter bons edifícios, lanchas, e os melhores escravos. Nesta Armação há oficinas, mestres, e os oficiais precisos de todos os ofícios; tanto forros como escravos da Fazenda Real, para as obras e consertos, que ali continuamente se fazem, para esta, e mais Armações que lhe estão subordinadas.

A segunda, fica na mesma costa, doze léguas pouco mais ou menos, correndo para o norte, em uma ponta enseada chamada Itapocorói. Esta Armação, pela sua situação local, ainda é melhor que a primeira, porque deita muito ao mar, e por isso encostam ali as baleias, quando na ocasião da passagem, procuram o abrigo da terra. Nesta Armação, se chegaram já a fazer pescas tão prodigiosas que consta ter ali havido acima de mais de 500 baleias, e esta é a Armação, que João Marcos mais tem destituído de forças e aquela que até dizem que pretende extinguir.

A terceira é na contracosta da ilha, pouco mais ou menos no meio dela em um lugar chamado a Lagoinha. Como a costa desta Armação é toda desabrigada, quando ali vai carregar alguma embarcação, surge em bastante distância, abrigada a uma ilhota, chamada do Campese, aonde há um tanque de depósito e aonde carrega. Tanto esta Armação, como a segunda, são em edifícios e pertences em tudo inferiores a primeira, não por lhes faltar coisa alguma, mas tão somente por ser tudo em posto mais pequeno.

Este era o estado em que se achavam as três Armações no fim do ano de 1794 tendo João Marcos Vieira, administrador da primeira Armação passado já por acesso em 1793 para a capital do Rio de Janeiro, a servir de segundo caixa e administrador geral de todo o mesmo contrato, aonde pouco depois, se introduziu em primeiro, em que atualmente está. Agora se fará menção da Armação de Garupaba, e fabrica de Imbituba, obra inteiramente inútil, e feita maliciosamente por João Marcos Vieira, como abaixo se expõem: o mau caráter deste homem é sumamente raro, mas somente se tocará, na parte que for necessário. João Marcos Vieira já antes de passar ao Rio de Janeiro tinha falado numa Armação, no lugar de Garupaba que fica na terra firme, pouco mais ou menos pela contracosta da Armação de Itapocorói, que mais era para estender o seu nome que para interessar o contrato, ou para ali fazer ponto para o que lhe fosse útil, como é o seu costume, e como depois se viu, porque sempre se disse que ela seria

prejudicial, por isso nunca semelhante obra se chegou a por em prática, até o mesmo João Marcos passou para o Rio de Janeiro, em fins do mês de Agosto de 1793 ficando isto em silêncio até o ano de 1794, e só no ano de 1795 é que até se venceram impossíveis para fazer a Armação de Garupaba mas é porque esta obra era para outro fim como logo se verá. É este o João Marcos Vieira o capitão mor das ordenanças da ilha de Santa Catarina de que o governador que foi dela, Manoel Soares Coimbra, lhe deu posse e juramento, estando a partir para o Rio.

Passado alguns seis meses da ida de João Marcos, achando-se o Provedor da Fazenda Real da mesma ilha, João Prestes de Mello, na Fortaleza de Santa Cruz da Barra, por causa da devassa, que foi obrigado a requerer, ao Excelentíssimo Senhor Conde vice-rei, tanto de si mesmo, como daquele governador Manoel Soares Coimbra, pelas extorsões que ele governador fazia a Real Fazenda, de que ele era Provedor para o que requereu a Sua Excelência, houvesse de nomear para a mesma devassa, ele se ofereceu para isso a uma prisão, aonde não só esteve, todo o tempo da Devassa como até depois dela, o obrigaram a estar, ainda mais seis meses, ainda mais estaria, senão fosse a Providência contra a sua notória justiça, ou contra a sua reconhecida inteireza, de que ainda até agora, nem se lhe declarou o motivo, nem se lhe deu satisfação, sendo então o Provedor, o único que estava inocente e o que deu, e devia dar a conta, como fiscal da Fazenda, como em separado se dirá melhor. Estando pois nesta figura o mesmo Provedor, entrou no porto daquela ilha, no dia 15 de fevereiro de 1794 um Bergantim de João Marcos que vinha de Montevideú<sup>1</sup> aonde tinha ido negociar alguns duzentos escravos, e carregando lá de efeitos, só vinha ali buscar despacho, para os ir vender a Bahia, tudo contra os Reais Alvarás de 12 de Outubro de 1751, e de 5 de Janeiro de 1785 que vão juntos por cópia, além de outras leis mais. Quis o Provedor logo apreendê-lo, mas, vendo que o contrabando era público, e que a mesma gente do Bergantim o não ocultava sem receio algum, tratando a tudo de menor, por coisa de João Marcos, cujo poder e respeito a todos causava temor e causa ainda mesmo hoje, pelo estudo que ele faz, em se assenhorear dos magistrados todos, tanto para as suas vinganças como para os seus negócios, por isso, não fez o Provedor o confisco, a ver se o mandava fazer o atual governador Tenente Coronel João Alberto de Miranda Ribeiro ou se o fazia o escrivão da Provedoria Manoel José Ramos, que na ausência do Provedor fazia as suas vezes, pois ambos os sabiam ainda melhor que o Provedor, por haver correspondência entre eles, e não a haver com o Provedor. Aqui é que o Provedor viu bem o domínio que João Marcos tinha, e ainda hoje tem, sobre aquele governador e outras muitas pessoas, porque o governador não só deu o Despacho ao Bergantim para poder sair, como ainda depois do Provedor o confiscar foi tanto o excesso que obrou, a respeito de João Marcos, que até teimou fortemente em querer lá processar o Confisco, pelo Escrivão do Provedor, que é tal como o governador, só com o fim de o anularem, por ser feito pelo Provedor, pretextando ter sido feito, não estando o Provedor, então na Provedoria, sem atender as Leis, nem ao escândalo público, como se a nulidade, ainda que a houvesse, se devia entender no Processo, que o Provedor nunca fez, ou devia entender-se no Crime, coisa que nunca se viu, como o mesmo Provedor disse, quando rebateu a força de quem o atacou. Depois do Provedor ver que o governador deu Despacho ao Bergantim, então é se confirmou, em tudo o que se presumia. E estando o Bergantim a largar, pediu auxilio Militar, ao Comandante da Fortaleza, que o Ajudante Manoel Alves Varela, o que por esse motivo, passou depois por pressões e desgostos incríveis, e com aquele auxílio, fez conduzir o Bergantim, para baixo da Fortaleza, e o declarou confiscado, a ordem de Sua Excelência o Senhor Conde vice-rei a quem o Provedor deu Conta, na data de 17 de Março, e na de 12 de Maio do mesmo ano, cedendo a Real Fazenda, toda a parte deste Confisco que pelas leis lhe toca, para esta se remeter a Corte, e para se aplicar, as Despesas do Hospital

---

<sup>1</sup> No original, o autor escreve “Monte Vidio”.

Real do exército, ou aquela que fosse mais do Real Agrado, dando também parte ao governador, para ele enviar o Bergantim, porque o Provedor depois de feita a apreensão nada mais obrou. Não pareça aqui supérflua esta narração, porque tanto é necessária, que é para agora mostrar que a vingança de João Marcos, armada contra o Provedor, em ódio deste Confisco, e de nunca auxiliar seus Crimes, é que foi a causa de João Marcos com diversas cores passar a Santa Catarina, para o fim de o perder mancomunado com outros, com o pretexto de ir fundar, a Armação de Garupaba, tão inútil e prejudicial, que para pescar alguma coisa, foi preciso fundar mais para o Sul dela, uma nova Feitoria, no lugar de Imbituba. E a vista do referido, parece que ao pagamento e semelhantes obras, não deve ser obrigada a Fazenda de Sua Alteza Real, não obstante as condições, 7<sup>a.</sup>, 8<sup>a.</sup> e 9<sup>a.</sup> que não devem compreender, as obras feitas por malícia, ou interesse particular, como já foi decidido, em semelhante caso, pela Provisão Régia de 12 de Novembro de 1773 que vai junta por cópia. Em cujas circunstâncias o Príncipe Nosso Senhor se dignará resolver com o acertado parecer do seu iluminado Ministério, tendo atenção do mais, que se vai continuando a expor. Depois de muitas diligências feitas pelos criminosos, para o Bergantim ficar, e não ir ao Rio de Janeiro, e das Contas que o Provedor deu ao Senhor Conde, todas opostas a isso, foi finalmente o Bergantim para o Rio de Janeiro, onde João Marcos pela Negativa, contava sair inocente, mas dando-se-lhe busca em casa, mais de uma vez, achando-se-lhe os papéis, não só daquele contrabando, como talvez de outros, e sendo convencido Réu foram os seus bens apreendidos. Foi Juiz desta causa o Desembargador Francisco Alvares de Andrade, e Escrivão dela Pedro Henriques da Cunha.

Tendo-se João Marcos preso, e pelo seu crime sujeito, as penas corporal, e pecuniária, que as Leis impõem, pode fazer primeiramente com que parasse a sua causa, e para se vingar do Provedor, ideou a Armação de Garupaba, passando a Santa Catarina, para reunir com o governador e outros, e traçarem entre todos, acumular-lhe um Crime, que acharam ser muito fácil, o de ter vindo ali outra Embarcação, também de Montevideú, que o Provedor não apreendera. E como esta grande obra, pedia a sua presença, porque os mais ainda que ajudavam, e se ofereciam, contudo, como era falso, sempre se temiam, e nenhum deles queria figurar, antes faziam seus detalhes, com tão rigoroso segredo, que o mesmo Provedor, andando sempre vigilante, lhe custou bem a sabe-lo, e até para sua segurança, como se achava só, e entre eles, se viu também obrigado a guardar segredo. Como João Marcos estava preso, e precisava de licença que a não devia ter, nem tal foi nunca preciso, porque a ação que o retinha no Rio de Janeiro, era demais importância, que, a que o levava a Santa Catarina, ainda mesmo no caso de ser licita a sua ida: além de que, qualquer dos Administradores que estavam na ilha, eram muito melhores do que ele para esse fim, mas foi com o falso pretexto, de ir funda a Armação de Garopaba em benefício do Contrato que é da Proteção Real, de cujo Sagrado Poder, não é a primeira vez que se servem Criminosos interesses. A ida teve suas demoras por depender de várias coisas, e nesse meio tempo se findou a Devassa, que o Provedor tinha requerido desse, e do governador, e devendo o Provedor ser Solto, já senão diz antes, como parece que podia, mas ao menos depois, assim como o foram os mais todos, não o foi o Provedor, porque segundo o ajuste, já se contava perdido, e João Marcos satisfeito, por isso não houve dúvida, em lhe fazer a violência, de o reter na prisão, sem lembrar que a Providência também faz disposições. João Marcos também se demorou, a espera que melhorasse um Sócio, que para o mesmo fim, deixava no Rio de Janeiro, homem de pouca Religião, porém de muitos talentos, e que era a esperança de todos: Este homem faleceu, e a sua grande falta, fez afrouxar tanto a todos, que o Provedor teve então a fortuna, de ser repentinamente Solto, por uma carta do Senhor Conde, dirigida ao mesmo Provedor, para poder sair da Fortaleza, sem dependência alguma do governador João Alberto, a quem o mesmo Srnhor Conde já antes havia mandado ordens, para a soltura do Provedor, que ele não quis cumprir, por se firmar em João Marcos, como o mesmo Provedor viu, em uma carta do

Senhor Conde, que para fim bem diferente, João Alberto lhe mostrou, sem então se lembrar, que ela continha esse artigo.

Saiu enfim o Provedor da Fortaleza, depois de ter estado nela preso ano e meio, e recolheu-se a vila, mas João Marcos com o mesmo ódio, vendo que o Provedor era só, e ele associado com muitos, tornou a animar-se de novo, fiado em que o Provedor, quando desse acordo do mal já não tivesse remédio, pois o dispunhas de forma, que o Provedor sentisse, sem saber de onde era: por isso despertando a todos, cuidou de dispor as coisas, e em passar a Santa Catarina, com fiador a pessoa, o que assim se efetuou, levando também ao mesmo tempo, o Ouvidor de Santa Catarina Lourenço José Vieira Souto, que ainda estava no Rio de Janeiro, sem intenção de ir para lá, e entravam ambos na ilha a 31 de Janeiro de 1795 afetando logo domínio, e muita satisfação e disfarce, por julgarem que o Provedor, nunca tal presumiria. Cinco meses duraram as disposições, depois que chegaram a ilha, sem se atreverem a dar princípio, porque o Ouvidor não se negava, mas sempre se temia, de que se descobrisse a traição, e assim, como o governador Coimbra, também maliciosamente solicitava outras, conforme ele sabia, quis ver por qual das partes, se assegurava melhor, por isso não publicou Correição, senão depois instado a 19 de Junho do mesmo ano: e como esta era a ocasião de que ele falsa e incompetentemente se pretendia servir para Criminal o Provedor, lembrou-se o mesmo Provedor, que o melhor meio para desmanchar esta trama, seria talvez, o de então se declarar, mostrando-se sabedor: o que felizmente assim fez, formando de tudo um Edital, que remeteu a Câmara, a onde estavam alguns, com o pretexto de pedir-lhe, o quisesse mandar publicar, mas era para que da Câmara, o levassem ao Ouvidor, a quem comunicaram tudo, e este ao governador, e por esta ordem aos mais, assim mesmo como sucedeu, sendo esta a forma, porque tudo a este respeito por então cessou, vendo eles que o Provedor estava ciente de tudo: mas a Armação que já estava adiantada, era preciso acabá-la, para com isso coonestar a ida de João Marcos, se prejudicial ao Contrato, ainda muito mais a Fazenda Real, por ser uma obra inútil, de que nem se tem tirado fruto, nem se pode esperar, como já fica referido, apesar de todos os esforços para que só esta Armação pesque, ainda que não pesquem as mais, que é o que ele quer, em descrédito dos Administradores, para cujo fim, tirou as forças as mais Armações diminuindo-lhe as Caldeiras, as Lanchas da Pescaria, e os melhores Escravos, fazendo mudar tudo para a de Garupaba, e desta forma, como poderão agora aquelas Armações, fazer as suas costumadas pescas, tendo-se-lhe reduzido as forças, a metade, ou a menos do que antes eram.

João Marcos para diversos fins que podem ser favoráveis, aos seus interesses pessoais, tem feito a este Contrato, e secundariamente, a Fazenda da Sua Alteza Real, que se digna de protegê-lo, em termos hábeis, um prejuízo incalculável, como conhecidamente se tem visto, e se vai a nos tirar. Sendo antigo costume ir anualmente gente do Rio de Janeiro, na ocasião da Pesca, gente quase toda veterana, por um salário certo, que para o tempo presente já vem ser diminuto. João Marcos depois que passou ao Rio de Janeiro, diminuiu os salários e por isso nunca mais mandou gente, nem bastante, nem boa, de que tem resultado perder-se muita baleia, pela frouxidão dos remeiros, que vão em seu alcance, e outras, por não serem capazes os arpoadores. Para que as mais Armações não pesquem, tanto como a de Garopaba, o que não tem podido vencer, ainda depois de as ter aniquilado, como já fica referido, proibiu que as lanchas dela, passassem de certos limites, que é muito pouca extensão e prescreveu as penas de prisão, contra aos que fizessem o contrário, de forma que, se avistam muitas baleias, que se não seguem, e por isso os melhores baleeiros, que há inda em Santa Catarina, não querem entrar na pesca, de que resultou o ano passado de 1798 haver tão pouca gente, que Jacinto de Jorge dos Anjos, administrador da primeira armação, que desempenha muito bem, a administração de todas, se viu na necessidade de pedir licença registada a alguns soldados, para entrarem na pesca, e estimando eles quase sempre a licença, assim mesmo não foram os precisos, e custaram a aparecer. Além disso, ordenou mais João Marcos naquelas armações,

que os baleeiros delas, não ganhassem coisa alguma, das baleias que matassem, mas sim entrassem no rateio das que se matassem noutra parte: este foi o melhor meio de acabar de arruinar a pesca, porque, não ganhando os baleeiros nada, das baleias que matarem, escusam de ter o trabalho, e de se porem no risco de as procurarem. Destas prejudiciais disposições, resultou ser a pesca do ano passado de 1798, somente de 88 baleias, sendo a nova Armação de Garopaba, a que pescou menos, e muito menos pescaria, se não fosse o suplemento de Imbetuba.

Este é o estado em que se acha a pescaria, das baleias, se decadente por alguma falta de peixes, muito mais decadente por culpa de João Marcos, que longe de vigiar sobre os interesses da pesca, e da Fazenda Real, a quem sempre prejudicou por todas as formas, só cuida no que o interessa à custa do mesmo contrato, e da Fazenda Real. É João Marcos um homem de tal caráter, que jamais, de que não tire partido, ou deixe de encaminhar para diferentes fins, que ele possa escolher, o que melhor lhe convier. Quando ele passou ao Rio de Janeiro, estimou o seu acesso mas não gostou nada de sair da terra que ele quase governava como queria, e pretendeu voltar, mudando para lá a Caixa e a Administração Geral, a que ele atribuía muita utilidade, para cujo fim lhe convinha muito, que as pescas fossem sempre mais, depois da sua retirada, para mostrar ao contratador, com descrédito dos administradores, todos muito capazes, que fazia lá falta, e que interessava muito ao contrato, que ele tornasse a voltar, mas até o presente, ainda não conseguiu. Serve-lhe a decadência das pescas, para alegar prejuízos a Sua Alteza Real talvez para a nova rematação, ser feita com rebate, com ocultação da verdade, porque de muitos prejuízos, e bem avultados, é ele que tem a culpa, como já vai ponderado. A Armação de Garopaba, já está decidido, que não era necessária, e ainda que o fora, não era para romper por tanta dificuldade, e nesta qualidade de crimes, os indícios fazem prova, e agora inda mais se prova, que se ela fosse feita em benefício do contrato, primeiro se especularia a pesca, do que a Armação se fundasse.

O criminoso intento do mesmo João Marcos querer perder o Provedor da Real Fazenda da ilha de Santa Catarina, João Prestes de Mello, por ele servir como deve, ou pelo menos, o melhor que pode ou sabe, e pode a seu Príncipe e Senhor, pode lhe ser perdoado, atendendo a indefectível clemência, e a incomparável Grandeza de Sua Alteza Real, não obstante ser preciso, segurar os Magistrados em razão de seus ofícios, e João Marcos ainda até agora mesmo, maquinando contra o Provedor, tudo quanto pode, não só em razão do confisco, como de nunca achar nele, para seus ilícitos interesses, o mais mínimo favor: mas agora quer também, que a Fazenda Real do Príncipe e Nosso Senhor, o ajude para isso, pagando-lhe as despesas, que ele fez em Garopaba, isso há de permitir a Providência, que o não concinta, o Seu iluminado Ministério, porque ainda pondo de parte, o criminoso fim de João Marcos, nem aquela obra é útil, nem tão pouco precisa, como sempre se disse, ainda antes dela principiar, tendo mostrado bem a experiência a sua utilidade, e a razão é clara: logo que aquela Armação, não Pescar mais, ou pelo menos o mesmo, que tem diminuído as outras, que ela tem aniquilado, seguiu-se, que as outras tivessem as forças, que se lhes tem tirado, que elas só fariam melhor Pesca, do que elas agora fazem com a de Garopaba, e este conhecido erro, não é a Fazenda Real, a que o deve pagar.

Aqui sendo Sua Alteza Real Servido, se faz preciso notar, que, ainda que aquela obra, nem é útil, nem precisa, e se acha portanto excluída das condições 7<sup>a</sup>. 8<sup>a</sup>. e 9<sup>a</sup>. do Contrato, conforme o citado exemplo, da Regia Provisão de 12 de novembro de 1773, contudo, ela já agora, é, e deve ser sempre em todo o caso da Fazenda Real, tanto, porque parte do terreno é próprio, e parte é avaliado moderadamente, em razão de ser então despovoado, como porque uma grande parte, ou a maior parte das benfeitorias, são feitas por oficiais e serventes, escravos da Fazenda Real, e isto não convém ficar, senão a mesma Fazenda Real, por isso só deve haver atenção, ao que se julgar despendido, em obras que forem úteis, e ali imóveis, para nisso se fazer a avaliação, por metade daqueles preços, que as condições declararem, em

atenção a inutilidade da obra, ao uso que ela tem tido, e ao trabalho que ali está do Escravo do Contrato, sem despesa de jornais, ficando o Direito sempre Salvo aos Contratadores, se eles quiserem haver de João Marcos, algum gênero de prejuízo, em que se julguem lesados, pois só dele poderão haver, e não da Fazenda Real: e quanto ao que pertencer a Móveis da custeação do Contrato, isso então deverá ser feito, na mesma forma dos mais, não só por ser admissível o uso, em outra qualquer parte, mas como parte das Fábricas, de onde foram tirados.

Isto é o que, por ora, tenho a honra de expor, sobre o presente objeto, de que acabo de tratar.

### **[PROVISÃO]**

Provisão Régia de 12 de Novembro de 1773 expedida pelo Real Erário, sobre o inventário do Contrato das baleias

O Marquês de Pombal do Conselho de Estado, Inspetor Geral do Real Erário, e nele Lugar Tenente de El rei Meu Senhor Faço saber a Junta da Administração da Real Fazenda da Capitania do Rio de Janeiro, que a Sua Majestade foi presente [sic] a conta que enviou neste Erário Régio, em data de doze de Janeiro do ano próximo passado, expondo que à mesma Junta, havia feito requerimento Francisco Peres de Souza, Contratador que foi da pesca das baleias, até o último de Março de 1765, referindo nele que quando tomou posse do referido Contrato e de três Fábricas incorporadas nos Próprios Reais, importava o valor destas 34:005\$336 réis, e que ao tempo em que fizera entrega, de cinco das mesmas Fábricas, aos Contratadores atuais, foram avaliadas na quantia de 79:290\$536 reis, havendo de acréscimo 45:285\$200 réis, de que pedia pagamento na forma da condição sétima, do contrato que existe, sobre a qual súplica fora ouvido o Escrivão dessa Junta, e assim os Desembargadores Procurador da Fazenda, e Provedor dela, para servir no conhecimento dos Gêneros Materiais, que propriamente pertenciam as Fábricas, ou que eram concernentes ao custeamento do Contrato, visto que nos Inventários que se procederam ao tempo que o sobredito Francisco Peres entregou as ditas Fábricas se achavam compreendidas muitas parcelas de móveis do uso dos Administradores, de lenhas para o gasto das Fábricas, e de benfeitorias unicamente úteis ao recreio, ou comodidade particular dos mesmos Administradores, além de uma Galera, e uma Sumaca, e que para o mesmo efeito, se tinha procedido depois, a uma Conferência de Louvados inteligentes das Fábricas do dito Contrato com assistência do procurador do dito Francisco Peres de Souza, em que aqueles concordaram, que cada uma das ditas Fábricas compreendesse em si os Edifícios, Gêneros, e Materiais, mencionados no Termo que assinaram, na presença do vice rei do Estado, e Presidente dessa Junta em 29 de Outubro de 1771 sobre o qual se não tinha conformado, o procurador do dito Francisco Peres, declarando, que todos os Escravos se deviam entender parte das Fábricas, e que as sobreditas duas embarcações, e Pipas, eram inseparáveis da ilha de Santa Catarina, pela falta de tanques para acomodação do azeite, que ali produz a pesca. E finalmente, que ponderando essa Junta da Fazenda por uma parte que na forma do dito Termo, o abatimento devia ser muito maior do que pretendia o dito procurador, e pela outra parte, que no Régio Alvará de Confirmação do dito atual Contrato fôra El rei Meu Senhor Servido reservar ao seu imediato conhecimento a decisão das dúvidas que se pudessem mover sobre qualquer das suas condições, expunha o referido, na Real Presença do Mesmo Senhor, pedindo as necessárias providências que fosse servido. Resolveu El rei Meu Senhor em contemplação dos motivos que se referem na dita Conta, e do que sobre ela lhe foi presente por este Régio Erário. Primeiro: que todos os Escravos que existiam nas ditas Fábricas, ao tempo que delas se fez entrega aos contratadores atuais, se incluía a sua importância nos Inventários da entrega do

Contrato de que foi arrematante o mencionado Francisco Peres de Souza para lhe ser paga ou compensada em concorrente parcela pela Real Fazenda e assim mais o valor das Capelas, com todos os seus ornamentos, casas de vivenda, senzalas, aonde se recolhem os Escravos, Tanques, Lanchas, Canoas, Caldeiras de Cobre, Arpões, Facas, Lanças, e todos os mais instrumentos necessários para a pesca das baleias, igualmente todas as mais miudezas, concernentes as mesmas Fábricas, na conformidade do referido Termo e que esta idêntica prática mandará essa Junta observar nos Inventários que se houverem desfazer das entregas das Fábricas, do presente Contrato, e futuros, em cujo tempo se avaliarão os Escravos, e o mais que das ditas cousas existirem, satisfazendo os respectivos Contratadores a Real Fazenda toda a diminuição que resultar, ou seja por óbito de alguns dos mesmos Escravos, ou menos valor de outros, a respeito da recepção dela, como também dos gêneros e materiais conforme o estado em que os tiverem recebido pelos antecedentes Inventários de entrega das Fábricas do seu respectivo Contrato. Segundo: que não foi da Sua Real Intenção o compreender na 7<sup>a</sup>. Condição do dito Atual Contrato que se tomasse para a Real Fazenda as ditas Galera e Sumaca que com pretextos frívolos tem o procurador do dito Francisco Peres alegado nesta Junta serem necessárias, por falta de tanques suficientes, quando pela 8<sup>a</sup>. Condição se obrigaram os atuais Contratadores, a fazer de novo os Tanques e Fábricas que se julgassem precisas, ordenando o Mesmo Senhor que dos respectivos Inventários, seja logo excluído o valor das ditas embarcações, e das mais coisas declaradas no dito Termo, por incompatíveis das Fábricas, e próprias do custeamento do Contrato. Terceiro: que pelo rendimento do Contrato atual que se recolhe nos Cofres Reais da Tesouraria Geral dessa Capitania, e na forma declarada na 7<sup>a</sup>. Condição do mesmo Contrato, mande a Junta satisfazer ao referido Francisco Peres de Souza, ou a seu bastante procurador, o que importarem todas as mencionadas Fábricas, abatidas dos referidos Inventários, as devidas parcelas, ordenadas nesta Real Resolução depois de qualificadas as competentes quantias que neles devem ficar subsistindo. O que essa Junta da Fazenda fará cumprir mandando registrar esta provisão e de se haver assim executado, remeterá certidão a este Real Erário. El rei Meu Senhor o mandou pelo Marquês de Pombal do Seu Conselho de Estado, Inspetor Geral do Real Erário e nele Lugar Tenente Imediato a Real Pessoa do Mesmo Senhor. Lisboa 12 de Novembro de 1773, Luis José de Britto Contador Geral do Território da Relação do Rio de Janeiro, África Oriental e Ásia Portuguesa a fez escrever.

Marquês de Pombal

### **[INFORMACÃO]**

Informação que dá Balthazar dos Reys no Estado em que se acham as Armações da pescaria das baleias nas costas do Brasil.

#### **Bahia**

1 Nos subúrbios desta cidade há duas Armações a saber uma em Itaparica que está fundada em sítio mui suficiente e com todas as comodidades precisas para os desmanchos dos peixes e factura do azeite. Porém o edifício donde este se fabrica está demasiadamente arruinado e em tudo irregular para aquele ministério, e por esta razão carece todo ser feito de novo, menos alguns Tanques e Armazéns que esses ainda se podem conservar. A outra Armação é na Tapoam cinco legoas ao norte da Bahia em uma costa de mar bravo, e assim por esta razão como por outras mais que tem mostrado a experiência, é inútil ao contrato, e conseqüentemente a Fazenda Real. Nestas ditas Armações nunca os Contratadores tiveram escravatura sua própria, e por essa razão compravam as Lenhas que lhes eram precisas, e nas



ocasiões da Pesca tomavam gente de Jornal por Salários muito aviltados, de sorte que as despesas e custeamento das ditas Armações anualmente importavam de vinte até 24 Contos de Réis. O azeite que se vendia nunca excedia de 12 a 13 Contos de Réis.

2 No ano de 1768 se achavam todos os Tanques cheios e se mandou suspender a pesca para dar tempo a consumir o azeite que estava feito, e quando se mande [sic] continuar se evitam muitas despesas e abusos que as aumentavam porque a experiência tem feito conhecer o que é mais útil e o como se deve fazer melhor laborar aquela fábrica e pescaria.

3 Nos da Bahia não se pescam baleias Sardas que são as que tem barba, mas só sim Jubartes, porque as baleias Sardas vem de Cabo de Horne vão se deixando ficar pelas mais incedas da Costa do Brasil para parirem que é o fim que as conduzem a dita Costa, e como tem muito amor aos filhos pelas mesmas encedas se demoram até se considerarem com forças de se poderem defender de outra espécie de baleias que tem dentes, a que vulgarmente chamam os pescadores Golfins, estes peixes são do feitio e do tamanho de um que se acha pintado na casa [?] da Ribeira das Naus desta Cidade só com diferença que os da América tem o focinho mais agudo a imitação de focinho de porco.

4 No ano de 67 supondo eu que estes peixes poderiam ser da qualidade daqueles que se extraem o espermacete mandei matar três e fazendo todas as experiências a que me conduziu o meu desejo, vim no inteiro conhecimento que em parte nenhuma do corpo tinham coisa donde se pudesse extrair aquela droga e ainda seu mesmo Toucinho é duro e encortiçado e apenas se pode extrair de cada um uma pequena Quartola de azeite. Tem cada peixe 22 dentes de cada banda, 11 de baixo e 11 de cima, destes posso oferecer a Vossa Excelência uma dúzia deles quando se queira servir de os ver.

5 Dizer-se que na nossa América há as baleias de espermacete ou Cachalotes, pode ser que os haja, porém eu sempre hei de duvidar até os mesmos aparecerem, porque me parece que as pessoas que assim afirmam vão fundadas em alguma conveniência própria, como fazem outros enganadores que depois que tem feito o seu partido e não há mais notícia dele. É verdade que dizem os pescadores das baleias que no decurso de 10 ou 12 anos succede por acaso aparecer um peixe grande a que eles chamam Sombreiros. Também consta que ao norte da Capitania do Espírito Santo, e ao sul da Barra de Santos, dera à Costa, há bastantes anos, um destes peixes e que tinha dentes, se outro acaso sucedesse no tempo do nosso Contrato já a minha diligência teria indagado se os ditos peixes eram Cachalotes, mas como assim não succedeu, deixo tudo ao tempo que é o mostrador da verdade. Era tanto o desejo que eu tinha que se matasse algum destes peixes que da minha algibeira prometi dez dobras que são 128\$000 a cada uma das Lanchas que o matasse, e outro tanto aos franceses pelo gasto que tinha dever extrair aquela droga, e nem assim o pude conseguir, por dizerem os pescadores os não havia.

### **Cabo Frio**

6 Ao norte, em uma enseada chamada dos Búzios, há uma pequena armação fundada na Costa do mar. Como no tempo da pesca reinam ali muitos [acentos] nordestes, succedeu em algumas ocasiões para os pescadores salvarem as vidas, largarem as baleias que já traziam mortas a reboque. Por esta razão, nunca a pesca ali excedia de 7 a 15 baleias de sorte que regulada a despesa pela Receita pareceu conveniente parar com aquela pesca nesta dita Armação e só tinha o Contrato 21 Escravos, destes só ficaram dez e um administrador para fazer conduzir os azeites para a Cidade de Cabo Frio donde se gasta a cada um ano 1 Conto de Réis pouco mais ou menos, e os mais escravos e oito caldeiras daquela armação se transportaram para o Rio de Janeiro.

### **Rio de Janeiro**

7 A Armação que há no Rio de Janeiro é o Cofre e depósito dos efeitos das mais armações do Sul, assim como armazém donde sai cada fornecimento para as ditas Armações, e ali se costeiam primeiro os Escravos novos que se compram para as mais Armações. A pesca que ali se costuma fazer é muito diminuta, porém sempre se conserva como escola para ocupar os homens que não cabem no lugar das mais armações, para no caso de morrerem alguns poderem aqueles suprir a falta dos outros. E por esta razão se dão aos arpoadores e Timoneiros uma moeda de ouro de cada baleia que se pesca e da primeira se até paga dobrado, e a este Respeito os Remeiros dantes era costume darem-se até um Banquete no dia em que se benziam as lanchas: aboliu-se este abuso pagando-se a dinheiro. Há nesta armação 4 Lanchas de Arpoar, 2 de Socorro e outra mais que é preciso no porto para o desmancha das baleias. Nesta Armação se tem feito várias obras todas precisas e de muita utilidade, a saber: um cais de pedra e Galagala com uma lingüeta ao mar em que está assentado um guindaste para o embarque e desembarque da piparia e Tonéis, uma tancaria donde atualmente trabalham ao menos um Mestre com dez oficiais, não só para a fatura de Tonéis e pipas novas, como também para levantar as que vão de Lisboa e do Porto abatidas na Loyssa nova que se tem feito de Tonéis e pipas de Tapinhoão tudo arqueado de bons arcos de ferro, tem o Contrato gasto para cima de 150 mil cruzados. Fizeram-se mais quatro Armações grandes como também uma fonte que se trouxe agoa de mais distância de um quarto de légoa por se evitar os distúrbios dos Escravos que a iam buscar para gasto da Fábrica. Fez-se mais outro armazém grande no lugar donde estava um muito velho, fez-se um Telheiro grande para guardar as Lanchas assim desta armação como as que vem da de São Sebastião e Bertioiga. Fizeram-se Senzalas de pedra e cal cobertas de telhas para a acomodação dos Escravos com sua área no meio de 70 palmos em quadro com um só portão que se fecha todas as noites depois deles rezarem o Terço, tudo a fim de lhes evitar os vícios que lhes eram prejudiciais ao corpo e a alma e, conseqüentemente, ao Contrato. Acrescentou-se e reedificou-se a capela da mesma armação por ser muito pequena e fizeram-se mais algumas obras de pouca utilidade, porém precisas.

### **ilha de São Sebastião**

Esta ilha está ao sul, e ao oeste do Rio de Janeiro 24 léguas dista da terra e algumas partes 2 léguas, e em outras menos. Nesta ilha há outra armação. Quando fui tomar posse dela achei com 17 escravos, 11 fornalhas e caldeiras. Reedificou-se e levantou-se a casa da mesma a que chamam Engenho. Acha-se hoje com 13 caldeiras assentadas e outras tantas de sobresselente, e 53 escravos atualmente. Edificou-se de novo mais um armazém não só para guardar a barba como também para os mais misteres pertencentes a dita armação. Fez-se de novo a capela de Nossa Senhora da Conceição porque como era feita de adobes e velha, com um temporal que veio, a arruinou por várias partes.

### **Bertioiga**

Ao sul, e oeste da ilha de São Sebastião 10 léguas está a Barra da Bertioiga. Dentro dela está outra Armação que quando tomei posse dela tinha 37 escravos, hoje tem atualmente 64 além dos muitos que se alugam no tempo da pesca. Tinha 12 fornalhas e caldeiras, hoje se acha com 14 assentadas, além de mais 14 que tem de sobresselente. As obras que se tem feito nesta armação desde que tomei posse até o fim do ano de 1768, constam de uma certidão autêntica que com esta ponho na presença de Vossa Excelência, pela qual também se desfaz a equivocação que o Ilustríssimo e Exceentíssimo Senhor governador de São Paulo teve na

conta que deu, dizendo que uma baleia deitava 30 quintais de barbatana. Desta armação da Bertioga a vila de Santos a cinco léguas pelo rio acima, e da vila de Santos a Barra Grande há 2 léguas. Nesta Barra Grande da parte da vila é que os contratadores passados, e nós no primeiro ano, se fazia e se fez a pesca que sempre era depois que ia finalizando a da Bertioga, de sorte que se transporta dali para a Bertioga os toucinhos das baleias em saveiros e canoas, e observando eu que aquela pesca e condução dava ocasião a fazerem-se muitos roubos de toucinhos e barba, além de uma despesa anual que o contrato fazia com umas casas de pau a pique cobertas de palha, e foro que se pagava ao dono das terras, expediente apesar dos moradores da vila de Santos comprar da terras da outra banda da Barra, para nelas fazer uma meia armação, e fazer-se ali a pesca, a fim de evitar os ditos roubos, como logo a experiência mostrou no segundo ano, pois não se vendendo no Tanque da vila de Santos mais que 600 a 800\$000 de azeite, logo que se fez a pesca da outra banda se vende anualmente 1 Conto e 300 mil réis a 1:400\$ e sem embargo das providências que lhe tenho dado, conheço que se não pode evitar de todo os ditos roubos nem se evitarão enquanto ali se não fizer uma pequena armação. Para a compra das ditas terras concorreu muito o respeito do Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor governador de São Paulo, porque o senhorio delas por nenhum dinheiro as queriam vender e sem embargo de lhe terem custado 36\$000, eu lhe dei por elas 180\$ e o conservei nas mesmas terras sem detrimento algum. Servindo-me ao mesmo tempo de tomar cuidado no armazém e campanhas que ali fiz para a acomodação da gente no tempo da pesca, é hoje [ilegível] [comp.e] duas vezes, e diz a quem o quer ouvir que eu fui um anjo que lhe entrei pela porta dentro. Porém algum dos moradores de Santos por via dos seus escravos faziam os referidos roubos ao contrato, fizeram com que o Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor governador de São Paulo, por estas e por outras razões, seja pouco afeto ao mesmo contrato, de sorte que dando-lhe eu parte de que queria fazer uma capela na Armação da Bertioga por evitar o prejuízo que se seguia ao contrato no tempo da pesca em ir toda a gente a outra banda ouvir missa conveio o dito Excelentíssimo Senhor governador em se fazer a dita capela e depois de se ter gasto nos seus alicerces e um muro que para a mesma se fez o melhor de 400\$ réis, a mandou embargar pelo capitão Fernando Leite para que mais se não continuasse a dita obra, por cuja razão me vi obrigado a ir a cidade de São Paulo, e expor ao mesmo Excelentíssimo Senhor assim por palavra como por requerimento, as justíssimas razões por onde era conveniente ao contrato fazer a dita capela, de palavra me disse como que o contrato pagava ao capelão e dava os guisamentos para se dizer a missa da outra banda, em uma capela ao pé de um forte, por esse forte que estava nessa posse para que os soldados e comandante do mesmo forte tivessem ali a missa e sem despesa da Fazenda Real, supondo que era maior detrimento virem 6 ou 8 soldados com um oficial ouvir missa da banda da Armação, do que ter o contrato detrimento em passar a outra banda 160 pessoas que tantas se ocupam ali no tempo da pesca. E no enquanto ao requerimento nunca me deferiu a ele com bom, ou mau Despacho. E a este respeito pudera dizer mais alguma coisa se não conhecesse que em tudo, e por tudo, me devo sujeitar às determinações de quem governa. No que respeita a culpa que o dito Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor me forma de eu não esperar na Barra Grande com os franceses para ele vir ver extrair o espermacete, já disse a Vossa Excelência que quando recebi a carta do dito Excelentíssimo Senhor estava a bordo para seguir viagem para Santa Catarina, donde me conduzi ao desejo de ver se naquela Armação como mais abundante de peixes, aparecia algum daquela qualidade de que se extrai o dito espermacete visto não ter aparecido em todas as mais Armações e evitar por esta forma o grande detrimento que o dito Excelentíssimo Senhor teria em vir de São Paulo a Santos sem efeito algum, e com aquela demora perder a monção que a ocasião me oferecia, ao que no ano seguinte se deu a providência mandando os mesmos Franceses só as ordens de Sua Excelência para que com eles consultasse e fizesse os exames que lhe parecia conveniente e se ainda assim se considerar em mim culpa receberei o castigo, com o mesmo amor que receberia o

prêmio que em minha consciência entendo tenho merecido em tudo o que tenho obrado e pretendo obrar a respeito do contrato das baleias, mais ambicioso do aumento do Patrimônio Régio, que das utilidades próprias que tem resultado e pode resultar a mim e a meus companheiros.

### **ilha de Santa Catarina**

Esta ilha está na altura 27° 72 graus em uma ponta de terra firme. De frente da entrada desta ilha está formada a armação de baleias que teve seu princípio logo depois que se entrou a povoar esta ilha por graça que Sua Magestade fez a Thomé Gomes de lhe dar por 10 ou 12 anos livre de todos os direitos para no fim dos mesmos a deixar este a Fazenda Real com todos os seus pertences como melhor há de constar do decreto ou alvará por onde Sua Magestade lhe fez a dita Graça. Está situada em muito boa paragem, mas sujeita a incalamidade dos ventos Suis que são bastantemente aspros no tempo da Pesca, principalmente nos quartos da Lua, de sorte que tem sucedido por algumas vezes passarem-se dois ou 3 dias sem as Lanchas poderem ir ao mar.

Quando tomei posse desta Armação no ano de 1765 achei-a com 16 fornalhas, e só com 14 Caldeiras assentadas, e muito poucas de sobresselente e 149 escravos, todos os edifícios muito arruinados porque de seu princípio não foram feitos com aquela fortaleza que pedia o terreno. A primeira obra que se fez nesta Armação logo no ano seguinte ao da posse, foram as casas de vivenda, Paioes e Armazéns, tudo com bons alicerces e paredes de pedra e cal. Tem de frente 105 palmos e de fundo muito mais. No ano de 1768 se deitou abaixo todo o engenho, ou casa das fornalhas, Caldeiras, e [Chacota?], fez-se outra de novo de 300 palmos de comprido com seus pilares por dentro, tudo também com bons alicerces e paredes de pedra e cal. Estão assentadas atualmente 28 Caldeiras, tem de sobresselente 40. No ano de 1770 já tinha 314 Escravos, julgo que hoje terá mais 30. No ano de 69 e 70 fizeram senzalas de pedra e cal para acomodação dos escravos com sua área por dentro de largura de 60 palmos. Fez-se mais um Hospital e 13 companhas para a equipagem das lanchas de arpoar e feitores, e daqui a pouco tempo será preciso fazer a capela por já ter princípio de ruína. Fizeram-se mais 3 Tanques donde se fez uma experiência quando se salgou o toucinho de 13 baleias, que ao depois mostrou o tempo que não era conveniente continuar com a dita Salga cujos tanques estão hoje servindo para o azeite lavado, e não é muito dificultosa lavar-se todo a que se fizer naquela armação (sem embargo de dar seu trabalho e a ver na dita lavagem alguns esperdícios) fazendo-se a obra que para esse fim é precisa, porque como ali não há fonte nem rio, e a experiência tem mostrado que o azeite lavado com água doce é melhor que o que se lava com água salgada, por essa razão é preciso fazer a dita obra. Também se aterrou uma pequena alagoa que havia ao pé da Armação e se fez um cano de 10 palmos de largo para desaguardem as águas que no tempo das Chuvas costumavam inundar aquele terreno. Tem mais esta armação 10 tanques que deixou feito o dito Thomé Gomes, porém como são pequenos só levam 1600 pipas de azeite no tempo dos outros contratadores. O maior número de pipas de azeite que se fez em um ano foram mil e oitocentos, e no tempo do nosso contrato já houve ano em que se fizeram 3800. No tempo dos outros contratos havia só quatro lanchas de arpoar e seis de socorro, hoje há sete de arpoar e nove de socorro, e além destas há mais quatro de sobresselente. Tem mais a Fábrica uma bangula e 20 saveiros grandes como duas barcas que servem para as conduções das lanchas. Tem na praia 4 cabrestantes com amarras de 15 polegadas para virarem as baleias, porém eu agora fiz uma obra, donde se viram com muita facilidade e pouca gente, fiz uma ponte de estacada de 250 palmos de comprido até ficar em fundo de 12 palmos em maré vazia e de frente desta em distância de 40 palmos, outra

ponte com 20 em quadro, e entre uma e outra se metem as baleias, e se esfolam de uma e outra banda virando-se em nado com muita facilidade.

Todas as obras que se tem feito nesta Armação são com muita fortaleza e prometem duração, porque em nada se faltou com o preciso para tudo que os mestres pediram para a fatura delas. Enfim, Senhor, acha-se este contrato na presente ocasião das vezes do que nunca esteve.

Foi Vossa Excelência servido mostrar-me um vidrinho de azeite perguntando-me se tinha nas nossas fábricas como aquele, ao que respondi que sim, e para Vossa Excelência ficar livre da dúvida, em mão de Inácio Pedro Quintella, Caixa e Administrador geral do dito Contrato, se acham as amostras que Vossa Excelência, sendo servido poderá ver, e me consta que ainda nos Armazéns do contrato existem algumas pipas da qualidade das ditas amostras.

Também foi servido, perguntando-me o preço porque costuma-se vender o dito azeite nos portos do Brasil, como também a diferença que havia das medidas dos ditos portos as canadas desta Cidade.

A medida ou canada do Rio de Janeiro, tem duas canadas e meio quartilho desta Cidade, vende-se cada medida por 140 rs 120 rs para o Contrato e um vintém de Donativo que [até?] por depois do terremoto.

A medida ou canada da Bahia tem 4 1/2 desta Cidade, vende-se cada canada por 320. A medida ou canada de Pernambuco tem mais de 3 canadas desta Cidade, costuma-se vender a 400 e 480. Esta carestia em que o puseram os outros contratadores é que deu ocasião a que os Nacionais da terra fizessem azeite de um fruto a que vulgarmente se chama carrapato, e deste usam atualmente e por esta razão se vende muito pouco do das baleias.

Depois que parou a pesca na Bahia vende-se anualmente Vinte e cinco Contos de réis em azeite e quando se fazia a pesca se vendia somente 12 até 13 Contos de reis.

No Rio de Janeiro se poderá vender o mesmo pouco mais ou menos.

Tem morrido a este contrato até o fim do ano de 1770 para cima de 60 Escravos.

E como a minha incumbência e Administração consistia em girar pelas Armações para prover mais, o preciso para aumento do contrato, informo a Vossa Excelência o que tenho na lembrança.

**ANEXO 2:**

**PLANTA HIDROTOPOGRÁFICA DE PARTE DA CAPITANIA DE SANTA CATARINA POR PAULO JOSÉ MIGUEL DE BRITO, TENENTE CORONEL AJUDANTE DE ORDENS DO GOVERNO DA SOBREDITA CAPITANIA** extraída de Paulo Joze Miguel de Brito, *Memória política sobre a capitania de Santa Catharina: escripta no Rio de Janeiro em o ano de 1816*, [1829], reimpressa pela sociedade literária Biblioteca Catarinense – Florianópolis, Livraria Central , 1932.

